



# DIÁRIO OFICIAL



Belém, sexta-feira  
27 de abril de 2018

ANO CXXVIII DA IOE  
128ª DA REPÚBLICA  
Nº 33.607

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

104 Páginas



## AVISO

As matérias encaminhadas para o Diário Oficial **hoje (27/04)** serão publicadas somente na edição de **02/05, quarta-feira**, por não haver expediente nos órgãos e entidades da administração direta e indireta na segunda-feira, dia **30 de abril**.

## Decreto assegura parcelamento de créditos da Fazenda Pública

O Governo do Estado estabelece que créditos da Fazenda Pública Estadual podem ser pagos de forma parcelada, de acordo com o Decreto nº 2.057.

A medida contempla créditos de natureza tributária e não

tributária pendentes de quitação nos prazos de vencimento, inscritos ou não em dívida ativa.

O parcelamento pode ser feito no limite máximo de 60 vezes, observadas as condições instituídas em ato publicado pela Secretaria

de Estado da Fazenda (Sefa).

Estão incluídos nessa lista taxas e impostos diversos, como ICMS, IPVA e sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD), entre outros.

PÁGINA 6

## Leilão de veículos

O Tribunal de Justiça do Estado (TJPA) abrirá, no dia 22/05, leilão público para alienação de 60 veículos pertencentes ao patrimônio do órgão. As sessões serão no auditório do Fórum Cível, em Belém.

Parte dos bens está disponível para visitação no depósito do TJPA, em Ananindeua, nos dias 17, 18 e 21/05. Edital no site [www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br). Informações: (91) 3205-3257/3206.

PÁGINA 63

## Transporte escolar

Licitação iniciada pela Prefeitura de Marapanim busca contratar empresa para prestar serviços de transporte escolar destinados aos alunos da rede pública de ensino.

O processo atende às diretrizes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). A abertura das propostas será no dia 10/05, na sede da administração municipal.

PÁGINA 73

## Sespa abre seleção para definir nova gestão do Abelardo Santos

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) convoca Organizações Sociais em Saúde (OSS) habilitadas no Pará a participarem do processo de seleção que tem como objeto a celebração de contrato para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Dr. Abelardo Santos, sediado em Belém.

As organizações interessadas

devem manifestar seu interesse na seleção por meio de correspondência endereçada à Sespa, de 07 a 11/05. As próximas etapas da seleção incluem realização de visita técnica, entrega e posterior análise da documentação de habilitação e das propostas técnicas, divulgação da entidade selecionada, prazo para recursos e análise destes e, por fim, a publicação do resultado final da seleção, prevista para 25/06.

PÁGINA 18

## Reforma em escola

A Escola Estadual de Ensino Médio Remígio Fernandes, localizada em Marapanim, passará por reforma total. Os serviços são objeto de licitação promovida pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Os interessados podem obter a íntegra do edital em [www.seduc.pa.gov.br](http://www.seduc.pa.gov.br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br). Informações: (91)3201-5195/5096.

PÁGINA 47

## Instalação de pontes

A Prefeitura de Santa Maria das Barreiras realiza licitação para implantação de pontes em concreto armado. As obras são financiadas com apoio do Ministério da Integração Nacional.

A abertura do processo será no dia 29/05. Mais informações pelo telefone (94) 3319-3105 ou pelo endereço eletrônico [prefeituramunicipal-desantamariadasbarreiras.pa.gov.br](http://prefeituramunicipal-desantamariadasbarreiras.pa.gov.br).

PÁGINA 71

# A História no Diário Oficial

## Governo Alacid Nunes (1966/1971) CMA TRANSFERIDO PARA MANAUS

O mês de julho de 1969 chegou com uma grande mudança no comando do Exército, na Amazônia. Houve uma espécie de “arrumação de quartel”, à luz do Decreto nº 64.366, assinado pelo presidente Arthur da Costa e Silva no dia 17 de abril e publicado dia primeiro daquele mês no Diário Oficial do Estado.

Uma raridade naquela época, o presidente não precisou se valer do Ato Institucional nº 5 (como já era contumaz) para reordenar a estrutura do Exército à Amazônia, mas da Constituição, cujo inciso II do artigo 83 regia o assunto. O decreto transferiu o Comando Militar da Amazônia (CMA) de Belém para Manaus, onde foi instalada também a sede da 12ª Região Militar, criada pelo mesmo documento. O novo Comando Regional do Exército nasceu com jurisdição sobre os Estados do Amazonas, Acre e Territórios Federais de Roraima e Rondônia. Foi extinto o Grupamento de Elementos de Fronteira e a sede do Comando Militar da Amazônia, até então sediada em Belém, foi transferida para Manaus. O comandante (cargo privativo do posto de General de Divisão Combatente) também respondeu pela 12ª Região Militar.

Houve mudanças na estrutura logística da Força: o Quartel-General do Grupamento de Elementos de Fronteira foi transformado em Quartel-General do Comando Militar da Amazônia e da nova RM; o Hospital de Guarnição de Manaus passou a ser chamado de Hospital Geral de Manaus, equiparando-se com o Hospital Geral do Exército, em Belém. Foram mudadas, ainda, as denominações do Quartel-General e da Companhia de Quartel-General do Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, que

passaram a ser chamados, respectivamente, de Quartel-General e Companhia de Quartel-General da 8ª Região Militar. A Comissão de Obras do Grupamento de Elementos de Fronteira passou a ser denominada de Comissão Regional de Obras nº 1 da 12ª RM.

Sob jurisdição da 8ª Região Militar permaneceram as unidades do Exército sediadas no Pará e no Território Federal do Amapá, tendo no comando um general de Brigada Combatente.

O detalhamento das mudanças coube ao ministro do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares (membro da Junta Governativa que chefiou o governo nas primeiras semanas do Regime Militar, em 1964), que promoveria “a execução pormenorizada e progressiva” dos dispositivos do decreto.

O Comando Militar da Amazônia, até hoje estabelecido em Belém (em um belo palacete que ocupa uma quadra do centro de Belém), foi criado em 17 de outubro de 1956, mas a 8ª Região Militar, nascida com o “Governo das Armas do Grão-Pará”, data de 1821.

Sediado desde 1969 em Manaus, o Comando da 12ª RM se separou do CMA em 1982, quando passou a subordinar também a 8ª RM. Hoje, o CMA tem uma superdimensão diante das questões relacionadas aos limites internacionais da Amazônia e engloba organizações militares de todas as Armas, envolvidas na guarda da fronteira amazônica (mais de nove mil quilômetros) com sete países sul-americanos.

Nélio Palheta - *Jornalista*

### VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

### ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

### ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

### ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

### PUBLICAÇÕES

91 4009-7810  
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (\*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

### ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810  
4009-7817



## Agenda Cultural

Programa-se!



CINEMA

### Em Pedacos

Local: Cine Libero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 12 (aceita-se meia)

Até 29/04 e 02/05, às 18h



CINEMA

### Rogério Duarte, O Tropikaoslista

Local: Cine Libero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 12 (aceita-se meia)

Até 29/04 e 02/05, às 16h



Siga-nos:



### ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site [www.ioe.pa.gov.br](http://www.ioe.pa.gov.br)

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas, ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores; quebras de seção; quebra manual de linhas; marcadores próprios dos editores de texto, como pontos, quadrados, setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.



Simão Robison Oliveira Jatene  
**GOVERNADOR**

José da Cruz Marinho  
**VICE-GOVERNADOR**

Márcio Desidério Teixeira Miranda  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Ricardo Ferreira Nunes  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Jeniffer de Barros Rodrigues  
**DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

Gilberto Valente Martins  
**PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**



**DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,  
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, 2271  
Marco • CEP: 66.093-410  
Belém - Pará  
PABX: 4009-7800  
FAX: 4009-7819  
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima  
**PRESIDENTE**

Edson Ferreira Farias  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Augusto Henrique da Silva Neto  
**DIRETOR INDUSTRIAL**

Ana Carmen Palheta Alves  
**DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA**

## NESTA EDIÇÃO | Sexta-feira, 27 de Abril de 2018

### EXECUTIVO

<b>GABINETE DO GOVERNADOR</b> .....	PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO .....	PÁG. 7
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA .....	PÁG. 8
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO .....	PÁG. 8
FUNDAÇÃO PROPAZ .....	PÁG. 8

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	PÁG. 9
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO .....	PÁG. 10
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 10
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 10
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 10

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DA FAZENDA</b> .....	PÁG. 11
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. ....	PÁG. 16

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE PLANEJAMENTO</b> .....	PÁG. 17
------------------------------	---------

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE SAÚDE PÚBLICA</b> .....	PÁG. 18
HOSPITAL OPHIR LOYOLA .....	PÁG. 21
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ .....	PÁG. 22
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ .....	PÁG. 22
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA .....	PÁG. 23

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE TRANSPORTES</b> .....	PÁG. 24
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	PÁG. 24

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA</b> .....	PÁG. 24
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL .....	PÁG. 25
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 25
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 26
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A. ....	PÁG. 27

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE</b> .....	PÁG. 27
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 27

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL</b> .....	PÁG. 27
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ .....	PÁG. 28
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR ...	PÁG. 29
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR .....	PÁG. 29
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ .....	PÁG. 29
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 29
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES...-	PÁG. 30
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ...-	PÁG. 36
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ...-	PÁG. 36
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 37

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE CULTURA</b> .....	PÁG. 41
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ .....	PÁG. 41

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE COMUNICAÇÃO</b> .....	PÁG. 43
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO .....	PÁG. 43

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE EDUCAÇÃO</b> .....	PÁG. 44
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 57

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA</b> .....	PÁG. 58
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ .....	PÁG. 58

### SECRETARIA DE

<b>ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS</b> .....	PÁG. 59
---	---------

### SECRETARIA DE ESTADO DE

<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA</b> .....	PÁG. 60
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ .....	PÁG. 60
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 60
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES .....	PÁG. 60
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO-CREDCIDADÃO .....	PÁG. 60

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS</b> .....	PÁG. 60
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ .....	PÁG. 61
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ...-	PÁG. 61

### SECRETARIA DE ESTADO DE

<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> .....	PÁG. 61
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 62

### SECRETARIA DE ESTADO

<b>DE ESPORTE E LAZER</b> .....	PÁG. 62
---------------------------------	---------

### DEFENSORIA PÚBLICA

<b>DO ESTADO</b> .....	PÁG. 63
------------------------	---------

### JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 63
---	---------

### TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 65
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 66

### MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 66
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ .....	PÁG. 66

### MUNICÍPIOS

.....	PÁG. 71
-------	---------

### PARTICULARES

.....	PÁG. 73
-------	---------

### EMPRESARIAL

.....	PÁG. 73
-------	---------













**RESUMO DA PORTARIA Nº 220 DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Nome: Joel de Sousa Mesquita  
Cargo: Assessor Administrativo  
Nº de Diárias: 03 e ½ (três e meia)  
Origem: Belém/PA  
Destino: Abaetetuba/PA.

Período: 25 à 28/04/2018.

Objetivo: Apoio operacional à equipe do PROPAZ ENEM na realização da mobilização, coordenação e execução do Aulão no município supracitado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
MÔNICA ALTMAN FERREIRA LIMA

Presidente da Fundação PROPAZ

**RESUMO DA PORTARIA Nº 221 DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Nome: João Ramos Alves  
Cargo: Assessor Operacional  
Nº de Diárias: 02 e ½ (meia)

Origem: Belém/PA

Destino: Soure/PA

Período: 27 à 29/04/2018.

Objetivo: Apoio operacional ao Coordenador do PROPAZ ENEM na mobilização, coordenação e execução do Aulão que ocorrerá no município supracitado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
MÔNICA ALTMAN FERREIRA LIMA

Presidente da Fundação PROPAZ

**RESUMO DA PORTARIA Nº 223 DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Nome: Anderson Paulo Fonseca Costa

Cargo: Assessor Especial I

Nº de Diárias: 02 e ½ (duas e meia)

Origem: Belém/PA

Destino: Soure/PA

Período: 27 à 29/04/2018.

Objetivo: Execução do Aulão do PROPAZ ENEM, no município supracitado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
MÔNICA ALTMAN FERREIRA LIMA

Presidente da Fundação PROPAZ

**RESUMO DA PORTARIA Nº 224 DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Nome: Raimundo Rodrigues da Silva

Cargo: Assessor Especial I

Nº de Diárias: 02 e ½ (meia)

Origem: Belém/PA

Destino: Soure/PA.

Período: 27 à 29/04/2018

Objetivo: Mobilização, coordenação e execução do Aulão do PROPAZ ENEM no município supracitado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
MÔNICA ALTMAN FERREIRA LIMA

Presidente da Fundação PROPAZ

**Protocolo: 306241**

**PORTARIA Nº 232 DE 26 DE ABRIL DE 2018**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 33544, de 24 de Janeiro de 2018, bem como através da Lei 8.097 de 01 de janeiro de 2015 e ainda,

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diárias, constante no Processo 2018/135251 e Mem. Nº 031/2018-GP/FUNDAÇÃO PROPAZ, de 16 de abril de 2018.

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento da diferença de 03 (três) diárias, equivalente a substituição do município de Vigia de Nazaré, pelo município de Paragominas e a título de complementação das diárias concedidas através da PORTARIA Nº 198 de 13 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.606, página 12 de 26 de abril de 2018, no período de 13 à 19/04/2018, a fim de realizar ações de cidadania através da caravana do PROPAZ Cidadania no município supracitado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
MÔNICA ALTMAN FERREIRA LIMA

Presidente da Fundação PROPAZ

**Protocolo: 306601**

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

**ERRATA****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO PARA CONCESSÃO DE DESCONTOS EM MENSALIDADES ESCOLARES Nº 04/2018-SEAD/DAF**

**ONDE SE LÊ:** Vigência: 16/04/2018 a 15/04/2018

**LEIA-SE:** 16/04/2018 a 15/04/2019

**Protocolo: 306373**

**CONTRATO****Contrato: 09/2018 - SEAD**

Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de levantamento físico e avaliação econômica individual dos imóveis próprios da Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

Valor Global: R\$ 17.000,00

Ata de Registro de Preços nº 002/2018 relativo ao Pregão Eletrônico nº 007/2017 - DGL/SEAD/PA.

Ação: 04.122.1424.8235

Natureza de Despesa: 33.90.39

Fonte: 0101.006359

Origem dos Recursos: Tesouro Estadual

Data Assinatura: 26/04/2018

Vigência: 26/04/2018 a 25/04/2019

Contratado: MAXXI SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI-EPP, empresa com sede em Maceió/AL, na Av. Desembargador Mario Guimarães nº 733, letra A - Poço, CEP: 57.025-080, Fone: (82) 8168-9284, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.384.705/0001-00.

Ordenador: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

**Protocolo: 306548**

**PORTARIA Nº 273, DE 23 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as medidas necessárias para a realização de concurso público para suprir a necessidade de profissionais, para reposição de quadro de pessoal da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA;

Considerando ainda, o que dispõe o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta firmando perante o Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLVE:

1 - REVOGAR a Portaria nº 186, de 06 de abril de 2015.

2 - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados a constituírem a Comissão de Concurso Público C-182 para preenchimento de cargos do quadro de pessoal Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA;

Presidente:

ODILENE FERNANDES DA CONCEIÇÃO SANTOS – SEAD

Membros:

GEISA SIMONE DA SILVA SOUZA LIMA - SEAD

KELSER CESARIO TAVERNARD LEITÃO – HEMOPA

WALDINES MAIA FLEXA - HEMOPA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 23 de abril de 2018.

**ALICE VIANA SOARES MONTEIRO**

Secretária de Estado de Administração

**\* Republicado por ter saído com incorreções no DOE nº 33.606 de 26.04.2018.**

**PORTARIA Nº 277, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as medidas necessárias para a realização de concurso público para suprir a necessidade de profissionais,

para reposição de quadro de pessoal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ;

Considerando ainda, o que dispõe o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta firmando perante o Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLVE:

1 - REVOGAR a Portaria nº 213, de 09 de abril de 2015.

2 - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados a constituírem a Comissão de Concurso Público C-174 para preenchimento de cargos do quadro de pessoal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ.

Presidente:

ODILENE FERNANDES DA CONCEIÇÃO SANTOS – SEAD

Membros:

GEISA SIMONE DA SILVA SOUZA LIMA - SEAD

MARISTELA DO SOCORRO SILVA DOS SANTOS - ADEPARÁ

GLEICILENE BRASIL DE ALMEIDA SOBRAL – ADEPARÁ

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 25 de abril de 2018.

**ALICE VIANA SOARES MONTEIRO**

Secretária de Estado de Administração

**PORTARIA Nº 297, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as medidas necessárias para a realização de concurso público para suprir a necessidade de profissionais, para reposição de quadro de pessoal da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP;

Considerando, ainda, o que dispõe o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta firmando perante o Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLVE:

1 - REVOGAR a Portaria nº 212, de 09 de abril de 2015.

2 - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados a constituírem a Comissão de Concurso Público C-195 para preenchimento de cargos do quadro de pessoal da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP

Presidente:

ODILENE FERNANDES DA CONCEIÇÃO SANTOS – SEAD

Membros:

ANNA LAURA FERREIRA DE ARAÚJO - SEAD

MARISETE CARVALHO DE ANDRADE – FSCMP

NELMA DE JESUS NOGUEIRA MACHADO - FSCMP

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 26 de abril de 2018.

**ALICE VIANA SOARES MONTEIRO**

Secretária de Estado de Administração

**PORTARIA Nº 298, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as medidas necessárias para a realização de concurso público para suprir a necessidade de profissionais, para reposição de quadro de pessoal da Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana – FHCGV;

Considerando, ainda, o que dispõe o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta firmando perante o Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLVE:

1 - REVOGAR a Portaria nº 185, de 06 de abril de 2015.

2 - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados a constituírem a Comissão de Concurso Público C-181 para preenchimento de cargos do quadro de pessoal da Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana – FHCGV;

Presidente:









INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15395967-3  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13081, AINF nº 042015510000443-9, contribuinte VERENA PEREIRA MAIA, CPF nº. 79993036234  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12171, AINF nº 012014510011789-8, contribuinte CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15395967-3  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12179, AINF nº 012014510011790-1, contribuinte CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15395967-3  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12177, AINF nº 012014510011792-8, contribuinte CIAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15395967-3  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14411, AINF nº 812015510001665-9, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15280486-2, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14401, AINF nº 812015510001402-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14409, AINF nº 812015510001434-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14407, AINF nº 812015510001405-2, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 02/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14397, AINF nº 812015510001384-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13919, AINF nº 172015510000404-1, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14391, AINF nº 812015510000603-3, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15280486-2, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14415, AINF nº 812016510000353-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15280486-2, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14393, AINF nº 812015510001420-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13017, AINF nº 012015510006325-6, contribuinte TOBIAS CARVALHO BRANCO ALMEIDA, CPF nº. 78551218204  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13867, AINF nº 172015510000245-6, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13863, AINF nº 172015510000243-0, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14427, AINF nº 812015510001557-1, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14425, AINF nº 812015510001550-4, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14423, AINF nº 812015510001556-3, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13843, AINF nº 172015510000393-2, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13855, AINF nº 172015510000399-1, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8, advogado: ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAU, OAB/PA-14049,  
Em 04/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13877, AINF nº 172015510000398-3, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 13029, AINF nº 172012510000431-7, contribuinte PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA, Insc. Estadual nº. 15075216-4  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13031, AINF nº 172012510000431-7, contribuinte PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA, Insc. Estadual nº. 15075216-4

Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14239, AINF nº 812015510001410-9, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14309, AINF nº 812015510001435-4, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14289, AINF nº 812015510001182-7, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14261, AINF nº 812015510001403-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14267, AINF nº 812015510001429-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14271, AINF nº 812015510001537-7, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14277, AINF nº 812015510001559-8, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14255, AINF nº 812015510001385-4, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14269, AINF nº 812015510001432-0, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14265, AINF nº 812015510001417-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15304812-3, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231,  
Em 07/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13025, AINF nº 012015510005897-0, contribuinte MARCELO BRITO MAUES, CPF nº. 55944663200  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13033, AINF nº 012015510004817-6, contribuinte JOSE GOMES DE OLIVEIRA, CPF nº. 4975618249, advogado: LEANDRO MAUÉS, OAB/PA-22452,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13803, AINF nº 172015510000241-3, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8, advogado: ANA VALDA TEIXEIRA GALVÃO, OAB/RN-8702,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13797, AINF nº 172015510000246-4, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8, advogado: ANA VALDA TEIXEIRA GALVÃO, OAB/RN-8702,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14293, AINF nº 812015510001109-6, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14247, AINF nº 812015510000809-5, contribuinte VALE S.A, Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: IGOR DINIZ KLAUTAU DE A. FERREIRA, OAB/PA-20110,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13819, AINF nº 172015510000247-2, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8, advogado: ANA VALDA TEIXEIRA GALVÃO, OAB/RN-8702,  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13837, AINF nº 172015510000406-8, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13831, AINF nº 172015510000401-7, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13835, AINF nº 172015510000407-6, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13841, AINF nº 172015510000400-9, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8  
Em 09/05/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13839, AINF nº 172015510000394-0, contribuinte ALESAT COMBUSTIVEIS S. A., Insc. Estadual nº. 15257527-8

**Protocolo: 306413**

**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS  
FAZENDIÁRIOS - TARF  
ACÓRDÃOS  
SEGUNDA CÂMARA**

ACÓRDÃO N. 6034 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13252 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 062016730000439-5). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar 123/2006. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2018.

ACÓRDÃO N. 6033 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13250 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 062015730002445-3). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar 123/2006. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2018.

ACÓRDÃO N. 6032 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13372 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 012016730002822-9). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar 123/2006. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2018.

ACÓRDÃO N. 6031 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13380 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 092015730001401-7). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. 1. Deve ser mantida a exclusão do contribuinte, optante pelo regime tributário do Simples Nacional, quando constatado que as despesas do exercício foram superiores em 20% (vinte por cento) ao valor total dos ingressos de recursos do mesmo período, nos termos do art. 29, inciso IX, da Lei Complementar n. 123/06. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 17/04/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 17/04/2018.

ACÓRDÃO N. 6030 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12818 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252016730000358-7). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude de o referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar n. 123/2006. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 17/04/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 17/04/2018.

ACÓRDÃO N.6029- 2ª. CPJ. RECURSO N. 9532 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510001000-0)

ACÓRDÃO N.6028- 2ª. CPJ. RECURSO N. 9000 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000993-2)

ACÓRDÃO N.6027- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8814 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000997-5)

ACÓRDÃO N.6026- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8718 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000999-1)

ACÓRDÃO N.6025- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8716 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000996-7)

ACÓRDÃO N.6024- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8714 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000995-9)

ACÓRDÃO N.6023- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8712 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000994-0)

ACÓRDÃO N.6022- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8710 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000992-4)

ACÓRDÃO N.6021- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8708 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000991-6)

ACÓRDÃO N.6020- 2ª. CPJ. RECURSO N. 8706 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 182012510000990-8)

CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. ESTORNO DE CRÉDITO. NULIDADE. 1. Compete à autoridade lançadora o dever e o ônus de demonstrar e provar o cometimento da infração imputada ao sujeito passivo. 2. Deve



Interessado: Jose Fernandes Santos da Silva – CPF: 110.346.372-15  
 Marca/Tipo/Chassi  
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69V0HG242129  
**Portaria n.º201804002318, de 26/04/2018 - Proc n.º 42018730003742/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Joaquim Dias Cardoso – CPF: 072.498.102-00  
 Marca/Tipo/Chassi  
 TOYOTA/ETIOS SD PLATINUM/Pas/  
 Automovel/9BRB29BTXF2082517  
**Portaria n.º201804002320, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008748/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Jone Ferreira Nobre – CPF: 334.466.952-49  
 Marca/Tipo/Chassi  
 VW/NOVO VOYAGE HL MBV/Pas/  
 Automovel/9BWDB45U3HT030852  
**Portaria n.º201804002322, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008749/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Tiberio Augusto da Silva Pamplona – CPF: 133.784.302-49  
 Marca/Tipo/Chassi  
 CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ/Pas/  
 Automovel/9BGJC69E0FB226546  
**Portaria n.º201804002324, de 26/04/2018 - Proc n.º 42018730003745/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Ailton Almeida Alves – CPF: 323.878.732-20  
 Marca/Tipo/Chassi  
 CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ/Pas/Automovel/9BGJC75E0GB171960  
**Portaria n.º201804002326, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008716/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Paulo Americo Sales de Lima – CPF: 036.639.142-91  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/  
 Automovel/9BD197132F3189038  
**Portaria n.º201804002328, de 26/04/2018 - Proc n.º 102018730001827/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Anivaldo Muraski da Silva – CPF: 490.601.392-91  
 Marca/Tipo/Chassi  
 CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/  
 Automovel/9BGJC6930GB173772  
**Portaria n.º201804002330, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008719/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Francisco Ferreira Pereira – CPF: 210.784.752-53  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/SIENA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD19716TH3331198  
**Portaria n.º201804002332, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008745/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Edgar Vieira de Sousa – CPF: 057.068.902-34  
 Marca/Tipo/Chassi  
 VW/NOVO VOYAGE TL MCV/Pas/  
 Automovel/9BWGD45U2HT096312

**Portaria n.º201804002334, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008756/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Laurimar Santos da Costa – CPF: 304.735.512-68  
 Marca/Tipo/Chassi  
 VW/VOYAGE 1.0/Pas/Automovel/9BWDA05U8BT265850  
**Portaria n.º201804002336, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008752/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Luiz Antonio Assunção dos Santos – CPF: 168.126.542-72  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/SIENA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD19716TF3259430  
**Portaria n.º201804002338, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008736/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Lindo Jose Botelho Miranda – CPF: 246.268.562-68  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/IDEA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD13571AE2266057  
**Portaria n.º201804002340, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008731/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Sergio Hildegardo Ribeiro Galvão – CPF: 155.004.542-34  
 Marca/Tipo/Chassi  
 TOYOTA/COROLLA ALTISFLEX/Pas/  
 Automovel/9BRBD3HE3H0312350  
**Portaria n.º201804002342, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008721/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Alex Cunha da Silva – CPF: 567.299.102-59  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/LINEA ESSENCE 1.8/Pas/Automovel/9BD1105BDC1551980  
**Portaria n.º201804002344, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008717/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Sandro Henrique Lisboa de Lima – CPF: 330.401.842-53  
 Marca/Tipo/Chassi  
 TOYOTA/ETIOS SDX 15LAT/Pas/Automovel/9BRB29BT6J2158596  
**Portaria n.º201804002346, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008747/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Darcio Costa Monteiro – CPF: 515.514.892-87  
 Marca/Tipo/Chassi  
 VW/NOVO VOYAGE CL MBV/Pas/  
 Automovel/9BWDB45U2HT013458  
**Portaria n.º201804002348, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008738/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Antonio Roberto de Lima – CPF: 067.833.252-53  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX/Pas/Automovel/9BD372171E4047134  
**Portaria n.º201804002350, de 26/04/2018 - Proc n.º 201873000709/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Edmilson Gonçalves da Silva – CPF: 429.301.112-91  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/SIENA EL FLEX/Pas/Automovel/9BD372111C4011440

**Portaria n.º201804002352, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008675/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Heleno Correa Trindade – CPF: 587.243.382-49  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/PALIOATTRACTIV1.0/Pas/Automovel/9BD196271E2211115  
**Portaria n.º201804002354, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008677/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Humberto Prado Monteiro – CPF: 098.501.122-04  
 Marca/Tipo/Chassi  
 FIAT/PALIO WEEK ELX FLEX/Pas/  
 Automovel/9BD17301A84228837  
**Portaria n.º201804002356, de 26/04/2018 - Proc n.º 2018730008344/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Jose Carlos Mendes Medeiros – CPF: 223.442.682-00  
 Marca/Tipo/Chassi  
 VW/VOYAGE CL MA/Pas/Automovel/9BWDA45U8FT007891  
**Portaria n.º201804002358, de 26/04/2018 - Proc n.º 22018730002893/SEFA**  
 Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018  
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01  
 Interessado: Maria de Jesus de Souza Mendonça – CPF: 706.546.972-72  
 Marca/Tipo/Chassi  
 CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69V0JG352121  
**Protocolo: 306422**

## BANCO DO ESTADO DO PARÁ

### TERMO ADITIVO A CONTRATO

#### TERMO ADITIVO Nº: 02

DATA DE ASSINATURA: 17.04.2018  
 VALOR: R\$-320.758,84 (Trezentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) - Global  
 VIGÊNCIA: 18.04.18 A 17.04.23  
 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros  
 JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo  
 CONTRATO Nº: 023  
 EXERCÍCIO: 2008  
 CONTRATADO: IURI MACHADO NAHON  
 ENDEREÇO: Rua Dom. Romualdo de Seixas, nº 236 – Sala 22 – Bairro: Umarizal  
 CEP: 66050-110 Belém/PA  
 TELEFONE: (91) 98843 0819  
 ORDENADOR: Augusto Sérgio Amorim Costa  
**Protocolo: 306365**



## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 63, DE 26/04/2018 - DIOR**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando de suas atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 16 da Lei nº 8.587, de 28 de dezembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2018.

**RESOLVE:**

I - Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 810.179,58 (Oitocentos e Dez Mil, Cento e Setenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) I e II do art. 16 da LOA 2018, da forma abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
141012060814468447 - SEDAP	0135	445042	126.400,00
161011212614248238 - SEDUC	0102	339140	600.000,00
532012212614248238 - IOE	0261	339140	83.779,58
<b>TOTAL</b>			<b>810.179,58</b>

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a Modalidade de Aplicação da(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
141012060814468447 - SEDAP	0135	449052	126.400,00
161011212614248238 - SEDUC	0102	339040	600.000,00
532012212614248238 - IOE	0261	339040	83.779,58
<b>TOTAL</b>			<b>810.179,58</b>

III - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,  
**JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**  
Secretário de Estado de Planejamento

**PORTARIA Nº 64, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - DIOR**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 4º, do(s) Decreto(s) nºs 1956 e 1957, ambos de 15 de janeiro de 2018, que aprovam a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o primeiro quadrimestre do exercício de 2018 e, considerando os decretos nºs 1972 de 29/01/2018 e 1977 de 05/02/2018.

**RESOLVE:**

I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do primeiro quadrimestre do exercício de 2018, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,  
**JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**  
Secretário de Estado de Planejamento

**ANEXO A PORTARIA Nº 64, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2018				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE SETRAN						
Investimentos		0,00	0,00	0,00	10.239.817,24	10.239.817,24
Obras e Instalações	0124	0,00	0,00	0,00	4.371.187,45	4.371.187,45
	0125	0,00	0,00	0,00	3.201.881,45	3.201.881,45
	0126	0,00	0,00	0,00	2.666.748,34	2.666.748,34
POLÍTICA SOCIAL						
CRS - Barcarena						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00
CRS - Belém						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	58.745,97	58.745,97
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	58.745,97	58.745,97
CRS - Breves						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	232.550,00	232.550,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0149	0,00	0,00	0,00	232.550,00	232.550,00
CRS - C. Araguaia						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	58.745,00	58.745,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	58.745,00	58.745,00
CRS - Castanhal						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
CRS - Marabá						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	116.725,97	116.725,97
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	116.725,97	116.725,97

CRS - Santa Izabel						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
CRS - Santarém						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	65.745,00	65.745,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	65.745,00	65.745,00
HRC A						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
HRC M						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
HRS						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
LACEN						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	41.813,32	41.813,32
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0332	0,00	0,00	0,00	41.813,32	41.813,32

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2018				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA SETRAN		0,00	0,00	0,00	10.239.817,24	10.239.817,24
	0124	0,00	0,00	0,00	4.371.187,45	4.371.187,45
	0125	0,00	0,00	0,00	3.201.881,45	3.201.881,45
	0126	0,00	0,00	0,00	2.666.748,34	2.666.748,34
SAÚDE		0,00	0,00	0,00	2.439.325,26	2.439.325,26
CRS - Barcarena						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00
CRS - Belém						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	58.745,97	58.745,97
CRS - Breves						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0149	0,00	0,00	0,00	232.550,00	232.550,00
CRS - C. Araguaia						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	58.745,00	58.745,00
CRS - Castanhal						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
CRS - Marabá						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	116.725,97	116.725,97
CRS - Santa Izabel						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
CRS - Santarém						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	65.745,00	65.745,00
HRC A						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
HRC M						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
HRS						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0349	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
LACEN						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0332	0,00	0,00	0,00	41.813,32	41.813,32

FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2018				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
0124 - Royaltie Mineral	0,00	0,00	0,00	4.371.187,45	4.371.187,45
0125 - Royaltie Hídrico	0,00	0,00	0,00	3.201.881,45	3.201.881,45
0126 - Royaltie Petróleo	0,00	0,00	0,00	2.666.748,34	2.666.748,34
0149 - FES - SUS / Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	232.550,00	232.550,00
0332 - SUS / Servicos Produzidos	0,00	0,00	0,00	41.813,32	41.813,32
0349 - FES - SUS / Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	2.164.961,94	2.164.961,94
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.679.142,50</b>	<b>12.679.142,50</b>

Protocolo: 306691













## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

### CONTRATO

#### EXTRATO DO CONTRATO

Nº.do Contrato: 23/2018  
Processo Nº: 2018/97271  
Valor Total: R\$107.000,00 (cento e sete mil reais)  
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de levantamento físico e avaliação econômica individual de imóveis próprios estaduais cadastrados no SISPAT IMÓVEIS, ou aqueles que, apesar de não cadastrados, estiverem sendo utilizados pelos órgãos/entidades e que tenham documentação de dominialidade dos mesmos, localizados no Estado do Pará, conforme as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico SEAD/DGL/SRP nº 007/2017.  
Data de assinatura: 26/04/2018 Inic. de Vig.: 26/04/2018 Term. Vig.:26/04/2019  
Foro: Comarca de Belém Prazo: 12 (doze) meses  
Decreto de Qualificação: s/n Data: 14/04/2015 Data da publ.:15/04/2015  
Nº. / Exercício: 007/2017 Modalidade: Pregão Eletrônico SEAD/DGL/SRP nº 007/2017  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
Programa de Trabalho: 26.122.1297.8338; Fonte: 0101000000; Natureza da despesa: 339039; PI: 4200008338C.  
Pers: Jurídica CNPJ: 13.384.705/0001-00 Nome: CONSTRUTORA MAXXI-LTDA-EPP Logradouro: Avenida Desembargador Mario Guimarães, nº 733, Letra A- Poço, na cidade de Maceió/AL CEP: 57.025-080 Cidade: Maceió UF: AL.  
ORDENADOR: HÉLIO NUNES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 306358

#### EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº.do Contrato:022/2018 Processo nº:2017/288.446  
Valor Total: R\$ 147.012,99 (Cento e quarenta sete, doze reais e noventa e nove centavos).  
Objeto:Contratação de empresa especializada na elaboração do Sistema Rodoviário Estadual-SER, através de levantamento de dados georreferenciados, além da atualização da base cartográfica da malha viária do Estado do Pará.  
Data de assinatura: 25/04/2018 Inic. De Vig.: 25/04/2018 Term. Vig.: 24/07/2018  
Foro: Comarca de Belém Prazo: 90 dias  
Decreto de Qualificação: s/n Data: Data da publ.:  
Nº. / Exercício: 003/2018 Modalidade: Carta Convite  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 26.782.1435.7432; Natureza de despesa: 449039; Origem do Recurso: Estadual; Fonte: 0125000000.  
DADOS DO CONTRATADO:  
Pers: Jurídica CNPJ:04015.340/0001-47 Nome:TERRA LTDA-ME Logradouro: Av. Governador José Malcher, nº 2.306 CEP:66.060-232 Bairro:São Brás Cidade: Belém UF: PA Nº.:6500  
ORDENADOR: HÉLIO NUNES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 306451

### CONVÊNIO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONVÊNIO

Nº. do Convênio: 007/2017 Processo nº 2017/447667  
Nº. do Termo: 1º Data de Assinatura: 24/04/2018  
Justif cativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 007/2017 é decorrente da solicitação feita pelo Diretor de Planejamento em exercício, através do Memorando nº 019/2018 (fls. 162, proc. 2017/447667), uma vez que a liberação dos recursos está em atraso. A prorrogação de encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item I, alínea "h", passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio.  
Prazo: 120 (cento e vinte) dias Inic. de Vig.: 27/04/2018 T. Vig.: 25/08/2018  
Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN, CNPJ nº. 04.953.717/0001-09 e PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI, CNPJ nº 05.171.921/0001-30  
CEP: 68.770-000 Logradouro: Av. Hernane Lameira Nº: 925 Bairro: Vila Nova Cidade: Inhangapi UF: PA  
ORDENADOR: HÉLIO NUNES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONVÊNIO

Nº. do Convênio: 008/2017 Processo nº 2017/447672  
Nº. do Termo: 1º Data de Assinatura: 19/04/2018  
Justif cativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 008/2017 é decorrente da solicitação feita pelo Diretor de Planejamento em exercício, através do Memorando nº 020/2018 (fls. 155, proc. 2017/447672), uma vez que a liberação dos recursos está em atraso. A prorrogação de encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item I, alínea "h", passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio.  
Prazo: 120 (cento e vinte) dias Inic. de Vig.: 21/04/2018 T. Vig.: 19/08/2018  
Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN, CNPJ nº. 04.953.717/0001-09 e PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI, CNPJ nº 05.171.921/0001-30  
CEP: 68.770-000 Logradouro: Av. Hernane Lameira Nº: 925 Bairro: Vila Nova Cidade: Inhangapi UF: PA  
ORDENADOR: HÉLIO NUNES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 306178

#### PORTARIA Nº 81 DE 24 DE ABRIL DE 2018

O Secretário Adjunto de Estado de Transportes, usando das atribuições que lhes são delegadas pela PORTARIA Nº 134 de 22.07.2015, republicado no Diário Oficial do Estado nº 32.938 de 29.07.2015, e

Considerando o teor do Memorando nº 059/2018-DIRTEC;

#### RESOLVE:

DESIGNAR a servidora TÂNIA MARIA PAES BARBOSA, Id. Funcional nº 2050471/2, ocupante do cargo de Datilógrafo, para responder pela função de Gerente no período de 02 a 31/05/2018, em substituição a servidora Maria de Fátima de Mendonça Ribeiro Alves Mota, Id. Funcional nº 3277836/1 que entrará em gozo de férias regulamentares.

#### PORTARIA Nº 82 DE 24 DE ABRIL DE 2018

O Secretário Adjunto de Estado de Transportes, usando das atribuições que lhes são delegadas pela PORTARIA Nº 134 de 22.07.2015, republicado no Diário Oficial do Estado nº 32.938 de 29.07.2015, e

Considerando os termos e prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 07/91, alterada pela Lei Complementar nº 077/2011;

#### RESOLVE:

DISPENSAR, os contratos administrativos abaixo relacionados:

MAT	NOME	CARGO	TÉRMINO DO VINCULO
5907278/2	RANIRSON CABRAL DA SILVA	Técnico em Gestão Pública - Economista	01.05.2018
5889681/3	FLÁVIA LADEIRA MENDES	Técnico em Gestão Pública - Pedagogo	01.05.2018

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES, EM 24/04/2018

HÉLIO NUNES CARDOSO  
Secretário Adjunto de Transportes

Protocolo: 306492

#### RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Modalidade: Concorrência  
Número: n.º 008/2018.  
OBJETO: Conservação da Rodovia Transforlândia, trecho: BR-163 / Forlândia, com extensão de 45,70 km, na Região de Integração Tapajós, sob jurisdição do 3º Núcleo Regional.

A Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação. A empresa CONSTRUTORA D'ALMEIDA LTDA, foi considerada INABILITADA ao prosseguimento do certame e as empresas CONSTRUTORA NORTE DO TAPAJÓS LTDA e TRIENG CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP foram consideradas HABILITADAS. Caso não haja interposição de recursos contra a habilitação, fica desde já marcada a data de 04/05/2018, às 09:30 horas, para dar continuidade ao certame, com a abertura das Propostas Financeiras. A partir da data desta publicação, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recursos. Cópia da ata de julgamento da Documentação de Habilitação, encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação da SETRAN, na Av. Almirante Barroso, nº 3639, 1º andar - Souza - Belém/PA.  
Belém, 26 de abril de 2018.  
ERNANI LISBOA COUTONHO JÚNIOR  
Presidente da C.P.L - SETRAN

Protocolo: 306605

## AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

#### RESOLUÇÃO CONERC Nº 6/2018

O Senhor Presidente do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, do art. 22, do Regimento Interno do CONERC; e

Considerando o Processo nº 2018/28731, de interesse da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos, cujo objeto trata de edição de resolução regulamentando o transporte alternativo intermunicipal de passageiros, conforme disposições da Lei nº 8.470/2017 e o que determina o art. 5º do Decreto nº 1.823/2017; e

Considerando que, uma vez submetida a matéria à deliberação do plenário, a minuta de resolução oferecida pela ARCON foi aprovada com os ajustes registrados nas atas da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª sessão extraordinária e 2ª sessão ordinária, esta última realizada em 17/04/2018, e inseridos em redação final, conforme texto juntado aos autos do Processo nº 2018/28731.

Com fundamento na Lei Estadual nº 6.099/97 e Decreto nº 209/08.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar minuta de resolução regulatória do transporte alternativo intermunicipal de passageiros nos termos apresentados pela Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos constante dos autos do Processo nº 2018/28731.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do CONERC, em 17 de abril de 2018.

Raimundo Nonato Miranda de Vasconcelos - Presidente.

Protocolo: 306371

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

### LICENÇA PRÊMIO

#### PORTARIA Nº 113 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Conforme processo nº 2018/133090;

#### RESOLVE:

CONCEDER licença Premio ao servidor, LUIZ CLAUDIO LOPES DE SOUZA, mat. 57211729/1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, no período de 02.07.2018 a 31.07.2018 e 03.12.2018 a 01.01.2019, correspondente ao triênio 2015/2018. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE Luiz Cláudio Braga Cavalcante  
Diretor Administrativo e Financeiro.

Protocolo: 306119

### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

#### PORTARIA Nº 120 DE 24 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Conforme processo nº 2018/170786;

#### RESOLVE:

CONCEDER licença saúde ao servidor, ANTONIO DE JESUS ATHAR ESTUMANO, mat. 21547/1, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal, no período de 21.03.2018 a 30.03.2018, conforme laudo médico nº 193217A/1. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE Luiz Cláudio Braga Cavalcante  
Diretor Administrativo e Financeiro.

Protocolo: 306111

#### PORTARIA Nº 115 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Conforme processo nº 2018/168895;

#### RESOLVE:

CONCEDER licença saúde a servidora, MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA BENTO, mat. 11134/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no período de 01.03.2018 a 11.04.2018, conforme laudo médico nº 193144A/3. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE Luiz Cláudio Braga Cavalcante  
Diretor Administrativo e Financeiro.

Protocolo: 306113















**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PSS Nº 001/2018**

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 07/1991, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 077/2011, lei Estadual nº 8.096/2015, Leis Estaduais nº 6.829/2006 e nº 6.282/2000 e pelos Decretos Estaduais nº 1.230/2015 e nº 1.627/2016 e subsidiariamente pela Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 - Regime Jurídico Único - RJU, resolve homologar o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado - PSS para contratação temporária, tendo como classificados os seguintes candidatos:

<b>Cargo: Técnico em Gestão de Informática - Belém</b>							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Qualificação	Total	Entrevista	Total
1	Fabio Venicius Ferreira dos Reis	1	0	0	1	8	9
2	Rodrigo Feliz Cavalcante	1	0	0	1	6	7
3	Adriana da Silva Souza Seraphico	3	0	0	3	3,5	6,5
4	Lorran Alves da Cruz Ramos	1	0	0	1	5	6

<b>Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Laboratório - Belém</b>							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S.	Qualificação	Total	Entrevista	Total
1	Alexandre Reis de Oliveira	10	10	10		8,5	38,5
2	Ocinea do Socorro Costa Santa Brígida	10	2	0		10	22

<b>Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Enfermagem - Belém</b>							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Entrevista	Total	Data de Nascimento
1	Dayse Maria do Espirito Santo Silva	10	6	9	2	27	
2	Leidiane Ferreira Maciel	10	5	3	8	26	
3	Leandro de Jesus Maia Moreira	10	2	3	10	25	
4	Cilmar Cordeiro	10	0	3	10	23	
5	Marília Silva Oliveira	10	10	0	2,5	22,5	
6	Wanda Oliveira Bordallo	10	5	0	3,5	18,5	16/07/1973
7	Patricia de Nazare Dias da Silva	10	0	6	2,5	18,5	22/06/1986
8	Marcelo Alves Chaves	10	3	0	4,5	17,5	
9	Francidalva do Espirito Santo Borges	10	5	0	2	17	
10	Keziabeth da Silva Freitas	10	3	0	2	15	

<b>Cargo: Auxiliar Operacional - Remoção - Belém</b>							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Prova Prática	Data de Nascimento
1	Hugo Daniel Sousa Nogueira	10	2	0	12	Apto	15/01/1980
2	Fabricio Luis Alves de Sousa	10	2	0	12	Apto	28/06/1984
3	Maike William da Silva Ribeiro	10	2	0	12	Apto	15/10/1992
4	Jeanderson Carlos Brito dos Santos	10	0	1	11	Apto	
5	Jorge Luis de Oliveira Moreira	10	0	0	10	Apto	02/05/1962
6	Mauro Santos de Araujo	10	0	0	10	Apto	24/07/1970
7	Rosewan José Melo Guimarães	10	0	0	10	Apto	07/09/1972
8	Marinaldo Oliveira Santana	10	0	0	10	Apto	25/07/1975
9	Jean Carlos do Santos Chucre	10	0	0	10	Apto	08/11/1976
10	Vitor de Melo Mendes	10	0	0	10	Apto	05/01/1978
11	Alessandro Tavares Venancio	10	0	0	10	Apto	29/01/1979
12	Marcio de Assis de Carvalho Paiva	10	0	0	10	Apto	06/01/1981
13	Fabio Rafael Canelas de Carvalho	10	0	0	10	Apto	15/01/1981
14	Andre Luis Silva da Silva	10	0	0	10	Apto	20/03/1981
15	Regiane Cardoso da Silva	10	0	0	10	Apto	21/11/1981
16	Erivaldo Mendes Farias	10	0	0	10	Apto	16/12/1981
17	Sidney Monteiro dos Santos	10	0	0	10	Apto	18/12/1981
18	Welliton Mamore Trindade Soares	10	0	0	10	Apto	29/07/1982
19	Ezequiel Furtado da Costa	10	0	0	10	Apto	02/10/1982
20	Josiane Cristina Gomes Ramos Macedo	10	0	0	10	Apto	14/04/1983
21	Rodrigo Jennings da Silva	10	0	0	10	Apto	05/10/1983
22	Akira de Nazare Moraes de Melo	10	0	0	10	Apto	12/10/1983
23	Marcelo Martins Magno	10	0	0	10	Apto	17/11/1983
24	Paulo Vitor Silva da Costa	10	0	0	10	Apto	05/08/1984
25	Edson Ribeiro Saraiva	10	0	0	10	Apto	02/10/1984
26	Bruno Serbastião Oliveira Lima	10	0	0	10	Apto	20/01/1987
27	Joao Carlos Leao Modesto	10	0	0	10	Apto	02/12/1987
28	Vitor Leonardo de Lucena Souza	10	0	0	10	Apto	05/12/1987
29	Emerson de Vasconcelos Chaves	10	0	0	10	Apto	10/01/1988
30	Jorge Miranda Carvalho	10	0	0	10	Apto	12/04/1989
31	Thon Diego Costa Rodrigues	10	0	0	10	Apto	31/10/1989
32	Andre Augusto Siqueira Costa	10	0	0	10	Apto	04/04/1992
33	Josivan Queiroz Sousa	10	0	0	10	Apto	06/09/1992
34	Osmar de Oliveira Nascimento Junior	10	0	0	10	Apto	08/11/1993
35	Danielle da Silva Brito	10	0	0	10	Apto	05/02/1994
36	Weliton Silva Quaresma	10	0	0	10	Apto	25/12/1996

<b>Cargo: Auxiliar Operacional - Remoção - Altamira</b>							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Avaliação Prática	Data de Nascimento
1	Carlos Antonio de Sousa	10	0	0	10	Apto	22/03/1980
2	Jonatas Costa de Souza	10	0	0	10	Apto	24/09/1981
3	Joel Romao Batista	10	0	0	10	Apto	31/01/1983
4	Klevyson Nuncio Braga	10	0	0	10	Apto	04/01/1990

Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Enfermagem - Abaetetuba						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Entrevista	Total
1	Rita de Cassia Batista Albuquerque	10	0	0	2	12

Cargo: Auxiliar Operacional - Remoção - Abaetetuba							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Avaliação Prática	Data de Nascimento
1	Elivaldo Pereira Lobato	10	2	0	12	Apto	15/11/1974
2	Elielton Maciel Carvalho	10	2	0	12	Apto	16/03/1991
3	Jose Fernando Lima Cardoso	10	0	0	10	Apto	24/08/1976
4	Durval Santana Cordeiro Filho	10	0	0	10	Apto	16/12/1978
5	Arnaldo Claudio Margalho Figueiredo	10	0	0	10	Apto	27/12/1978
6	Joselino Brito Negrão	10	0	0	10	Apto	17/06/1985
7	Andre Brito Pinheiro	10	0	0	10	Apto	11/09/1985
8	Everson da Silva Andre	10	0	0	10	Apto	28/09/1991
9	Venicius Paulo Alves Cardoso	10	0	0	10	Apto	22/11/1991
10	Manoel Victor dos Santos Gomes	10	0	0	10	Apto	12/03/1996

Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Enfermagem - Castanhal						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Entrevista	Total
1	Maria Auxiliadora de Jesus Santa Brigida	10	0	0	10	20
2	Silviane de Carvalho Paes	10	3	0	4,5	17,5

Cargo: Auxiliar Operacional - Remoção - Itaituba							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Avaliação Prática	Data de Nascimento
1	Celio Douglas Barbosa de Menezes	10	2	0	12	Apto	
2	Sefraim Santos Matias	10	0	0	10	Apto	24/06/1978
3	Jonil Oliveira Leal	10	0	0	10	Apto	13/07/1986
4	Adenilson Souza Baltazar	10	0	0	10	Apto	01/11/1987
5	Jayrton David dos Santos Fernandes	10	0	0	10	Apto	10/06/1989
6	Gerfesson Aquino da Silva	10	0	0	10	Apto	21/07/1992
7	Rainner Azevedo da Silva	10	0	0	10	Apto	24/08/1992

Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Enfermagem - Tucuruí						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Entrevista	Total
1	Tatia Ligiane Leite Tatagiba	10	10	1	10	31
2	Vando Santos Caetano	10	3	0	3	16

Cargo: Auxiliar Operacional - Remoção - Tucuruí							
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Avaliação Prática	Data de Nascimento
1	Elinaldo Pereira da Cunha	10	2	0	12	Apto	
2	Paulo Henrique Coelho da Silva	10	0	0	10	Apto	03/12/1984
3	Urnei Ademilson Feitosa Matins	10	0	0	10	Apto	24/10/1989

Cargo: Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Enfermagem - Marabá						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Entrevista	Total
1	Rosa Helena Farias da Cruz	10	0	10	6,5	26,5
2	Ercelis Gabriel Cunha Silva	10	0	1	8,5	19,5

Cargo: Auxiliar Operacional - Belém						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Data de Nascimento
1	Marcia Chaves Souza	10	7	10	27	
2	Maria Graciete de Avelar Beckman	10	10	2	22	
3	Rita do Socorro da Costa Souza	10	10	1	21	23/04/1966
4	Milka Lopes Cardoso Raiol	10	10	1	21	10/02/1969
5	Rosicleia Gomes de Sousa	10	9	2	21	27/08/1980
6	Tito do Espirito Santo Silva	10	0	10	20	
7	Cleube Dias Abreu	10	0	9	19	
8	Vivianderson Silva dos Santos	10	2	6	18	
9	Rosileia Lopes Carvalho	10	0	5	15	05/09/1975
10	Evandro Pamplona Junior	10	5	0	15	16/03/1976
11	Leiliane Carvalho Pinheiro	10	4	1	15	01/12/1985
12	Jackline Quadros dos Santos	10	0	5	15	17/11/1993
13	Joice Lemos Trindade	10	4	0	14	22/03/1982
14	Albino Guilherme Quadros dos Santos	10	1	3	14	16/07/1990
15	Clarice dos Santos Gurgel	10	0	4	14	01/06/1991
16	Vitor Augusto Cunha de Souza	10	2	2	14	03/09/1991
17	Priscila Passos da Costa	10	0	3	13	27/12/1984
18	Aline Wanessa Cosenza Pereira	10	0	3	13	30/09/1990
19	Lorena Leticia Reis Barata	10	2	1	13	28/02/1994



20	Adelaide Simone Nahum Gomes	10	2	0	12	08/11/1972
21	Luciene Monteiro Saraiva	10	0	2	12	29/05/1973
22	Wanderson Ricardo Nunes Castro	10	0	2	12	29/05/1983
23	Erika Natasha da Silva Sá	10	0	2	12	17/02/1990
24	Diego Elias Santos de Almeida	10	2	0	12	13/01/1994
25	Simone Marcia Nogueira	10	0	1	11	29/03/1973
26	Sandra Braga da Silva	10	0	1	11	26/09/1977
27	Talita Ferreira Seabra	10	0	1	11	22/02/1986
28	Marcellia Melo da Penha	10	0	1	11	15/01/1989
29	Brenda Juliane Silva dos Santos	10	0	1	11	20/03/1989
30	Jorge do Carmo Neto	10	1	0	11	02/08/1990
31	Luana Pinto de Amorim	10	0	1	11	03/12/1991
32	Rodrigo Chaves Souza	10	0	1	11	01/08/1993
33	Bruna Caroline Amaral Lino	10	0	1	11	11/09/1996
34	Fernando Eduardo da Silva Santos	10	0	1	11	01/09/1997
35	Alan Coelho dos Passos	10	0	0	10	30/01/1972
36	Edith de Jesus Matos	10	0	0	10	23/03/1976
37	Claudia Maria Silva da Silva	10	0	0	10	26/06/1976
38	Laicilena Melo Moraes	10	0	0	10	17/02/1977
39	Christianne do Socorro de Moraes Paes dos Santos	10	0	0	10	04/07/1979
40	Dayvison Daniel Caraciolo Fernandes	10	0	0	10	25/02/1980
41	Maria Cleciane Alves da Silva	10	0	0	10	07/06/1981
42	Jailson Sousa Silva	10	0	0	10	01/05/1984
43	Leticia Lima Carvalho	10	0	0	10	09/08/1984
44	Rodrigo Monteiro Amaral	10	0	0	10	13/09/1986
45	Thiago Cantao de Sousa	10	0	0	10	13/11/1987
46	Jessica Reis Pereira	10	0	0	10	22/01/1989
47	Marlon Wanderson Prudencio Pinheiro	10	0	0	10	04/06/1990
48	Andreza Souza Machado	10	0	0	10	25/09/1990
49	Larissa Paola da Silva Uchoa	10	0	0	10	19/12/1991
50	Tassio Roberto Moreira Ribeiro	10	0	0	10	19/01/1992
51	Gabriella Moares dos Santos	10	0	0	10	15/09/1992
52	Bruno Pantoja Figueiredo	10	0	0	10	21/01/1994
53	Alex Ruan Habib Simoes	10	0	0	10	10/02/1994
54	Amanda Santos da Cruz	10	0	0	10	23/02/1994
55	Andre Luiz Silveira Esteves	10	0	0	10	10/08/1994
56	Rafael Albuquerque Veiga	10	0	0	10	06/09/1994
57	Ramon Martin de Mello Correa	10	0	0	10	08/08/1995
58	Gabriel Lopes da Silva	10	0	0	10	11/05/1997
59	Marcos Vinicius Silva da Silva	10	0	0	10	16/01/1998

**Cargo: Motorista - Belém**

Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Data de Nascimento
1	Patryck José do Nascimento Braga	10	10	2	22	
2	Lucio Daniel Silva da Costa	10	8	3	21	
3	Jonatas Portilho de Melo	10	10	0	20	29/04/1955
4	Antonio Carlos Ribeiro da Silva	10	0	10	20	30/12/1962
5	Luiz Nazareno Teixeira da Costa	10	10	0	20	21/03/1974
6	Igor Silva Nazario	10	8	2	20	15/04/1991
7	Paulo Eden Rosa da Silva	10	5	4	19	
8	Pedro Sergio de Sousa Reis	10	7	1	18	
9	Paulo Augusto Pinheiro de Melo Junior	10	6	0	16	16/06/1979
10	Claudinei Mendes Carpina	10	0	6	16	26/12/1979
11	Marcos Rogerio Amorim Pinheiro	10	5	1	16	30/06/1985
12	Michel dos Santos Botelho	10	6	0	16	28/05/1988
13	Clebson do Carmo Chaves	10	5	1	16	06/03/1989
14	Adailson Pantoja de Lima	10	4	0	14	
15	Marcelo Nazareno Farias de Almeida	10	0	3	13	02/10/1972
16	Ney de Andrade Costa	10	0	3	13	15/07/1976
17	Robson de Souza Barros	10	2	1	13	28/09/1981
18	Miguel Wilson Maciel Ferreira	10	2	1	13	27/05/1984
19	Adilson Abdon Cardoso Rodrigues	10	0	2	12	26/01/1981
20	Josias Viana de Almeida	10	2	0	12	06/07/1983
21	Anderson Macedo da Silva	10	0	2	12	18/05/1984
22	Francisco Nonato Canellas Magalhaes	10	0	2	12	30/09/1985
23	Marcino de Lima Goncalves	10	0	1	11	12/07/1961
24	Ligia Maria Souza Campos	10	0	1	11	02/04/1969
25	Lourivan Moura da Silva	10	0	1	11	15/03/1972
26	Marcio Andre Vale de Souza	10	0	1	11	14/08/1973
27	Alessandro Jose Monteiro Saraiva	10	0	1	11	01/10/1977

28	Albery da Silva Mendes	10	0	1	11	06/12/1977
29	Anderson Hage Oda	10	0	1	11	03/01/1979
30	Jardson de Oliveira Magno	10	0	1	11	18/05/1979
31	Emmerson Cosme Bezerra da Silva	10	0	1	11	19/11/1979
32	Mardex Maues Moraes	10	0	1	11	27/11/1982
33	Amilton Bezerra da Trindade	10	0	1	11	02/09/1984
34	Kleitton Barbosa Gama	10	0	1	11	07/11/1984
35	Mauricio Borges Coelho	10	0	1	11	05/03/1986
36	Alexandre Antonio de Lima Junior	10	0	1	11	01/04/1986
37	Marcus Renato Oliveira Teixeira	10	0	1	11	21/09/1988
38	Pedro Cristino Filho	10	0	0	10	23/05/1957
39	Edivaldo Salim Gazel Freire	10	0	0	10	12/12/1960
40	Solino Ansberto Coutinho	10	0	0	10	28/03/1963
41	Benedito de Castro Moia	10	0	0	10	17/10/1964
42	Francisco Paulo Lima Sales	10	0	0	10	20/12/1964
43	Aracy Farias Ribeiro	10	0	0	10	25/04/1967
44	Jose Oscar de Freitas Moia	10	0	0	10	12/10/1967
45	Carlos Augusto Leal de Siqueira	10	0	0	10	18/10/1969
46	Edson Jose Vitorino de Souza	10	0	0	10	18/03/1971
47	Elias Vaz de Almeida Filho	10	0	0	10	14/11/1973
48	Marcos Durval Pereira	10	0	0	10	05/01/1974
49	Jose Jefferson Barros Rodrigues	10	0	0	10	07/01/1974
50	Gilberto Trindade da Silva	10	0	0	10	13/01/1974
51	Antonio Carlos Simoes Junior	10	0	0	10	15/05/1974
52	Marinaldo Benevides Lopes	10	0	0	10	28/12/1974
53	Leuzivan Marcos do Nascimento Arlindo	10	0	0	10	15/08/1975
54	Davi Wilson Nunes Bezerra	10	0	0	10	18/09/1975
55	Reinaldo dos Anjos Lima	10	0	0	10	09/11/1976
56	Nilson Moreira Afonso	10	0	0	10	04/12/1977
57	Rildo Rivelino Costa da Conceição	10	0	0	10	04/10/1978
58	Viviane de Cassia Pinheiro	10	0	0	10	23/11/1978
59	Agenor Vieira da Silva Junior	10	0	0	10	21/03/1979
60	Francisco de Assis Nascimento de Carvalho	10	0	0	10	14/10/1980
61	Moises Santana do Carmo	10	0	0	10	11/06/1981
62	Sidney Eneas Sousa dos Santos	10	0	0	10	31/07/1981
63	Herbert da Conceição Tocantins	10	0	0	10	30/10/1981
64	Michel Augusto Santos	10	0	0	10	23/12/1981
65	Alan Jose Azevedo Farias	10	0	0	10	16/08/1982
66	Joao Luiz da Silva Moraes	10	0	0	10	30/08/1982
67	Marcio Roberto Cavalcante de Jesus	10	0	0	10	30/06/1983
68	Dayvison Diego Ramos Santos	10	0	0	10	16/10/1983
69	Marcelo Jose Souza Araujo	10	0	0	10	26/10/1983
70	Idelson Santos Monteiro	10	0	0	10	14/06/1984
71	Joao Baptista Coelho Martins	10	0	0	10	24/06/1984
72	Leandro Corecha Macedo	10	0	0	10	28/07/1985
73	Anna Claudia dos Santos Sarmento	10	0	0	10	30/10/1985
74	Fernando Nascimento de Lima	10	0	0	10	09/02/1986
75	Pedro David Sarges Guimaraes	10	0	0	10	22/02/1986
76	Valdinei da Costa Divino	10	0	0	10	04/04/1986
77	Ricardo Furtado Saraiva	10	0	0	10	01/06/1986
78	Daniel Nazareno do Carmo Brito	10	0	0	10	05/05/1987
79	Aleidirvan da Silva Amaral	10	0	0	10	16/05/1987
80	Gleison Reis da Costa	10	0	0	10	27/01/1988
81	Thaymo Pires do Nascimento	10	0	0	10	31/03/1988
82	Lywz Melo Carvalho	10	0	0	10	20/04/1988
83	Cleves Henrique da Silva Carneiro	10	0	0	10	01/06/1989
84	Eduardo Freitas Caldas	10	0	0	10	21/11/1989
85	Jean Fabio Martins de Brito	10	0	0	10	22/12/1990
86	Washington Noronha Dias Filho	10	0	0	10	01/07/1991
87	Dalvan Orlando dos Santos Malheiros	10	0	0	10	21/09/1991
88	Marcus Douglas Cavalcante de Lima	10	0	0	10	22/09/1991
89	Davilso Lopes da Silva	10	0	0	10	10/10/1991
90	Paulo Fernando dos Santos Maia Filho	10	0	0	10	23/05/1992
91	Valber Rodrigues Fiel Filho	10	0	0	10	19/06/1992
92	Edvan Freitas Caldas	10	0	0	10	30/09/1993

<b>Cargo: Auxiliar Operacional - Castanhal</b>						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Data de Nascimento
1	Sandra Monteiro Sousa	10	10	9	29	
2	Rafael Neves da Silva Monteiro	10	2	10	22	
3	Jesimar Guimaraes de Castro	10	7	0	17	
4	Mirian Rodrigues de Sousa	10	3	2	15	
5	Izabela Pinheiro Bezerril	10	3	0	13	
6	Alan Douglas Brito Godot	10	0	2	12	08/07/1988
7	Walbert Sebastiao Nascimento do Nascimento	10	0	2	12	21/11/1991
8	Dandara Ferreira da Silva	10	0	2	12	23/01/1993
9	Valeria de Jesus Furtado Almeida	10	0	1	11	
10	Luis Wanderley Cunha Brito	10	0	0	10	09/07/1973
11	Manoel Alan Gomes de Souza	10	0	0	10	14/05/1979
12	Gleudson Conceição da Silva	10	0	0	10	06/07/1981
13	Rone Cheyla de Lima Sousa	10	0	0	10	18/09/1983
14	Jose Orlando Melo do Nascimento	10	0	0	10	16/07/1984
15	Radman Egson Teixeira	10	0	0	10	12/09/1984
16	Filadelfo Galvao Neto	10	0	0	10	22/12/1985
17	Brenda Tyfani de Araujo Pereira	10	0	0	10	04/10/1995

<b>Cargo: Motorista - Santarém</b>						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Data de Nascimento
1	Iaponam de Medeiros Pereira	10	5	10	25	
2	Hadames Roger Almeida Rodrigues	10	0	10	20	
3	Wellington Pereira Baltazar	10	4	4	18	
4	Alan Kid Leite	10	0	2	12	
5	Morais Dias Gomes	10	0	0	10	20/05/1975
6	Marcos Bentes Oliveira	10	0	0	10	11/10/1984
7	Aldemir Marlei Silva dos Santos	10	0	0	10	25/01/1985

<b>Cargo: Auxiliar Operacional - Marabá</b>						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	
1	Franklin Jorge de Sousa Pinto	10	0	7	17	
2	Maria da Paz Matos Sousa	10	0	0	10	

<b>Cargo: Motorista - Paragominas</b>						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	Data de Nascimento
1	Odete Maria Rodrigues da Silva	10	4	4	18	
2	Francisco Italo Castelo Dias	10	0	5	15	
3	Ivanil Golçalves	10	2	1	13	
4	Charleilan de Oliveira Santos	10	2	0	12	
5	Vito de Jesus Lameira Junior	10	0	0	10	06/09/1963
6	Raimundo Anderson de Oliveira Camara	10	0	0	10	13/09/1990

<b>Cargo: Auxiliar Operacional - PNE - Belém</b>						
Colocação	Candidato	Escolaridade	T.S	Curso	Total	
1	Erickson Melo Chagas	10		0	0	10

As vagas previstas no Edital nº 001/2018 – PSS e que não foram mencionadas nesta homologação não foram preenchidas, conforme tabela abaixo.

Cargo	Localidade	Quantidade
Auxiliar Técnico de Perícias - Técnico em Laboratório	Belém	1

Nos termos do item 9 do Edital, os candidatos selecionados e aprovados dentro do número de vagas, conforme o anexo IV – quadro de vagas serão convocados para assinar o termo de contrato junto ao Setor de Recursos Humanos do prédio sede deste Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 26 de abril de 2018.

JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Diretor Geral

Protocolo: 306675





a Carlos Antônio Vidal da Silva  
Cargo do Servidor : AGENTE PRISIONAL  
Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO - CEL QOPM  
**Protocolo: 306353**

**TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**

- Término de Vínculo: 27/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: ANDERSON CLEYTON SILVA DOS SANTOS.  
Matrícula: 5925644/1 - Função: AGENTE PRISIONAL  
- Término de Vínculo: 27/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: GUSTAVO DA SILVA LUJAN.  
Matrícula: 5901680/2 - Função: AGENTE PRISIONAL  
- Término de Vínculo: 27/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA.  
Matrícula: 57231812/3 - Função: AGENTE PRISIONAL  
- Término de Vínculo: 28/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: PAULO SOARES DA SILVA JUNIOR.  
Matrícula: 5925647/1 - Função: AGENTE PRISIONAL  
- Término de Vínculo: 28/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: UILQUE MESQUITA DOS SANTOS.  
Matrícula: 5925741/1 - Função: MOTORISTA  
- Término de Vínculo: 29/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: ADRIANO JOSE E CUNHA TEIXEIRA.  
Matrícula: 5905634/1 - Função: AGENTE PRISIONAL  
- Término de Vínculo: 29/04/2018  
Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO  
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA  
Servidor Temporário: LUIS EDUARDO DA SILVA NADRADE.  
Matrícula: 57202990/3 - Função: AGENTE PRISIONAL  
ORDENADOR: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**Protocolo: 306362**

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

**PORTARIA Nº 1478/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 09/04/2018.**  
NOME: MARGARETHE DE FREITAS CORREA MATRICULA Nº 57213720  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 27/02/2018 A 27/04/2018.  
**Protocolo: 306273**  
**PORTARIA Nº 1614/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: LUSVALDO MALCHER DA SILVA MATRICULA Nº 57202248  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 13/03/2018 A 27/03/2018.  
**Protocolo: 306277**  
**PORTARIA Nº 1616/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: FAUSTO SIDNEY DE SOUSA CARDOSO MATRICULA Nº 57202042  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 19/03/2018 A 09/04/2018.  
**Protocolo: 306281**  
**PORTARIA Nº 1475/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 09/04/2018.**  
NOME: JACYLEIA DE SOUZA MATRICULA Nº 5156106  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 20/02/2018 A 20/04/2018.  
**Protocolo: 306269**  
**PORTARIA Nº 1617/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: JOSIANE MIRANDA MACIEL MATRICULA Nº 57198089  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 08/03/2018 A 06/05/2018.  
**Protocolo: 306282**  
**PORTARIA Nº 1726/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: EDVALDO JUNIOR DOS ANJOS FILHO MATRICULA Nº 57188720  
Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA  
Período: 05/04/2018 A 10/04/2018.  
**Protocolo: 306287**  
**PORTARIA Nº 1476/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 09/04/2018.**  
NOME: JORGE PEREIRA ARAUJO MATRICULA Nº 334928  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 19/03/2018 A 14/09/2018.  
**Protocolo: 306270**  
**PORTARIA Nº 1477/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA,**

**09/04/2018.**  
NOME: OLIVANA DA CONCEIÇÃO ALVES E SILVA  
MATRICULA Nº 57201352  
Assunto: PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE  
Período: 01/03/2018 A 30/04/2018.  
**Protocolo: 306271**  
**PORTARIA Nº 1728/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: JOSÉ MARIA CAMARÃO DE OLIVEIRA MATRICULA Nº 8009171  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 20/03/2018 A 23/03/2018.  
**Protocolo: 306275**  
**PORTARIA Nº 1615/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: AINA COSTA RODRIGUES MATRICULA Nº 57217039  
Assunto: LICENÇA SAÚDE  
Período: 13/03/2018 A 17/03/2018.  
**Protocolo: 306279**  
**PORTARIA Nº 1151/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 28/03/2018.**  
NOME: ADRIANA DO SOCORRO COSTA TAVARES MATRICULA Nº 54181682  
Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA  
Período: 12/03/2018 A 26/03/2018.  
**Protocolo: 306283**  
**PORTARIA Nº 1727/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 25/04/2018.**  
NOME: REGIVALDO DE CASTRO MENEZES MATRICULA Nº 5933929  
Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA  
Período: 13/04/2018 A 17/04/2018.  
**Protocolo: 306288**  
**PORTARIA Nº 1474/2018- DGP/SUSIPE BELÉM/PA, 09/04/2018.**  
NOME: MARIA TEREZINHA SANTIAGO DA CRUZ MATRICULA Nº 5926754  
Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA  
Período: 02/04/2018 A 08/04/2018.  
**Protocolo: 306284**

**DESIGNAR SERVIDOR****PORTARIA Nº 378/18-GAB/SUSIPE BELÉM-PA, 23 DE ABRIL DE 2018.**

DESIGNAR o servidor JESUS BERNADETE PEREIRA DE OLIVEIRA, para responder pela Direção do CRRREDEENÇÃO, no período de 01 a 30 de maio de 2018, em substituição ao titular KLEBER GOMES SOUSA, que entrará em gozo de Férias Regulamentares. Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO - CEL QOPM Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará  
**PORTARIA Nº 379/18-GAB/SUSIPE Belém-PA, 23 de abril de 2018.**  
DESIGNAR o servidor MANOEL ELIAS DOS SANTOS FERREIRA, para responder pela Direção da C.T.CREMAÇÃO, no período de 20 a 27 de abril de 2018, em substituição ao titular JOSE HILTON ROCHA DE SOUZA JUNIOR, que se encontra de licença gala. Ordenador: ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO - CEL QOPM Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará  
**Protocolo: 306349**

**DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO****PORTARIA Nº 377/2018-GAB/SUSIPE Belém-PA, 26 de abril de 2018.**

Dispõe sobre a designação de fiscal de contrato de professores, instrutores e monitores contratados para a prestação de serviços à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará e dá outras providências.  
O Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e  
**CONSIDERANDO** o inciso II do Artigo 25 e inciso VI do Artigo 13 da Lei Federal nº 8.666/1993  
**CONSIDERANDO** a Resolução nº 148/2015-CONSOP que dispõe sobre a aprovação de valores de hora-aula a serem remunerados aos professores, instrutores e monitores contratados.  
**CONSIDERANDO** a Resolução nº 149/2015- CONSOP que dispõe sobre a forma de contratação de docentes/monitores pelos órgãos que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.  
**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a servidora **MANUELLE INEZ BORGES SOUZA**, matrícula nº **5899292** e como suplente a servidora **MARIA DO SOCORRO ROCHA SILVA** matrícula nº **57213751** para atuarem como fiscais dos contratos de, nº 021, nº 022, nº 023, nº 024, nº 025, nº 026, nº 027, nº 028, nº 029, nº 030, nº 031, nº 032, nº 033, nº 034, nº 035 nº 036, nº 037, nº 038, nº 039, nº 040, nº 041, nº 042, nº 043, nº 044, nº 045, nº 046 e nº 047. Os contratos são oriundos do Processo nº 2018/168623, que estabelece o pagamento dos docentes ministrantes das disciplinas que compõe o referido processo.  
**Parágrafo único** - São atribuições da fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos Contratos, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art. 2º Deliberar que a servidora atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
DÉ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
**ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO**  
Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará  
**Protocolo: 306472**

**CONTRATO**

**CONTRATO: 036**  
**Exercício: 2018**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 004/2018**  
**Objeto:** Constitui objeto do presente Instrumento Contratual a contratação de empresa especializada em **serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças de equipamentos e aparelhos odontológicos**, a fim de que seja prestada assistência técnica mensal nos consultórios, em regime de empreitada pelo preço global pelo período de 12 meses nas unidades prisionais da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do Edital.  
**Valor Total:** R\$ 192.099,96 (Cento e noventa e dois mil, noventa e nove reais e noventa e seis centavos)  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018  
**Vigência:** 25/04/2018 A 24/04/2019 (12 Meses)  
**Dotação Orçamentária:**  
Funcional Programática 03.421.1425.8283, Natureza da despesa: 339039, Fonte: 0101, e Funcional Programática 10.302.1422.8230, Natureza da despesa: 339039, Fonte: 0149 e 0349  
**Contratado:** 3I COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP  
**Endereço:** Rua 33, nº 11, Bairro Vinhais, CEP: 65.070-790, São Luís, Maranhão  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**Protocolo: 306138**

**CONTRATO 021**

**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao curso "Treinamento Básico de Agentes Penitenciários" - Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 02/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratada:** Adivar Elisiário dos Santos Filho  
**Endereço:** Rua Coronel José Porfírio, nº 3196  
**Bairro:** Esplanada do Xingú-Altamira/PA  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 022**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários - Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 280,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Paula Kelly Souza da Costa  
**Endereço:** Rua Eliene Antunes, nº 4353-B  
**Bairro:** Independente II - Altamira/PA  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 023**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários - Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 280,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Joaquim José de Freitas Neto  
**Endereço:** Rua Marechal Rondon nº 580  
**Bairro:** Jardim Oriente. Cidade: Altamira/PA  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 024**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários - Turma 04  
**Valor Total:** R\$560,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 09/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado** Joaquim José de Freitas Neto  
**Endereço:** Rua Marechal Rondon nº 580  
**Bairro:** Jardim Oriente. Cidade: Altamira/PA  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 025**  
**Exercício:** 2018

**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 560,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 07/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Celso dos Santos Piquet Junior  
**Endereço:** Residencial Paulo Fonteles I, quadra 09 bloco 12, apto 101  
**Bairro:** Centro, **Ananindeua/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 026**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 1.120,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 03 a 04/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Kleverton Antunes Firmino Gomes  
**Endereço:** Residencial Green 01, lote 05, quadra 04  
**Bairro:** Parque Verde-**Ananindeua/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 027**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 04  
**Valor Total:** R\$ 560,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 05/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Kleverton Antunes Firmino Gomes  
**Endereço:** Residencial Green 01, lote 05, quadra 04  
**Bairro:** Parque Verde - **Ananindeua/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 028**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 02/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Talita Fernanda Cogo de Souza  
**Endereço:** Passagem Samuca Levi, nº 46. Alameda da Costa, casa 01  
**Bairro:** Souza - **Ananindeua/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 029**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 560,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 07/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Rodman Marcio Correa dos Santos  
**Endereço:** Rua Benjamim, nº 151  
**Bairro:** Cabanagem - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 030**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 05/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Patrick dos Santos Sousa Campos  
**Endereço:** Santa Luzia, s/n  
**Bairro:** Agua Boa - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 031**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 960,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 03 e 04/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Romildo Araújo da Cunha Junior  
**Endereço:** Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 1480  
**Bairro:** Umarizal - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 032**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 280,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Rodman Marcio Correa dos Santos  
**Endereço:** Rua Benjamim, nº 151  
**Bairro:** Cabanagem - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 033**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 240,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Suzy Emanuelle Brito Gomes  
**Endereço:** Trav. Angustura nº 2204  
**Bairro:** Pedreira-**Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 034**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 02  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 09/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Julio Cesar da Silva Lima  
**Endereço:** Rua Tocantins nº 15  
**Bairro:** Camboatam - **Paragominas/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 035**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 03/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Julio Cesar da Silva Lima  
**Endereço:** Rua Tocantins nº 15  
**Bairro:** Camboatam - **Paragominas/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 036**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 04/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Patrick dos Santos Sousa Campos  
**Endereço:** Santa Luzia, s/n  
**Bairro:** Agua Boa - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 037**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 960,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 05 e 07/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Romildo Araújo da Cunha Junior  
**Endereço:** Avenida Pedro Álvares Cabral nº 1480  
**Bairro:** Umarizal - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 038**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 280,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000

**Contratado:** Rodman Marcio Correa dos Santos  
**Endereço:** Rua Benjamim, nº 151,  
**Bairro:** Cabanagem - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 039**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 240,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Suzy Emanuelle Brito Gomes  
**Endereço:** Trav. Angustura nº 2204  
**Bairro:** Pedreira-**Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 040**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 03  
**Valor Total:** R\$ 560,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 09/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Rodman Marcio Correa dos Santos  
**Endereço:** Rua Benjamim nº 151,  
**Bairro:** Cabanagem - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 041**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 05  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 26/04/2018 - **Vigência:** 02/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Leandro Nunes dos Santos  
**Endereço:** Avenida Itacaiúnas nº 2126 kit net 09  
**Bairro:** Cidade Nova- **Marabá/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 042**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 05  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 03/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Julio Ferreira de Araújo Netto  
**Endereço:** Avenida Marechal Deodoro nº 2888, Residencial Rio Tocantins AP 06  
**Bairro:** Santa Rosa- **Marabá/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 043**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 05  
**Valor Total:** R\$ 480,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 09/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Eli Edson Miranda de Queiroz  
**Endereço:** Rua Dr. Américo Santa Rosa nº 496  
**Bairro:** Canudos - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 044**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 05  
**Valor Total:** R\$ 1.120,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 04 e 05/05/2018  
**Orçamento: Funcional Programática:** 03.128.1425.8278;  
**Natureza da Despesa:** 33.90.36 e 33.90.47; **Fonte de Recursos:** 0101000000  
**Contratado:** Afonso Fernandes Sacramento  
**Endereço:** Rua Bragança nº 65  
**Bairro:** Parque Verde - **Belém/PA**  
**Ordenador:** ROSINALDO DA SILVA CONCEIÇÃO  
**CONTRATO 045**  
**Exercício:** 2018  
**Objeto:** Prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Treinamento Básico de Servidores Penitenciários – Turma 05  
**Valor Total:** R\$ 240,00  
**Data da Assinatura:** 25/04/2018 - **Vigência:** 08/05/2018











**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO****GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE LICITAÇÃO  
AVISO DE ADIAMENTO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Nº 002/2018-CEL-NLIC/SEDUC  
PROCESSO Nº 1.120.179/2017-SIIG/SEDUC**

A Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC, avisa aos interessados na Concorrência Pública Nº 002/2018-CEL-NLIC/SEDUC, cujo objeto é contratação de empresa de engenharia para construção de escola com 12 salas no município de QUATIPURU-PA, com a abertura prevista para o dia 30/04/2018 às 10:00 horas, conforme publicação feita no Diário Oficial do Estado nº 33.578 de 15/03/2018, que em função do ponto facultativo do dia 30 de abril de 2018, a mesma fica adiada para o dia 08/05/2018 às 10:00 horas. Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone: 0xx-91-3201-5096 ou pelo e-mail: seduc.nlic@gmail.com Belém, 26 de abril de 2018.

Nicolas Pinto Alves  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**PROTOCOLO: 306693****PORTARIA****PORTARIA DE PRORR. Nº 33/2018-GAB/SIND.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015. CONSIDERANDO a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA pela Portaria nº 13/2018-GAB/SIND de 07 de março de 2018, publicada no DOE nº 33.574 de 09 de março de 2018; CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 847/2018-NDE/Ouidoria, de 18 de abril de 2018 da lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos sindicantes; CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

**R E S O L V E:**

I - PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II - CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Sindicante. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.  
Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306511****PORTARIA DE PRORR. Nº 121/2018-GAB/PAD.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015. CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da Portaria nº 22/2018-GAB/PAD de 09 de fevereiro de 2018, publicada no DOE nº 33.559 de 16 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 02/2018-NDE/SEDUC, de 19 de abril de 2018, da lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

**R E S O L V E:**

I - PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II - CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.  
Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306520****PORTARIA Nº 106/2018-GAB/PAD  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015. CONSIDERANDO os fatos denunciados nos autos do Processo nº 983088/2016 e os demais fatos conexos;

CONSIDERANDO os termos do parecer exarado pela Consultoria Jurídica da ASJUR/SEDUC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

**R E S O L V E:**

I - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em desfavor da servidora M.L.P.P., matrícula nº 57190406-1, pelo cometimento de transgressão, em tese, aos arts. 177, VI c/c art. 190, XIX, da Lei Estadual nº 5.810/94;

II - CONSTITUIR Comissão composta pelas servidoras GISELE CHAVES PENNER, Mat. nº. 5314577-2, ALCINETE DO SOCORRO LIMA DA COSTA, Mat. nº 57211696-1 e MARIA DO CARMO FARIAS DA SILVA, Mat. nº 392677-1, para, sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, poderá reportar-se diretamente à autoridade e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências necessárias à instrução processual;

IV - DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.

Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306578****PORTARIA Nº 101/2018-GAB/PAD.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015. CONSIDERANDO os fatos denunciados nos autos do Processo nº 976160/2016 e os demais fatos conexos;

CONSIDERANDO os termos do parecer exarado pela Consultoria Jurídica da ASJUR/SEDUC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

**R E S O L V E:**

I - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO em desfavor da servidora M.M.C.Q., matrícula nº 781363-1, pelo cometimento de transgressão, em tese, tipificada nos arts. 177, VI; 178, V c/c art. 190, IV, X (1ª parte), XIII e XIX, da Lei 5.810/1994;

II - CONSTITUIR Comissão composta pelas servidoras RAIMUNDA DO SOCORRO MACHADO MOTA, MARIA REGINA SANTOS PANTOJA, Mat. nº 5618789-1 e JOANILCE CARNEIRO PEREIRA, Mat. nº 454745-1, para, sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente à Autoridades e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências indispensáveis à instrução processual;

IV - DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.

Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306552****PORTARIA Nº 34/2018-GAB/SIND.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015. CONSIDERANDO os fatos constantes nos autos do Processo nº 961545/2016 e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO os termos do parecer exarado pela Consultoria Jurídica da ASJUR/SEDUC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

**R E S O L V E:**

I - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA para apurar denúncias constantes nos autos do Processo acima referenciado;

II - CONSTITUIR Comissão composta pelas servidoras CÉLIA REGINA SOUZA DA CRUZ, Mat. nº 761303-1, e IZABEL BARROS BRAGA, Mat. nº 772135-1, para, sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - DELIBERAR que a Comissão Sindicante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências indispensáveis à instrução processual; DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.

Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306501****PORTARIA Nº 100/2018-GAB/PAD  
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA instaurada através da PORTARIA Nº 132/2017-GAB/SIND, de 26/05/2017, publicada no DOE edição nº 33.385 de 31/05/2017, bem como os fatos denunciados nos autos do Processo nº 1098637/2017, seus anexos, e os demais fatos conexos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

**R E S O L V E:**

I - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em desfavor das servidoras G.M.S., matrícula nº 57211993-1, pelo cometimento de transgressão, em tese, aos arts. 177, V e VI; 178, XIII e XVII, c/c 190, V; I.S.O., matrícula nº 57208147-1 e M.C.B.S., matrícula nº 6022596-3, pelo cometimento de transgressão, em tese, ao art. 177, VI e VIII, c/c 190, IV e N.C.M.A.M., matrícula nº 5782791-2, pelo cometimento de transgressão, em tese, aos arts. 177, VI; 178, V, c/c 190, IV e XIII, todos da Lei Estadual nº 5.810/94;

II - CONSTITUIR Comissão composta pelas servidoras MARIA DO SOCORRO RODRIGUES FONTOURA, Mat. nº 392677-1, SAYONARA CAMARGO FONTANA, Mat. nº 773573-2 e MARIA REGINA SANTOS PANTOJA, Mat. nº 5618789-1, para, sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, poderá reportar-se diretamente à autoridade e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências necessárias à instrução processual;

IV - DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.

Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306393****PORTARIA DE PRORR. Nº 122/2018-GAB/PAD.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da PORTARIA Nº 28/2018-GAB/PAD de 20 de fevereiro de 2018, publicada no DOE nº 33.562 de 21 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 852/2018-NDE/Ouidoria, de 19 de abril de 2018, da lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

**R E S O L V E:**

I - PRORROGAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II - CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.

Patrícia Miralha Leandro  
Ouidora

**Protocolo: 306523****PORTARIA DE PRORR. Nº 34/2018-GAB/SIND.  
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA pela PORTARIA Nº 14/2018-GAB/SIND de 07 de março de 2018, publicada no DOE nº 33.574 de 09 de março de 2018;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 05/2018-GAB/SIND, de 19 de abril de 2018 da lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos sindicantes;







**PROCESSO Nº 1.129.815/2017-SIIG/SEDUC**

Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 27/04/2018 através dos sites [www.seduc.pa.gov.br](http://www.seduc.pa.gov.br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br). Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone - fax: 0xx-(91)3201-5195 / 3201-5096 ou pelo e-mail: [seduc.nlic@gmail.com](mailto:seduc.nlic@gmail.com)

Responsável pelo certame:

Nome: Nicolas Pinto Alves

Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL

Local de Abertura: Sala de licitação - NLIC/SEDUC, Edifício AC Simões, localizada na BR 316, KM 0 s/nº, Cep: 66.645-000-Belém/Pará.

Data de Abertura: 22/05/2018

Hora de Abertura: 10h00min

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16101.12.122.1416

PROJETA ATIVIDADE: 7604 PRODUTO: 3008

NATUREZA DA DESPESA: 4490.51

FONTE: 2102004800-Estadual

Belém, 27 de abril de 2018.

Ana Claudia Serruya Hage

Secretária de Estado de Educação

**Protocolo: 306369**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Convite Nº 001/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de construção de torre em concreto armado para receber caixa d'água de fibra capacidade 1.000L, no Município de Belém, no Estado do Pará.

Processo nº 1.098.042/2017-SIIG/SEDUC

Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 27/04/2018 através dos sites [www.seduc.pa.gov.br](http://www.seduc.pa.gov.br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br). Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone - fax: 0xx-(91)3201-5195 / 3201-5096 ou pelo e-mail: [seduc.nlic@gmail.com](mailto:seduc.nlic@gmail.com)

Responsável pelo certame:

Nome: Nicolas Pinto Alves

Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL

Local de Abertura: Sala de licitação - NLIC/SEDUC, Edifício AC Simões, localizada na BR 316, KM 0 s/nº, Cep: 66.645-000-Belém/Pará.

Data de Abertura: 07/05/2018

Hora de Abertura: 09h00min

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16101.12.122.1416

PROJETA ATIVIDADE: 7604 PRODUTO: 3008

NATUREZA DA DESPESA: 4490.51

FONTE: 2102004800-Estadual

Belém, 27 de abril de 2018.

Ana Claudia Serruya Hage

Secretária de Estado de Educação

**Protocolo: 306352**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Processo n.º 1.137.308/2017**

**Processo n.º 1.186.171/2017**

**Dispensa de Licitação: 004/2018-NLIC/SEDUC**

Partes: Secretaria de Estado de Educação/SEDUC e o senhor João Costa Flexa.

Objeto: Locação do imóvel na localidade de Vila Pirateua, no Município de Moju/PA., pertencente ao senhor João Costa Flexa, sob o CPF Nº 884.783.002-87, para funcionamento de moradia dos professores do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME.

Valor Mensal: R\$ 800,00 (Oitocentos Reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93.

Data da Autorização: 19/03/2018.

Ana Claudia Serruya Hage

Secretária de Estado de Educação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo n.º 1.137.308/2017

Processo n.º 1.186.171/2017

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no PARECER JURÍDICO Nº 221/2018-ASJUR/SEDUC, conforme disposto no Art. 26 da Lei nº. 8.666/93.

Belém, 20 de abril de 2018.

Ana Claudia Serruya Hage

Secretária de Estado de Educação

**Protocolo: 306449**

**SUPRIMENTO DE FUNDO**

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 712/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM PROF CLOTILDE PEREIRA  
MUNICÍPIO: CASTANHAL  
CPF: 58485562291  
NOME: RUBENIXSON RIBEIRO FARIAS  
MATRÍCULA: 5768896  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.268,00 / SERVIÇO - R\$ 2.268,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 713/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF ALOISIO DA COSTA CHAVES  
MUNICÍPIO: CONCORDIA DO PARA  
CPF: 67872310244  
NOME: ROSANA SILVA DA SILVA  
MATRÍCULA: 5900199  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.341,00 / SERVIÇO - R\$ 1.341,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 714/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EE CARMINA GOMES (ANEXO II)  
MUNICÍPIO: SAO FELIX DO XINGU  
CPF: 51622726200  
NOME: JOENE BATISTA DO NASCIMENTO  
MATRÍCULA: 57190014  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 753,75 / SERVIÇO - R\$ 753,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 715/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF ALDEBARO KLAUTAU  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 23774193215  
NOME: ROSIANA DO CARMO DA FONSECA GARCIA  
MATRÍCULA: 2019744  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 3.154,50 / SERVIÇO - R\$ 3.154,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 716/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF BARAO DO TAPAJOS  
MUNICÍPIO: SANTAREM  
CPF: 58811826268  
NOME: ELLEN CRISTIANE SOUSA DE LIMA  
MATRÍCULA: 57208429  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 729,00 / SERVIÇO - R\$ 729,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 717/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF ARMANDO FAJARDO  
MUNICÍPIO: ANANINDEUA  
CPF: 56770863200  
NOME: EDILENA MARIA DA SILVA MENEZES  
MATRÍCULA: 290076  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.506,50 / SERVIÇO - R\$ 2.506,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 718/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF DR ARMANDO CORREA  
MUNICÍPIO: SANTA MARIA DO PARA  
CPF: 63253950263  
NOME: FRANCISCA MARIA CAVALCANTE DE SOUSA  
MATRÍCULA: 57208416  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 409,50 / SERVIÇO - R\$ 409,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 719/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF DA TERCEIRA TRAVESSA  
MUNICÍPIO: BENEVIDES  
CPF: 44882807220  
NOME: JAQUELINE ANUNCIACAO ROSARIO DE MOURA  
MATRÍCULA: 5742161  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 650,25 / SERVIÇO - R\$ 650,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 720/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF LEANDRO LOBAO DA SILVEIRA  
MUNICÍPIO: BRAGANCA  
CPF: 48296058200  
NOME: ANA KARINA RIBEIRO QUADROS  
MATRÍCULA: 57233715  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 909,00 / SERVIÇO - R\$ 909,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 721/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM AMILCAR ALVES TUPIASSU  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 42676517287  
NOME: ROSALIA NAZARE DA SILVA PORFIRIO DIAS  
MATRÍCULA: 80845156  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.606,50 / SERVIÇO - R\$ 1.606,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 722/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM BENEDITO CELSO PADUA COSTA  
MUNICÍPIO: ANANINDEUA  
CPF: 8991448291  
NOME: NAZARE DA SILVA PALHETA  
MATRÍCULA: 6388833  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.116,00 / SERVIÇO - R\$ 1.116,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 723/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM CRISTO REDENTOR  
MUNICÍPIO: ABAETETUBA  
CPF: 39725723287  
NOME: KARINA MARA QUARESMA DE SOUSA  
MATRÍCULA: 5629756  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.584,00 / SERVIÇO - R\$ 1.584,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 724/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM DOM PEDRO I  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 30189314249



NOME: WALDELICE FURTADO FERREIRA  
MATRÍCULA: 5086540  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.880,00 / SERVIÇO - R\$ 2.880,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 725/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM DR OTAVIO MEIRA  
MUNICÍPIO: BENEVIDES  
CPF: 17745519268  
NOME: LUCILEIA RAMOS GUIMARAES  
MATRÍCULA: 6310770  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.513,25 / SERVIÇO - R\$ 2.513,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º SEMESTRE/2018 - 726/2018

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM MANOEL DA VERA CRUZ SA  
MUNICÍPIO: CURRALINHO  
CPF: 70499705220

NOME: FRANCISCO SA DOS ANJOS  
MATRÍCULA: 5906210

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.129,50 / SERVIÇO - R\$ 1.129,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 727/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM RUTH ROSITA DE NAZARE GONSALEZ  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 29846706200

NOME: MARCIA CRISTINA LIMA RUIZ  
MATRÍCULA: 5628180

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.352,25 / SERVIÇO - R\$ 1.352,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 728/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF NICOLAU NERES DA SILVA  
MUNICÍPIO: IRITUIA  
CPF: 76613283215

NOME: ADRIANA CONCEICAO DA SILVA  
MATRÍCULA: 57209904

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.930,50 / SERVIÇO - R\$ 1.930,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 729/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF PROFA ARGENTINA PEREIRA  
MUNICÍPIO: BRAGANCA  
CPF: 42815851253

NOME: MARCIO JOSE RAMOS DO CARMO  
MATRÍCULA: 5821622

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.217,25 / SERVIÇO - R\$ 1.217,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 730/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF PRESIDENTE DUTRA  
MUNICÍPIO: ANANINDEUA  
CPF: 26674645249

NOME: MARIA JOSE DE ARAUJO REIS SANTANA  
MATRÍCULA: 6005047

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 614,25 / SERVIÇO - R\$ 614,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 731/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF SANTA MARIA DE BELEM  
MUNICÍPIO: BELEM

CPF: 5621712234

NOME: FRANCISCA DE ASSIS DOS SANTOS GONCALVES  
MATRÍCULA: 242632

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.000,25 / SERVIÇO - R\$ 2.000,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 732/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF SANTOS DUMONT  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 10551379200

NOME: GRACIETE DE OLIVEIRA NAHON  
MATRÍCULA: 5468310

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.597,50 / SERVIÇO - R\$ 1.597,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 733/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM ABRAAO SIMAO JATENE  
MUNICÍPIO: CAMETA  
CPF: 60459190253

NOME: RITA DE CASSIA DE SOUZA DO CARMO  
MATRÍCULA: 5842468

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 996,75 / SERVIÇO - R\$ 996,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 734/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM ANTONIO DE OLIVEIRA GORDO  
MUNICÍPIO: MOJU  
CPF: 60819154253

NOME: JOHN WILIAMES BITENCOURT DA COSTA  
MATRÍCULA: 57209960

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 456,75 / SERVIÇO - R\$ 456,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 735/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM ANTONIO LEMOS  
MUNICÍPIO: SANTA ISABEL DO PARA  
CPF: 64064484215

NOME: MARIA CLAUDETE SOUSA DE BRITO  
MATRÍCULA: 57210412

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.927,25 / SERVIÇO - R\$ 2.927,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 736/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEIF XV DE NOVEMBRO  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 23142855220

NOME: MARIA ZULEIDE MOREIRA DE ABREU  
MATRÍCULA: 5435293

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.176,75 / SERVIÇO - R\$ 1.176,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 737/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM CARMINA GOMES  
MUNICÍPIO: SAO FELIX DO XINGU  
CPF: 51622726200

NOME: JOENE BATISTA DO NASCIMENTO  
MATRÍCULA: 57190014

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.909,25 / SERVIÇO - R\$ 2.909,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 738/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM EDUARDO LAUANDE  
MUNICÍPIO: MARITUBA  
CPF: 25416537272

NOME: AGNALDO CARLOS ALMEIDA DA PENHA  
MATRÍCULA: 57210232

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.318,50 / SERVIÇO - R\$ 1.318,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 739/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM MAGALHAES BARATA  
MUNICÍPIO: CAMETA  
CPF: 42805333268

NOME: MARIA LEONOR MARQUES LOPES  
MATRÍCULA: 57209292

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 531,00 / SERVIÇO - R\$ 531,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 740/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM PRESIDENTE TANCREDO NEVES  
MUNICÍPIO: PLACAS  
CPF: 70965838234

NOME: EDINEIA SENA DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 57189674

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.469,25 / SERVIÇO - R\$ 1.469,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 741/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM PROF ANIZIO TEIXEIRA  
MUNICÍPIO: MARABA  
CPF: 1718539703

NOME: SINARA SOARES CANGUSSU  
MATRÍCULA: 57210211

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.207,25 / SERVIÇO - R\$ 2.207,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 742/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM PROFESSOR LUIS MAGNO ARAUJO  
MUNICÍPIO: PARAUAPEBAS  
CPF: 16756886215

NOME: ESMERIA SEBASTIANA DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 977950

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.405,25 / SERVIÇO - R\$ 2.405,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 743/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM PROF TEREZINHA BEZERRA SIQUEIRA  
MUNICÍPIO: CAPITAO POCO  
CPF: 25687751220

NOME: FRANCISCO CARLOS LIMA DE OLIVEIRA  
MATRÍCULA: 57208348

FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.607,75 / SERVIÇO - R\$ 2.607,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 744/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM REMIGIO FERNANDES SEDE  
MUNICÍPIO: MARAPANIM  
CPF: 40047733268  
NOME: FRANCISCO AURENI DE ALMEIDA MENDES  
MATRÍCULA: 5769035  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.353,50 / SERVIÇO - R\$ 2.353,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 745/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA ERC EEEIF MONSENHOR AZEVEDO  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 62584391287  
NOME: CIBELE BATISTA GOMES  
MATRÍCULA: 5901273  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.068,75 / SERVIÇO - R\$ 1.068,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO 1º  
SEMESTRE/2018 - 746/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA ERC PROF MARIA LUIZA  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 16794567253  
NOME: MARIA SALETE SANTOS RODRIGUES  
MATRÍCULA: 57188393  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 515,25 / SERVIÇO - R\$ 515,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 747/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM ANEXO I REMIGIO FERNANDEZ  
MUNICÍPIO: MARAPANIM  
CPF: 40047733268  
NOME: FRANCISCO AURENI DE ALMEIDA MENDES  
MATRÍCULA: 5769035  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 555,75 / SERVIÇO - R\$ 555,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 748/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM HONORATO FILGUEIRAS (ANEXO I)  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 29523486268  
NOME: ARNEIDE RIBEIRO DE CARVALHO  
MATRÍCULA: 3228517  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 240,75 / SERVIÇO - R\$ 240,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 306133

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS -  
No. 36776/2018**

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias  
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias  
OBSERVAÇÃO: solicitamos de V.sa. a liberação de despesa em forma de suprimento para fazer face com despesa pessoa física  
CARGO/FUNÇÃO: GERENTE / DIRECAO  
CPF: 37939980297  
NOME: IVAM SENA DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 5258863  
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416  
FONTE DE RECURSO: 102  
NATUREZA DESPESA: 339036  
VALOR: R\$ 2000,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF:  
12186015234

Protocolo: 306426

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 749/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM ROBERTO CARLOS NUNES BARROSO  
MUNICÍPIO: SANTA ISABEL DO PARA  
CPF: 42925444253  
NOME: IDAJANE MONTE VERDE SILVA  
MATRÍCULA: 5841933  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 659,25 / SERVIÇO - R\$ 659,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 750/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF JOSE BONIFACIO  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 25509667249  
NOME: MARCIA CRISTINA GUIMARAES DE OLIVEIRA  
MATRÍCULA: 448915  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 522,00 / SERVIÇO - R\$ 522,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 751/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM CONEGO BATISTA CAMPOS  
MUNICÍPIO: ANANINDEUA  
CPF: 09484779204  
NOME: CARLOS ALBERTO DA SILVA ADRIAO  
MATRÍCULA: 5901240  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.228,50 / SERVIÇO - R\$ 1.228,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 752/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEFM MARIA AMELIA DE VASCONCELOS  
MUNICÍPIO: CAPANEMA  
CPF: 41121830200  
NOME: NEUMA DO SOCORRO GOMES DE SOUZA  
MATRÍCULA: 5768802  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.013,75 / SERVIÇO - R\$ 2.013,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 753/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA I  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 12785300297  
NOME: VIRGINIA DELY DA COSTA BENJAMIN DE SOUZA  
MATRÍCULA: 5371716  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.219,50 / SERVIÇO - R\$ 1.219,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 754/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEF RODOLFO TOURINHO  
MUNICÍPIO: BELEM  
CPF: 29343534272  
NOME: MARIA DO SOCORRO GOMES DE SOUZA  
MATRÍCULA: 57194481  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 1.154,25 / SERVIÇO - R\$ 1.154,25  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 755/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEEM SEVERO ALVES  
MUNICÍPIO: BREU BRANCO

CPF: 57297185272  
NOME: FRANCIENE SANTOS FERREIRA  
MATRÍCULA: 57208454  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.398,50 / SERVIÇO - R\$ 2.398,50  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 756/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA EEFM PROF NELSON DOS PRAZERES HENRIQUE  
MUNICÍPIO: CANAA DOS CARAJAS  
CPF: 168708590  
NOME: EDSON PEREIRA DA SILVA  
MATRÍCULA: 57210209  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 2.916,00 / SERVIÇO - R\$ 2.916,00  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

**PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO  
1º SEMESTRE/2018 - 757/2018**

PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS  
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR(A) DA ERC E F SAO PIO X  
MUNICÍPIO: CAPANEMA  
CPF: 63769697200  
NOME: DANIELLE BATISTA TELES DA SILVA  
MATRÍCULA: 57208622  
FONTE DE RECURSO: 0104  
NATUREZA: 3339030 - CONSUMO E 3339039 - SP JURÍDICA  
VALOR: CONSUMO - R\$ 339,75 / SERVIÇO - R\$ 339,75  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 306148

**DIÁRIA****PORTARIA DE DIARIAS NO. 36628/2018**

OBJETIVO: Professores do Pro Paz Enem que irão ministrar aulas para estudantes da rede pública.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO FRANCISCO DO PARA / 14/04/2018 - 14/04/2018  
Nº Diárias: 0  
SAO FRANCISCO DO PARA / BELEM / 14/04/2018 - 14/04/2018  
Nº Diárias: 0,5  
NOME: MARCIO ANTONIO BARBOSA LISBOA  
MATRÍCULA: 57173666 CPF: 65890620215  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234 v

Protocolo: 306127

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36668/2018**

OBJETIVO: CONDUZIR TÉCNCOS DA DRTI  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO DOMINGOS DO CAPIM / 10/04/2018 - 12/04/2018  
Nº Diárias: 2  
SAO DOMINGOS DO CAPIM / AUGUSTO CORREA / 12/04/2018 - 13/04/2018  
Nº Diárias: 1  
AUGUSTO CORREA / VISEU / 13/04/2018 - 14/04/2018  
Nº Diárias: 1  
VISEU / CASTANHAL / 14/04/2018 - 15/04/2018  
Nº Diárias: 1  
CASTANHAL / BELEM / 15/04/2018 - 15/04/2018  
Nº Diárias: 0,5  
NOME: ANDREY COSTA ABOIM  
MATRÍCULA: 5897140 CPF: 62580825215  
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA / ATIV APOIO OPERAC  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 306157

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 35006/2017**

OBJETIVO: Participar da formação dos servidores que atuam no projeto Mundial, referente a formação do módulo II 2017 ( 4ª entrada ) - Ensino Fundamental e Médio.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
OUREM / CASTANHAL / 27/11/2017 - 01/12/2017  
Nº Diárias: 4  
CASTANHAL / OUREM / 01/12/2017 - 01/12/2017  
Nº Diárias: 0,5  
NOME: EVALDO CUNHA MARQUES  
MATRÍCULA: 7565626 CPF: 70459827200  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234

Protocolo: 306161

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36640/2018**

OBJETIVO: Professores do Pro Paz Enem que irão ministrar aulas para estudantes da rede pública.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO FRANCISCO DO PARA / 14/04/2018 - 14/04/2018  
Nº Diárias: 0

SAO FRANCISCO DO PARA / BELEM / 14/04/2018 - 14/04/2018  
Nº Diárias: 0.5  
NOME: RICARDO AUGUSTO DE SOUZA RIBEIRO  
MATRÍCULA: 57203554 CPF: 59802588253  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306165**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36426/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
GURUPA / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
BELEM / GURUPA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: IETE DE LIMA RODRIGUES  
MATRÍCULA: 5933615 CPF: 16955722204  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306202**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36239/2018**

OBJETIVO: Participar do encontro entre os formadores regionais e os formadores locais do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / CAMETA / 26/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 3  
CAMETA / BELEM / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MARILIA FRADE MARTINS  
MATRÍCULA: 55587679 CPF: 93952384291  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306513**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36237/2018**

OBJETIVO: realizar formação com coordenadores locais do pnaic.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BREVES / BELEM / 28/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 1  
BELEM / BREVES / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MAX JORGE AMARAL CARVALHO  
MATRÍCULA: 57205394 CPF: 71134212291  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306500**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36232/2018**

OBJETIVO: fiscalização de entrega das carteiras escolares nas escolas estaduais  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / CAPANEMA / 09/04/2018 - 12/04/2018 Nº Diárias: 3  
CAPANEMA / BELEM / 12/04/2018 - 12/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: FABIO ROSA MORAES  
MATRÍCULA: 57212488 CPF: 98215876234  
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL / ATIV APOIO OPERAC  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306461**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36421/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
CURRALINHO / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
BELEM / CURRALINHO / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: CIBELLE NATALIA ALVES DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 5935266 CPF: 02084146224  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306246**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36473/2018**

OBJETIVO: formação do projetor aprender mais ensino médio.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
PORTEL / BREVES / 03/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 3  
BREVES / PORTEL / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: CARLOS ALBERTO DE ARAUJO  
MATRÍCULA: 6010121 CPF: 14371758215  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306214**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 35875/2018**

OBJETIVO: VISANDO INSTUIR PAD FAZ-SE NECESSÁRIO O DESLOCAMENTO DA COMISSÃO AO MUNICÍPIO DE PORTEL  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / PORTEL / 12/03/2018 - 17/03/2018 Nº Diárias: 5  
PORTEL / BELEM / 17/03/2018 - 17/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES FONTOURA  
MATRÍCULA: 336068 CPF: 14025280272  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306623**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36395/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
MEDICILANDIA / SANTAREM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
SANTAREM / MEDICILANDIA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: IRINEU JORGER DE SOUZA  
MATRÍCULA: 5242320 CPF: 28048113287  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306560**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36242/2018**

OBJETIVO: realizar formação para coordenadores regionais com coordenadores locais do pnaic  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
CONCEICAO DO ARAGUAIA / REDENCAO / 26/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 3  
REDENCAO / CONCEICAO DO ARAGUAIA / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MARINA ALVES BRITO  
MATRÍCULA: 57210329 CPF: 33210420106  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306530**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36369/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
ORIXIMINA / SANTAREM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
SANTAREM / ORIXIMINA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ADJAIR JOSE DOS SANTOS MOTA  
MATRÍCULA: 5916285 CPF: 58386955287  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306539**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 35959/2018**

OBJETIVO: Apresentar o projeto TRILHA ECOLÓGICA : UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO DE BOTÂNICA, na FEBRACE - Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, na cidade de SÃO Paulo.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
IGARAPE-MIRI / BELEM / 12/03/2018 - 12/03/2018 Nº Diárias: 0  
BELEM / SAO PAULO / 12/03/2018 - 16/03/2018 Nº Diárias: 4  
SAO PAULO / BELEM / 16/03/2018 - 16/03/2018 Nº Diárias: 0  
BELEM / IGARAPE-MIRI / 16/03/2018 - 16/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ALCIONE MONTEIRO RODRIGUES  
MATRÍCULA: 57198348 CPF: 65769384204  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306105**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36396/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
URUARA / SANTAREM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
SANTAREM / URUARA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: CRISTINA MARCELINO DA SILVA  
MATRÍCULA: 57198854 CPF: 66130050291  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306559**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36354/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
PARAUAPEBAS / MARABA / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
MARABA / PARAUAPEBAS / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5

NOME: MARIA HELENA DE SA NERES  
MATRÍCULA: 5844940 CPF: 61624632734  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306587**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36429/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
GURUPA / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
BELEM / GURUPA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: JOAQUINA BARBOZA MALHEIROS  
MATRÍCULA: 5935336 CPF: 00931569281  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306205**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36474/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
QUATIPURU / CASTANHAL / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
CASTANHAL / QUATIPURU / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ELZA LILIA GOMES E SILVA  
MATRÍCULA: 55588598 CPF: 18971806249  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306217**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36321/2018**

OBJETIVO: Solicito o referido recurso financeiro para o(a) servidor(a) durante a formação e assessoramento técnico pedagógico do projeto mundiar, módulo IIIi, ensino médio, 4ª entrada, turmas 2017, nos municípios polos, onde apresentase a necessidade de um período maior de permanência para as devidas ações do projeto.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BRAGANCA / CASTANHAL / 02/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 2  
CASTANHAL / BRAGANCA / 04/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: CLEONILSON ROSARIO DA COSTA  
MATRÍCULA: 5900720 CPF: 69230501204  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306481**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36338/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
CACHOEIRA DO PIRIA / CASTANHAL / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
CASTANHAL / CACHOEIRA DO PIRIA / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: RUMENIGNO SOUSA SANTOS  
MATRÍCULA: 5934082 CPF: 02001369336  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306485**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36679/2018**

OBJETIVO: Acompanhar a Formação Continuada do Programa Escola da Terra versão 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA / 09/04/2018 - 11/04/2018 Nº Diárias: 2  
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA / BELEM / 11/04/2018 - 11/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ENOS SILVA MONTEIRO  
MATRÍCULA: 57209115 CPF: 10459146300  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306147**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36495/2018**

OBJETIVO: formação do projeto aprendes mais ensino médio.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / BREVES / 03/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 3  
BREVES / BELEM / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: HILDA CAROLINA DE SOUZA CUNHA  
MATRÍCULA: 57210150 CPF: 27866408220  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306201**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36611/2018**

OBJETIVO: entrega do livro do projeto mundiar  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / CASTANHAL / 16/04/2018 - 16/04/2018 Nº Diárias: 0  
 CASTANHAL / CURUCA / 16/04/2018 - 17/04/2018 Nº Diárias: 1  
 CURUCA / SAO FRANCISCO DO PARA / 17/04/2018 - 17/04/2018 Nº Diárias: 0  
 SAO FRANCISCO DO PARA / INHANGAPI / 17/04/2018 - 18/04/2018 Nº Diárias: 1  
 INHANGAPI / SAO DOMINGOS DO CAPIM / 18/04/2018 - 18/04/2018 Nº Diárias: 0  
 SAO DOMINGOS DO CAPIM / SAO FRANCISCO DO PARA / 18/04/2018 - 18/04/2018 Nº Diárias: 0  
 SAO FRANCISCO DO PARA / SAO MIGUEL DO GUAMA / 18/04/2018 - 19/04/2018 Nº Diárias: 1  
 SAO MIGUEL DO GUAMA / MARAPANIM / 19/04/2018 - 19/04/2018 Nº Diárias: 0  
 MARAPANIM / SANTA MARIA DO PARA / 19/04/2018 - 20/04/2018 Nº Diárias: 1  
 SANTA MARIA DO PARA / BELEM / 20/04/2018 - 20/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: MAURICELIO COSTA FIGUEIREDO  
 MATRÍCULA: 318655 CPF: 15003655215  
 CARGO/FUNÇÃO: AG. DE PORTARIA / ATIV APOIO OPERAC  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306122**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36254/2018**

OBJETIVO: ENTREGA DE COMPUTADOR, NOBREK NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / SANTAREM / 16/04/2018 - 23/04/2018 Nº Diárias: 7  
 SANTAREM / BELEM / 23/04/2018 - 23/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: TIZA CARDOSO PINHEIRO  
 MATRÍCULA: 57196431 CPF: 53056132215  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306538**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36253/2018**

OBJETIVO: ENTREGA DE COMPUTADORES, NOBREAK NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / SANTAREM / 16/04/2018 - 23/04/2018 Nº Diárias: 7  
 SANTAREM / BELEM / 23/04/2018 - 23/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA  
 MATRÍCULA: 57226253 CPF: 56601280259  
 CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR / DIRECAO  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234 v  
**Protocolo: 306525**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36031/2018**

OBJETIVO: PARTICIPAR DE FORMAÇÃO PARA COORDENADORES REGIONAIS DO PNAIC.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 SANTAREM / BELEM / 21/03/2018 - 24/03/2018 Nº Diárias: 3  
 BELEM / SANTAREM / 24/03/2018 - 24/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: CLEADIANE LIMA FERNANDES  
 MATRÍCULA: 5909254 CPF: 58446729172  
 CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306608**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36243/2018**

OBJETIVO: realizar formação para coordenadores regionais com coordenadores locais do pnaic  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / MARABA / 26/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 3  
 MARABA / REDENCAO / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0  
 REDENCAO / MARABA / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0  
 MARABA / BELEM / 29/03/2018 - 29/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: GLAUCIA DE NAZARE BAIÁ E SILVA  
 MATRÍCULA: 57209098 CPF: 41141555204  
 CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306532**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36366/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 ORIXIMINA / SANTAREM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
 SANTAREM / ORIXIMINA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: INGRIDI PINHEIRO DOS SANTOS  
 MATRÍCULA: 5923637 CPF: 94090807204  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306515**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36359/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 CANAA DOS CARAJAS / MARABA / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
 MARABA / CANAA DOS CARAJAS / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: ADELANIO SOUSA DO CARMO  
 MATRÍCULA: 5933325 CPF: 68089040225  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306498**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36032/2018**

OBJETIVO: participar de formação para coordenadores do pnaic.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 ABAETETUBA / BELEM / 21/03/2018 - 23/03/2018 Nº Diárias: 2  
 BELEM / ABAETETUBA / 23/03/2018 - 23/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: DALCYLEA CORREA PINHEIRO  
 MATRÍCULA: 5900191 CPF: 89320646287  
 CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306108**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36407/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 CONCORDIA DO PARA / BELEM / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
 BELEM / CONCORDIA DO PARA / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: GISELE REGINA CORREA DOS SANTOS  
 MATRÍCULA: 5822017 CPF: 61387665200  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306562**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36419/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 CURRALINHO / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
 BELEM / CURRALINHO / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: JUAN CARLOS MAIA RODRIGUES  
 MATRÍCULA: 5935252 CPF: 00803623208  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306566**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36630/2018**

OBJETIVO: Professores do Pro Paz Enem que irão ministrar aulas para estudantes da rede pública.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / SAO FRANCISCO DO PARA / 14/04/2018 - 14/04/2018 Nº Diárias: 0  
 SAO FRANCISCO DO PARA / BELEM / 14/04/2018 - 14/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: HENRIQUE ROBERTO DA SILVA JUNIOR  
 MATRÍCULA: 5537150 CPF: 37739190268  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE I / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306171**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36605/2018**

OBJETIVO: fiscalização e entrega das carteiras escolares nas escolas estaduais  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / SALVATERRA / 16/04/2018 - 19/04/2018 Nº Diárias: 3  
 SALVATERRA / BELEM / 19/04/2018 - 19/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: MARCELO DA SILVA MENDES  
 MATRÍCULA: 5890593 CPF: 69498369291  
 CARGO/FUNÇÃO: ASSIST. ADMINIST. / ATIV AUX INTERMED  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306117**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36609/2018**

OBJETIVO: conduzir técnicos do crm  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / CACHOEIRA DO ARARI / 05/04/2018 - 05/04/2018 Nº Diárias: 0  
 CACHOEIRA DO ARARI / SOURE / 05/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 1

SOURE / SALVATERRA / 06/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 1  
 SALVATERRA / BELEM / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: MANOEL COTTA SOARES FILHO  
 MATRÍCULA: 468207 CPF: 17427240278  
 CARGO/FUNÇÃO: AG. DE PORTARIA / ATIV APOIO OPERAC  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306121**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36034/2018**

OBJETIVO: PARTICIPAR DE FORMAÇÃO PARA COORDENADORES REGIONAIS DO PNAIC  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 CAPITAO POCO / BELEM / 21/03/2018 - 23/03/2018 Nº Diárias: 2  
 BELEM / CAPITAO POCO / 23/03/2018 - 23/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: ERICA DO SOCORRO LACERDA SIQUEIRA  
 MATRÍCULA: 5889792 CPF: 63217210263  
 CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306083**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36526/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 XINGUARA / MARABA / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
 MARABA / XINGUARA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: JANAINA MARIA GABRIEL DA SILVEIRA  
 MATRÍCULA: 5934719 CPF: 94671516268  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306220**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36467/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 SANTAREM NOVO / CASTANHAL / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
 CASTANHAL / SANTAREM NOVO / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: ELIANE FARIAS DA SILVA  
 MATRÍCULA: 5934222 CPF: 59350032287  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306208**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36499/2018**

OBJETIVO: formação do projeto aprendes mais ensino médio.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 BELEM / BREVES / 03/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 3  
 BREVES / BELEM / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: GESSON JOSE MENDES LIMA  
 MATRÍCULA: 5394422 CPF: 42823617272  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE III / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306180**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36277/2018**

OBJETIVO: pacto nacional pela alfabetização na idade certa - pnaic  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 CONCEICAO DO ARAGUAIA / BELEM / 21/03/2018 - 24/03/2018 Nº Diárias: 3  
 BELEM / CONCEICAO DO ARAGUAIA / 24/03/2018 - 24/03/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: MARINA ALVES BRITO  
 MATRÍCULA: 57210329 CPF: 33210420106  
 CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306463**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36423/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundial, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
 ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
 GURUPA / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
 BELEM / GURUPA / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
 NOME: SIDNEY DO SOCORRO FARIAS SANTOS  
 MATRÍCULA: 5933107 CPF: 00471455288  
 CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
 ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306252**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36636/2018**

OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PNAIC PARA COOR  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SOURE / 09/04/2018 - 10/04/2018 Nº Diárias: 1  
SOURE / BELEM / 10/04/2018 - 10/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MAURA RUTH COSTA FONSECA  
MATRÍCULA: 57223940 CPF: 68822545249  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306124**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36629/2018**

OBJETIVO: Professores do Pro Paz Enem que irão ministrar aulas para estudantes da rede pública.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO FRANCISCO DO PARA / 14/04/2018 - 14/04/2018 Nº Diárias: 0  
SAO FRANCISCO DO PARA / BELEM / 14/04/2018 - 14/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ANGELO JOSE MOREIRA DE SOUZA  
MATRÍCULA: 57188137 CPF: 25269348268  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306128**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36695/2018**

OBJETIVO: visita técnica nas ee jonathas athias (são domingos do capim), ee prof. galvão (augusto correa), ee pe. luciano calderera (viseu), ee maria das merces ol conor (castanhal)  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / SAO DOMINGOS DO CAPIM / 10/04/2018 - 10/04/2018 Nº Diárias: 0  
SAO DOMINGOS DO CAPIM / AUGUSTO CORREA / 10/04/2018 - 12/04/2018 Nº Diárias: 2  
AUGUSTO CORREA / VISEU / 12/04/2018 - 14/04/2018 Nº Diárias: 2  
VISEU / CASTANHAL / 14/04/2018 - 15/04/2018 Nº Diárias: 1  
CASTANHAL / BELEM / 15/04/2018 - 15/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: LISANDRO DA SILVA VASCONCELOS  
MATRÍCULA: 305421 CPF: 05675375287  
CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV AUX INTERMÉD  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306179**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36494/2018**

OBJETIVO: formação do projeto aprendes mais ensino médio.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
BELEM / BREVES / 03/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 3  
BREVES / BELEM / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: DANIEL DOS SANTOS LIMA  
MATRÍCULA: 5901120 CPF: 73619280215  
CARGO/FUNÇÃO: VICE-DIR.DE UNID.ESCOLAR / DIRECAO  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306183**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36535/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
NOVO REPARTIMENTO / MARABA / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
MARABA / NOVO REPARTIMENTO / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MOIZEIS DAMAZIO DA SILVA  
MATRÍCULA: 5935154 CPF: 42374626253  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306224**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36344/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
VISEU / CASTANHAL / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
CASTANHAL / VISEU / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: CLAUDIO FERREIRA COSTA  
MATRÍCULA: 7565529 CPF: 64596583234  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306487**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36351/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
PARAUPEBAS / MARABA / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
MARABA / PARAUPEBAS / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5

NOME: ADELSON CLEITON CAMPOS SANTOS  
MATRÍCULA: 5934568 CPF: 74776509253  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306493**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36316/2018**

OBJETIVO: Solicito o referido recurso financeiro para o(a) servidor(a) durante a formação e assessoramento técnico pedagógico do projeto mundiar, módulo IIIi, ensino médio, 4ª entrada, turmas 2017, nos municípios polos, onde apresentase a necessidade de um período maior de permanência para as devidas ações do projeto.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
MAE DO RIO / CASTANHAL / 02/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 2  
CASTANHAL / MAE DO RIO / 04/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: MARIA AUXILIADORA CIRINO DOS SANTOS  
MATRÍCULA: 5544122 CPF: 24749001287  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306479**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36307/2018**

OBJETIVO: Solicito o referido recurso financeiro para o(a) servidor(a) durante a formação e assessoramento técnico pedagógico do projeto mundiar, módulo IIIi, ensino médio, 4ª entrada, turmas 2017, nos municípios polos, onde apresentase a necessidade de um período maior de permanência para as devidas ações do projeto.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
CAPANEMA / CASTANHAL / 02/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 2  
CASTANHAL / CAPANEMA / 04/04/2018 - 04/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: DORACY LIMA DE SOUSA  
MATRÍCULA: 57209860 CPF: 46040013249  
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306466**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36352/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada - 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
PARAUPEBAS / MARABA / 02/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 4  
MARABA / PARAUPEBAS / 06/04/2018 - 06/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: ANA MARY DE ALCANTARA NUNES  
MATRÍCULA: 6031846 CPF: 48788287572  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306581**

**PORTARIA DE DIARIAS NO. 36417/2018**

OBJETIVO: Participar de formação para professores que atuam no projeto Mundiar, Ensino Médio - Módulo III - 4ª Entrada ? 2017.  
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:  
MELGACO / BELEM / 01/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 6  
BELEM / MELGACO / 07/04/2018 - 07/04/2018 Nº Diárias: 0.5  
NOME: DANIA MARIA MOREIRA DA SILVA  
MATRÍCULA: 5935259 CPF: 69015805253  
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE  
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234  
**Protocolo: 306565**

**TORNAR SEM EFEITO**

**ATO: PORTARIA Nº 124/2018-CPSP**

Motivo: Tornar Sem Efeito Contrato Administrativo nº 203/2018  
Órgão: Secretaria de Estado de Educação  
Nome: Walquiria Almeida Andrade  
Cargo: Professor  
Município: Jacundá  
DOE: 33.582 de 21/03/2018  
Obs.: Processo nº 1228181/2018  
Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

**ATO: PORTARIA Nº 125/2018-CPSP**

Motivo: Tornar Sem Efeito Contrato Administrativo nº 236/2018  
Órgão: Secretaria de Estado de Educação  
Nome: Josevaldo Sousa de Franca  
Cargo: Professor  
Município: Parauapebas  
DOE: 33.588 de 02/04/2018  
Obs.: Processo nº 1228161/2018  
Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS  
**Protocolo: 306572**

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 66**

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/SEDUC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 05054937/0001-63, com sede nesta cidade à Rodovia Augusto Montenegro KM 10, s/nº no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994, convoca os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as) para apresentar-se, na Comissão de Tomada de Contas Especial, no prazo de até 10(dez) dias, para tratar de assuntos referente à pendências de pagamento de pessoal.

Processo	Servidor/Matrícula	Matricula
1091215/2017	Uda Ciria dos Santos Barreto	5327784
691490/2013	Sonia Moraes Brandão	57194415
1185608/2017	Vania Maria do Socorro Alvarez	3227212-014
1189273/2017	Alex Lopes Brazão e Silva	57211630
342417/2010	Jaime Mariano Nascimento dos Santos	55588914
	Ivo Diniz Braga	521302-03
	Odirley Ferreira da Silva	57220152-01
	José Afonso Azevedo Santos	5770491-02
1181368/2017	Aluizio Ribeiro Pinheiro	962864-03
	Raimundo Salviano Albuquerque do Nascimento	447013-02
	Augusto César Macedo Guedes	57220147
	Cristovam Florêncio de Oliveira	479829-01

**ANA CLAUDIA SERRUYA HAGE**

Secretária de Estado de Educação

**Protocolo: 306126**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO NÚCLEO DE LICITAÇÃO COMUNICADO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018 PROCESSO Nº 1.120.179/2017**

A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, através da Comissão Especial de Licitação comunica aos interessados na Concorrência Pública nº 002/2018, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para construção de escola com 12 salas no município de QUATIPURU/PA, que o cronograma financeiro que resume os cinco itens da planilha orçamentária, pag. 168 do edital, encontrava-se com percentuais distribuídos de maneira equivocada, sendo disponível o cronograma físico-financeiro retificado. Não houve alteração de preços, sendo assim a data de abertura do certame continua marcada para o dia 30/04/2018. Maiores informações no Núcleo de Licitação – NLIC, através do telefone (91) 3201-5096 ou pelo e-mail seduc.nlic@gmail.com. Belém, 26 de abril de 2018.  
Nicolas Pinto Alves  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**Protocolo: 306626**

**FISCALIZAR PORTARIA NO 004105-2018 DE 24/04/2018**

DESIGNAR, A CONTAR DE 05/04/2018, O SERVIDOR MARCELO BAKER SANTOS, MATRÍCULA No 57213142-1, AUXILIAR OPERACIONAL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONTRATO DE AQUISIÇÃO No 069/2018, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC E A EMPRESA V S DA S BRITO EIRELI, CUJO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES DE TETO, CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS No 014/2017- SEAD/DGL/SRP, TENDO COMO SUPLENTE DE FISCAL A SERVIDORA IVETE MIRIAN DOS REIS SEPEDA, MATRÍCULA No 6400337-1.

**PORTARIA NO 004107-2018 DE 24/04/2018**

DESIGNAR, A CONTAR DE 12/04/2018, O SERVIDOR WAMILTON GOMES FERREIRA, MATRÍCULA No 5781574-2, PROFESSOR , PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONTRATO DE LOCAÇÃO No 083/2018, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC E O SR. PAULO SILVA DE OLIVEIRA, CUJO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA VILA BOA ESPERANÇA, AVENIDA PARÁ, RODOVIA PA 150, KM 50, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE MOJU/PA, PARA SERVIR DE MORADIA DOS PROFESSORES DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR/SOME/MOJU, TENDO COMO SUPLENTE DE FISCAL O SERVIDOR JOHN WILLIAMES BITENCOURT DA COSTA, MATRÍCULA No 57209960-1.









**PORTARIA Nº.:99/2018 DE 22/02/2018**

Nome: CACILDA RODRIGUES DE CARVALHO  
Matrícula: 553425/1 Período: 01/07 à 30/07/18 Exercício: 2018  
Unidade: Centro Integ. de Form. Profis. de Cametá/Cametá

**PORTARIA Nº.:100/2018 DE 22/02/2018**

Nome: GERIANE COSTA VALENTE  
Matrícula: 57212496/1 Período: 01/07 à 30/07/18 Exercício: 2018  
Unidade: Centro Integ. de Form. Profis. de Cametá/Cametá

**PORTARIA Nº.:101/2018 DE 27/02/2018**

Nome: HELTER JOSÉ SILVA DA COSTA  
Matrícula: 57212911/1 Período: 01/07 à 30/07/18 Exercício: 2018  
Unidade: Centro Integ. de Form. Profis. de Cametá/Cametá

**PORTARIA Nº.:102/2018 DE 22/02/2018**

Nome: NEYLCE FURTADO FREITAS  
Matrícula: 5891362/1 Período: 12/07 à 10/08/18 Exercício: 2018  
Unidade: Centro Integ. de Form. Profis. de Cametá/Cametá

**PORTARIA Nº.:375/2018 DE 05/03/2018**

Nome: REGIANE DE SOUZA PANTOJA  
Matrícula: 57211492/1 Período: 02/07 à 31/07/18 Exercício: 2018  
Unidade: EEM. Inácio Moura/Sto Antonio do Taua

**PORTARIA Nº.:377/2018 DE 05/03/2018**

Nome: SEBASTIÃO TEODORO MIRANDA CORREA  
Matrícula: 57210507/1 Período: 02/07 à 31/07/18 Exercício: 2018  
Unidade: EEM. Inácio Moura/Sto Antonio do Taua

**PORTARIA Nº.:385/2018 DE 07/03/2018**

Nome: NADIA CRISTINA SIQUEIRA ARTNER  
Matrícula: 5900259/1 Período: 02/07 à 15/08/18 Exercício: 2018  
Unidade: EEM. Dr. Fabio Luz/Tome Açú

**PORTARIA Nº.:388/2018 DE 21/02/2018**

Nome: RUY COELHO RIBEIRO  
Matrícula: 5900264/1 Período: 02/07 à 15/08/18 Exercício: 2018  
Unidade: EEM. Dr. Fabio Luz/Tome Açú

**PORTARIA Nº.:023/2018 DE 15/01/2018**

Nome: ODETE PEREIRA SAMPAIO  
Matrícula: 6307933/1 Período: 01/07 à 14/08/18 Exercício: 2017  
Unidade: EE. Euclydes Figueiredo/Parauapebas

**TORNAR SEM EFEITO****PORTARIA Nº.:4079/2018 DE 23/04/2018**

Tomar sem efeito a PORTARIA Nº 1787/2018 de 14/03/2018, que concedeu licença maternidade, no período de 15/02/2018 à 13/08/2018, a servidora SHIRLEY FERNANDES NAVIGANTES, matrícula 57189917/1, Professor, lotada na EEEF. Panorama XXI/Belém.

ERRATA

**ERRATA DA PORTARIA Nº.:345/18 DE 19/03/2018**

Nome: ODILENA BARBOSA MARQUES  
Onde se lê: Período: 02/07/18 a 31/07/18  
Leia-se: Período: 12/07/18 a 10/08/18  
Publicada no Diário Oficial nº. 33.601 de 19/04/2018

**Protocolo: 306642**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE LICITAÇÃO  
COMUNICADO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2018  
PROCESSO Nº 1.131.767/2017**

A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, através da Comissão Especial de Licitação comunica aos interessados na Concorrência Pública nº 004/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para serviço de reforma para tempo integral EEM PLÍNIO PINHEIRO, no município de Marabá/PA, que houve um equívoco na inserção de anexos, contudo não houve alteração do valor deste item 04 mantendo R\$ 624.151,04, muito menos do valor global da licitação R\$ 2.789.041,94, portanto mantendo-se a data de abertura para o dia 21/05/2018.

Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC, através do telefone (91) 3201-5096 ou pelo e-mail seduc.nlic@gmail.com. Belém, 26 de abril de 2018  
Nicolas Pinto Alves  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**Protocolo: 306646**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**DISPENSE DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO: 2018/50484  
Nº DA DISPENSA: 027/2018**

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2018  
PARTES: UEPA e PAPEL E CIA PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI.  
OBJETO: aquisição de material de consumo, para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE.  
ENDEREÇO DA CONTRATADA: Av. Duque de Caxias, 1197, Marco. CEP: 66.093-029. Belém/PA.  
VALOR: R\$ 1.569,06 (mil quinhentos e sessenta e nove reais e seis centavos)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional: 74201.12.364.1448.8468-Fonte do Recurso: 0261 - Natureza da Despesa: 339030.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.  
ORDENADOR RESPONSÁVEL: RUBENS CARDOSO DA SILVA

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a dispensa de processo licitatório para contratação da empresa PAPEL E CIA PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Belém, 26 de abril de 2018.  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

**Protocolo: 306406**

**TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO: 2018/50484  
Nº DA DISPENSA: 029/2018**

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2018  
PARTES: UEPA e MAIS GÁS INDÚSTRIA DE GASES LTDA - EPP.  
OBJETO: aquisição de material de consumo, para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE.  
ENDEREÇO DA CONTRATADA: Rod. do Tapanã, 75. Tapanã (Icoaraci). CEP: 66.825-522. Belém/PA.

VALOR: R\$ 385,80 (trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional: 74201.12.364.1448.8468-Fonte do Recurso: 0261 - Natureza da Despesa: 339030.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL: RUBENS CARDOSO DA SILVA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a dispensa de processo licitatório para contratação da empresa MAIS GÁS INDÚSTRIA DE GASES LTDA - EPP para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Belém, 26 de abril de 2018.  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

**Protocolo: 306410**

**TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO: 2018/50484  
Nº DA DISPENSA: 028/2018**

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2018  
PARTES: UEPA e COMPANHIA DO PAPEL EIRELI.  
OBJETO: aquisição de material de consumo, para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE.  
ENDEREÇO DA CONTRATADA: Av. Duque de Caxias, 1199, Marco. CEP: 66.093-029. Belém/PA.

VALOR: R\$ 349,58 (trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional: 74201.12.364.1448.8468-Fonte do Recurso: 0261 - Natureza da Despesa: 339030.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL: RUBENS CARDOSO DA SILVA**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a dispensa de processo licitatório para contratação da empresa COMPANHIA DO PAPEL EIRELI para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Belém, 26 de abril de 2018.  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

**Protocolo: 306409**

**TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO: 2018/50484  
Nº DA DISPENSA: 026/2018**

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2018  
PARTES: UEPA e N. E. MARTINS COMÉRCIO DE ARMARINHO LTDA - EPP.  
OBJETO: aquisição de material de consumo, para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE.  
ENDEREÇO DA CONTRATADA: Rua Bernal do Couto, 736. Umarizal. CEP: 66.055-080. Belém/PA.

VALOR: R\$ 3.902,00 (três mil novecentos e dois reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional: 74201.12.364.1448.8468-Fonte do Recurso: 0261 - Natureza da Despesa: 339030.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL: RUBENS CARDOSO DA SILVA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a dispensa de processo licitatório para contratação da empresa N. E. MARTINS COMÉRCIO DE ARMARINHO LTDA - EPP para atender ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/CCSE, conforme especificações constantes no Termo de Referência e com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Belém, 26 de abril de 2018.  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

**Protocolo: 306399****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO: 2018/80411  
Nº DA INEXIGIBILIDADE: 005/2018**

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2018  
OBJETO: inscrição em grupo no curso de formação continuada intitulado Curso de Escrita Divertida.  
CONTRATADA: SENSE KIDS TERAPIAS ESPECIALIZADAS LTDA  
ENDEREÇO: Passagem Lindolfo Collor, 150, Marco, CEP: 66.095-310, Belém-Pará

VALOR: R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 74201.12.364.1448.8472  
FONTE DE RECURSO: 0269004936  
ELEMENTO DA DESPESA: 339039  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, XXI, da Lei 8.666/93.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL: RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Protocolo: 306325**

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE  
INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO: 2018/80411**

**Nº DA INEXIGIBILIDADE: 005/2018**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a inexigibilidade de processo licitatório para contratação da SENSE KIDS TERAPIAS ESPECIALIZADAS LTDA para inscrição em grupo no curso de formação continuada intitulado Curso de Escrita Divertida, conforme especificações constantes no Termo de Referência a ser realizado no município de Belém/PA e com fundamento no art. 24, XXI, da Lei 8.666/93.

Belém, 26 de abril de 2018.  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

**Protocolo: 306329****SUPRIMENTO DE FUNDO****PORTARIA Nº 1205/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento,  
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.  
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
Nome: ANGELA MARIA DA COSTA  
Matrícula Funcional: 2009293/1  
Valor: R\$ 2.500,00  
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8468  
Fonte: 0261  
339039\_R\$ 2.500,00

**PORTARIA Nº 1206/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Prazos: Para aplicação 15 (quinze) dias a contar da data de pagamento,  
Para prestação de contas 5 (cinco) dias após a aplicação.  
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
Nome: ANGELA MARIA DA COSTA  
Matrícula Funcional: 2009293/1  
Valor: R\$ 1.500,00  
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8468  
Fonte: 0261  
339036\_R\$ 1.500,00

**PORTARIA Nº 1207/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento,  
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.  
Cargo: AUX. DE ADMINISTRACAO B  
Nome: JOSE FERREIRA DA SILVA  
Matrícula Funcional: 3187896/1  
Valor: R\$ 4.000,00  
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8466  
Fonte: 0261  
339030\_R\$ 2.000,00  
339039\_R\$ 2.000,00  
Ordenador de Despesa  
RUBENS CARDOSO DA SILVA  
Reitor da UEPA.

**PORTARIA Nº 1208/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento,  
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.  
Cargo: TECNICO B  
Nome: ROSELI FERNANDES DE SENA  
Matrícula Funcional: 5810019/2  
Valor: R\$ 4.000,00  
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8582  
Fonte: 0102  
339030\_R\$ 4.000,00  
Ordenador de Despesa  
CARLOS JOSE CAPELA BISPO  
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

**Protocolo: 306319**



**PORTARIA Nº 536, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Processo nº 182002/2018.  
OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de jovem, custodiado no CIJAM, conforme justificado.  
ORIGEM: ANANINDEUA/PA – DESTINO: TAILÂNDIA/PA – (0,5) DIÁRIA  
PERÍODO: 03/05/2018 a 03/05/2018.  
SERVIDORES: CHARISSE CONCEIÇÃO NUNES DOS SANTOS, PSICÓLOGA, Matrícula 5938435/1, e DORIVALDO EDUARDO JARDIM DA SILVA, MOTORISTA, Matrícula 54191736/1.  
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306459**

**PORTARIA: 532- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado na UASE BENEVIDES (Processo 164400/2018-Mem 368/2018-UASE BENEVIDES)  
SERVIDOR: JOSILENE DAMASCENO FERREIRA  
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 5938357/1  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:TUCURUI /PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 09 A 10/05/2018 - DIÁRIAS-1,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306402**

**PORTARIA: 537/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

PROC. 181476/2018.  
OBJETIVO: Apresentar adolescentes, custodiados no CIAM, em audiência designada judicialmente.  
LOCAL: BELÉM/PA – BRAGANÇA/PA. – (0,5) DIÁRIA  
PERÍODO: 03/05/2018 a 03/05/2018  
SERVIDORES: EDILENA GALVÃO TEIXEIRA, PSICÓLOGA, Matrícula 5911059/2, MILTON ANTONIO QUEIROZ DE SOUZA, MONITOR, Matrícula 3193764/1, LUCIVALDO ALVES PEREIRA, MONITOR, Matrícula 5431174/2, e RAIMUNDO PASSOS PEREIRA, MOTORISTA, Matrícula 5746809/2.  
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
PRESIDENTE DA FASEPA  
**Protocolo: 306471**

**PORTARIA 524- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO : Acompanhar adolescente custodiado no CIAM BELEM, ouvido em audiência (Proc. 178339/2018-Mem.524/2018)  
SERVIDOR: MARIA DA GLORIA PINHEIRO RATIS  
CARGO: PSICOLOGO - MATRICULA : 54193987/ 1  
SERVIDOR: LUIZ REGINALDO COSTA  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5918107/ 2  
SERVIDOR : MAURO ROBERTO SASTRE LOBATO  
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 907510/ 2  
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO : CASTANHAL/PA  
PERIODO DA VIAGEM: 24/04/2018 - DIARIA – 0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS : SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306176**

**PORTARIA: 539- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO: Acompanhar adolescentes em audiência (Proc. 181472/2018-Mem 736/2018-CIAM BELEM)  
SERVIDOR(A): GLEICI ROSANA DOS SANTOS CORREA  
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 5521254/ 2  
SERVIDOR: MARCOS ALEXANDRE RATIS DIAS  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5938399/ 1  
SERVIDOR : OLIVAR ANDRADE DA CRUZ  
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5934120/ 1  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:CASTANHAL /PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 03/05/2018 - DIÁRIAS-0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306502**

**PORTARIA Nº 513, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Processo nº 181054/2018.  
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiada no CFIP, em audiência designada judicialmente.  
ORIGEM: ANANINDEUA/PA – DESTINO: BARCARENA/PA – (0,5) DIÁRIA  
PERÍODO: 03/05/2018 a 03/05/2018.  
SERVIDORES: ELIZABETE MARIA FELIX, PSICÓLOGA, Matrícula 516082/5, REGINA DO SOCORRO CARDIAS PINHEIRO, MONITORA, Matrícula 54187232/2, e KENEDY LIMA DE LIMA, MOTORISTA, Matrícula 5919501/2  
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306440**

**PORTARIA: 518- DO DIA 25/04/2018**

OBJETIVO: Acompanhar adolescentes em audiência (Proc.156957/2018-Mem 630/2018-CIAM BELEM)  
SERVIDOR: LEONICE DE OLIVEIRA FERREIRA  
CARGO:ASSISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 5928329/ 1  
SERVIDOR: LUCIVALDO ALVES PEREIRA  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5431174/ 2  
SERVIDOR: JOSE WANDERLEY FARIAS JUNIOR  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 3210871/1  
SERVIDOR: JORGE DA CONCEICAO VIEIRA  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5935803/ 1  
SERVIDOR : WILLIAM GABAY HOLANDA  
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5763584/ 3  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: TOME AÇU/PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 09/04/2018 - DIÁRIAS-0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306107**

**PORTARIA: 527- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO: Acompanhar adolescente em audiência (Proc.171020/2018-Mem 688/2018-CIAM BELEM)  
SERVIDOR(A): GLEICI ROSANA DOS SANTOS CORREA  
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 5521254/ 2  
SERVIDOR : JOAO ISRAEL BEZERRA DA COSTA  
CARGO:MONITOR - MATRICULA: 57224503/ 4  
SERVIDOR: KENEDY LIMA DE LIMA  
CARGO:MOTORISTA - MATRICULA: 5919501/2  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:CONCORDIA DO PARÁ/PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 26/04/2018 - DIÁRIAS-0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306243**

**PORTARIA 520- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO : Acompanhar adolescente custodiado no CIAM BELEM, ouvido em audiência (Proc.171056/2018-Mem.684/2018)  
SERVIDOR: EVERALDO VALDEZ VIEIRA  
CARGO:PSICOLOGO - MATRICULA : 54195555/ 1  
SERVIDOR: FABIO DA SILVA SOUZA  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5933192/ 1  
SERVIDOR : CARLOS ALBERTO MENDES DA COSTA  
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 3191915/ 1  
ORIGEM:BELÉM/PA - DESTINO :SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA  
PERIODO DA VIAGEM: 18/04/2018 - DIARIA – 0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS : SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306120**

**PORTARIA: 519- DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO: ESCOLTAR ADOLESCENTE, OUVIDO EM AUDIENCIA (Processo 170398/2018-Mem 169/2018-DAS-CIAM BELEM)  
SERVIDOR: GLAUCO DO NASCIMENTO PEREIRA  
CARGO: 3º SARGENTO -PM- MATRICULA: 5385393/1  
SERVIDOR : MARILUCIA SANTOS DOS SANTOS  
CARGO:CB- PM - MATRICULA: 5722168/1  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: IPIXUNA/PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 17/04/2018 - DIÁRIAS-0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306112**

**PORTARIA: 529 DO DIA 26/04/2018**

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado na UASE ANANINDEUA(Proc. 177926/2018-Mem 191/2018-UASE ANANINDEUA)  
SERVIDOR: SIRLENE MAZZINGHY DE SOUZA  
CARGO: PSICOLOGO- MATRICULA: 54191367/ 1  
SERVIDOR: JOSUE ARAUJO DE SOUSA  
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 54195516/ 1  
SERVIDOR : HERACLITO MARCELO DE SOUZA MACIEL  
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 97571492/ 1  
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:CURUÇA/PA  
PERIÓDO DE VIAGEM: 27/04/2018 - DIÁRIAS-0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306292**

**PORTARIA 526- DO DIA 25/04/2018**

OBJETIVO : Acompanhar adolescente custodiado no CIAM BELEM, ouvido em audiência (Proc. 171028/2018-Mem.664/2018)  
SERVIDOR: ANA CRISTINA LOPES DOS SANTOS  
CARGO:ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 5938412/ 1  
SERVIDOR: JORGE DA CONCEICAO VIEIRA  
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5935803/1  
SERVIDOR: ANTONIO MATOS NAVEGANTES  
CARGO:MOTORISTA - MATRICULA: 5905757/ 2  
ORIGEM:BELÉM/PA - DESTINO : BRAGANÇA/PA  
PERIODO DA VIAGEM: 25/04/2018 - DIARIA – 0,5  
ORDENADOR DE DESPESAS : SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306194**

**PORTARIA Nº 534, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Processo nº 178990/2018.  
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM/BELÉM, em audiência designada judicialmente.  
ORIGEM: BELÉM/PA – DESTINO: BREVES/PA – (2,5) DIÁRIAS  
PERÍODO: 09/05/2018 a 11/05/2018.  
SERVIDORES: DENISE NOBRE PONTES DINIZ, PSICÓLOGA, Matrícula 57194828/2, e MAURO CEZAR DIAS DE OLIVEIRA, MONITOR, Matrícula 5905849/2.  
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306444**

**PORTARIA Nº 512, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

Processo nº 181040/2018.  
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM, em audiência designada judicialmente.  
ORIGEM: BELÉM/PA – DESTINO: MOCAJUBA/PA – (0,5) DIÁRIA  
PERÍODO: 27/04/2018 a 27/04/2018.  
SERVIDORES: MARIA DA GLÓRIA PINHEIRO RATIS, PSICÓLOGA, Matrícula 54193987/1, CLEO CARDOSO DE OLIVEIRA, MONITOR, Matrícula 5930078/1, JOÃO ISRAEL BEZERRA DA COSTA, MONITOR, Matrícula 57224503/4, e DELLIVIO CASTRO SACRAMENTO, MOTORISTA, Matrícula 54191311/1.  
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS  
**Protocolo: 306430**

**FÉRIAS**

**PORTARIA Nº419/18 DE 25 DE ABRIL DE 2018**

EXCLUIR,a servidora SILVANIA FABIANO LIMA,matrícula:54197158/1 da Portaria de Férias nº331/18, publicada no DOE Nº33594 de 10/04/2018,que Concedeu férias para o mês de maio/18,no período de 01/05/18 a 30/05/18,por problemas de saúde.

Ordenador responsável: Simão Pedro Martins Bastos

**Protocolo: 306309**

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 075/2018-GGP/SEJUDH BELÉM (PA), 25 DE ABRIL DE 2018**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o Laudo Médico Pericial de nº 38329, RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença para tratamento de saúde a servidora IVONE DO SOCORRO CARVALHO PEREIRA, matrícula nº 5402310/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no período de 26.03.2018 a 24.04.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

**Protocolo: 306191**

**PORTARIA Nº 074/2018-GGP/SEJUDH BELÉM (PA), 24 DE ABRIL DE 2018.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o memorando nº. 013/2018- NRJDH-PA, de 20.04.2018,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora deste órgão, conforme descrito abaixo:

Matrícula	Servidor	Exercício	Período de Gozo
5898304/1	Diana Antônia da Rocha Nunes Costa	2018	01/05/2018 a 30/05/2018

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

**Protocolo: 306110**

**PORTARIA Nº006/2018/SEJUDH COORD. DE PROTEÇÃO À VÍTIMA/PPDDH DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o nome dos conselheiros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos- CEPDDH/PA, A senhora IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA em substituição a Conselheira suplente LILIAN VIANA FREIRE, representando o Ministério Público do Estado do Pará - MPE  
O senhor ALISSON GOMES MONTEIRO em substituição ao conselheiro titular ROGERIO LUZ MORAIS e CHISTIANE FERREIRA DA SILVA em substituição ao conselheiro suplente PAULO SÉRGIO FIGUEIREDO PINTO, ambos representando a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP.

A senhora LAIRA VASCONCELOS DOS SANTOS em substituição a Conselheira Titular MARCIA MONTEIRO DA SILVA e MARIA DO SOCORRO ROCHA SILVA em substituição a Conselheira suplente JANETE DE FATIMA NASCIMENTO DE ARAÚJO, ambas representantes do Conselho regional de Serviço Social-CRESS, a contar do dia 26 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém-PA, 26 de abril de 2018

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Michell Mendes Durans da Silva

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará,

**Protocolo: 306639**

**PORTARIA Nº007/2018/SEJUDH/COORD. DE PROTEÇÃO À VÍTIMA/PPDDH DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR o nome do conselheiro titular do Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos-CEPPDDH/Pa,

O senhor DIEGO CAMPOS DE ALMEIDA em substituição ao conselheiro titular ANDRE ALMEIDA DE AZEVEDO RIBEIRO,

representando a Superintendência da Polícia Federal – PF, a contar do dia 14 de dezembro de 2017.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Belém/PA, 26 de abril de 2018.  
Registre-se, Publique-se e cumpra-se.  
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA  
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos  
**Protocolo: 306644**

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

### OUTRAS MATÉRIAS

#### DISTRATO DISTRATO AO CONTRATO Nº 018/2017

Objeto: Fornecimento de garrafas de água mineral para atender demanda da CODEC;  
Data de assinatura: 20.04.2018  
Fundamentação Legal: artigo 79, II da Lei nº 8.666/93;  
Distratado: CLÉSIO CAMPOS CABRAL EIRELLI - ME - CNPJ: 07.151.564/0001-74;  
Endereço: Alameda Elcione Barbalho, nº 03, Bairro Sousa, CEP: 66613-350, Belém-Estado do Pará;  
Telefone: (91) 3223-5186;  
Ordenador: Fábio Lúcio de S. Costa;  
**Protocolo: 306505**

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

### SUPRIMENTO DE FUNDO

**PORTARIA Nº 130/18 de 25.04.2018.** Art. 1º CONCEDER Suprimentos de Fundos ao servidor, Casemiro Júnior Marinho Aguiar, Coordenador Regional, matrícula nº 5937364/1 e CPF nº 864.675.902-44, no valor de R\$ 1.628,00 (Um mil seiscentos e vinte e oito reais), para atendimento das despesas de pronto pagamento desta Autarquia, conforme discriminação a seguir: 72201.23.125.1450.6392-Expansão do Registro Mercantil, 0261-Fonte de Despesa, 33903696-Serviços-Pessoa Física R\$ 360,00; 33903996-Outros Serviços-Pessoa Jurídica R\$ 1.018,00; 33903096-Material de Consumo R\$ 250,00; Total: R\$ 1.628,00. Art. 2º O prazo para aplicação deverá ser de 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, após o término da aplicação. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA -Presidente  
**Protocolo: 306254**

**PORTARIA Nº 126/18 de 24.04.2018.** Art. 1º CONCEDER Suprimento de Fundos a servidora Eliene Cardoso de Oliveira, colaboradora na UD-JACUNDÁ-PA CPF: 718.490.412-53, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para atendimento das despesas de pronto pagamento desta Autarquia, conforme discriminação a seguir: 72201.23.125.1450.6392-Expansão do Registro Mercantil, 33903096-Material de Consumo R\$ 700,00; 33903996-Serviço-Pessoa Jurídica R\$ 300,00; TOTAL R\$ 1.000,00. Art. 2º O prazo para aplicação deverá ser de 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, após o término da aplicação. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA -Presidente  
**Protocolo: 306239**

### OUTRAS MATÉRIAS

**PORTARIA Nº 127/2018 de 25/04/2018.** Art. 1º AUTORIZAR A CESSÃO da servidora, CINTIA MARIA DE OLIVEIRA RAIOL RODRIGUES matrícula nº 572345371, Técnica de Administração e Finanças, para a Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 01-05-2018, conforme processo nº 2018/159322. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente  
**Protocolo: 306247**

**PORTARIA: Art. 1º ENCERRAR A CESSÃO do servidor Sílvio Pires Moreira, matrícula nº 3225488/1, ocupante do cargo de Servente, que estava a disposição para esta Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, através da Portaria nº 454/2017-SEASTER, a partir do dia 1º de maio de 2018, conforme processo nº 2018/180886. Cilene Moreira Sabino de Oliveira-Presidente  
**Protocolo: 306228****

## NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO EXERCÍCIO: 2018 TERMO ADITIVO: PRIMEIRO

Data da assinatura: 03/04/2018  
Objeto: Aditar o Contrato de Colaboração Financeira Não reembolsável nº 13.2.1297.1, celebrado entre o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDS e o ESTADO DO PARÁ.  
Beneficiário: ESTADO DO PARÁ.  
C.N.P.J: 05.054.861/0001-76.  
Endereço: Avenida Doutor Freitas, n.2531 (esquina com Avenida Almirante Barroso), Bairro Marco, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.087-812.  
Beneficente: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDS  
CNPJ: 33.657.248/0001-89  
Ordenadora: Maria Gertrudes Alves de Oliveira  
**Protocolo: 306308**

## NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

### DIÁRIA

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 120/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Fabio Henrique de Oliveira Alves
Cargo	Gerente Regional
Nº de diárias	1 ½ (uma e meia diárias)
Origem	Marabá
Destino	São João do Araguaia
Objetivo	Realizar palestra, visitas e cadastros dos microempreendedores a serem beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, para atender demanda de emenda parlamentar.
Período	07 e 08/05/2018.

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE  
DIRETOR-GERAL/NGPM-CREDCIDADÃO.

**Protocolo: 306664**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 117/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Cleomar Dias Botelho
Cargo	Gerente Regional
Nº de diárias	1 ½ (uma e meia diárias)
Origem	Redenção
Destino	Conceição do Araguaia
Objetivo	Realizar cadastros, palestras e visitas aos microempreendedores a serem beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, através do NGPM-CREDCIDADÃO.
Período	07 e 08/05/2018.

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE  
DIRETOR-GERAL/NGPM-CREDCIDADÃO.

**Protocolo: 306657**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 118/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Cleomar Dias Botelho
Cargo	Gerente Regional
Nº de diárias	1 ½ (uma e meia diárias)
Origem	Redenção
Destino	Santa Maria das Barreiras
Objetivo	Realizar cadastros, palestras e visitas aos microempreendedores a serem beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, através do NGPM-CREDCIDADÃO.
Período	02 e 03/05/2018.

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE  
DIRETOR-GERAL/NGPM-CREDCIDADÃO.

**Protocolo: 306661**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 121/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Joadson Silva Moreira
Cargo	Assessor de Gabinete
Nº de diárias	04 ½ (quatro e meia diárias)
Origem	Marabá
Destino	Parauapebas/Canaã dos Carajás.
Objetivo	realizar palestra, cadastros e visitas aos microempreendedores a serem contemplados com o Microcrédito atendendo demanda de Emenda Parlamentar, através do Programa de Microcrédito do Governo do Estado do Pará.
Período	30.04 a 04/05/2018.

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE

DIRETOR-GERAL

NGPM-CREDCIDADÃO.

**Protocolo: 306669**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 116/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Marcia Maria do vale Gomes de Castro
Cargo	Gerente Regional
Nº de diárias	05 ½ (cinco e meia diárias)
Origem	Belém
Destino	Soure
Objetivo	Realizar palestras, cadastros e visitas aos microempreendedores a serem beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, através de uma Emenda Parlamentar.
Período	30/04 a 05/05/2018

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE

DIRETOR-GERAL/NGPM-CREDCIDADÃO

**Protocolo: 306655**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 119/2018 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Nome	Fabio Henrique de Oliveira Alves
Cargo	Gerente Regional
Nº de diárias	1 ½ (uma e meia diárias)
Origem	Marabá
Destino	Itupiranga
Objetivo	Realizar palestras, visitas e cadastros dos microempreendedores a serem beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, para atender demanda de emenda parlamentar.
Período	26 a 27/04/2018

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE

DIRETOR-GERAL/NGPM-CREDCIDADÃO.

**Protocolo: 306662**

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

### DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

**PORTARIA Nº 304/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.**  
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 03/01/2015, publicado no DOE nº. 32.822, de 04/02/2015, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 006/2017, de 04/01/2017, publicada no DOE nº 33.289 de 11/01/2017, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO, o MEMORANDO nº 048/2018-DIFIS, de 10/04/2018, através do Processo nº. 2018/70379, de 19/02/2018;

R E S O L V E:

I – REVOGAR a portaria o nº 120/2018, publicada no DOE nº 33562, de 21/02/2018 que designou os servidores GERALDO HENRIQUE ALMEIDA FIGUEIREDO, matrícula nº. 54191151/8, como fiscal do contrato nº 003/2018, e MARCUS VINICIUS ANGELIM DE AZEVEDO, matrícula nº. 5936254/1, como suplente do referido contrato, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a empresa, conforme abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
003/2018	IGF Construções e Serviços Eireli-EPP.	Execução da reforma parcial da Feira do Açai, no município de Belém/PA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PEDRO ABILIO TORRES DO CARMO

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

**Protocolo: 306100**

#### ERRATA

#### ERRATA DE DIÁRIA

#### PORTARIA Nº. 302/2018, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

PUBLICADA NO DOE Nº. 33.606, DE 26/04/2018.

Onde se lê: Diárias: 7,0

Leia-se: Diárias: 7,5 (sete e meia)

**Protocolo: 306097**

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO

#### 7º TAC Nº 07/2012 – PREGÃO ELETRÔNICO- 04/2011

Partes: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90 Empresa Brasil Rent a Car LTDA – CNPJ 03.434.532/0001-25

Objeto: Serviços de locação de veículos automotores terrestres de pequeno e médio porte para atender as necessidades da SEDOP/PA.

Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, II da Lei nº 8.666/93

Vigência: 30/04/2018 a 30/05/2018

Data da Assinatura: 23/04/2018

Ordenador Responsável: Ruy Klautau de Mendonça

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

**Protocolo: 306188**

#### 6º TAC Nº 52/2015 – TP 12/2015

Partes:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90

MDS Construtora e Incorporadora Ltda Epp – CNPJ 02.040.696/0001-05

Objeto: Execução dos serviços remanescentes do contrato nº 10/2012, referente a obra de implantação do sistema de abastecimento de água, no município de Afuá, no Estado do Pará.

Justificativa: Reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 311.171,37

Data da Assinatura: 25/04/2018

Ordenador Responsável: Ruy Klautau de Mendonça

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

**Protocolo: 306668**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 002/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores para atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e para as regionais localizadas nos municípios de Marabá/PA e Santarém/PA, de acordo com as especificações, normas e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Entrega do Edital: A partir do dia 27/04/2018, nos sites: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br) ou através de mídia digital na Travessa do Chaco, nº 2158, bairro do Marco, Belém-PA, CEP 66.093-542 – SEDOP.

Local de abertura: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

Data da abertura: 10/05/2018

Hora de abertura: 09:00 (horário oficial de Brasília/DF)

Anilton Marcio de Souza Santos

Pregoeiro

Ordenador Responsável:

RUY KLAUTAU DE MENDONÇA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

**Protocolo: 306610**

#### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

#### INTIMAÇÃO DE JULGAMENTO FINAL TP Nº 002/2018

A Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, após análise dos recursos interpostos referentes à Tomada de Preço nº 002/2018, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução da conclusão da unidade integrada de polícia PROPAZ – UIPP, no Município de Alenquer/PA, apresenta o resultado da análise o que segue:

Permaneceu classificada:

Em primeiro lugar a empresa CONTAP CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 83.773.804/0001-50, com o valor de R\$ 509.815,78 (quinhentos e nove mil oitocentos e quinze reais e setenta e oito centavos)

Permaneceram desclassificadas:

TEXAS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA-EPP, CNPJ: 04.884.383/0001-69; ACVG CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP, CNPJ: 19.887.369/0001-96;

A3 ENGENHARIA LTDA-EPP, CNPJ: 04.656.777/0001-60;

IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ: 27.850.633/0001-45; PROJEÇÃO ENGENHARIA EIRELI-EPP, CNPJ: 04.431.290/0001-89;

A.C.A Amazônia Construções e Avaliações EIRELI-EPP, CNPJ: 02.406.002/0001-00;

CARVALHO ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 22.923.387/0001-90;

NACIONAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI-EPP, CNPJ: 02.934.270/0001-03.

Belém/PA, 26 de Abril de 2018.

Nicolas Augustus André Nazareth

Presidente da Comissão Permanente de Licitação – SEDOP

**Protocolo: 306658**

#### TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

#### 5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2012

Partes:

-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90

-Universidade Federal do Pará – CNPJ 34.621.748/0001-23

Objeto do Convênio: Pesquisar e sistematizar informações, estudar alternativas de universalização, propor instrumentos necessários, para reestruturação do setor de saneamento no Estado do Pará.

Justificativa: Prorrogação de Prazo de vigência, Reformulação do Plano de Trabalho e Inclusão do Parágrafo Sexto a Cláusula Décima do Convênio.

Vigência: 30/06/2018 à 30/06/2019

Data da Assinatura: 26/04/2018

Ordenador Responsável: Marcio Silva Viana Araújo

Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

**Protocolo: 306527**

#### DIÁRIA

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 306/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Processo: 2018/178561, de 23/04/2018.

Servidor: Jorge dos Santos Filgueiras; Matrícula: 103349/1; Cargo/Função: TGOP-Engenheiro Civil; Objeto: Fiscalização as seguintes obras: Construção do Hospital Público em Capanema, e Construção de 02 Blocos Carcerários no complexo Penitenciário de Americano e Convênio de Construção de 01 Quadra Polivalente na comunidade de Vila do Carmo no município de Santa Izabel do Pará.

Servidor: Sandro de Sousa Barradas; Matrícula: 57199257/1; Cargo/Função: Motorista; Objeto: Conduzir o veículo da SEDOP. Período: 26/04/2018 a 27/04/2018

Diárias: 1,5

Destino(s): Capanema e Santa Izabel/PA.

Ordenador de Despesas: PEDRO ABILIO TORRES DO CARMO

**Protocolo: 306297**

#### RESUMO DA PORTARIA Nº 305/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Processo: 2018/178515, de 23/04/2018

Servidora: Semirames Silva da Silva/ Matrícula: 518556713/ Cargo/Função: Coordenador.

Objetivo: Reunião técnica nos ministérios das Cidades e Meio Ambiente e Funasa para tratar assuntos referentes a capacitação em planos diretores e planos de saneamentos básicos no estado do Pará.

Período: 20 a 23/06/2018.

Diárias: 3,5 (três e meia)

Destino(s): Brasília (DF).

Ordenador de Despesas: MARCIO SILVA VIANA ARAUJO

**Protocolo: 306225**

### COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

#### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO AVISO DE JULGAMENTO

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017-CPL/COSANPA

O Presidente da Companhia de Saneamento do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 663/2017, torna público que, na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017- CPL/COSANPA, cujo objeto é a Contratação de empresa de engenharia especializada em projetos de saneamento básico para elaboração de projeto básico para ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água na Região Metropolitana de Belém – RMB, abrangendo o Setor de Abastecimento de Água Ananindeua Centro, no município de Ananindeua, no Estado do Pará, foi considerada vencedora a empresa SENHA ENGENHARIA & URBANISMO SS, CNPJ: 36.863.538/0001-77, por oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim como, por atender os critérios estabelecidos no edital.

Belém - PA, 25 de abril de 2018.

Ana Beatriz de Souza Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Cláudio Luciano da Rocha Conde

Presidente da Companhia de Saneamento do Pará

**Protocolo: 306096**

### COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

#### APOSTILAMENTO APOSTILAMENTO Nº 1 CONTRATO: nº 08/2015

Empresa Contratada: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - BANPARÁ  
Processo: 2018/83294

Objeto do Contrato: Contratação de empresa para a prestação de serviços bancários de arrecadação para recebimentos de Taxas, Tributos e demais Receitas, através de suas agências, mediante Guia de Recebimento Bancário em Código de Barras padrão FEBRABAN.

Data da Assinatura do Contrato: 30.06.2015

Data da Publicação: 08.07.2015

Objeto do Apostilamento: Adequação do serviço prestado pelo BANPARÁ às novas exigências estabelecidas pelo Banco Central, com a introdução da modalidade cobrança registrada, mediante Guia de Recolhimento Bancário em Código de Barras padrão FEBRABAN.

Justificativa: Considerando as Circulares Nº 3.598/12 e 3.656/13 - BACEN, com novas regras para a emissão de boletos.

Data da Assinatura: 25.04.2018

Lucilene Bastos Farinha Silva-Diretora Presidente

**Protocolo: 306403**

### SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### ERRATA

#### ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

Fica retificado o número do contrato informado no extrato do primeiro Termo Aditivo publicado no DOE nº 33599 de 17.04.2018, protocolo nº 302142, pág. Nº 58.

**Onde se lê:**

Contrato nº 09/2015

**Leia-se:**

Contrato nº 09/2017

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET.

Ordenador-Alex Bolonha Fiúza de Mello

**Protocolo: 306169**

**TERMO ADITIVO A CONTRATO  
Nº DO CONTRATO: 05/2017  
Nº DO TERMO ADITIVO: 01**

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2018

VIGÊNCIA: 15.05.2018 a 14.05.2019

VALOR: R\$ 174.494,52

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência do contrato nº 05/2017, a contar de 28.04.2018 a 27/04/2019, atendendo a conveniência administrativa da SECTET, de acordo com o que prevê a CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

Incluir os serviços relativos aos itens 05 e 06 do presente Termo Aditivo, acrescendo o valor original do contrato em 0,5369%.

ORÇAMENTO:

PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FUNTE DE RECURSO

48.101.19.126.1424.8238 339140 0101

ORIGEM DO RECURSO: Estadual

CONTRATADO: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA (CNPJ nº. 05.059.613/0001-18).

ENDEREÇO: Rod. Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, Belém/PA, CEP: 66.820-0000.

ORDENADOR: ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO

**Protocolo: 306173**

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DO PARÁ**

**DIÁRIA**

**PORTARIA Nº 171, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) MARCIO SOUZA NOGUEIRA, tecnico em telecomunicações , matrícula 73325, 07/05/2018 a 10/05/2018, à Belém-PA/Breves/Belém-PA, para Manutenção preventiva de infraestrutura da estação de telecomunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306198**

**PORTARIA Nº 173, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) IGOR HENRIQUE SANTOS DA PAZ, engenheiro de telecomunicação , matrícula 73321, 09/05/2018 a 11/05/2018, à Belém-PA/Curralinho/Belém-PA, para Vistoria de campo para elaborar o projeto com o objetivo de atender o município de Curralinho. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306232**

**PORTARIA Nº 175, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) LEOPOLDO JOSÉ MORAES VIANA, Técnico de Manutenção, matrícula 72113, 07/05/2018 a 08/05/2018, à Belém-PA/Barcarena/ Moju/Belém-PA, para Manutenção preventiva de infraestrutura da estação de telecomunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306257**

**PORTARIA Nº 174, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) SAMUEL RICARDO RODRIGUES ROMOS, Engenheiro de Telecomunicação, matrícula 73322, 07/05/2018 a 09/05/2018, à Belém-PA/Muana/Belém-PA, para Vistoria de campo para elaborar o projeto com o objetivo de atender o município de Muana. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306244**

**PORTARIA Nº 172, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) FABIO AUGUSTO NUNES BASTOS, ANALISTA DE SUPORTE, matrícula 73170 , 07/05/2018 a 10/05/2018, à Belém-PA/Breves/Belém-PA, para Manutenção preventiva de infraestrutura da estação de telecomunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306204**

**PORTARIA Nº 177, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) ISRAEL ABRAHAM BENCHIMOL, Auxiliar de Produção, matrícula 71879, 21/05/2018 a 06/06/2018, à Belém-PA/Itaituba/Belém-PA, para Substituição do responsável pelo Núcleo de Itaituba (Paulo Nardel Alves),

durante o período de férias. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306276**

**PORTARIA Nº 169, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES, Presidente, matrícula 73.241, 25/04/2018 a 27/04/2018, à Belém-PA/Brasília/Belém-PA, para participar de agenda de trabalho no período de 25 a 27/04/2018 junto à Diretoria da ABEP - TIC (Associação Nacional de Empresas Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306190**

**PORTARIA Nº 176, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) PEDRO DE SOUZA BARROS, Motorista, matrícula 72110, 07/05/2018 a 08/05/2018, à Belém-PA/Barcarena/ Moju/Belém-PA, para Manutenção preventiva de infraestrutura da estação de telecomunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306266**

**PORTARIA Nº 170, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

Diária ao(à) colaborador(a) LEONARDO MEDEIROS DA SILVA, ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO, matrícula 73318, 03/05/2018 a 03/05/2018, à Belém-PA/Marapanim/Belém-PA, para Manutenção preventiva de infraestrutura da estação de telecomunicação. Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

**Protocolo: 306158**

**SECRETARIA DE ESTADO  
DE ESPORTE E LAZER**

**ERRATA**

**ERRATA DA PORTARIA Nº 106/2018-SEEL,  
DE 09 DE ABRIL DE 2018, PUBLICADA  
NO DOE Nº 33.602, DE 20/04/2018.**

Onde se Lê: 6 ½ (seis e meia) diárias, aos servidores MARIA CRISTINA NUNES BAIA, matrícula 57174286, ROSEANE MESQUITA TEIXEIRA, matrícula 57216778, SIDNEY TRINDADE GUIMARÃES, matrícula 80845357, para coordenar e executar Ações Esportivas no Evento Semana dos Povos Indígenas, no município de São Felix do Xingu/PA, no período de 13/04/2018 a 22/04/2018.

Leia-se: 6 e ½ (seis e meia) diárias a servidora MARIA CRISTINA NUNES BAIA, matrícula 57174286, e 9 e ½ (nove e meia) diárias aos servidores ROSEANE MESQUITA TEIXEIRA, matrícula 57216778, SIDNEY TRINDADE GUIMARÃES, matrícula 80845357 e JOÃO BATISTA GOMES FILHO, matrícula 5900907 para coordenar e executar as Ações Esportivas no Evento Semana dos Povos Indígenas, no município de São Felix do Xingu/PA, nos períodos de 13/04/2018 a 19/04/2018, e 13/04/2018 a 22/04/2018, respectivamente.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 01 DE SETEMBRO DE 2016.

CLAUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA  
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

**Protocolo: 306159**

**TERMO ADITIVO A CONTRATO**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 013/2018-SEEL**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto crescer o montante de R\$ 272.147,50 (duzentos e setenta e dois mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), que corresponde a 25% do contrato originário, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINATURA: 23/04/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional Programática: 08101.27.812.1433.8317c / 08101.27.812.1433.8321c / 08101.27.812.1433.8319c - Fonte de Recursos: 0101000000 / 0145000000 - Elemento de Despesa: 339032 / 339031

CONTRATADA: BAUHAUS PROJECT MANAGER LTDA-ME - CNPJ Nº 07.102.250/0001-81

Ordenadora de Despesa: CLÁUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA - CPF Nº 150.270.312-20

**Protocolo: 306491**

**SUPRIMENTO DE FUNDO**

**PORTARIA Nº 115/2018-SEEL, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Nº 6.215, de 28 de abril de 1999, alterada pela Lei Nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE Nº 30.714 de 30/06/2006 e considerando o disposto no Decreto Estadual Nº 1.180, de 12/10/2008, que aprova o Regulamento que trata da concessão, aplicação e prestação de contas de recursos públicos sob a forma de Suprimento de Fundos e ainda o Processo Nº 2018/175700, RESOLVE:

CONCEDER, Suprimento de Fundos ao servidor LAIRSON DA CUNHA FARO, matrícula 57190527, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), elemento de despesa 339030, funcional programática 08101.27812.1433.8338c, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), elemento de despesa 339039, funcional programática 08101.27812.1433.8338c, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), elemento de despesa 339036, funcional programática 08101.27812.1433.8338c, a fim de atender despesas eventuais do Estádio Olímpico do Pará, devendo tais recursos serem aplicados no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da emissão da OB (Ordem Bancária), e 15 (quinze) dias após a aplicação dos recursos, para prestação de contas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 25 DE ABRIL DE 2018

CLAUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

Secretária de Estado de Esporte e Lazer

**Protocolo: 306163**

**DIÁRIA**

**PORTARIA Nº.112/2018-SEEL, DE 24 DE ABRIL DE 2018.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o art. 127, inciso III e art. 145, da lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e considerando o processo nº 2018/176780. RESOLVE:

CONCEDER, 5 e ½ diárias ao servidor PAULO SIDNEY MARTINS, matrícula 5923073, para fazer vistoria levantamento planialtimetro e terraplenagem da área aonde serão implantadas as arena referente ao processo 2016/142056, no município Marapanim/PA, no período de 23/04/2018 a 28/04/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 24 DE ABRIL DE 2018.

CLAUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

Secretária de Estado de Esporte e Lazer

**Protocolo: 306253**

**INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO  
NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE00499**

Valor: R\$ 274,50

Data de emissão: 25/04/2018

Processo nº 2018/160018

Origem: Dispensa de Licitação nº. 013/2018 – SEEL

Objeto: Pagamento de taxas relativas ao Registro de Responsabilidade Técnica – RRT

Orçamento: 8338.339039.188339

Contratado: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará

CNPJ: 14.974.293/0001-12

Ordenador: CLÁUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

**Protocolo: 306226**

**INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO  
NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE00501**

Valor: R\$ 330,40

Data de emissão: 25/04/2018-Processo nº 2018/167170

Origem: Dispensa de Licitação nº. 011/2018 – SEEL

Objeto: Publicação no DOU

Orçamento:8338.339039.188339

Contratado: Imprensa Nacional

CNPJ: 04.196.645/0001-00

Ordenador: CLÁUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

**Protocolo: 306231**

**INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO  
NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE00500**

Valor: R\$ 264,32-Data de emissão: 25/04/2018

Processo nº 2018/169612

Origem: Dispensa de Licitação nº. 012/2018 – SEEL

Objeto: Publicação no DOU

Orçamento:8338.339039.188339  
Contratado: Imprensa Nacional  
CNPJ: 04.196.645/0001-00  
Ordenador: CLÁUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

**Protocolo: 306230**

**INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO  
NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE00502**

Valor: R\$ 91,50-Data de emissão: 25/04/2018  
Processo nº 2018/174565  
Origem: Dispensa de Licitação nº. 014/2018 – SEEL  
Objeto: Pagamento de taxas relativas ao Registro de Responsabilidade Técnica – RRT  
Orçamento: 8338.339039.188339  
Contratado: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará  
CNPJ: 14.974.293/0001-12  
Ordenador: CLÁUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA

**Protocolo: 306237**

## DEFENSORIA PÚBLICA

**CONTRATO  
CONTRATO Nº: 013/2018  
PROCESSO Nº 2018/72702- DPPA.  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 DPPA.**

**PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ** (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e a empresa **BICO DE OURO COMÉRCIO E CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A- CELPA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.895.728/0001-80.

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento o Fornecimento de produtos alimentícios não perecíveis - café, conforme especificações neste instrumento, para atender as necessidades da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ.  
**DATA ASSINATURA:** 23/04/2018  
**VALOR GLOBAL:** 887.179,38 (oitocentos e oitenta e sete mil, cento e setenta e nove reais e trinta e oito centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Programa/Projeto/Atividade: 03.091.1445.8434  
Natureza da Despesa: 339039  
Fonte: 0101

Plano Interno (PI): 2120008434C  
GP Pará: 245979

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.  
**FORO:** Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém  
**RESPONSÁVEL DA CONTRATADA:** JOAQUIM ANTÔNIO MILHOMEM BARROS.  
**CPF/MF:** 303.633.813-68.

**ENDEREÇO DA EMPRESA:** Rodovia Augusto Montenegro, km 8.5, Bairro; Coqueiro, CEP: 66823010 – Belém – Pará.  
**ORDENADOR:** VLADIMIR AUGUSTO DE CARVALHO LOBO E AVELINO KOENIG – Defensor Público Geral, em exercício.  
**CPF/MF Nº:** 512.478.792-91.

**Protocolo: 306446**

## JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**Extrato de Contrato nº. 027/2018/TJPA // Partes:** TJPA e o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL PASTOR ARTHUR NUNES PIEDADE, inscrito no CNPJ nº 05.361.062/0001-42, com sede no Conjunto Cidade Nova 03, Trav. SN 6, nº 100, Coqueiro, CEP: 67130-820, Município de Ananindeua, Estado do Pará, Fone: (91) 93234-3583/ 3235-4568// **Processo:** PA-PRO-2018/01472// **Fundamentação Legal:** Art.17, II, "a" da Lei 8.666/93// **Foro:** Belém// **Valor (depreciado) dos bens:** R\$ 79,55// **Data da assinatura do contrato:** 20/04/2018// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

**Protocolo: 304181**

**Extrato de Contrato nº. 028/2018/TJPA//Partes:** TJPA e a empresa CCM ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.758.378/0001-26// **Objeto do Contrato:** contratação emergencial de empresa especializada para prestação de Serviço de cercamento de terreno do TJPA destinado as futuras instalações do Fórum de Tucuruí.//**Modalidade de Licitação:** Dispensa de Licitação nº. 0081/2018, com fulcro no artigo 24,

inciso IV da Lei nº 8.666/93// **Valor do Contrato:** R\$ 23.133,05 (global) //  **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho 02.126.1419.8644; **Natureza de Despesa:** 339039; **Fonte de Recurso** 0118. // **Vigência:** 180 dias com início em 23/04/2018 e término em 19/12/2018// **Data da assinatura:** 23/04/2018// **Foro:** Belém/PA// **Representante do Contratante:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração// **Ordenador Responsável:** Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento.//

**Protocolo: 304505**

**Extrato de Contrato nº. 025/2018/TJPA // Partes:** TJPA e a ASSOCIAÇÃO CARAJÁS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, inscrita no CNPJ nº 04.616.071/0001-74, com sede na Rua Icoaraci, nº 19, Bairro: São Francisco, Município de Tucuruí, Estado do Pará, Fone: (94) 99179-5916/ 98109-1141, e-mail: acarajas@hotmail.com//**Objeto do contrato:** doação de bens inservíveis // **Processo:** PA-PRO-2018/01471// **Fundamentação Legal:** Art.17, II, "a" da Lei 8.666/93//**Foro:** Belém// **Valor (depreciado) dos bens:** R\$ 396,53// **Data da assinatura do contrato:** 20/04/2018// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

**Protocolo: 304182**

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO

**Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 025/2016/TJPA//Partes:** TJPA e a empresa CATA VENTO REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.534.028/0001-05// **Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de desinstalação, substituição e realocação dos equipamentos de ar condicionado tipo expansão direta e VRF, Splits (ou outro equipamento de outra classificação que vier a substituir estes) instalados no Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, localizado na Av. Almirante Barroso, 3089, Souza, CEP. 66.613-710, Belém - Pará, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes e/ou peças, novas e originais do fabricante do equipamento, assim como, dos materiais de consumo (óleo lubrificante, gás refrigerante, dentre outros) necessários à execução dos serviços.// **Origem:** Pregão eletrônico de nº 018/TJPA/2016// **Objeto do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste do valor do Contrato pelo INPC/IBGE, no percentual de 1,87381%.// **Valor do Aditivo:** R\$ 17.150,76 mensal perfazendo o valor global de R\$ 205.809,19 //  **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 02.061.1419.8645; **Fonte de Recurso:** 0118 Natureza da despesa: 339039/309030// **Vigência:** 03/05/2018 a 02/05/2019// **Data da assinatura:** 19/04/2018// **Foro:** Belém/PA// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração//**Ordenador responsável:** Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento.

**Protocolo: 303938**

**Extrato do 2º T.A. ao Termo de Cessão Remunerada de Uso nº. 005/2017/TJPA//Partes:** TJPA e o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BANPARÁ, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 04.913.711/0001-08// **Objeto do aditivo:** Reajuste do valor unitário de cada Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, instalado nas dependências do TJE/PA, a contar de 20/01/2018// **Data da assinatura:** 18/04/2018// **Foro:** Belém/PA// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

**Protocolo: 303044**

**Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 004/2018/TJPA//Partes:** TJPA e OASIS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.845.643/0001-90// **Objeto do Contrato:** Reforma parcial do Prédio Sede do TJ/PA// **Objeto do aditivo:** o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias// **Prazo de vigência:** Início em 26/07/2018 e término em 25/09/2018// **Data da assinatura do aditivo:** 20/04/2018// **Foro:** Belém/PA// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração//.

**Protocolo: 304086**

**Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 024/2015/TJPA//Partes:** TJPA e a empresa CATA VENTO REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.534.028/0001-05// **Objeto do Contrato:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de desinstalação, substituição e realocação dos equipamentos de ar condicionado tipo expansão direta e VRF, Splits (ou outro equipamento de outra classificação que vier a substituir estes) instalados no Bloco 03 do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Rua Cláudio Sanders, Nº 193, Bairro Centro, Ananindeua - Pará,

e no Edifício Desembargador Paulo Frota, localizado à Avenida Tamandaré nº 873, Cidade Velha, Belém-Pará, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes e/ou peças, novas e originais do fabricante do equipamento, assim como, dos materiais de consumo (óleo lubrificante, gás refrigerante, dentre outros) necessários à execução dos serviços// **Origem:** Pregão eletrônico de nº 149/TJPA/2014// **Objeto do Aditivo:** Prorrogação de vigência em mais 12 meses, reajuste do valor contratado, de acordo com a livre negociação entre as partes.// **Valor do Aditivo:** R\$ 31.580,88 mensal perfazendo o valor global de R\$ 378.970,57//  **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 04102/ 02.061.1419.8644; **Fonte de Recurso:** 0118 Natureza da despesa: 339039.// **Vigência:**01/05/2018 a 30/04/2019// **Data da assinatura:** 17/04/2018// **Foro:** Belém/PA// **Responsável pela assinatura:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração//**Ordenador responsável:** Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento.

**Protocolo: 302896**

**Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 047/2017/TJPA//Partes:** TJPA e CONSÓRCIO CONSTRUTOR DATACENTER.// **CNPJ:** 28.540.558/0001-89//**Objeto do Contrato:** a Construção predial de propósito específico com infraestrutura completa para DATACENTER de Missão Crítica, baseada em padrão TIER – Nível III, com o fornecimento e instalação de infraestruturas correspondentes, repasse de conhecimentos de operação, garantia e assistência técnica completa pelo período de 36 (trinta e seis) meses.//**Modalidade de Licitação:** Concorrência nº. 001/TJPA/2017// **Vigência:** 48 meses com início em 31/08/2017 e término em 31/08/2021// **Objeto do Aditivo:** a supressão de serviços no percentual de 0,31% e o acréscimo qualitativo e quantitativo de serviços, no percentual de 1,84%.// **Valor do Aditivo:** Supressão de R\$ 31.261,35, Acréscimo de R\$ 184.054,31, resultando no novo valor contratual global de R\$ 10.264.060,55//  **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 02.061.1419.7641; **Natureza da Despesa:** 449051, **Fonte** 0318// **Data da Assinatura:** 26/04/2018// **Representante do Contratante:** Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração// **Ordenador Responsável:** Sueli Lima Ramos Azevedo – Secretária de Planejamento.//

**Protocolo: 306398**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Leilão nº 001/TJPA/2018**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente Leilão a ALIENAÇÃO de 60 (sessenta) veículos, incluindo 01 (uma) unidade móvel fabricada em 2014, equipada e adaptada para atendimento público, todos pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos estados de conservação em que se encontram, consoante especificações constantes do Anexo I do edital. **SESSÃO PÚBLICA:** 22/05/2018 às 10h00 min. (horário local). As sessões públicas ocorrerão no FÓRUM CÍVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA - AUDITÓRIO AGNANO MONTEIRO LOPES - Rua Cel. Fontoura, S/N, Cidade Velha – Praça Felipe Patroni. **VISITAÇÃO:** Dias: 17, 18 e 21 de maio de 2018, no horário das 08:00 às 12:00. **LOCAL:** Parte dos bens estará disponível para visitação no Depósito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, localizado na Avenida Mário Covas, nº 2318 – Coqueiro – Ananindeua-PA, ao lado do posto de gasolina “Mário Covas” (ao lado da Viação Forte). Outra parte estará disponível para visitação nos locais indicados na tabela 6.1 do anexo I (Especificação), observada as mesmas datas e horários. **Edital:** Cópia gratuita em mídia magnética do licitante ou através do site [www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br), ou impresso ao custo das cópias. **Informações:** fone (91)3205-3257 ou 3205.3206, ou e-mail [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br). Belém, 26/04/2018. CPL do TJPA.

**Protocolo: 306537**

#### TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

**Extrato do 3º Termo Aditivo ao Convênio nº. 004/2009/TJPA/Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Município de Tucumã//Objeto:** Cooperação mútua dos Convenientes visando a propiciar agilidade e melhora na qualidade da prestação jurisdicional no município//**Objeto e Justificativa do Aditivo:** Prorrogação do prazo de vigência por mais 03 anos // **Vigência:** início em 27/05/2018 a 26/05/2021//**Data da assinatura:** 20/04/2018.// **Responsável pela assinatura:** Ricardo Ferreira Nunes – Desembargador Presidente do TJPA.

**Protocolo: 304142**

## SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA	PROCESSO	COMARCA/DEPARTAMENTO	SUPRIDO	FINALIDADE	ELEMENTO DE DESPESA					TOTAL	PERÍODO DE APLICAÇÃO		PRESTAR CONTAS ATÉ
					Combustível	Consumo	Transp./Locom.	Pessoa Física	Pessoa Jurídica		DATA INICIAL	DATA FINAL	
					339030	339030	339033	339036	339039				
564	PAPRO201801283	SECRETARIA DE INFORMÁTICA	LUIZ FERNANDO MONTEIRO SENA	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	60,00	0,00	0,00	60,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
565	PAPRO201801284	NOVO PROGRESSO	RAYNARA GUEDES DE ALMEIDA	SESSÃO DE JÚRI	38,00	652,00	0,00	0,00	0,00	690,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
566	PAPRO201801285	BARCARENA	GABRIELA AQUINO DOMINGUES	SESSÃO DE JÚRI	50,00	64,00	0,00	0,00	1.156,00	1.270,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
567	PAPRO201801286	SANTARÉM 3ª VARA	MAURO LIBERAL DE ALMEIDA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	1.150,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
568	PAPRO201801287	ANANINDEUA VARA DO JÚRI	KELLY REGINA LIMA DE LIMA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	19,00	0,00	0,00	1.161,00	1.180,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
569	PAPRO201801288	MARABÁ 3ª VARA	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	605,00	0,00	0,00	0,00	605,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
570	PAPRO201801293	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA VENTURA	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	352,00	0,00	0,00	352,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
571	PAPRO201801296	PARAUPEBAS	SANDRA RIBEIRO CUNHA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	970,00	0,00	0,00	0,00	970,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
572	PAPRO201801301	DOM ELISEU	LECLIA DUARTE TIBURTINO	SESSÃO DE JÚRI	0,00	87,00	0,00	203,00	0,00	290,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
573	PAPRO201801295	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	MARCELE NAZARE MIRANDA DA SILVA SOUSA	CAPACITAÇÃO	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
574	PAPRO201801302	BREVES	AMADEU FARIAS SANTIAGO	SESSÃO DE JÚRI	45,00	45,00	0,00	0,00	800,00	890,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
575	PAPRO201801305	RONDON DO PARÁ	VALBER JOSE ALVES FERREIRA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	485,00	0,00	0,00	0,00	485,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
576	PAPRO201801307	BENEVIDES	CEZAR LOBATO SALGUEIRO	SESSÃO DE JÚRI	50,00	1.105,00	0,00	0,00	0,00	1.155,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
577	PAPRO201801308	TOMÉ-AÇU	IVI LOPES TAVARES	SESSÃO DE JÚRI	0,00	15,00	0,00	660,00	0,00	675,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
578	PAPRO201801310	SANTARÉM 3ª VARA	MAURO LIBERAL DE ALMEIDA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	1.150,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
579	PAPRO201801311	ANANINDEUA VARA DO JÚRI	KELLY REGINA LIMA DE LIMA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	17,00	0,00	0,00	1.178,00	1.195,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
580	PAPRO201801298	MONTE ALEGRE	KATIA JANICE BUSNELLO VALENTIM	MANUTENÇÃO VEICULAR	0,00	0,00	178,00	0,00	0,00	178,00	12/04/18	11/05/18	26/05/18
581	PAPRO201801299	SANTANA DO ARAGUAIA	LUIZ CARLOS SANTOS DA SILVA	SESSÃO DE JÚRI (COMPLEMENTO)	0,00	0,00	0,00	0,00	396,00	396,00	13/04/18	12/05/18	27/05/18
582	PAPRO201801324	SANTA IZABEL DO PARÁ	CELIANA DE NAZARE PINHEIRO DE MELO	SESSÃO DE JÚRI	0,00	30,00	0,00	1.410,00	0,00	1.440,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
583	PAPRO201801325	BRAGAÇA	LUIZ FLAVIO DE ALMEIDA OLIVEIRA	SESSÃO DE JÚRI	45,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	1.095,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
584	PAPRO201801326	MONTE ALEGRE	RAFAEL AUGUSTO TOLENTINO DA SILVA	SESSÃO DE JÚRI	40,00	167,00	0,00	448,00	100,00	755,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
585	PAPRO201801327	TOMÉ-AÇU	IVI LOPES TAVARES	SESSÃO DE JÚRI	0,00	15,00	0,00	660,00	0,00	675,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
586	PAPRO201801328	GURUPÁ	ANTONIO LAUREANO DINIZ NETO	SESSÃO DE JÚRI	0,00	31,00	0,00	759,00	0,00	790,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
587	PAPRO201801330	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	JOSE EDILSON DE OLIVEIRA	SESSÃO DE JÚRI	0,00	50,00	0,00	600,00	0,00	650,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
588	PAPRO201801332	ABAETETUBA	MARIA LUISA PINHEIRO SOARES	SESSÃO DE JÚRI	0,00	34,00	0,00	0,00	621,00	655,00	17/04/18	16/05/18	31/05/18
589	PAPRO201801323	OEIRAS DO PARÁ	LUCIO MAURO COSTA DE MENEZES	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	180,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
590	PAPRO201801334	REDENÇÃO	JOSE ORLANDO DE SOUSA	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	17/04/18	16/05/18	31/05/18
591	PAPRO201801335	SANTARÉM	NILTON SILVA VINHOLTE	DILIGÊNCIAS	0,00	0,00	192,00	0,00	0,00	192,00	16/04/18	15/05/18	30/05/18
592	PAPRO201801340	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	JOSE EDILSON DE OLIVEIRA	LIMPEZA EXTERNA FÓRUM	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00	17/04/18	16/05/18	31/05/18
593	PAPRO201801341	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	MAX JORGE MACHADO SANTOS	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00	17/04/18	16/05/18	31/05/18
594	PAPRO201801393	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	JOSE CLAUDIO OLIVEIRA DA CUNHA	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
595	PAPRO201801394	CACHOEIRA DO ARARI	LEONARDO FADUL FERNANDES	DILIGÊNCIAS	445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
596	PAPRO201801395	XINGUARA	FLORIANO DIAS DE LIMA	SESSÃO DE JÚRI	30,00	47,00	0,00	513,00	0,00	590,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
597	PAPRO201801398	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	JOSE RIBEIRO DA COSTA FILHO	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	650,00	0,00	0,00	650,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
598	PAPRO201801399	ABAETETUBA	SARA HELENA COSTA BATISTA	ESTUDO SOCIAL	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
599	PAPRO201801401	CAMETÁ	FABRICIO LOBATO MORAES	SESSÃO DE JÚRI	0,00	36,00	0,00	1.024,00	0,00	1.060,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
600	PAPRO201801402	ABAETETUBA	SARA HELENA COSTA BATISTA	ESTUDO SOCIAL	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	18/04/18	17/05/18	01/06/18
601	PAPRO201801428	ORIXIMINÁ	SILVIO JOSE PRINTES GOMES	SESSÃO DE JÚRI	0,00	61,00	0,00	864,00	0,00	925,00	19/04/18	18/05/18	02/06/18
602	PAPRO201801430	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	ANTONIO MAXIMIANO DE SOUSA MARTINS JUNIOR	TRANSPORTE/LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	650,00	0,00	0,00	650,00	19/04/18	18/05/18	02/06/18
603	PAPRO201801432	IGARAPÉ-MIRI	LUIZ OTAVIO PINTO LEITE	DILIGÊNCIAS	0,00	0,00	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00	19/04/18	18/05/18	02/06/18
604	PAPRO201801435	ALMEIRIM	REGINALDO CHAAR JUNIOR	ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	160,00	0,00	270,00	430,00	25/04/18	24/05/18	08/06/18
TOTAL					918,00	12.885,00	5.022,00	7.541,00	5.682,00	32.048,00			

Protocolo: 306392

**Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 012/2018/TJPA – Pregão eletrônico nº 022/2018/TJPA//** Objeto: O presente termo tem por objeto o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço, sob demanda, de fornecimento, instalação e manutenção de persianas para atender aos prédios do TJPA, pelo período de 12 (meses), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital.// Empresa: empresa CARLOS NAVARRO E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.881.752/0001-22, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Rua Dom Pedro I, nº 1000/B, Bairro: Umarizal, CEP: 66050-100, tel.: (91) 3242-2569/ 98113-2000, e-mail: germat@artmil.com.br// Vigência: início em 19/04/2018 e término em 19/04/2019// Dotação Orçamentária: 02.061.1419.8644/ 8645 e 8646, Natureza da Despesa: 339030/339039; Fonte de Recursos: 0118/ Data da assinatura: 19/04/2018// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração //Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo.

Protocolo: 303618

**Extrato do 4º Termo Aditivo ao Termo de Cessão Provisória nº 001/2014.** Partes: TJ/PA e Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará, CNPJ-MF: 05.070.008/0001-48// Objeto: formalizar a transferência da posse direta à CESSIONÁRIA, de um terreno urbano, situado no loteamento Residencial Park dos Buritis, constituído pela quadra 22, área de 900m², junto a parte remanescente que fora doada pelo Município de Redenção – PA, ao TJPA, com intuito de viabilizar as providências necessárias quanto ao levantamento sobre a composição do terreno, elaboração de projeto para a construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará – 12ª Subseção, permanecendo o domínio, propriedade e a posse indireta do bem com o CEDENTE.// Objeto e justificativa do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses//Vigência: 19/06/2018 a 18/06/2019// Foro: Comarca de Belém//Data da Assinatura: 20/04/2018//Responsável pela assinatura do Termo: Desembargador Ricardo Ferreira Nunes – Presidente do TJPA.

Protocolo: 304126



## TRIBUNAIS DE CONTAS

### TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

**ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2017  
LRF, ART. 48 – ANEXO 7 R\$ 1,00**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		18.015.886.333,71
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	98.387.971,47	0,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,65%	117.103.261,17	0,65
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 0,62%	111.248.098,11	0,62
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Valor Total
		11.712.959,68

FONTE: SIAFEM, Divisão de Recursos Financeiros, 26/abr/2018, às 11:30h.

\* **Republicado por incorreção no DOE nº 33.548, de 30/01/18 e 33.552, de 05/02/18.**

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor de Orçamento e Finanças

KLEBER MESQUITA DOS SANTOS

Controle Interno

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

#### PORTARIA Nº 33.417, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora ANA SOCORRO QUINTAIROS AMAZONAS, Auditor de Controle Externo, matrícula nº 0100115, 07 (sete) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 14 a 20-04-2018.

**Protocolo: 306407**

#### PORTARIA Nº 33.419, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora ANDRESSA FRANCO RÊGO, Assessor de Conselheiro Substituto, matrícula nº 0100749, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 18-04 a 02-05-2018.

**Protocolo: 306411**

#### PORTARIA Nº 33.412, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER ao servidor JOSÉ MARIA MARINHO DA MOTA, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Administrativo, matrícula nº 0178370, 101 (cento e um) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 22-04 a 31-07-2018.

**Protocolo: 306379**

#### PORTARIA Nº 33.416, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER ao servidor KLEBER ROBERTO MONTEIRO DE SOUZA, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0695599, 24 (vinte e quatro) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 24-04 a 17-05-2018.

**Protocolo: 306404**

#### PORTARIA Nº 33.418, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora NAZARÉ OLIVEIRA ARAÚJO, Auditor de Controle Externo - Administração, matrícula nº 0580090, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 18 a 20-04-2018.

**Protocolo: 306408**

#### PORTARIA Nº 32.413, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora ROSALINA LOURENÇO PESSOA, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0178650, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 16 a 17-04-2018.

**Protocolo: 306382**

#### PORTARIA Nº 33.420, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora MONICA SALAME DE LIMA TORRES, Assessor de Fiscalização, matrícula nº 0100826, 03 (três) dias de licença para acompanhar pessoa da família, nos termos do artigo 85 da Lei nº 5.810/94, no período de 16 a 18-04-2018.

**Protocolo: 306414**

#### PORTARIA Nº 33.415, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER ao servidor JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA COELHO, Agente Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100290, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 18-04 a 02-05-2018.

**Protocolo: 306397**

#### PORTARIA Nº 33.414, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER ao servidor PAULO SÉRGIO SANTOS MELO, Analista Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0179310, 05 (cinco) dias de licença para acompanhar pessoa da família, nos termos do artigo 85 da Lei nº 5.810/94, no período de 16 a 20-04-2018.

**Protocolo: 306385**

#### PORTARIA Nº 33.421, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDER à servidora IRACY ROSAS BARBOSA, Agente Auxiliar de Serviços Administrativos, matrícula nº 0179460, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 09 a 12-04-2018.

**Protocolo: 306419**

### ERRATA

#### PORTARIA Nº 33.422, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 14 da Lei nº 8.037, de 05-09-2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.722, de 08-09-2014; CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 1º do Artigo 38 a Resolução nº 18.768/2015, R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional Vertical conforme tabela abaixo, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Matricula	Nome	ENQUADRAMENTO ATUAL			PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL			A Contar de
		Cargo atual	CI	Nv	Cargo Enquadramento	CI	Nv	
0100348	CRISTINA MARIA FRAZÃO DE SOUZA	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	C	4	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	D	1	31/03/2018
0100342	JOSÉ AUGUSTO PANTOJA	Auxiliar Técnico de Controle Externo Administrativo TCE-CA-401	C	4	Auxiliar Técnico de Controle Externo Administrativo TCE-CA-401	D	1	31/03/2018
0100361	DURVAL DOS SANTOS SILVA	Agente Auxiliar de Serviços Gerais TCE-CO-301	C	4	Agente Auxiliar de Serviços Gerais TCE-CO-301	D	1	31/03/2018
0100345	HELENA YURI SAITO	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	C	4	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	D	1	31/03/2018
0100353	NILTON JAIME CHAAR DA SILVA	Motorista TCE-CA-403	C	4	Motorista TCE-CA-403	D	1	31/03/2018
0100346	MÁRCIA CRISTINA CUNHA FRANZEN	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	C	4	Analista Auxiliar de Controle Externo- TCE-CTI-404	D	1	31/03/2018

**Protocolo: 306305**

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO

##### MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 07/2018

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de equipamentos de monitoramento, alarme e sistema de captação e armazenamento de imagens, em forma de comodato, a serem instalados nas edificações do Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme especificações contidas no Termo de Referência, anexo I deste edital.

Entrega do Edital: O Edital será fornecido pela internet, através dos portais BANCO DO BRASIL, [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, [www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br). Observação: Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do edital e seus anexos deverá ser encaminhado ao Pregoeiro por e-mail: [mlobo@tce.pa.gov.br](mailto:mlobo@tce.pa.gov.br) nos termos do item 17.14 do referido instrumento convocatório.

Responsável pelo certame: Marcelo Lobo

Local de Abertura: Site do Banco do Brasil: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Data do certame: 15 de maio de 2018.

Hora/Dia de Recebimento das Propostas: Até as 08 horas (horário oficial de Brasília - DF), do dia 15 de maio de 2018.

Hora/Dia da Sessão Pública: 10 horas (horário oficial de Brasília - DF), do dia 15 de maio de 2018.

Ordenadora: Maria de Lourdes Lima de Oliveira.

**Protocolo: 306476**

### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

OBJETO: Este termo tem por objeto a prorrogação da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o TCE-PA e o MPC-PA, assinado em 29 de abril de 2016, cujo objeto original

é estabelecer cooperação educacional, técnica e científica, bem como compartilhamento de custos entre os convenentes, para o investimento e o desenvolvimento de ações educacionais, práticas e soluções em tecnologia da informação, aquisição de acervo técnico e de informação, estudos, pesquisas e ações direcionadas à capacitação de servidores, membros e gestores públicos.

VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, para o período de 29 de abril de 2018 à 29 de abril de 2020.

DATA ASSINATURA: 26/04/2018

PARTÍCIPE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

ENDEREÇO: Av. Nazaré, 766, bairro de Nazaré, Belém/PA.

CNPJ: 05.054.978/0001-50

ORDENADOR: Maria de Lourdes Lima de Oliveira.

**Protocolo: 306506**

## MINISTÉRIO PÚBLICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### COTAÇÃO ELETRÔNICA

PROCESSO Nº: 2018/147819

Nº: 08/2018 - MPC/PA

OBJETO: Contratação de empresa especializada, registrada junto ao Inmetro, para prestação de SERVIÇOS DE INSPEÇÃO TÉCNICA, MANUTENÇÃO DE 1º E 2º NÍVEL E RECARGA DE EXTINTORES nos 13 (treze) equipamentos portáteis de combate a incêndio existentes no edifício sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, sendo 12 (doze) unidades com carga de pó químico seco ABC pressurizado de 06 (seis) quilogramas e 01 (uma) unidade com carga em pó químico seco ABC pressurizado de 04 (quatro) quilogramas.

DATA E HORA DA SESSÃO: 02/05/2018 às 08:00h.

LOCAL: [web.banparanet.com.br](http://web.banparanet.com.br)

OBS: Os interessados em visualizar a cotação eletrônica deverão acessar os sites: [www.mpc.pa.gov.br/transparencia/licitacao](http://www.mpc.pa.gov.br/transparencia/licitacao) e/  
[www.compraspa.pa.gov.br/mural](http://www.compraspa.pa.gov.br/mural).

Akyson Ferreira da Silva

Coordenador de Compras - MPC/PA

**Protocolo: 306528**

#### INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO NOTA DE EMPENHO DE DESPESA: 2018NE00186

Valor: 2.940,00

Data: 25/04/2018

Objeto: Aquisição de Resma de Papel A4

Ata de registro de preço: 05/2018

Orçamento:

Unidade Orçamentária: 37101

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.30.00

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Contratado(s):

Nome: C N OLIVEIRA E ASSIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Endereço: Conj. Julia Seffer, Rua Quatro nº 10, Aguas Lindas

Ananindeua /PA CEP: 67020410

Ordenador: SILAINE KARINE VENDRAMIN

**Protocolo: 306478**

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### ERRATA

#### PORTARIA 2552/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARIA DE LOURDES DE LIMA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1616, LOTADA NA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOM ELISEU, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 03/04/2018 ATÉ 02/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.100,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 900,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 18 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO DOE DE 18/04/2018-ELEMENTO DE DESPESA

**Protocolo: 306676**

#### SUPRIMENTO DE FUNDO

##### PORTARIA 2769/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ADRIANA FREIRE DA SILVA, Assessor, Matrícula nº 999.2771, lotada na Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 04/04/2018 a 03/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306235**

##### PORTARIA 2768/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor FERNANDO SILVA DE CARVALHO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.168, lotado na Divisão de Material, a importância de R\$ 1.400,00 (mil quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 10/04/2018 a 09/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8332-Operacionalização das ações administrativas

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.000,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306245**

##### PORTARIA 2792/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARIA BENEDITA DOS SANTOS FEIO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.964, lotada na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 13/04/2018 a 12/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.480,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 2.520,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306432**

##### PORTARIA 2763/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor RAINILSON DE JESUS XAVIER, OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES, Matrícula nº 999.997, lotado na Promotoria de Justiça de Santarém, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 18/04/2018 a 17/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 500,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 500,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 800,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306258**

##### PORTARIA 2772/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora ROSELITA ARAÚJO MIRANDA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2036, lotada na Promotoria de Justiça de Monte Alegre, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 09/04/2018 a 08/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 200,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.600,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 200,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306222**

##### PORTARIA 2791/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora LORE TATIANA NERIS DOS SANTOS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1827, lotada na Promotoria de Justiça de Colares, a importância de R\$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 18/04/2018 a 17/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 500,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.080,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306433**

##### PORTARIA 2767/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora RITA CÁSSIA DA SILVA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2317, lotada na Promotoria de Justiça de Óbidos, a importância de R\$ 2.634,00 (dois mil seiscentos e trinta e quatro reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 11/04/2018 a 10/06/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 250,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.520,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 864,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306248**

##### PORTARIA 2764/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARIA ESMERALDA DE ALMEIDA PRESTES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.800, lotada na Promotoria de Justiça de Cametá, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 16/03/2018 a 15/05/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306256**

##### PORTARIA 2766/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor JERFFSON LEMOS TORTOLA, AUXILIAR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, Matrícula nº 999.1189, lotada na Promotoria de Justiça de Marabá, a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 26/03/2018 a 25/05/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 2.200,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 500,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 1.300,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306251**

##### PORTARIA 2765/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora JOSIELE VIEIRA DOS REIS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2121, lotada na Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá, a importância de R\$ 1.560,00 (mil quinhentos e sessenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação

04/04/2018 a 03/06/2018, conforme abaixo:  
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330  
Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.  
FONTE DE RECURSOS 0101000000  
NATUREZA DA DESPESA  
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.560,00  
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.  
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.  
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306255**

**PORTARIA 2771/2018-MP/PGJ**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.  
R E S O L V E:  
CONCEDER ao Promotor de Justiça ADLEER CALDERARO SIROTHEAU, Matrícula nº 999.1556, lotado na Promotoria de Justiça de Alenquer, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 24/03/2018 a 23/05/2018, conforme abaixo:  
PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.  
FONTE DE RECURSOS 0101000000  
NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 200,00  
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.600,00  
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.  
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.  
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306229**

**PORTARIA 2770/2018-MP/PGJ**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.  
R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor IGO FERREIRA CARNEIRO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2157, lotada na Promotoria de Justiça de São Sebastião da Boa Vista, a importância de R\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 18/04/2018 a 17/06/2018, conforme abaixo:  
PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.  
FONTE DE RECURSOS 0101000000  
NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 450,00  
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.200,00  
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 25 de abril de 2018.  
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306233**

**PORTARIA 2790/2018-MP/PGJ**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.  
R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS, OFICIAL DE SERVICOS AUXILIARES, Matrícula nº 999.1504, lotado na Promotoria de Justiça de Capanema, a importância de R\$ 1.800,00 (mil oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 27/03/2018 a 26/05/2018, conforme abaixo:  
PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.  
FONTE DE RECURSOS 0101000000  
NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.300,00  
3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.  
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de abril de 2018.  
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

**Protocolo: 306434**

**DIÁRIA**

**PORTARIA N.º 2660/2018-MP/PGJ**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1113/2018-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 09/04/2018, protocolo 102347/2018, conforme abaixo relacionada:

NOME: LORE TATIANA NERIS DOS SANTOS  
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-A-II  
MATRÍCULA: 999.1827  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994  
ORIGEM: Colares  
DESTINO(S): Bujaru/PA  
PERÍODO(S): 01/03/2018 - 29/03/2018  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6 e 1/2 (seis e meia) diaria(s)  
FINALIDADE: Substituição Legal  
Belem, 20 de Abril de 2018  
GILBERTO VALENTE MARTINS  
Procurador(a) Geral de Justiça

**Protocolo: 306356**

**PORTARIA N.º 7397/2017-MP/PGJ**

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 119602/2017 conforme abaixo relacionado:

NOME: EDER GOMES DE SOUZA  
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-A-IV  
MATRÍCULA: 999.1311  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994  
ORIGEM: Marabá - PA  
DESTINO(S): Ulianópolis/PA, São Geraldo do Araguaia/PA  
PERÍODO(S): 07/11/2017 - 08/11/2017, 06/12/2017 - 06/12/2017  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 (dois) diaria(s)  
FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Jane Cleide Silva Souza  
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS  
\*Republicado por incorreção no DOE do dia 12/04/2018

**Protocolo: 306337**

**PORTARIA N.º 2502/2018-MP/PGJ**

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 107081/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: EVANILTON BARRROS VELOSO  
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-A-V  
MATRÍCULA: 999.1130  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994  
ORIGEM: Altamira - PA  
DESTINO(S): Marabá/PA  
PERÍODO(S): 24/04/2018 - 26/04/2018  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diaria(s)  
FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Conduzir veiculo oficial NISSAN FRONTIER OCA 9823 para realizar serviço de recall no sistema airbag.  
Belem, 16 de Abril de 2018 .  
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

**Protocolo: 306651**

**EXTRATO DA PORTARIA**

**Nº 003/2018 – MP/1ªPJTFPAISFRJE**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 1ª PJ de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e da Resolução nº 020/2013 – CPJ; RESOLVE: Instaurar Procedimento Preparatório, nº 000061-110/2017 Portaria nº 003/2018 – MP/1ªPJTFPAISFRJE

Investigados: CRECHE CASA LAR CORDEIRINHOS DE DEUS; FUNDAÇÃO DIONÍSIO HAGE; CENTRO COMUNITÁRIO PASSAGEM CRUZEIRO UNIDOS COM O PANTANAL; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS PASSAGENS SANTA RITA E JOANA D'ARC; CENTRO COMUNITÁRIO DOS AMIGOS DE SANTA RITA; UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA SACRAMENTA; GRUPO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO; AÇÃO SOCIAL DA MATINHA; FUNDAÇÃO CRIANÇA FELIZ; CENTRO COMUNITÁRIO ALAMEDA DAS PALMEIRAS; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA MORADA DE DEUS I E II; CENTRO SOCIAL E CULTURAL DR. OSVALDO MELO; CENTRO COMUNITÁRIO SÃO PAULO; SOCIEDADE BENEFICENTE PEQUENINOS DE CRISTO; CENTRO COMUNITÁRIO COSME E

DAMIÃO; EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA DORINHA SILVA; CENTRO COMUNITÁRIO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS; SOCIEDADE UNIDOS VENCEREMOS; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS DO BRASIL; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DO TAPANÃ; CENTRO EDUCACIONAL CULTURAL SÃO JERÔNIMO; CENTRO COMUNITÁRIO N. SRA. DO PERPÉTUO SOCORRO; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CABANAGEM; CENTRO COMUNITÁRIO UNIÃO FAZ A FORÇA; ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TERRA FIRME; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DO GUAMÃ; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME; MOVIMENTO DE PROMOÇÃO DA MULHER – MOPROM; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO GUAMÃ; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES DE MOARANÁ; ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA; CENTRO EDUCACIONAL COMUNITÁRIO FAVO DE MEL; FUNDAÇÃO ACOLHER; CENTRO COMUNITÁRIO OS AMIGUINHOS DE JESUS; CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JOÃO BATISTA; CENTRO COMUNITÁRIO SOL NASCENTE; ASSOCIAÇÃO DO RESIDENCIAL BOM JESUS; COMBAT; ASSOCIAÇÃO GABRIEL PIMENTA.

Assunto: a regularidade das entidades de interesse social Sávio Rui Brabo de Araújo  
1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações

de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

**Protocolo: 306181**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 095/2017-MP/3ªPJ/STM**

A Promotora de Justiça Titular da 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, publica que foi tornado sem efeito a Portaria nº 095/2017-MP/3ªPJ/STM do SIMP nº 009179-031/2017, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 095/2017-MP/3ªPJ/STM

Polo Ativo: Roselio da Silva Colares

Polo Passivo: Em apuração

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça

**Protocolo: 306114**

**RESUMO DA PORTARIA**

**Nº 023/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU**

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000023-113/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000023-113/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: Secult, Fumbel e Santa Casa de Misericórdia do Pará

Objeto de Investigação: Acompanhamento do Processo de Tombamento do Prédio da Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará.

Belém, 25 de abril de 2018.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

**Protocolo: 306187**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2018-MP/3ª PJD**

**REF. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL Nº 000057-111/2018**

A 3ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, JOANA CHAGAS COUTINHO, torna pública a instauração de Inquérito Civil nº 000057-111/2018, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil nº 000057-111/2018-MP/3ªPJ/DC

Assunto: Instaura INQUÉRITO CIVIL com o objetivo de investigar os danos materiais e Morais causados à comunidade/ usuário dos serviços de Transporte Coletivo, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Sindicato das Empresas de Transportes Coletivo – Setransbel, em razão da deflagração de Greve no dia 19 de abril de 2018.

**Protocolo: 306092**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 092/2017-MP/3ªPJ/STM**

A Promotora de Justiça Titular da 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, publica que foi tornado

sem efeito a Portaria nº 092/2017-MP/3ªPJ/STM do SIMP nº 008044-031/2017, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 092/2017-MP/3ªPJ/STM

Polo Ativo: Suane de Nazaré Correa de Sousa

Polo Passivo: DEPOL - SANTARÉM

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANA ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça

**Protocolo: 306106**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018-MP/6ªPJ/ATM**

O 6º Promotor de Justiça de Altamira/PA, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23- CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Nº 002/2018-MP/6ªPJ/ATM - SIMP nº 000045-806/2018, que se encontra à disposição na 6ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Rua Coronel José Porfírio, n.º 2560, Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1696/1744/1998.

Portaria nº 003/2018-MP/6ªPJ/ATM

Investigado: INCRA e outro.

Assunto: trata do conflito pela posse e propriedade da terra entre os assentados do Projeto de Assentamento Sombra Santa e posseiros, de modo a exigir que o INCRA para que realize a devida gestão do assentamento em obediência à política de reforma agrária

Helem Talita Lira Fontes Bentes – 6ªPromotora de Justiça, em exercício

**Protocolo: 306218**

**EXTRATO DA PORTARIA**

**Nº 001/2018 – MP/1ªPJTFFPAISFRJE**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 1ª PJ de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e da Resolução nº 020/2013 – CPJ; RESOLVE: Instaurar Procedimento Preparatório, nº 047487-003/2017

Portaria nº 001/2018 – MP/1ªPJTFFPAISFRJE

Investigados: SAMUEL CÂMARA

Assunto: apurar indícios de irregularidades em convênios entre a SECRETARIA DE ESTADO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA, a ASSOCIAÇÃO PARÁ – ASPAR e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PARÁ – ADES

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações

de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

**Protocolo: 306193**

**PORTARIA Nº 2.621/2018-MP/PGJ**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolado sob o nº 5788/2018;

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição, R E S O L V E :

I - DISPENSAR a servidora MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS BACELAR do exercício da Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, concedido através da Portaria nº 3787/2011-MP/PGJ, publicado no DOE de 29/08/2011, a contar de 01/04/2018.

II - CONCEDER ao servidor DJALMA TRINDADE BORGES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Serviço de Limpeza e Conservação, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual no 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquela divisão, a contar de 01/04/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de abril de 2018.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça,

em exercício.

**Protocolo: 306076**

**PORTARIA Nº 296/2018-MP/SGJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

CONCEDER e AUTORIZAR férias aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO
ANNY HELY DE MELO AYRES	2015/2016	20/11 a 19/12/2017
CARMEN HELENA DO CARMO TUNAS	2015/2016	21/08 a 19/09/2017
LEIDIANE DINIZ PINHEIRO	2017/2018	03/07 a 01/08/2017
PALLOMA AGUIAR PESSOA	2017/2018	18/04 a 17/05/2018
RAMONA FEITOSA FERREIRA	2017/2018	07/05 a 05/06/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 20 de abril de 2018.  
DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
Subprocuradora-Geral de Justiça,

**PORTARIA Nº 297/2018-MP/SGJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, lotados nas Região Metropolitana de Belém I, fixadas pela Portaria nº 614/2017-MP/SGJ-TA, de 18/12/2017, publicada no D.O.E. de 20/12/2017, conforme quadro:

NOME	PERÍODO	A CONTAR DE	DÍAS RESTANTES
ALEXANDRE DA SILVEIRA SAMPAIO NETO	2017/2018	01/03/2018	30
AMILTON PINHEIRO DE OLIVEIRA	2017/2018	20/02/2018	11
BRENDA PRAZERES DE CAMPOS	2017/2018	01/06/2018	30
BRENO INACIO GAIOSO	2017/2018	09/04/2018	09
BRUNO TRAVASSOS DA ROSA BRAGA	2017/2018	01/03/2018	30
CRISTINA MAIA MURRIETA	2017/2018	05/03/2018	12
DANIELLE MORAMAY SALGADO DE OLIVEIRA	2017/2018	02/04/2018	30
ERIKKA LIMA PONTES	2017/2018	05/02/2018	30
FABIO NEY MAIA NARA	2017/2018	19/03/2018	30
HELOISA HELENA FEIO RAMOS	2017/2018	05/03/2018	30
HERESSON JOAO PAMPOLHA DE SIQUEIRA MENDES	2017/2018	06/04/2018	05
HUGO ALESSON PASSOS DA SILVA	2017/2018	28/03/2018	28
JORGE LUIZ ESTEVES DIAS	2017/2018	05/03/2018	30
MARIA DO SOCORRO BRAZ DE MOURA	2017/2018	08/01/2018	30
MARIO SERGIO DE ABREU FILHO	2017/2018	05/03/2018	12
NAIARA THAIS GURGEL MAGALHAES AIRES	2017/2018	02/04/2018	30
PAULO MAURICIO SALES CARDOSO	2017/2018	16/02/2018	29
SILVIO CLAUDINO MENDES DA SILVA	2017/2018	02/04/2018	30

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 20 de abril de 2018.  
DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

**PORTARIA Nº 298/2018-MP/SGJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de licença-prêmio por servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	PARCELA	TRIÊNIO	PERÍODO
ELENYZE QUINTINO CARDOSO	1º	2013/2016	12/04 a 11/05/2018
ELENYZE QUINTINO CARDOSO	2º	2013/2016	12/05 a 10/06/2018
JEREMIAS RODRIGUES DOS SANTOS	1º	1994/1997	02 a 31/07/2018
JEREMIAS RODRIGUES DOS SANTOS	2º	1994/1997	07/01 a 05/02/2019
KARLA KARIME VASCONCELOS GUERREIRO	1º	2011/2014	17/04 a 16/05/2018
KARLA KARIME VASCONCELOS GUERREIRO	2º	2011/2014	17/05/ a 15/06/2018
MICHELLE BARBOSA DE BRITO	1º	2006/2009	02/04 a 01/05/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 23 de abril de 2018.  
DULCELINDA LOBATO PANTOJA-Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

**PORTARIA Nº 299/2018-MP/SGJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTERIOR	NOVO PERÍODO
ADRYELLY BORGES DE ALENCAR	2017/2018	02 a 31/07/2018	07/02 a 08/03/2018
ANA MARIA DEIRANE DE OLIVEIRA MONTEIRO	2017/2018	12/02 a 13/03/2018	02/04 a 01/05/2018
CICERO WILLES DA SILVA	2017/2018	02/04 a 01/05/2018	16/04 a 15/05/2018
DENISE COSTA VIANA	2017/2018	19/03 a 17/04/2018	02/04 a 01/05/2018
GLEISSON NASCIMENTO DOS SANTOS	2017/2018	15/02 a 16/03/2018	09/04 a 08/05/2018
GLENDA DOS SANTOS SANTANA	2017/2018	16/07 a 14/08/2018	02 a 31/05/2018
GLORIA MARIA DA SILVA RAMBO	2017/2018	02 a 31/05/2018	04/06 a 03/07/2018
HELIDA HELENA OLIVEIRA MELUL	2017/2018	02/04 a 01/05/2018	02 a 31/07/2018
JOSE RAIMUNDO SILVA VASCONCELOS	2018/2018	02 a 31/07/2018	02 a 31/05/2018
LEIDIANE DINIZ PINHEIRO	2017/2018	03/07 a 01/08/2017	10/07 a 08/08/2017
MAICON ROBERTO BULHOES DO NASCIMENTO	2017/2018	18/06 a 17/07/2018	09/04 a 08/05/2018
MARIA CRISTINA LOPES DE SOUSA	2017/2018	01/02 a 02/03/2018	15/02 a 16/03/2018
MARIA DA GLORIA VICENTE NASCIMENTO ARAUJO	2017/2018	16 a 30/07/2018	02 a 16/04/2018
MARIA DO SOCORRO JARDINA DE OLIVEIRA	2017/2018	16/07 a 14/08/2018	02 a 31/05/2018
MONICA MAIA HAYASAKI	2017/2018	14/05 a 12/06/2018	01 a 30/06/2018
NILZETE MARIA VILHENA DE ARAUJO	2017/2018	02 a 31/07/2018	02/04 a 01/05/2018
NUBETHANIA MATOS DA COSTA	2017/2018	20/11 a 19/12/2018	03/09 a 02/10/2018
OSVALDO MATTOS OGATA JUNIOR	2017/2018	01 a 30/11/2018	05/04 a 04/05/2018
PAULA CRISTINA SILVA BARBOSA	2017/2018	02 a 31/07/2018	02/04 a 01/05/2018
PAULA DANIELLE LIMA DA SILVA	2017/2018	03/09 a 02/10/2018	16/04 a 15/05/2018
PAULO ANDRE SEAWRIGHT COELHO	2017/2018	02 a 31/07/2018	02 a 31/05/2018
PEDRO DE OLIVEIRA CARVALHO	2017/2018	17/04 a 16/05/2018	07/08 a 05/09/2018
RENAN LOUCHARD DA CUNHA CASTRO	2017/2018	21/05 a 05/06/2018	07/05 a 05/06/2018
SANDRO CASTRO ALENCAR	2017/2018	08/01 a 06/02/2018	02 a 31/07/2018
SUZI CRISTINA VIANA GOMES MEIRELES	2017/2018	06/08 a 04/09/2018	22/10 a 20/11/2018
VANIA SOCORRO SIQUEIRA RODRIGUES	2017/2018	11/01 a 09/02/2018	25/04 a 24/05/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 23 de abril de 2018.  
DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
Subprocuradora-Geral de Justiça,

para Área Técnico-Administrativa

**Protocolo: 306081**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2018 – MP/1ªPJTFFPAISFRJE**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 1ª PJ de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e da Resolução nº 020/2013 – CPJ; RESOLVE: Instaurar Procedimento Preparatório, nº 000253-151/2015

Portaria nº 002/2018 – MP/1ªPJTFFPAISFRJE

Investigados: SAMUEL CÂMARA

Assunto: apurar a regularidade de alterações estatutárias, bem como do titular da FUNDAÇÃO COSTA DOURADA

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações

de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

**Protocolo: 306206**

**EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000724-125/2015-MP/1ªPJ/DCF/DH**

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.<sup>ª</sup> MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000136-125/2018-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 020/2018

Data da Instauração: 16/04/2018

Objeto: Apurar os problemas referentes à infraestrutura e gestão escolar e projeto político pedagógico concernentes a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Méido Frei Daniel.

Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

**Protocolo: 306359**

**EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000368-125/2018-MP/1ªPJ/DCF/DH**

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.<sup>ª</sup> MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000136-125/2018-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 019/2018

Data da Instauração: 17/04/2018

Objeto: Visa incentivar a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Méido Graziela Moura Ribeiro a construir iniciativas que busquem prevenir o abandono e a evasão escolar, promover o engajamento dos alunos e resgatar os que saíram da escola, por meio da elaboração de um projeto político pedagógico participativo, conselho escolar atuante e escola regularmente autorizada perante o Conselho Estadual de Educação.

Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

**Protocolo: 306363**

**RESUMO DA PORTARIA Nº 08/2018-MP/4ªPJ DE MARABÁ**

A 04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo nº 003468-930/2017, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA Nº 08/2018-MP/4ªPJ de Marabá

Procedimento Administrativo: 003468-930/2017

Acompanhar a viabilização de emissão de documentos pessoais aos internos das Unidades Prisionais de Marabá/PA.

Marabá/PA, 19 de abril de 2018

DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS

Promotora de Justiça

**Protocolo: 306162**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2018 2ªPJPGM**

Os Promotores de Justiça de Paragominas REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES e CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA, com fundamento no Art. 54, VI, §3º, da Lei Complementar nº 057/06, e no Art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/07, tornam pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal 01/2018 2ªPJPGM, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Paragominas, situada no Eixo W1, s/nº, bairro Cidade Nova, CEP 68.625-510 – Paragominas/PA, telefone (91) 3729-1783 / 3729-3820.

Portaria nº 01/2018 2ªPJPGM

Investigado: Proprietários de fazendas que construíram represas e órgãos públicos estadual/municipal, quanto à omissão na fiscalização das barragens.

Assunto: Apuração de eventual responsabilidade criminal de proprietários de fazendas que construíram represas ou a quem couber, a fim de saber se eles tinham licença ambiental concedida por órgão competente, bem como as condições de construção das mesmas; apuração de eventual responsabilidade criminal quanto à omissão de caráter criminal de órgãos públicos estadual e/ou municipal através de seus agentes na fiscalização e identificação de represas construídas em fazendas na cidade de

Paragominas ou a quem couber.

REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES – Promotor de Justiça, titular do 1º cargo de PJ de Paragominas

CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA – Promotor de Justiça, titular do 1º cargo de PJ de Paragominas

**Protocolo: 306077**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 019/2018/MP/12ªPJMAB**

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000035-960/2016 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria nº 019/2018/MP/12ªPJMAB.

Interessados: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARABÁ (PROMOTORIA AGRÁRIA).

Assunto: Acompanhar a apuração de denúncia recebida por intermédio de aplicativo de WhatsApp, relatando a ocorrência de ataque aéreo, com pulverização de agrotóxico por meio de avião supostamente pertencente à AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA, contra os trabalhadores rurais, que foram despejados da área da Fazenda Cedro, e, que se encontram em uma área pública contígua, para a qual não há ordem de reintegração de posse.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

**Protocolo: 306086**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2017-MP/3ªPJCAP**

O 3º Promotor de Justiça de Capanema, Márcio Silva Maués de Faria, com fundamento no artigo 8º, da Resolução nº 174/2017, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, SIMP nº 000837-029/2018, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Capanema, situada na Av. Barão de Capanema, nº 1188, centro, CEP: 68.700-005, Capanema – Pará – Fone/Fax: (91) 3462-2482 / 3462-2442.

Instauração da Portaria nº 007/2018-MP/3ªPJCAP

Interessados: a coletividade; Município de Capanema; Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR.

Objeto: Acompanhamento da Criação da Unidade de Conservação Municipal do Rio Garrafão, no município de Capanema.

**Protocolo: 306260**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Administrativo nº 000040-440/2016

Instauração: 02/04/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Origem: Procedimento instaurado a partir de reclamação a solicitar a realização de obras de drenagem, asfaltamento e iluminação pública na Rua Tancredo Neves.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a atuação do poder público quanto à execução de projetos de drenagem, asfaltamento e iluminação pública na Rua Tancredo Neves.

Ananindeua-PA, 02 de abril de 2018

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

**Protocolo: 306394**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 094/2017-MP/3ªPJ/STM**

A Promotora de Justiça Titular da 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, publica que foi tornado sem efeito a Portaria nº 094/2017-MP/3ªPJ/STM do SIMP nº 009386-031/2017, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria nº: 094/2017-MP/3ªPJ/STM

Polo Ativo: Otávia Barroso Tapajós

Polo Passivo: Haitham Yousef Jabra George Habeeb

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça

**Protocolo: 306109**

**RESUMO DA PORTARIA Nº 25/2018/9ª PJ DE MARABÁ**

A 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA Nº 25/2018/9ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 001972-940/2017

Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar a aplicação de medidas protetivas à criança J.P.O.C.

Marabá, 16 de abril de 2018.

ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN

Promotora de Justiça

**Protocolo: 306272**

**RESUMO DA PORTARIA Nº 24/2018/9ª PJ DE MARABÁ**

A 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA Nº 24/2018/9ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 001962-940/2017

Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar a aplicação de medidas protetivas à adolescente A.R.F.M.

Marabá, 16 de abril de 2018.

ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN

Promotora de Justiça

**Protocolo: 306280**

**PORTARIA Nº 2.749/2018-MP/PJG**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Promotor de Justiça FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA para, sem prejuízo de suas atribuições, como representante do Ministério Público do Estado do Pará, comparecer ao Cartório de Notas e Documentos da comarca de Rio Maria, para providenciar a escritura pública de venda e compra do imóvel localizado naquele município, sito os lotes nºs 07 e 08, Quadra 18, setor Jardim Maringá, bem como providenciar junto ao Cartório de Registro de Imóveis daquela comarca a Escritura Pública de Venda e Compra, e ainda praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento da presente delegação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo: 306549**

**AVISO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001504-116/2013-MP/2ªPJ/DCF/DH**

Investigados: Conselheiros Estaduais de Saúde

Interessado: Rui Guilherme Cunha Dias e outros

Objeto: Manifesta insatisfação pela prorrogação dos mandatos do Conselho Estadual de Saúde

A 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e Direitos Humanos, vem, no exercício de suas atribuições, dar CIÊNCIA à Organização Não Governamental Viva Vida; Associação Paraense de Combate ao Câncer de Mama; Grupo Solidário Beija-Flor Entidade de Defesa de Direitos Sociais; Federação de Entidades e Associações Comunitárias das Áreas de Habitação do Estado do Pará, Federação de Centro e Associações Comunitárias do Estado do Pará; Associação de Mulheres do Estado do Pará; Associação dos Pescadores e Agricultores do Caracateua, do ARQUIVAMENTO do procedimento administrativo referenciado. Informa-se que as partes interessadas, caso queiram, poderão apresentar recurso quanto ao arquivamento ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe a Resolução nº 010/2011-CPJ.

**Protocolo: 306347**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PORTARIA/MP/2ªPJB/Nº005/2018, DE 21/02/2018**

Prorroga o período de tramitação do Inquérito Civil Nº 011/2016-MP/2ªPJB, instaurado com o objetivo de apurar as razões que contribuem para a deficiência no funcionamento do Abrigo de Acolhimento Institucional de Breves, notoriamente em relação aos critérios de sua infraestrutura e qualidade do atendimento, pelo prazo de 1 (um) ano, haja vista não foram concluídas todas as diligências complementares necessárias à sua finalização.

JOÃO BATISTA DE A. C. DE MACÊDO JUNIOR

Promotor de Justiça Titular do 2º Cargo de Breves

Portaria nº 6065/2015, de 29/10/2015

**Protocolo: 306331**

## MUNICÍPIOS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI TERMO ADITIVO

Espécie: NONO Termo Aditivo do Contrato Nº 2014.0705-GAB. "PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DE VIAS" Prorroga o prazo de vigência para 05/11/2017. Assinatura 04/07/2017. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari e Cabano Engenharia e Construções LTDA CNPJ 83.764.449/0001-53.

Espécie: Décimo Termo Aditivo do Contrato Nº 2014.0705-GAB. "PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DE VIAS" Prorroga o prazo de vigência para 02/11/2018. Assinatura 04/05/2018. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari e Cabano Engenharia e Construções LTDA CNPJ 83.764.449/0001-53.

Protocolo: 306591

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PARÁ

##### Prorrogação "Concorrência de Preço nº 10.001/2018"

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras, avisa que fará licitação, concorrência de preço menor valor, marcada para o dia no dia 23 de abril de 2018, às 09h00min (nove horas): Objeto: Execução de Obras de Implantação de Pontes em Concreto Armado no município de Santa Maria das Barreiras, com apoio institucional do Ministério da Integração Nacional através da Secretaria de Defesa Civil, no financiamento da obra; publicada no diário oficial da união nº 40, pag 227, seção. de 28 de fevereiro de 2018, será realizada em no dia 29 de maio de 2018, às 09:00(nove) horas. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal, Av. Rui Barbosa nº 1, fone: 094.3319.3105,94.9152.0633; marcio1964\_33@hotmail.com;refeituramunicipaldesantamariadasbarreiras.pa.gov.br; Marcio Neiva; Presidente da CPL; 23 de abril 2018.

Protocolo: 306594

### PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 017/2018-SEMOB

Objeto: Aquisição de Material de Consumo (Material Elétrico Para Iluminação Pública) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Aurora do Pará/Pa. Data: 11/05/2018 horário:09:00hs. Local: Setor de Licitações e Contratos, Sita a Rua Raimunda Mendes de Queiroz, nº 306, Bairro: Vila Nova, Aurora do Pará/Pa. **Brenda da Silva Barbosa - Pregoeira.**

Protocolo: 306569

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

#### ERRATA

Errata das Assembleias Gerais Ordinária e 74ª Extraordinária, realizadas cumulativamente no dia 28 de abril de 2017 Em complemento a Ata da AGO/AGE de 28/04/2017, se faz necessário às inclusões a seguir:

1- À presente ata confere com a ata original lavrada no livro

próprio. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ -JUCEPA. Certificado o Registro em: 15/02/2018, Arquivamento 20000552394 de 15/02/2018 Protocolo: 172003180 de 28/12/2017.Empresa: 15 3 00006929,Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM. Marcelo Cebolão, Secretário Geral da JUCEPA.

**JOÃO CLAUDIO KLAUTAU GUIMARÃES** Presidente do Conselho de Administração CPF nº 279.006.492-04 e **LARISSA CRISTINA FERNANDES FAGUNDES** Secretária do Conselho de Administração CPF nº 013.038.713-43

Protocolo: 306294

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAO DE PIRABAS RETIFICAÇÃO

**No Aviso de Publicação** de Licitação do Pregão Presencial nº 011/2018-SRP. Circulado no DOE/PA pag. 80 em 25/04/2018. **ONDE SE LÊ:** Abertura: dia 07/05/2018, às 10:00 hs. **LEIA-SE:** Abertura: dia 15/05/2018, às 09:00 hs.

**No Aviso de Publicação** de Licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018-SRP. Circulado no DOE/PA pag. 67 em 24/04/2018. **ONDE SE LÊ:** Abertura: dia 04/05/2018, às 09:00 hs. **LEIA-SE:** Abertura: dia 17/05/2018, às 14:00 hs.

**No Aviso de Publicação** de Licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-SRP. Circulado no DOE/PA pag. 67 em 24/04/2018. **ONDE SE LÊ:** Abertura: dia 04/05/2018, às 10:30 hs. **LEIA-SE:** Abertura: dia 17/05/2018, às 09:00 hs.

**No Aviso de Publicação** de Licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018-SRP. Circulado no DOE/PA pag. 67 em 24/04/2018. **ONDE SE LÊ:** Abertura: dia 04/05/2018, às 13:00 hs. **LEIA-SE:** Abertura: dia 17/05/2018, às 16:00 hs. Os certames serão realizados na sala de licitações, sito à Av. Plácido Nascimento, nº 265, Bairro Centro - São João de Pirabas/PA. O edital estará à disposição dos interessados no endereço acima referido de segunda à sexta-feira de 08:00 às 12:00 hs. Esclarecimentos e dúvidas pelo e-mail: cplsjpgirabas@gmail.com. **Manoel Almir Cardoso da Costa - Pregoeiro/PMSJP.**

Protocolo: 306595

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA RESULTADO DE LICITAÇÃO

##### TOMADA DE PREÇO Nº 2.001/2018-CPL/PMTA/SEMED

Objeto: Contratação de Empresa Especializada Em Serviços Remanescentes da Construção de Uma Creche - Pro Infância Método Inovador a Ser Realizado a Fim de Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Terra Alta/Pa, Venc: WF Construções Engenharia e Serviços Eireli - EPP, CNPJ: 18.785.185/0001-52, Valor: R\$ 765.455,47, Contrato: 01-TP2/2018/001-SEMED, Vigência: 01/03/2018 à 31/12/2018. Raimundo Monteiro - Pregoeiro.

Protocolo: 306596

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA  
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 PMC - PP-SRP.** Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para a efetuar a coleta, transporte, tratamento e destinação final de lixo Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde. **ADJUDICADO PARA:** Recicle Serviços de Limpeza Eireli CNPJ: 08.272.547/0001-58com valores unitários: Item-Valor Unitário: 01-R\$ 6,00. **HOMOLOGADO Para:** Recicle Serviços de Limpeza Eireli CNPJ: 08.272.547/0001-58com valores unitários: Item-Valor Unitário: 01-R\$ 6,00. Conforme mapa comparativo anexado aos altos. Homologo a licitação na forma da Lei nº. 8666/93. **Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 306570

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA Edital nº 001/2018 Processo Seletivo Simplificado de Monitores para atuarem no Programa Mais Alfabetização

A Secretaria Municipal de Educação de Floresta do Araguaia/PA torna público o edital para a seleção e constituição do banco de Assistentes de Alfabetização voluntários para o Programa Mais Alfabetização, instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. 1. Da Quantidades de Vagas: 1.1 A seleção destina-se ao preenchimento de 7 (sete) vagas para Assistentes de Alfabetização, a serem distribuídas nas escolas do meio urbano e meio rural. Porém, pode-se estender de acordo com a necessidade do município. 2. Das Inscrições: 2.1 O período de inscrição será nos dias 02 e 03 de maio de 2018 das 8:00hs as 14:00hs na Secretaria Municipal de Educação, sito à Avenida JK, nº 1962, munidos de todos os documentos pessoais com cópias. A prova escrita será realizada no dia 04 de maio de 2018 as 9:00hs na escola Paroquial Curupira, localizada na Av. Independência nº 1497, centro. 2.2 Não será cobrada taxa de inscrição. 3. Da Remuneração: 3.1 o trabalho do Assistente de Alfabetização é considerado de natureza voluntária (na forma da Lei nº 9.608/1998), sendo que os selecionados receberão uma bolsa mensal para ressarcimento de despesas pessoais (Alimentação e Transporte). 3.2 O valor da bolsa mensal será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por turma, em escolas com carga horária de 5h semanal e será de R\$ 300,00 (trezentos reais) por turma, com carga horária de 10h semanal. Floresta do Araguaia/PA, 26 de abril de 2018. **Valnei Freire Sousa - Secretário Municipal de Educação - Decreto Municipal nº 004/2017.**

Protocolo: 306573

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ - MIRI RETIFICAÇÃO

Na publicação circulado no DOE/PA pag. 145, em 26/04/2018 referente a Dispensa nº 026/2017. **ONDE LÊ:** objeto: Contratação dos profissionais da Saúde pessoa física, para prestação de serviços na área da saúde; **LEIA-SE:** objeto: Primeira Prorrogação dos seguintes extratos de contratos, Oriundos da Dispensa nº 026/2017 PMI-D que teve como objeto a contratação de profissionais da saúde, pessoa física, para prestação de serviços relativos a área de saúde no Município de Igarapé - Miri. Mauricio Esteves Correa - Secretario Municipal de Saúde

**EXTRATOS DE CONTRATOS. CONTRATO Nº 147/2018PMI-D,** celebrado com: Adenir dos Santos Costa Filho, CPF: 089.960.832-91. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do CREFIM, valor mensal: R\$3.600,00; origem da Dispensa nº 011/2018PMI-D, vigência: 19/01/2018 a 31/12/2017 - Contrato nº 146/2018PMI-D, celebrado com: Jorge de Melo Pinheiro, CPF: 454.329.292-87. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da casa dos professores da Escola São Roque, valor mensal: R\$800,00, Origem da Dispensa: 012/2018PMI-D, vigência: 27/02/2018 a 31/12/2018 - Contrato nº 153/2018PMI-D Celebrado com: Jociane dos Santos Moraes , CPF: 609.368.352-49, Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da casa dos professores da Escola Dom Antonio Macedo Costa, valor mensal: R\$1.400,00; Origem da Dispensa 014/2018PMI-D, Vigência 15/01/2018 a 31/12/2018 - Contrato nº 197/2018PMI-D, celebrado com: Josiel Chaves Correa Portilho, CPF: 818.515.962-91, Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Escola M. E. F Emaús, valor mensal: R\$3.000,00 Origem da Dispensa 021/2018PMI-D, Vigencia 11/01/2018 a 31/12/2018. - Contrato nº 199/2018PMI-D, celebrado com: Raimunda dos Santos Ferreira, CPF: 747.255.302-63, Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Escola M. E. F Deus Proverá, Valor mensal: R\$850,00; origem da Dispensa nº 016/2018PMI-D, vigência 11/01/2018 a 31/12/2018. - Contrato nº 152/2018PMI-D, celebrado com: Adenilson do S. Santos Costa, CPF: 762.714.802-25, Objeto: locação de imóvel para funcionamento da Escola M. E. F Ebenezer, valor mensal: R\$6.000,00; Origem da Dispensa nº 017/2018PMI-D, Vigencia: 16/01/2018 a 31/12/2018. **Antoniél Miranda Santos - Prefeito.**

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2018 SRP**

Tipo menor preço, considerada por lote, objeto: contratação de serviços especializados de implementação do software público de gestão municipal e-cidade, contemplando implantação, migração de dados, suporte, transparência, manutenção e operação assistida destinados a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri/Secretarias Municipais. O certame será realizado no dia 11/05/2018, às 09:00 hs, no Prédio da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, na Sala da CPL, localizado no Complexo Administrativo: Agenor da Costa Quaresma, Avenida Sesquicentenário, s/nº - Bairro: Cidade Nova - CEP: 68430-000. O Edital está à disposição dos interessados no endereço acima referido de segunda à sexta-feira de 08:00 às 12:00 h. **Márcio Serrão da Silva - Pregoeiro.**

Protocolo: 306575

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE INHANGAPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI/PA  
TERMO DE ADESÃO - A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ato: Adesão a Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Presencial - SRP nº 02/2018. Partes: Prefeitura Municipal de São João da Ponta/Pa (Órgão Gerenciador) e Prefeitura Municipal de Inhangapi/Pa (Carona). Objeto: Aquisição de Material Permanente, 02 (Dois) Veículos tipo Ambulância para atender a Secretaria de Saúde do Município de Inhangapi. Fornecedor: Maltta Multimarcas Eireli Me, CNPJ: 13.760.297/0001-35. Data: 11/04/2018.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato 07/2018 - Maltta Multimarcas Eireli Me, no valor de R\$-154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 021700 - Secretaria Municipal de Saúde; Funcional Programática: 10.301.1202.1021-0000 - Aquisição de Ambulância; 4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente. Data de assinatura: 16.04.2018. Ordenador Responsável: **Francisco Celso Leite da Silva, Secretário de Saúde. Inhangapi-Pará.**

Protocolo: 306576

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MAGALHÃES BARATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA  
AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018-190403 - SRP**

Abertura às 10:30hs, do dia 10 de maio de 2018. Objeto: Aquisição de Diversos Materiais de Consumo (Material de Expediente, Higiene E Limpeza, Copa e Cozinha, Descartáveis, Gêneros Alimentícios, Suprimentos de Informática, Material Didático, Jogos Educativos, Material Esportivo e Artigos de Armário); para atender as demandas da Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Magalhães Barata. Interessados podem retirar o edital, na sala da CPL, situada na Rua Luiz Monteiro s/n, Centro, Magalhães Barata/Pa no horário das 08 às 13hs, ou no site do município: <http://magalhaesbarata.pa.gov.br/>, email: [licitacaomb@gmail.com](mailto:licitacaomb@gmail.com) portal jurisdicionados (TCM) ou pelo fone: (91) 98499-2770. **Priscilla R. Araújo - Pregoeira Municipal**

Protocolo: 306577

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MARABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ  
EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 182/2018/SMSI**, Processo Administrativo nº 53.870/2017-PMM, Pregão Presencial SRP Nº 076/2017-CPL/PMM, Ata de Registro de Preços nº 077/2018- CPL, Objeto: aquisição de uniformes e acessórios para os departamentos municipais de Segurança Patrimonial, de Trânsito e Transporte Urbano e Guarda Municipal da Secretaria Municipal de Segurança institucional, Empresa: H L A Paiva Comercio e Serviços Ltda -

Epp, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 17.151.464/0001-00, no valor de R\$ 447.152,70(quatrocentos e quarenta e sete mil cento e cinquenta e dois reais e setenta centavos) Recursos Próprios. Data da Assinatura: 26/04/2018. Vigência: 31/12/2018. **Jair Barata Guimarães - Secretário de Segurança Institucional.**

Protocolo: 306580

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 026/2018-CPL/PMM**, Processo nº 5.111/2018/PMM, Tipo: Menor Preço Global. Data do certame: 14/05/2018. Horário: 09:00 (horário local). Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços pós-tomados destinados aos beneficiários atendidos pelo programa de benefícios eventuais e emergenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEASP. Íntegra do Edital no site da Prefeitura de Marabá e na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL/PMM, localizada no edifício Ernesto Frota, Avenida VP 08, Folha 26, Quadra 07, Lote 04, Bairro Nova Marabá, CEP: 68.509-060, Marabá, Pará, subsolo da agência do Banco do Brasil, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, ou pelo e-mail: [licitacao@maraba.pa.gov.br](mailto:licitacao@maraba.pa.gov.br). Telefone da CPL/PMM: (94) 3322-1646. **Raphael Cota Dias - Pregoeiro.**

Protocolo: 306579

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MARAPANIM

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018**

A Prefeitura Municipal de Marapanim, através do Pregoeiro Municipal, em consonância com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, legislações complementares e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço unitário por item e objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Transporte Escolar, destinados aos alunos da rede pública de ensino, com fulcro nas diretrizes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), visando suprir as necessidades precípuas do Município. A sessão pública será realizada no dia 10/05/2018, às 10:00 horas, na Prefeitura Municipal de Marapanim.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018**

A Prefeitura Municipal de Marapanim, através do Pregoeiro Municipal, em consonância com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, legislações complementares e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço unitário por item e objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Vasilhames e Acessórios, com intuito de atender as finalidades da Administração, visando suprir as necessidades precípuas da Prefeitura Municipal de Marapanim. A sessão pública será realizada no dia 11/05/2018, às 10:00 horas, na Prefeitura Municipal de Marapanim.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018**

A Prefeitura Municipal de Marapanim, através do Pregoeiro Municipal, em consonância com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, legislações complementares e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço unitário por item e objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Fornecimento de Alimentação, com intuito de atender as finalidades da Administração, visando suprir as necessidades precípuas da Prefeitura Municipal de Marapanim. A sessão pública será realizada no dia 14/05/2018, às 10:00 horas, na Prefeitura Municipal de Marapanim.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018**

A Prefeitura Municipal de Marapanim, através do Pregoeiro Municipal, em consonância com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, legislações complementares e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar Licitação

na Modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço unitário por item e objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços e fornecimento de materiais fúnebres, com intuito de atender as finalidades da Administração, visando suprir as necessidades precípuas da Prefeitura Municipal de Marapanim. A sessão pública será realizada no dia 15/05/2018, às 10:00 horas, na Prefeitura Municipal de Marapanim.

**Os Editais** encontram-se disponíveis no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Marapanim, situado na Travessa Floriano Peixoto, Centro, Marapanim / Pará, CEP: 68.760-000.

**Brayam Rafael Negrão Bahia**

Pregoeiro Municipal

Protocolo: 306583

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE NOVA IPIXUNA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2018-003/PMNI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NAS VIAS URBANAS(AV. TOCANTINS E TRAV. CACHOEIRA DO TAQUARI), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0290/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E O MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA-PA.. Vencedor(es): P.C SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, com o valor total de R\$ 1.007.838,40(Um Milhão, Sete Mil, Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta Centavos).. Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS.

NOVA IPIXUNA - PA, 24 de Abril de 2018

**FRANQUISSUEL GOMES REIS**

Comissão de Licitação

Presidente

Protocolo: 306585

**EXTRATO DE CONTRATO****TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2018-003/PMNI**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NAS VIAS URBANAS (AV. TOCANTINS E TRAV. CACHOEIRA DO TAQUARI), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0290/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E O MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA-PA.

CONTRATO Nº: 20180091 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA CONTRATADA (O): P.C SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP VALOR TOTAL: R\$ 1.007.838,40 (um milhão, sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: 25 de Abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018 DATA DA ASSINATURA: 25 de Abril de 2018

NOVA IPIXUNA - PA, 26 de Abril de 2018

**FRANQUISSUEL GOMES REIS**

Comissão de Licitação

Presidente

Protocolo: 306586

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE NOVO PROGRESSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO****EXTRATOS DE CONTRATOS. PREGÃO Nº 001/2018-PP.**

Objeto: Serviço De Transporte Escolar Das Redes Municipal e Estadual de Ensino, da Sede, Distritos e Zona Rural em Estradas Pavimentadas, Não Pavimentadas e Vicinais, Tipo Menor Preço Por Quilômetro Rodado Por Item/Rota, Para Atendimento das Necessidades do Município de Novo Progresso/Pa. CONTRATO Nº 20180030. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Valor Total: R\$ 685.214,45 (seiscentos e oitenta e cinco mil duzentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos). CONTRATO Nº 20180031. Contratante: Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica. Valor Total: R\$ 1.276.787,84 (um milhão duzentos e setenta e seis mil setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e



quatro centavos). Contratada: Transpoly Transportes Ltda - Me. Vigência: 01 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; PREGÃO Nº 003/2018-SRP. Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Combustíveis Derivados de Petróleo Para Suprir As Necessidades da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/Pa. CONTRATO Nº 20180013. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Valor Total: R\$ 378.960,00 (trezentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta reais); CONTRATO Nº 20180012. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Valor Total: R\$ 3.192.590,00 (três milhões, cento e noventa e dois mil, quinhentos e noventa reais); CONTRATO Nº 201870014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Valor Total: R\$ 346.252,50 (trezentos e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos); CONTRATO Nº 20180015. Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. Valor Total: R\$ 235.020,00 (duzentos e trinta e cinco mil vinte reais); CONTRATO Nº 20180016. Contratante: Fundo de Manut. E Desenv. da Educação Básica. Valor Total: R\$ 330.060,00 (trezentos e trinta mil sessenta reais); CONTRATO Nº 20180017. Contratante: Fundo Municipal de Meio Ambiente. Valor Total: R\$ 39.980,00 (trinta e nove mil novecentos e oitenta reais). Contratada: Figueira & Conceição Ltda - Epp. Vigência: 06 de Fevereiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018; PREGÃO Nº 004/2018-SRP. CONTRATO Nº 20180026. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Contratada: Limpeza São Sebastião Ltda. Objeto: Locação de Caminhões compactadores e caminhões caçambas destinados a coleta de lixo, para atendimento das necessidades do Município de Novo progresso/Pa. Valor Total: R\$ 1.512.000,00 (um milhão, quinhentos e doze mil reais). Vigência: 19 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; PREGÃO Nº 005/2018-SRP. Objeto: locação mensal de caminhão caçambas, para suprir as necessidades da prefeitura municipal de novo progresso/Pa. CONTRATO Nº 20180033. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Contratada: J O Lopes Terraplanagem Eireli - Me. Valor Total: R\$ 1.248.000,00 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil reais). Vigência: 16 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; PREGÃO Nº 006/2018-SRP. Objeto: Horas máquinas para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/Pa. CONTRATO Nº 20180028. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Contratada: Construtora Vale do Jamaxim. Valor Total: R\$ 2.760.000,00 (dois milhões setecentos e sessenta mil reais); CONTRATO Nº 20180029. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Contratada: J O Lopes Terraplanagem Eireli - Me. Valor Total: R\$ 2.325.000,00 (dois milhões trezentos e vinte e cinco mil reais). VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; PREGÃO Nº 007/2018-SRP. Objeto: Fornecimento de Materiais E Serviços Gráficos e Outros, Destinados a atender o Município de Novo Progresso Pará. CONTRATO Nº 1303001/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Valor Total: R\$ 35.512,00 (trinta e cinco mil quinhentos e doze reais); CONTRATO Nº 1303002/2018. Contratante: Fundo Municipal De Educação. Valor Total: R\$ 51.160,00 (cinquenta e um mil cento e sessenta reais); CONTRATO Nº 1303003/2018. Contratante: Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica. Valor Total: R\$ 9.864,00 (nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais); CONTRATO Nº 1303004/2018. Contratante: Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescente. Valor Total: R\$ 5.930,00 (cinco mil novecentos e trinta reais); CONTRATO Nº 1303005/2018. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Valor Total: R\$ 42.603,50 (quarenta e dois mil seiscentos e três reais e cinquenta centavos); CONTRATO Nº 1303006/2018. Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. Valor Total: R\$ 27.140,00 (vinte e sete mil cento e quarenta reais); CONTRATO Nº 1303007/2018. Contratante: Fundo Municipal de Meio Ambiente. Valor Total: R\$ 2.366,00 (dois mil trezentos e sessenta e seis reais). Contratada: Odair J. da Silva Me. Vigência: 13 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018; PREGÃO Nº 007/2018-SRP. Objeto: Fornecimento de Ateriais e Serviços Gráficos e Outros, Destinados a atender o Município de Novo Progresso Pará. CONTRATO Nº 1303008/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Progresso. Valor Total: R\$ 339.587,90 (trezentos e trinta e nove mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa centavos); CONTRATO Nº 1303009/2018. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Valor Total: R\$ 102.848,00 (cento e dois mil oitocentos e quarenta e oito reais); CONTRATO Nº 1303010/2018. Contratante: Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica. Valor Total: R\$ 80.295,00 (oitenta mil duzentos e noventa e cinco reais); CONTRATO Nº 1303011/2018. Contratante: Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescente. Valor Total: R\$ 5.354,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais); CONTRATO Nº 1303012/2018. Contratante: Fundo Municipal De Saúde. Valor Total: R\$ 146.274,80 (cento e quarenta e seis mil duzentos e setenta e

quatro reais e oitenta centavos); CONTRATO Nº 1303013/2018. Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social. Valor Total: R\$ 151.185,00 (cento e cinquenta e um mil, cento e oitenta e cinco reais); CONTRATO Nº 1303014/2018. Contratante: Fundo Municipal de Meio Ambiente. Valor Total: R\$ 4.952,80 (quatro mil novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Contratada: Espendor Artes Graficas Ltda. Vigência: 13 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Protocolo: 306588

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARA

#### Aviso de Retif cação de Edital

#### Pregão Presencial nº 18/2018-SRP

**Retif cação de data de abertura**, matéria publicada no IOEPA nº 33605, pag. 83 e 84 no dia 24/04/2018, referente ao PP-18/2018-SRP, onde lê-se: abertura 08/05/2018 às 08h00min, leia-se: 10/05/2018 às 08h00min.

Roberval Alves Rodrigues-Pregoeiro

Protocolo: 306589

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

### PREGÃO PRESENCIAL nº. 036/2018 PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM COTA RESERVADA PARA MEs e EPPs

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza de forro para atender as Escolas da Rede Municipal. Data de Abertura: 14/05/2018 as 09:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, de 8h as 12h e das 14h as 18h, na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 27/04/2018.

Protocolo: 306590

## PARTICULARES

### MAD SÃO FRANCISCO EIRELI,

CNPJ nº 22.954.113/0001-69, torna público que recebeu da SEMMA/Goianésia/PA LO nº 004/2017 para Desdobro de madeira em tora para serrada em Goianésia/PA.

Protocolo: 306598

## EMPRESARIAL

### ABC AGROPECUÁRIA BRASIL NORTE S/A - PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO CNPJ: 20.722.575/0001-25 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 18 de maio de 2018, às 09:00 (nove) horas, em sua sede social, localizada na Rua Curuçá, 260 - Sala 104, Bairro Telégrafo, nesta Cidade, para tratarem da seguinte ordem do dia:

**1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

**2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

**INSTRUÇÕES GERAIS** - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76.

Belém-PA., 27 de abril de 2018.

**Marlos Ferreira Alves**  
DIRETOR PRESIDENTE

Protocolo: 306602

### AGÊNCIA DE SANEAMENTO DE PARAGOMINAS PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2018

Obj: "Aquisição de equipamentos de coleta de dados e impressão de faturas de água, esgoto e serviços da Agência de Saneamento de Paragominas". Data de Abertura: 11/05/2018 as 09:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da Agência de Saneamento de Paragominas, sito Rua Ilhéus, nº 678, bairro Módulo II-Paragominas-Pa. Pgm. 27.04.2018.

Protocolo: 306614

### SUPER POSTO PARAIBA LTDA EPP, Nº CNPJ 29.068.334/0001-89,

Torna público que REQUEREU para SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, a Licença de Operação, sob número de protocolo nº 2018/0000010313 para Atividade de Transporte rodoviário de produtos perigosos, localizada no município de Tucumã/PA.

Protocolo: 306609

### A empresa, CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA,

Inscrita no CNPJ Nº 08.731.017/0001-20, Inscrição Estadual Nº 00110359800-88, torna público que RECEBEU em 13/04/2018, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Parauapebas, a Licença de Operação Nº 155/2018, com validade até 13/04/2020 no município de Parauapebas /PA, para o Projeto Pebas.

Protocolo: 306613

### SBA TORRES BRASIL, LIMITADA,

Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35, torna público que obteve junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/PMZ a Licença Ambiental Prévia sob o número 003/2018 de uma Estação Rádio Base de telefonia celular móvel denominada BR54748-B, localizada na Travessa Duque de Caxias, s/nº. bairro da Cabanagem, Município de Porto de Moz - PA.

### SBA TORRES BRASIL, LIMITADA,

Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35, torna público que obteve junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/PMZ a Licença Ambiental de Instalação sob o número 004/2018 de uma Estação Rádio Base de telefonia celular móvel denominada BR54748-B, localizada na Travessa Duque de Caxias, s/nº. bairro da Cabanagem, Município de Porto de Moz - PA.

Protocolo: 306617

### CÂMARA MUNICIPAL DE MUANÁ - COMISSÃO PROCESSANTE Nº 005/2018

**Ao exmo. Sr. SÉRGIO MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Muaná-PA.** De acordo com os incisos do Artigo 5º do Decreto-lei nº 201/67, fica V. Exa. e v. advogadas ARIANA SILVA COELHO (OAB/PA Nº 16.223) e MARIA PAULA GOMES MONTEIRO (OAB/PA Nº 23.871), e suas testemunhas José Leal de Sousa, Henrique Leonardo de Moraes Ramos, Maria do Bom Remédio Nogueira Pereira, Evandro Chermont dos Prazeres e Werica Martins Melo, todos NOTIFICADOS a comparecer em audiência a ser realizada no dia 04/05/2018, às 09h, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Muaná, sediada na Praça 28 de maio, s/nº-altos, Centro, Muaná/PA, para a oitiva das testemunhas arroladas por v. exa. em defesa, sendo estas testemunhas de v. responsabilidade a condução à audiência, sob pena de preclusão. Informa-se que na ocasião da audiência v. exa. poderá inquirir suas testemunhas e praticar os demais atos de defesa garantidos constitucionalmente. Em seguida, após as testemunhas, se procederá ao depoimento do Denunciado. **ELIZABETH DA COSTA GAVINO Presidente da Comissão Processante nº 005/2018.**

Protocolo: 306622

### GUASCOR DO BRASIL LTDA,

**DECLARA QUE RECEBEU** DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, A LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 10895/2018 RELATIVA À USINA TERMOELÉTRICA DE FARO NO MUNICÍPIO DE FARO.

Protocolo: 306600

### USTULIN E CARAVIERI LTDA,

CNPJ: 02.816.796/0002-61, instalada na Avenida Amazônia s/nº Zona Rural Itupiranga (PA), torna público que recebeu da SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) a sua Licença de Operação (LO) para atividade de Palmiteira.

Protocolo: 306604

### A empresa, CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA,

Inscrita no CNPJ Nº 08.731.017/0001-20, Inscrição Estadual Nº 00110359800-88, torna público que RECEBEU em 13/04/2018, da Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Mineração- SEMMAS de São Félix do Xingu, a Licença de Operação Nº 00008/2018, com validade até 13/04/2020, no município de São Félix do Xingu /PA, para o Projeto Ipitanga.

Protocolo: 306612

**SBA TORRES BRASIL, LIMITADA,**

Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Óbidos - SEMMA sob o número de processo 007/2018 a Licença Ambiental Prévia (LP) de uma Estação Rádio Base de telefonia celular móvel denominada BR54174-B, localizada na Travessa Dr. Arthur Cruz, s/n, Bairro de Santa Terezinha, no Município de Óbidos-Pará.

**SBA TORRES BRASIL, LIMITADA,**

Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Óbidos - SEMMA sob o número de processo 007/2018 a Licença Ambiental de Instalação (LI) de uma Estação Rádio Base de telefonia celular móvel denominada BR54174-B, localizada na Travessa Dr. Arthur Cruz, s/n, Bairro de Santa Terezinha, no Município de Óbidos-Pará.

Protocolo: 306616

**SINDICATO DOS SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EDITAL PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ.**

A COMISSÃO PRO-FUNDAÇÃO do SINDICATO DOS SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, convoca todos os servidores da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, do município de Belém e demais municípios do Pará a participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará, a realizar-se no dia 04/05/2018, às 10h, na sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sito na Rua do Aveiro Nº 130, bairro Cidade Velha, nesta cidade de Belém/PA, para tratarem da seguinte Ordem do Dia: 1) Fundação do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará, que representará a categoria dos servidores; 2) Discussão e aprovação do Estatuto Social do Sindicato; 3) Eleição e posse da primeira Diretoria; 4) Filiação a Central Sindical e Confederação. Belém/PA, 26 de abril de 2018. Israel França Monteiro.

Protocolo: 306620

**O DIRETOR REGIONAL DO SENAI, USANDO AS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE FORAM CONFERIDAS POR LEI,**

**RESOLVE:**

**PUBLICAR EMENTA DE RESOLUÇÕES/2013, do SENAI/CR/PA. RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 011/2013**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica, constante do Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional de Santarém - SANTARÉM/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 012/2013**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, constante do Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional de Santarém - SANTARÉM/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 014/2013**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Mineração, constante do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional de Santarém - SANTARÉM/PA.

**O DIRETOR REGIONAL DO SENAI, USANDO AS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE FORAM CONFERIDAS POR LEI,**

**RESOLVE:**

**PUBLICAR EMENTA DE RESOLUÇÕES/2017, do SENAI/CR/PA. RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 013/2017**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Logística, constante do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Desenvolvimento da Amazônia - CEDAM, BELÉM/PA.

**O DIRETOR REGIONAL DO SENAI, USANDO AS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE FORAM CONFERIDAS POR LEI,**

**RESOLVE:**

**PUBLICAR EMENTA DE RESOLUÇÕES/2018, do SENAI/CR/PA. RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 001/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico Têxtil, na modalidade a distância, constante do Eixo Tecnológico Produção Industrial, a ser ofertado pelo SENAI/PA, Polo 5 - Centro de Educação Profissional Gabriel Hermes - CASTANHAL/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 002/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento de Cursos de Qualificação Profissional Básica, a serem ofertados, na modalidade a Distância, pelo SENAI/PA no Polo 5 - Centro de Educação Profissional Gabriel Hermes - CASTANHAL/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 003/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Automação Industrial, constante do Eixo Tecnológico - Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas - BELÉM/PA

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 004/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Eletromecânica, constante do Eixo Tecnológico - Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas - BELÉM/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 005/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica, constante do Eixo Tecnológico - Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas - BELÉM/PA.

**RESOLUÇÃO SENAI CR/PA Nº 006/2018**

EMENTA: Autorizar o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, constante do Eixo Tecnológico - Controle e Processos Industriais, a ser oferecido pelo SENAI/PA, no Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas - BELÉM/PA.

Protocolo: 306599

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0073-31

**Re-Ratificação**

Na publicação do balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2017, publicado no Diário Oficial do Estado/PA, às páginas 95, 96 e 97, em 02/04/2018 houve erro nas Demonstrações Financeiras, nos quadros Balanço Patrimonial; Demonstração dos Fluxos de Caixa, e nas Notas Explicativas de números 5,13 e 21 em seus quadros demonstrativos, que passam a valer conforme segue abaixo:

<b>Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais</b>						
Ativo	Nota	2.017		2.016		Passivo e patrimônio líquido negativo
		2.017	2.016	2.017	2.016	
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.525.557	3.654.125			
Contas de receber	5	698.370	6.403.950			
Estoques	6	1.542.538	1.159.867			
Outros ativos circulantes		200.810	194.941			
		<b>4.967.275</b>	<b>11.412.883</b>			
<b>Não Circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais		1.136.516	949.401			
		<b>1.136.516</b>	<b>949.401</b>			
Imobilizado	7	8.168.770	2.909.836			
Intangível	7	1.736	4.790			
		<b>8.170.506</b>	<b>2.914.626</b>			
		<b>9.307.022</b>	<b>3.864.027</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.274.297</b>	<b>15.276.910</b>			
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	8	2.598.283	3.447.733			
Honorários Médicos	9	3.008.335	2.292.584			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.085.244	3.147.520			
Obrigações fiscais	11	4.128.835	5.048.105			
Partes relacionadas	12	7.944.680	8.720.190			
Receitas diferidas	13	1.076.236	4.169.004			
		<b>21.841.613</b>	<b>26.825.136</b>			
<b>Não Circulante</b>						
Obrigações fiscais	11	1.075.083	-			
Provisão para descontinuidade	14	2.304.014	2.390.993			
Provisão para contingência	15	693.812	735.579			
		<b>4.072.909</b>	<b>3.126.572</b>			
<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>						
Patrimônio social negativo		(14.674.798)	(12.228.305)			
Superpavit (déficit) dos exercícios		3.034.573	(2.446.493)			
		<b>(11.640.225)</b>	<b>(14.674.798)</b>			
<b>Total do Passivo</b>		<b>14.274.297</b>	<b>15.276.910</b>			

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais**

2.017			2.016		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Superávit (Déficit) dos exercícios</b>	<b>3.034.573</b>	<b>(2.446.493)</b>			
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	540.395	1.373.579			
Realização de subvenções do ativo imobilizado (Reversão) constituição de provisão para contingência	(366.496)	(366.496)			
Baixa de Ativo Imobilizado / Intangível	(41.767)	-			
<b>Superávit dos exercícios ajustado</b>	<b>3.186.932</b>	<b>609.204</b>			
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas de receber	5.705.580	3.684.390			
Estoques	(382.671)	(208.404)			
Outros ativos circulantes	(5.869)	(19.998)			
Depósitos judiciais	(187.115)	(808.766)			
Fornecedores	(849.450)	192.921			
Honorários Médicos	715.751	(1.099.071)			
Obrigações sociais e trabalhistas	(62.276)	959.957			
Obrigações fiscais	155.813	(304.914)			
Provisão para descontinuidade	(86.979)	387.351			
Receitas diferidas	(3.092.768)	(126.047)			
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.096.948</b>	<b>3.266.623</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisições de imobilizado e intangível	(5.450.006)	(3.009.740)			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(5.450.006)</b>	<b>(3.009.740)</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas	(775.510)	1.148.496			
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(775.510)</b>	<b>1.148.496</b>			
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício	3.654.125	2.248.746			
No fim do exercício	2.525.557	3.654.125			
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.128.568)</b>	<b>1.405.379</b>			

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.017 e de 2.016. Cifras apresentadas em reais.

5. Contas a Receber	2.017	2.016	21. Instrumentos Financeiros:	2.017	2.016
<b>Descrição</b>			Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	8.889.370	6.403.950	<b>Descrição</b>		
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	1.800.000	-	Ativos		
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (c)	(9.991.000)	-	Valor justo por meio do resultado		
	<b>698.370</b>	<b>6.403.950</b>	Caixa e equivalentes de caixa	2.525.557	3.654.125
<b>13. Receitas Diferidas:</b>			Empréstimos e recebíveis		
A movimentação no exercício foi à seguinte:			Contas a receber de clientes	698.370	6.403.950
<b>Descrição</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>	<b>Total</b>	<b>3.223.927</b>	<b>10.058.075</b>
Saldo inicial	4.169.004	4.295.052	<b>Passivos</b>		
(+) Subvenção para investimento	6.898.232	1.290.925	Pelo custo amortizado		
(-) Gastos com obras em andamento (ativo imobilizado)	-	(1.416.973)	Fornecedores	2.598.283	3.447.733
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a)	(9.991.000)	-	Honorários médicos	3.008.335	2.292.584
	<b>1.076.236</b>	<b>4.169.004</b>	Partes relacionadas	7.944.680	8.720.190
			<b>Total</b>	<b>13.551.298</b>	<b>14.460.507</b>

<b>Dom Eurico dos Santos Veloso</b> Presidente da Pró-saúde	<b>Jocelmo Pablo Mews</b> Diretor de Operações da Pró-Saúde	<b>Valdemir Fernille Girato</b> Diretor Geral do Hospital	<b>Rodrigo Fauth</b> Diretor Financeiro do Hospital
<b>Othilio Praia Junior</b> Contador do Hospital - CRC: PA-020240/O-3	<b>David Martins Ferreira</b> Contador Geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA		

Protocolo: 306634

### TERMINAL FRENTEIRA NORTE - LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 23.771.214/0001-67

#### Relatório da Administração

Senhores acionistas, Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Terminal Fronteira Norte - Logística S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. **A administração.** Barcarena-PA, 23 de fevereiro de 2018.

#### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8	252	-	1.560	-
Contas a receber de clientes	9	3.261	-	1.006	-
Estoques	10	3.703	1.886	1.306	-
Adiantamentos a fornecedores		218	-	532	-
Impostos a recuperar	11	2.040	-	2.823	-
Ativos fiscais correntes	11	72	-	789	-
Outros créditos		60	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.606</b>	<b>1.886</b>	<b>8.016</b>	<b>8.016</b>
Impostos a recuperar	11	16.796	16.796	-	-
Ativos fiscais diferidos	12	7.369	2.335	-	-
Imobilizado	13	348.510	353.831	6.814	(4.534)
Intangível		332	653	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>373.007</b>	<b>373.615</b>	<b>374.597</b>	<b>375.501</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>382.613</b>	<b>375.501</b>	<b>382.613</b>	<b>375.501</b>

Passivo	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores	14	1.560	-	-	-
Empréstimos financeiros	15	1.006	-	-	-
Adiantamentos de clientes	16	1.306	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher		532	-	-	-
Salários, férias e encargos sociais	17	2.823	-	-	-
Outras contas a pagar		789	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.016</b>	<b>8.016</b>	<b>8.016</b>	<b>8.016</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>8.016</b>	<b>8.016</b>	<b>8.016</b>	<b>8.016</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>380.035</b>	<b>380.035</b>	<b>374.597</b>	<b>375.501</b>
Capital social	21	382.514	380.035	-	-
Ajuste acumulado de conversão		6.814	-	-	-
Prejuízos acumulados		(14.731)	(4.534)	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>374.597</b>	<b>375.501</b>	<b>374.597</b>	<b>375.501</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>382.613</b>	<b>375.501</b>	<b>382.613</b>	<b>375.501</b>

#### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2016	Capital social	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital através de bens e direitos conforme ata em 22.12.2016	380.035	-	-	380.035
Resultado do exercício	-	-	(4.534)	(4.534)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>380.035</b>	-	<b>(4.534)</b>	<b>375.501</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	6.814	-	6.814
Integralização de capital através de bens e direitos conforme ata em 12.12.2017	2.479	-	-	2.479
Resultado do exercício	-	-	(10.197)	(10.197)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>382.514</b>	<b>6.814</b>	<b>(14.731)</b>	<b>374.597</b>

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Terminal Fronteira Norte - Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede no município de Barcarena/PA. É atualmente uma Companhia controlada em conjunto entre as empresas Amaggi Exportação e Importação Ltda. e Bunge Alimentos S.A., para atuar na prestação de serviços logísticos e operações portuárias para movimentação de mercadorias próprias e de terceiros, proveniente ou destinadas ao transporte aquaviário no rio Tapajós. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2017. A Companhia é parte relacionada dos grupos econômicos Amaggi e Bunge, podendo utilizar dos recursos administrativos, financeiros e tecnológicos desses Grupos, para atuar na prestação de serviços logísticos e operações portuárias para movimentação de mercadorias. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras, acompanhada pelo relatório dos auditores independentes foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação: a. Alteração da moeda funcional:** A Companhia avaliou os eventos e as condições subjacentes que são relevantes para a entidade e realizou a alteração da moeda funcional para o "US Dollar". Esta alteração produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017. **b. Informações comparativas:** O efeito da alteração na moeda funcional deve ser tratado contabilmente de modo prospectivo de acordo com o CPC 02 Objetivamente, a Companhia deve converter todos os itens para a nova moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio na data da alteração. As informações comparativas destas demonstrações financeiras estão considerando os ativos, passivos e resultado com base na metodologia de moeda funcional para aquela base de demonstração financeira, desta forma esta demonstração financeira deve ser lida neste contexto. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação: (i) Moeda funcional:** A Administração da Companhia após análise de suas operações e negócios, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o Dólar ("US\$" ou "Dólar") é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores: • Moeda que mais influência os preços de bens e serviços; • Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços; • Moeda que mais influência material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços; e • Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras. **(ii) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras:** Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: • Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício; • Contas do resultado, do resultado abrangente e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal do período; e • Patrimônio líquido ao valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas na rubrica específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste acumulado de conversão". **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 12 - Ativos e passivos fiscais diferidos;** e **Nota 13 - Vida útil de ativo imobilizado.** **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira (diferentes da moeda funcional), são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na mesma data. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorrido após o reconhecimento inicial. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados

#### Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	22	60.513	-	-	-
Custo dos serviços prestados	23	(64.535)	-	-	-
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(4.022)</b>	<b>(4.022)</b>	-	-
Despesas administrativas	24	(9.998)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	80	(6.869)	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(13.940)</b>	<b>(6.869)</b>	-	-
Receitas financeiras	26	356	-	-	-
Despesas financeiras	26	(199)	-	-	-
Variação cambial líquida	26	(88)	-	-	-
<b>Receitas (despesas) financeira líquidas</b>		<b>69</b>	<b>(6.869)</b>	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(13.871)</b>	<b>(6.869)</b>	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12	4.824	2.335	-	-
<b>Resultado líquido das operações</b>		<b>(9.047)</b>	<b>(4.534)</b>	-	-
Participação dos empregados e administradores nos lucros		(1.150)	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(10.197)</b>	<b>(4.534)</b>	-	-

#### Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

		2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício		(10.197)	(4.534)	-	-
Ajustes acumulados de conversão		6.814	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(3.383)</b>	<b>(4.534)</b>	-	-

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(10.197)</b>	<b>(4.534)</b>	-	-
<b>Ajuste por:</b>				
Depreciação e amortização	27.006	6.869	-	-
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	83	-	-	-
Ativos e passivos fiscais diferidos	(4.824)	(2.335)	-	-
Juros incorridos e variação cambial	327	-	-	-
<b>Resultado das atividades operacionais</b>	<b>12.395</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Aumento nos ativos</b>				
Contas a receber de clientes	(3.261)	-	-	-
Estoques	(1.817)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(218)	-	-	-
Impostos a recuperar	(2.040)	-	-	-
Ativos fiscais correntes	(72)	-	-	-
Outros créditos	(60)	-	-	-
<b>Aumento nos passivos</b>				
Fornecedores	1.560	-	-	-
Adiantamentos de clientes	1.306	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	532	-	-	-
Salários, férias e encargos sociais	2.823	-	-	-
Outras contas a pagar	789	-	-	-
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>11.937</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>11.937</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis (12.656)	(12.656)	-	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(12.656)</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captações de empréstimos com partes relacionadas	971	-	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>971</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa</b>				
No início do exercício	-	-	-	-
No final do exercício	252	-	-	-
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	-	-

pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras convertíveis em caixa em um período de até 90 dias sem que ocorra perda significativa de seus valores. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Capital social:** O capital social da Companhia é formado unicamente por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. **d. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são direta-

continua

continuação

**TERMINAL FRONTEIRA NORTE - LOGÍSTICA S.A.**

mente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis é realizado o registro de tais partes como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. *(ii) Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. *(iii) Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. *f. Redução ao valor recuperável (Impairment):* *(i) Ativos financeiros não-derivativos:* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: • O não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; • A reestruturação do valor devido a condições não consideradas em outras transações; • Indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; • Mudanças adversas no status de pagamento de emissores de títulos; • Desaparecimento de um mercado ativo para um título; e • Dados observáveis indicando que há decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados de um grupo de ativos. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. *(ii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável dos ativos não revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido estimado. *g. Mensuração do valor justo:* Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. *h. Provisões:* As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. *i. Benefícios de curto prazo aos empregados:* Obrigações de

benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação do presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *j. Receita operacional: Serviços:* A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data base de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, a alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. *k. Arrendamentos: Pagamentos de arrendamentos:* Os pagamentos efetuados referentes arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. *l. Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos com instrumentos financeiros de proteção, variação cambial ativa e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com instrumentos financeiros de proteção e variação cambial passiva. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. *m. Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido as empresas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. **6. Determinação do valor justo:** A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto significativo quanto a aplicação das seguintes normas: **a. Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os principais impactos estimados da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois: • As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Em relação ao CPC 48, embora a Companhia tenha critérios de mensuração, não houveram impactos significativos. Em relação ao CPC 47, embora a Companhia tenha critérios de mensuração de receita com clientes a serem considerados, não houve impactos desta norma na aplicação inicial. **b. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *(i) Classificação - Ativos Financeiros:* O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos finan-

ceiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. *(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:* O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a Companhia optou pela mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira dos recebíveis de contrato de concessão que possui um componente de financiamento significativo. Com base na metodologia de *impairment*, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável não significativas. *(iii) Classificação - Passivos Financeiros:* O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. *(iv) Divulgações:* A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. *(v) Transição:* As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. • As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: • A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. • A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). • A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA). **c. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: Prestação de serviços:** A receita operacional da Companhia é a prestação de serviço. Se os serviços de um único contrato forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com base de valor justo relativo dos diferentes serviços. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares, visto que os contratos são padronizados. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços. A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente. *(i) Transição:* A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia

continua

11. Impostos a recuperar e Ativos fiscais correntes:		2017	2016		
<b>Impostos a recuperar</b>					
COFINS		14.489	13.874		
PIS		3.018	2.922		
Outros		1.329	-		
		<b>18.836</b>	<b>16.796</b>		
<b>Ativos fiscais correntes</b>					
IRPJ		72	-		
		<b>72</b>	-		
<b>Total</b>		<b>18.908</b>	<b>16.796</b>		
O saldo de PIS e COFINS está constituído pela aquisição de ativo imobilizado. <b>12. Imposto de renda e contribuição social:</b> Ativos e passivos fiscais diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seu respectivo valor contábil. Os ativos e passivos fiscais diferidos têm a seguinte origem:					
Participação nos lucros		405	-		
Ajuste de moeda funcional		(28)	-		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		6.992	2.335		
		<b>7.369</b>	<b>2.335</b>		
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos contendo o efeito no resultado e o efeito de conversão do período está demonstrado abaixo:					
	2016	Efeito no resultado	Efeito de conversão	2017	
Participação nos lucros	-	391	14	405	
Ajuste de moeda funcional	-	(28)	-	(28)	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.335	4.461	196	6.992	
<b>Líquido</b>	<b>2.335</b>	<b>4.824</b>	<b>210</b>	<b>7.369</b>	
O "Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social" foram reconhecidos como ativos fiscais diferidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas. <b>13. Imobilizado:</b>					
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017			
<b>Custo</b>					
Terenos	3.093	3.093			
Edifícios	233.330	233.330			
Máquinas e equipamentos	114.292	114.292			
Instalações	7.878	7.878			
Móveis e utensílios	927	927			
Equipamentos de informática	1.078	1.078			
Outros	17	17			
	<b>360.615</b>	<b>360.615</b>			
<b>Depreciações</b>					
Edifícios	(2.769)	(2.769)			
Máquinas e equipamentos	(3.643)	(3.643)			
Instalações	(231)	(231)			
Móveis e utensílios	(32)	(32)			
Equipamentos de informática	(109)	(109)			
	<b>(6.784)</b>	<b>(6.784)</b>			
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>353.831</b>	<b>353.831</b>			
<b>Custo</b>					
Terenos	3.093	5.678			
Edifícios	233.330	241.700			
Máquinas e equipamentos	114.292	119.859			
Instalações	7.878	8.028			
Móveis e utensílios	927	993			
Equipamentos de informática	1.078	1.269			
Obras em andamento	-	4.469			
Adiantamentos a fornecedores	-	155			
Outros	17	899			
	<b>360.615</b>	<b>383.050</b>			
<b>Depreciações</b>					
Edifícios	(2.769)	(13.671)			
Máquinas e equipamentos	(3.643)	(18.981)			
Instalações	(231)	(1.178)			
Móveis e utensílios	(32)	(157)			
Equipamentos de informática	(109)	(552)			
Outros	(1)	(1)			
	<b>(6.784)</b>	<b>(34.540)</b>			
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>353.831</b>	<b>348.510</b>			
Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa efetuou o teste de redução ao valor recuperável para os seus ativos e não identificou indicadores de que eles possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.					
<b>14. Fornecedores:</b>					
Mercado interno		2017	2016		
Mercado interno - partes relacionadas (nota 20)		1.497	-		
		63	-		
		<b>1.560</b>	<b>-</b>		
A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 18.					
<b>15. Empréstimos financeiros:</b>					
Moeda		Taxa média ponderada em 31 de dezembro de 2017	Vencimento	Valor contábil 2017	2016
BRL		80% CDI	2018	1.006	-
Empréstimos com partes relacionadas (nota 20)				<b>1.006</b>	<b>-</b>
<b>16. Adiantamentos de clientes:</b>					
Mercado interno	2017	2016			
Mercado interno - partes relac. (nota 20)	32	-			
	1.274	-			
	<b>1.306</b>	<b>-</b>			
<b>17. Salários, férias e encargos sociais:</b>					
Participação dos empregados no resultado	2017	2016			
Férias a pagar	1.191	-			
Encargos sociais	1.131	-			
	501	-			
	<b>2.823</b>	<b>-</b>			
<b>18. Instrumentos financeiros:</b> A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.					
<b>18.1 Estrutura de gerenciamento de risco:</b> O CEO - Chief Executive Officer tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é assistido nesta função pelo Departamento de Gestão de Risco, responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. As análises de tal departamento são ainda utilizadas como ferramenta gerencial para traçar estratégias comerciais e de proteção das operações, a fim de reduzir as exposições. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma					

base regular. **18.2 Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **18.2.1 Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Depósitos bancários (a)	8	229	-
Aplicações financeiras (b)	8	20	-
Contas a receber de clientes (c)	9	3.261	-
Outros créditos		60	-
		<b>3.570</b>	<b>-</b>

(a) Depósitos bancários: Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. (b) Aplicações financeiras: Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. (c) Contas a receber de clientes: A Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes. Parte substancial da carteira de clientes é com partes relacionadas. Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que na data da demonstração financeira nenhuma provisão ao valor recuperável é necessária com relação às contas a receber vencidas ou não vencidas. A composição por classe de vencimento no final do período de relatório dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Nota	2017	2016
A vencer		3.261	-
		9	3.261

**18.3 Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	14	1.560	1.560	1.560
Empréstimos financeiros	15	1.006	1.061	1.061
Adiantamentos de clientes	16	1.306	1.306	1.306
Outras contas a pagar		789	789	789
		<b>4.661</b>	<b>4.716</b>	<b>4.716</b>

Os valores divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. **18.4 Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar retornos. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Departamento de Gerenciamento de Risco. **18.4.1 Risco de variação cambial:** O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. Como a Companhia é sediada no Brasil, a principal exposição de variação cambial da Companhia se refere à flutuação do dólar, sua moeda funcional, em relação ao real, a moeda brasileira. **Exposição ao risco cambial:** O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição de risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Nota	2017	2016
<b>Contas a receber de clientes</b>			
Real		1.164	-
Dólar		2.097	-
	9	<b>3.261</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores</b>			
Real		(1.560)	-
	14	<b>(1.560)</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos financeiros</b>			
Real		(1.006)	-
	15	<b>(1.006)</b>	<b>-</b>
<b>Exposições líquidas do balanço patrimonial</b>			
Real		(1.402)	-
Dólar		2.097	-

**18.4.2 Risco de taxa de juros:** A Companhia busca manter sua exposição a taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a financiamentos e aplicações financeiras. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Nota	2017	2016
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Empréstimos financeiros	15	(1.006)	-
Aplicações financeiras	8	20	-
		<b>(986)</b>	<b>-</b>

**18.5 Gerenciamento do capital:** A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. A diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos

continua

continuação										
TERMINAL FRONTEIRA NORTE - LOGÍSTICA S.A.										
possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.										
<b>18.6 Classificações contábeis e valores justos:</b> Valor justo contra valor contábil: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:										
<b>31 de dezembro de 2017</b>										
<b>Instrumentos financeiros não derivativos</b>										
	<b>Nota</b>	<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Hierarquia do valor justo</b>			
Aplicações financeiras	8	20	-	-	20	20	Nível 2			
Caixa	8	-	3	-	3	3				
Depósitos bancários	8	-	229	-	229	229				
Contas a receber de clientes	9	-	3.261	-	3.261	3.261				
Outros créditos	-	-	60	-	60	60				
Fornecedores	14	-	-	(1.560)	(1.560)	(1.560)				
Empréstimos financeiros	15	-	-	(1.006)	(1.006)	(1.006)	Nível 2			
Outras contas a pagar	-	-	(789)	-	(789)	(789)				
		<b>20</b>	<b>3.553</b>	<b>(3.555)</b>	<b>218</b>	<b>218</b>				
<b>19. Provisão para contingências:</b> A Companhia não é parte passiva em qualquer litígio de cunho trabalhista, fiscal ou cível que tenha probabilidade de perda provável ou possível. Desta forma, a Administração entende que não é necessária a constituição de provisões para contingências, nem tão pouco qualquer outra divulgação.										
<b>20. Partes relacionadas: Transações com partes relacionadas:</b> Os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas. <b>Impactos no balanço patrimonial:</b>										
	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>Contas a receber de clientes</b>										
Amaggi International Ltd.		1.249	-							
Bunge International Commerce Ltd. Sucursal Uruguay		848	-							
	9	<b>2.097</b>	-							
<b>Fornecedores</b>										
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		63	-							
	14	<b>63</b>	-							
<b>Empréstimos financeiros</b>										
Navegações Unidas Tapajós S.A.		1.006	-							
	15	<b>1.006</b>	-							
<b>Adiantamentos de clientes</b>										
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		820	-							
Bunge Alimentos S.A.		454	-							
	16	<b>1.274</b>	-							
<b>Impactos no resultado:</b>										
<b>Receitas com serviços</b>										
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		8.152	-							
Amaggi International Ltd.		21.841	-							
Bunge Alimentos S.A.		10.845	-							
Bunge International Commerce Ltd. Sucursal Uruguay		21.381	-							
	22	<b>62.219</b>	-							
<b>Despesas corporativas</b>										
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		(790)	-							
	24	<b>(790)</b>	-							
<b>Receitas financeiras</b>										
Navegações Unidas Tapajós S.A.		3	-							
	26	<b>3</b>	-							
<b>Despesas financeiras</b>										
Navegações Unidas Tapajós S.A.		(2)	-							
	26	<b>(2)</b>	-							
<b>21. Patrimônio líquido: Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado pelo montante de R\$ 382.514 (R\$ 380.035 em 31 de dezembro de 2016), que corresponde a 382.513.602 ações ordinárias (380.035.284 em 31 de dezembro de 2016), todas nomi-										
nativas sem valor nominal. <b>Ajuste acumulado de conversão:</b> Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real) conforme CPC 02 (R2). A movimentação no período, é em função da conciliação da alteração da moeda funcional conforme destacado no item 3.a realizada na data da alteração, para que o valor expresse os efeitos conforme requer a norma. <b>22. Receita operacional líquida: a. Conciliação da receita bruta com a receita líquida:</b>										
		<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>b. Receita bruta mensal:</b>										
<b>c. Receita bruta mensal:</b>										
		<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>23. Custo dos serviços prestados:</b>										
		<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>24. Despesas administrativas:</b>										
		<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>25. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:</b>										
		<b>2017</b>	<b>2016</b>							
<b>Líquido</b>										
<b>Líquido</b>										
<b>27. Aspectos ambientais:</b> A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.										
<b>Diretoria Executiva</b>										
<b>Sergio Pizzatto</b> - Diretor		<b>Makoto Yokoo</b> - Diretor								
Contador - CRC-PR-042073/O-6 - CPF 561.425.280-00		<b>Derli Teobaldo Halberstadt</b>								
<b>Parecer do Conselho de Administração</b>										
O Conselho de Administração da Terminal Fronteira Norte - Logística S.A., tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e regularidade, são de opinião que tais peças merecem a aprovação dos Senhores Acionistas.										
Barcarena-PA 23 de fevereiro de 2018										
<b>Julio Javier Garros</b>		<b>Waldemir Ival Loto</b>								
Presidente		Conselheiro								
<b>Judiney Carvalho de Souza</b>		<b>Dante Pozzi</b>								
Conselheiro		Conselheiro								
<b>Makoto Yokoo</b>		<b>Diego Vieira Vargas Fernandes</b>								
Conselheiro		Conselheiro								
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>										
A Diretoria e aos acionistas da Terminal Fronteira Norte Logística S.A. - Barcarena - PA. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal Fronteira Norte Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Fronteira Norte Logística S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfase - Transações com partes relacionadas:</b> Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de prestação de serviços da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações fi-										
nancieiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato										
de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.										
São Carlos, SP, 18 de abril de 2018										
<b>KPMG Auditores Independentes</b> - CRC 2SP014428/O-6				<b>Fernando Rogério Liani</b>						
Contador CRC 1SP229193/O-2				<b>Alexandre Tadeu de Almeida</b>						
				Contador CRC 1SP-184819/O-0						

## NAVEGAÇÕES UNIDAS TAPAJÓS S.A.

CNPJ nº 11.338.257/0001-74

Relatório da Administração

Senhores acionistas, Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Navegações Unidas Tapajós S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Barcarena-PA, 23 de fevereiro de 2018

**A administração**

<b>Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b> <i>(Em milhares de Reais)</i>				<b>Demonstrações do Resultado</b> <b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b> <i>(Em milhares de Reais)</i>			
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.249	4.118	Fornecedores	16	3.454	95.084
Contas a receber de clientes	9	4.360	1.559	Empréstimos e financiamentos	17	20.705	19.586
Estoques	10	14.736	2.899	Adiantamentos de clientes		-	7.315
Adiantamentos a fornecedores		939	1.385	Impostos e contribuições a recolher		2.245	552
Impostos a recuperar	11	8.995	9.266	Salários, férias e encargos sociais		3.850	1.597
Ativos fiscais correntes	11	2.004	1.593	Instrumentos financeiros derivativos	18	1.957	-
Empréstimos concedidos	12	1.006	-	Outras contas a pagar		431	77
Instrumentos financeiros derivativos	18	2.465	4.279	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>32.642</b>	<b>124.211</b>
Despesas antecipadas		758	610	Empréstimos e financiamentos	17	424.893	415.359
Outros créditos		84	206	Provisão para contingências	19	140	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>36.596</b>	<b>25.915</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>425.033</b>	<b>415.359</b>
Aplicações financeiras	13	8.131	2.167	<b>Total do passivo</b>		<b>457.675</b>	<b>539.570</b>
Outros créditos		28	-	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Ativos fiscais diferidos	14	36.095	30.640	Capital social		138.308	43.308
Imobilizado	15	484.484	485.032	Ajuste acumulado de conversão		9.175	9.024
Intangível		234	54	Prejuízos acumulados		(39.590)	(48.094)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>528.972</b>	<b>517.893</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>107.893</b>	<b>4.238</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>565.568</b>	<b>543.808</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>565.568</b>	<b>543.808</b>

<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b> <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Capital social	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>43.308</b>	<b>11.356</b>	<b>(35.586)</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	(2.332)	-
Resultado do exercício	-	-	(12.508)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>43.308</b>	<b>9.024</b>	<b>(48.094)</b>
Ajuste acumulado de conversão	-	151	-
Aumento de capital social	95.000	-	-
Resultado do exercício	-	-	8.504
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>138.308</b>	<b>9.175</b>	<b>(39.590)</b>

<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b> <b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b> <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	2017	2016	
Resultado do exercício	8.504	(12.508)	
Ajustes acumulados de conversão	151	(2.332)	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>8.655</b>	<b>(14.840)</b>	

<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b> <b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b> <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	2017	2016	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>8.504</b>	<b>(12.508)</b>	
Resultado do exercício			
<b>Ajuste por:</b>			
Depreciação e amortização	19.199	5.402	
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	251	3	
Ativos e passivos fiscais diferidos	(4.823)	(3.363)	
Provisão para contingências	137	-	
Juros incorridos e variação cambial	15.356	33.138	
Derivativos não realizados	3.771	(8.942)	
	<b>42.395</b>	<b>13.730</b>	
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>			
Contas a receber de clientes	(2.801)	(688)	
Estoques	(11.837)	(2.899)	
Adiantamentos a fornecedores	446	17.124	
Impostos a recuperar	271	4.519	
Ativos fiscais correntes	(411)	(603)	
Despesas antecipadas	(148)	(186)	
Outros créditos	94	(32)	
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores	(11.630)	(3.320)	
Adiantamentos de clientes	(7.315)	(46.173)	
Impostos e contribuições a recolher	1.693	(5.817)	
Salários, férias e encargos sociais	2.253	204	
Outras contas a pagar	354	77	
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>13.364</b>	<b>(24.063)</b>	
Juros pagos	(8.095)	(2.883)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>5.269</b>	<b>(26.946)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(92.071)	(24.367)	
Aplicações financeiras	(5.964)	(2.167)	
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(971)	-	
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(99.006)</b>	<b>(26.534)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital social	95.000	-	
Captações de empréstimos e financiamentos	25.900	69.718	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(30.032)	(18.470)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>90.868</b>	<b>51.248</b>	
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(2.233)</b>	
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	4.118	6.351	
No final do exercício	1.249	4.118	
	<b>(2.869)</b>	<b>(2.233)</b>	

do de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Empréstimos e recebíveis*: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa*: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras conversíveis em caixa em um período de até 90 dias sem que ocorra perda significativa de seus valores. (iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, in-

continua

**continuação**

**NAVEGAÇÕES UNIDAS TAPAJÓS S.A.**

cluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *(iv) Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. **c. Capital social:** O capital social da Companhia é formado unicamente por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. **d. Imobilizado:** *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis é realizado o registro de tais partes como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. *(ii) Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *(iii) Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **e. Redução ao Valor Recuperável (Impairment):** *(i) Ativos financeiros não-derivativos:* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: • O não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; • A reestruturação do valor devido a condições não consideradas em outras transações; • Indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; • Mudanças adversas no status de pagamento de emissores de títulos; • Desaparecimento de um mercado ativo para um título; e • Dados observáveis indicando que há decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados de um grupo de ativos. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *(ii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entra-

das de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável dos ativos são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido estimado. **f. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **g. Benefícios de curto prazo aos empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Receita operacional:** Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data base de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, a alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. **i. Arrendamentos:** Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos efetuados referentes arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos com instrumentos financeiros de proteção, variação cambial ativa e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com instrumentos financeiros de proteção e variação cambial passiva. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido as empresas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. **6. Determinação do valor justo:** A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto significativo quanto a aplicação das seguintes normas: **a. Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47:**

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os principais impactos estimados da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois: • As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Em relação ao CPC 48, embora a Companhia tenha critérios de mensuração, não houveram impactos significativos. Em relação ao CPC 47, embora a Companhia tenha critérios de mensuração de receita com clientes a serem considerados, não houve impactos desta norma na aplicação inicial. **b. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *(i) Classificação - Ativos Financeiros:* O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. *(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:* O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a Companhia optou pela mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira dos recebíveis de contrato de concessão que possui um componente de financiamento significativo. Com base na metodologia de impairment, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável não significativas. *(iii) Classificação - Passivos Financeiros:* O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Empresa não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. *(iv) Divulgações:* A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. *(v) Transição:* As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. • As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: • A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. • A designação



		NAVEGAÇÕES UNIDAS TAPAJÓS S.A.					
<p>revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). • A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA). <b>c. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes:</b> Prestação de serviços: A receita operacional da Companhia é a prestação de serviço. Se os serviços de um único contrato forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com base de valor justo relativo dos diferentes serviços. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares, visto que os contratos são padronizados. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços. A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente. (i) Transição: A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que seu único contrato já concluído, não será reapresentado. <b>Outras alterações:</b> As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo ou nenhum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. • ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. • IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>							
<b>15. Imobilizado:</b>							
<b>Custo</b>	<b>Vida útil média (em anos)</b>	<b>1º de janeiro de 2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Efeito de con-versão</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>
Edifícios	50,00	273	-	-	-	(45)	228
Máquinas e equipamentos	19,88	2.657	125	-	34.480	(2.716)	34.546
Veículos	3,22	132	-	-	-	(22)	110
Embarcações	25,00	128.815	337.437	-	(18.816)	(42.261)	405.175
Obras em andamento	-	3.491	-	-	917	(638)	3.770
Adiantamento a fornecedores	-	66.227	8.695	-	(17.905)	(10.345)	46.672
Outros	11,98	588	214	(8)	1.324	(198)	1.920
		<b>202.183</b>	<b>346.471</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>(56.225)</b>	<b>492.421</b>
<b>Depreciações</b>							
Edifícios		(5)	(5)	-	-	1	(9)
Máquinas e equipamentos		(82)	(285)	-	-	32	(335)
Veículos		(48)	(33)	-	-	10	(71)
Embarcações		(2.477)	(4.916)	-	-	733	(6.660)
Outros		(225)	(141)	5	-	47	(314)
		<b>(2.837)</b>	<b>(5.380)</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>823</b>	<b>(7.389)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>		<b>199.346</b>					<b>485.032</b>
<b>16. Fornecedores:</b>							
<b>Custo</b>	<b>Vida útil média (em anos)</b>	<b>1º de janeiro de 2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Efeito de con-versão</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
Edifícios	50,00	228	-	-	-	3	231
Máquinas e equipamentos	19,91	34.546	208	-	15.738	1.093	51.585
Veículos	-	110	-	(108)	-	(2)	-
Embarcações	25,00	405.175	-	-	42.226	7.602	455.003
Obras em andamento	-	3.770	50.001	(73)	(53.021)	(55)	622
Adiantamento a fornecedores	-	46.672	(45.662)	-	-	(947)	63
Outros	10,06	1.920	7.297	(154)	(4.943)	108	4.228
		<b>492.421</b>	<b>57.506</b>	<b>(45.997)</b>	<b>-</b>	<b>7.802</b>	<b>511.732</b>
<b>Depreciações</b>							
Edifícios		(9)	(4)	-	-	-	(13)
Máquinas e equipamentos		(335)	(2.081)	-	(5)	(80)	(2.501)
Veículos		(71)	(15)	84	-	1	(1)
Embarcações		(6.660)	(16.687)	-	8	(701)	(24.040)
Outros		(314)	(358)	-	(3)	(18)	(693)
		<b>(7.389)</b>	<b>(19.145)</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>(798)</b>	<b>(27.248)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>		<b>485.032</b>					<b>484.484</b>
<p>Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa efetuou o teste de redução ao valor recuperável para os seus ativos e não identificou indicadores de que eles possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.</p>							
<b>17. Empréstimos e financiamentos:</b>							
	<b>Moeda</b>	<b>Taxa média ponderada em 31 de dezembro de 2017</b>			<b>Vencimento</b>	<b>Valor contábil 2017</b>	<b>2016</b>
FMM - Fundo da							
Marinha Mercante	USD	2,73% a.a.		2018-2034	298.469	302.003	
Empréstimos com partes							
relacionadas (nota 20)	BRL	80% CDI		Indeterminado	147.129	132.942	
					<b>445.598</b>	<b>434.945</b>	
Passivo circulante					20.705	19.586	
Passivo não circulante					424.893	415.359	
<p>O financiamento concedido pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), por meio de seu agente financeiro, a Caixa Econômica Federal, foi utilizado para o custeio da construção de embarcações para a formação da frota fluvial. Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados e por aplicações em CDB de longo prazo. A maturidade dos vencimentos para empréstimos e financiamentos e demais riscos relacionados a esse passivo financeiro estão apresentadas na nota explicativa 18. (i) <b>Covenants:</b> A Companhia detém um empréstimo concedido pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), por meio de seu agente financeiro, a Caixa Econômica Federal. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (<b>Covenants</b>) estabelecendo que, durante a vigência deste contrato, a Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD superior a 1,3 (hum vírgula três). Esses <b>Covenants</b> financeiros são medidos de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - "ICSD", ao passo que a cláusula contratual define que seja conforme descrito no parágrafo anterior. A Administração da Companhia obteve Waiver por parte da instituição financeira fiadora da referida operação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos 12 meses. <b>18. Instrumentos financeiros:</b> A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. <b>18.1 Estrutura de gerenciamento de risco:</b> O CEO - <i>Chief Executive Officer</i> tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é assistido nesta função pelo Departamento de Gestão de Risco, responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. As análises de tal departamento são ainda utilizadas como ferramenta gerencial para traçar estratégias comerciais e de proteção das operações, a fim de reduzir as exposições. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. <b>18.2 Riscos de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. <b>18.2.1 Exposição a riscos de crédito:</b> O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:</p>							
	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Depósitos bancários (a)	8	849	143				
Instrumentos financeiros derivativos		2.465	4.279				
Empréstimos concedidos	12	1.006	-				
Aplicações financeiras (b)	8 e 13	8.531	6.137				
Contas a receber de clientes (c)	9	4.360	1.559				
Outros créditos		112	206				
		<b>17.323</b>	<b>12.324</b>				
<p>(a) <b>Depósitos bancários:</b> Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. (b) <b>Aplicações financeiras:</b> Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito.</p>							



NAVEGAÇÕES UNIDAS TAPAJÓS S.A.							
31 de dezembro de 2016	Nota	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo	Hierarquia do valor justo
<b>Instrumentos financeiros não derivativos</b>		6.137	-	-	6.137	6.137	Nível 2
Aplicações financeiras	8 e 13	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários	8	-	143	-	143	143	-
Caixa	8	-	5	-	5	5	-
Contas a receber de clientes	9	-	1.559	-	1.559	1.559	-
Outros créditos	-	-	206	-	206	206	-
Fornecedores	16	-	-	(95.084)	(95.084)	(95.084)	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	(434.945)	(434.945)	(434.945)	Nível 2
Outras contas a pagar	-	-	-	(77)	(77)	(77)	-
		<b>6.137</b>	<b>1.913</b>	<b>(530.106)</b>	<b>(522.056)</b>	<b>(522.056)</b>	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>							
Ativo		4.279	-	-	4.279	4.279	Nível 2
		<b>4.279</b>			<b>4.279</b>	<b>4.279</b>	
<b>Líquido</b>		<b>10.416</b>	<b>1.913</b>	<b>(530.106)</b>	<b>(517.777)</b>	<b>(517.777)</b>	
<b>19. Provisão para contingências:</b> A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. O saldo de R\$ 140 em 31 de dezembro de 2017 refere-se à constituição de provisão para contingências trabalhistas. A Companhia não possui outras contingências envolvendo questões tributárias ou cíveis.		<b>21. Patrimônio líquido: Capital:</b> Em 31 de dezembro de 2017 o valor do capital subscrito e integralizado foi de R\$ 138.308 (R\$ 43.308 em 2016), que corresponde a 138.308.000 ações ordinárias sem valor nominal. <b>Ajuste acumulado de conversão:</b> Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real) conforme CPC 02 (R2).		<b>24. Despesas administrativas:</b>			
<b>20. Partes relacionadas: Transações com partes relacionadas:</b> Os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas.		<b>a. Conciliação da receita bruta com a receita líquida:</b>					
<b>Impactos no balanço patrimonial:</b>		<b>22. Receita operacional líquida:</b>					
	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
<b>Contas a receber de clientes</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		394	-				
Bunge Alimentos S.A.		3.966	1.163				
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.		-	239				
	9	<b>4.360</b>	<b>1.402</b>				
<b>Adiantamento a fornecedores</b>							
Terminal Fronteira Norte - Logística S.A.		-	36				
			<b>36</b>				
<b>Empréstimos concedidos</b>							
Terminal Fronteira Norte - Logística S.A.		1.006	-				
	12	<b>1.006</b>	-				
<b>Fornecedores</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		86	88				
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.		-	93.686				
	16	<b>86</b>	<b>93.774</b>				
<b>Empréstimos e financiamentos</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		73.625	66.491				
Bunge Alimentos S.A.		73.504	66.451				
	17	<b>147.129</b>	<b>132.942</b>				
<b>Adiantamentos de clientes</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		-	7.280				
Bunge Alimentos S.A.		-	35				
			<b>7.315</b>				
<b>Impactos no resultado:</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
<b>Receitas com serviços</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		53.866	31.196				
Bunge Alimentos S.A.		51.434	68.369				
	22	<b>105.300</b>	<b>99.565</b>				
<b>Despesas corporativas</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		(961)	(961)				
	24	<b>(961)</b>	<b>(961)</b>				
<b>Receitas financeiras</b>							
Terminal Fronteira Norte - Logística S.A.		2	-				
	26	<b>2</b>	-				
<b>Despesas financeiras</b>							
Amaggi Exportação e Importação Ltda.		(5.528)	(5.892)				
Bunge Alimentos S.A.		(5.514)	(5.861)				
Terminal Fronteira Norte - Logística S.A.		(2)	-				
	26	<b>(11.044)</b>	<b>(11.753)</b>				
				<b>23. Custos dos serviços prestados:</b>			
				<b>2017</b>	<b>2016</b>		
				1.604	10.563		
				5.961	10.437		
				6.682	13.593		
				9.561	15.075		
				11.984	15.453		
				10.060	13.485		
				5.918	6.139		
				13.909	12.274		
				13.942	1.416		
				8.376	915		
				6.716	215		
				10.587	-		
				<b>105.300</b>	<b>99.565</b>		
				<b>2017</b>	<b>2016</b>		
				(2.698)	(3.251)		
				(16.745)	(4.725)		
				(14.324)	(14.898)		
				(5.767)	(4.685)		
				(14.908)	(11.450)		
				(1.848)	(4.431)		
				1.140	(145)		
				691	2.524		
				(13.176)	(12.071)		
				(8.000)	(22.811)		
				(4.285)	(4.288)		
				(3.719)	(5.579)		
				<b>(83.639)</b>	<b>(85.810)</b>		
				<b>Diretoria Executiva</b>			
				<b>Jorge Zanatta</b>	<b>Makoto Yokoo</b>	<b>Derli Teobaldo Halberstadt</b>	
				Diretor	Diretor	Contador - CRC-PR-042073/O-6 CPF nº 561.425.280-00	
<b>Parecer do Conselho de Administração</b>							
O Conselho de Administração da Navegações Unidas Tapajós S.A., tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e regularidade, são de opinião que tais peças merecem a aprovação dos Senhores Acionistas. Barcarena-PA, 23 de Fevereiro de 2018.							
<b>Julio Javier Garros</b>	<b>Diego Vieira Vargas Fernandes</b>	<b>Jorge Zanatta</b>	<b>Judiney Carvalho de Souza</b>	<b>Makoto Yokoo</b>	<b>Waldemir Ival Loto</b>		
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro		
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>							
A Diretoria e aos acionistas da Navegações Unidas Tapajós S.A. - Barcarena - PA. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Navegações Unidas Tapajós S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Navegações Unidas Tapajós S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que				mentar nossa opinião. <b>ênfase - Transações com partes relacionadas:</b> Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de prestação de serviços da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segu-			
te se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de assegurar-							

...continuação

**NAVEGAÇÕES UNIDAS TAPAJÓS S.A.**

nhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos


de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, SP, 18 de Abril de 2018

**KPMG Auditores Independentes** - CRC 2SP014428/O-6  
**Fernando Rogério Liani** - Contador CRC 1SP229193/O-2  
**Alexandre Tadeu de Almeida** Contador CRC 1SP-184819/O-0

Protocolo: 306627



		<b>COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA</b>					
		CNPJ nº 83.663.484/0001-86					
<b>Demonstrações Contábeis</b>							
<b>Balanco Patrimonial - Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b>							
(Valores expressos em milhares de reais)							
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>		<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>1.512</b>	17.005	Fornecedores	11	<b>6.324</b>	18.234
Contas a receber de clientes	6	<b>42.342</b>	27.173	Empréstimos e financiamentos	12	-	5.963
Estoques	7	<b>27.666</b>	90.634	Instrumentos financeiros derivativos	15	<b>107</b>	613
Impostos a recuperar	8	<b>6.229</b>	6.714	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	<b>3.477</b>	8.775
Partes relacionadas	17	<b>109.257</b>	88.132	Obrigações tributárias	14	<b>912</b>	1.164
Partes relacionadas - mútuos	17	<b>17.517</b>	-	Partes relacionadas	17	<b>12.001</b>	-
Adiantamentos diversos	9	<b>906</b>	11.300	Partes relacionadas - mútuos	17	<b>23.711</b>	59.091
Despesas antecipadas		<b>193</b>	872	Outras contas a pagar		<b>651</b>	1.324
Outros créditos		<b>2</b>	566	Total do passivo circulante		<b>47.183</b>	95.164
Total do ativo circulante		<b>205.624</b>	242.396	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	12	-	29.380
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	14	<b>39</b>	36
Contas a receber de clientes	6	<b>242</b>	390	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16	<b>373</b>	428
Adiantamentos diversos	9	-	2.423	Total do passivo não circulante		<b>412</b>	29.844
Impostos a recuperar	8	<b>89.154</b>	87.644	Patrimônio líquido			
Partes relacionadas	17	-	39.321	Capital social	18	<b>173.158</b>	344.609
Depósitos judiciais	16	<b>3.487</b>	2.954	Reservas de capital	18	<b>30</b>	59
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	<b>768</b>	768	Reservas de lucros		<b>115.864</b>	195.061
Investimentos		-	34	Total do patrimônio líquido		<b>289.052</b>	539.729
Imobilizado	10	<b>36.319</b>	287.021				
Intangível		<b>1.047</b>	1.197				
Diferido		<b>1</b>	583				
Outros créditos		<b>5</b>	6				
Total do ativo não circulante		<b>131.023</b>	422.341				
<b>Total do ativo</b>		<b>336.647</b>	<b>664.737</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>336.647</b>	<b>664.737</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b>							
(Valores expressos em milhares de reais)							
		<b>Reserva de capital</b>			<b>Reserva de lucros</b>		
		<b>Capital social</b>	<b>Lucro na venda de ações de tesouraria</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de incentivos fiscais</b>	<b>Reserva para aumento de capital</b>	<b>Lucros acumulados</b>
							<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	291.824	-	59	13.848	106.327	36.988	449.046
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	37.898
Aumento de capital com emissão de ações	52.785	-	-	-	-	-	52.785
Incentivos fiscais sobre ICMS	-	-	-	-	37.898	(37.898)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<b>344.609</b>	<b>59</b>	<b>13.848</b>	<b>144.225</b>	<b>144.225</b>	<b>36.988</b>	<b>539.729</b>
Cisão parcial (Nota 1)	<b>(171.451)</b>	<b>(29)</b>	<b>(6.889)</b>	<b>(71.755)</b>	<b>(18.403)</b>	<b>(17.850)</b>	<b>(268.527)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.850
Incentivos fiscais sobre ICMS	-	-	-	-	17.850	(17.850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>173.158</b>	<b>30</b>	<b>6.959</b>	<b>90.320</b>	<b>18.585</b>	<b>-</b>	<b>289.052</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstração do Resultado - Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b>							
(Valores expressos em milhares de reais)							
	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>		<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita operacional líquida	19	<b>390.473</b>	525.028	Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<b>17.821</b>	42.203
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	<b>(308.488)</b>	(407.186)	Receitas financeiras	21	<b>7.922</b>	79.877
Lucro bruto		<b>81.985</b>	117.842	Despesas financeiras	21	<b>(7.893)</b>	(84.182)
Receitas (despesas) operacionais						<b>29</b>	(4.305)
Despesas com vendas	20	<b>(27.035)</b>	(39.527)	Lucro líquido do exercício		<b>17.850</b>	37.898
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(36.602)</b>	(36.129)	Lucro por ação do			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	<b>(527)</b>	17	capital social - em R\$		<b>1,04</b>	1,11
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b>							
(Valores expressos em milhares de reais)							
<b>1. Contexto Operacional</b>				Casa e Construção), hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis), águas minerais (Águas Prata), alimentos (Sorvetes La Basque), cultural (Teatro Alfa) e comunicação (Rádio Transamérica e TV Transamérica), entre outras.			
A Companhia Refinadora da Amazônia ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja sede fica situada na Rodovia Arthur Bernardes, 5555, cidade de Belém, Estado do Pará. Foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; a extração, o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, óleos comestíveis e gorduras especiais, bem como de produtos vegetais em geral; a prestação de serviços a terceiros, relativamente a comercialização de óleos vegetais e derivados; a prestação de serviços de organização logística do transporte de carga e armazenagem de óleos vegetais e derivados, incluindo sabões, margarinas, óleos comestíveis, gorduras especiais e produtos vegetais em geral, por conta própria ou de terceiros, bem como sua importação e exportação, em operações de comércio exterior.				Na data efetiva de 30 de janeiro de 2017, ocorreu a cisão parcial da Companhia Refinadora da Amazônia S.A. com a versão da parcela do patrimônio correspondente à atividade de extração de óleo bruto para a Agropalma S.A. O acervo líquido foi avaliado a valores contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2016 em R\$ 268.527, sendo integralmente incorporado pela Agropalma S.A. a partir de 30 de janeiro de 2017.			
A Companhia faz parte do Conglomerado Alfa, que possui investimentos relevantes em instituições financeiras (Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento Mercantil e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) e em empresas não financeiras dos ramos de varejo de materiais para construção, reforma, decoração e artigos para jardinagem (C&C				A composição do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2016 é constituída por:			
				<b>2016</b>			
				Ativo			
				Circulante			
				Estoques			
				7.451			
				Impostos a recuperar			
				219			
				Partes relacionadas - clientes			
				88.132			
				Adiantamentos diversos			
				11.237			
				Outros créditos			
				315			
				Total do ativo circulante			
				107.354			

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

2017 2016

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro do exercício

Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido:

Depreciação e amortização

Perda (ganho) com operações de SWAP

Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquida

Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, líquida

Baixa de imobilizado e intangível, líquida

Variação cambial e juros incorridos, líquidos

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

Contas a receber de clientes

Contas a receber - partes relacionadas

Estoques

Impostos a recuperar

Adiantamentos diversos

Diferido

Depósitos Judiciais

Despesas antecipadas

Outros créditos

Aumento (redução) nos passivos operacionais:

Fornecedores

Fornecedores - partes relacionadas

Instrumentos financeiros

Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Obrigações tributárias

Outras contas a pagar

Caixa gerado pelas operações

Juros pagos

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado

Aquisição de ativo intangível

Baixa de ativo imobilizado

Transferência do ativo imobilizado para ativo intangível

Transferência do ativo imobilizado para ativo intangível

Cisão parcial do ativo imobilizado

Cisão parcial do ativo intangível

Cisão parcial do ativo diferido

Títulos e valores mobiliários

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital com emissão de ações

Cisão parcial do capital social

Cisão parcial das reservas de capital e de lucros

Cisão parcial dos empréstimos e financiamentos - FINAME

Cisão parcial de empréstimos com partes relacionadas - Alfapar

Amortização de principal de empréstimos e financiamentos

Amortização de mútuos obtidos de partes relacionadas - Alfapar

Empréstimos com partes relacionadas

Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração dos Resultados Abrangentes**

Exercícios Fidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

2017 2016

Lucro líquido do exercício

Outros resultados abrangentes

Total dos resultados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)	
☆ continuação	
	<b>2016</b>
Não circulante	
Adiantamentos diversos	2.423
Impostos a recuperar	139
Imobilizado	248.977
Intangível	31
Diferido	581
Total do ativo não circulante	<u>252.151</u>
Total do ativo	<u>359.505</u>
	<b>2016</b>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	13.312
Empréstimos e financiamentos	5.963
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.283
Obrigações tributárias	1.551
Partes relacionadas - mútuos	35.455
Outras contas a pagar	34
Total do passivo circulante	<u>61.598</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	29.380
Total do passivo não circulante	<u>29.380</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	171.451
Reservas de capital	29
Reservas de lucros	97.047
Total do patrimônio líquido	<u>268.527</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>359.505</u>
<b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis</b>	
<b>a. Declaração de conformidade</b>	
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.	
As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 28 de fevereiro de 2018.	
<b>b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis</b>	
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.	
<b>c. Base de elaboração</b>	
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.	
As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.	
<b>d. Transações em moedas estrangeiras</b>	
Convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.	
<b>e. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos</b>	
A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.	
As principais estimativas e julgamentos estão descritas na nota explicativa nº 4.	
<b>3. Principais políticas contábeis</b>	
As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir. Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.	
<b>3.1. Instrumentos financeiros</b>	
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos	
ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.	
<b>Classificação:</b>	
Os ativos e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) recebíveis; e (v) passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.	
<b>Ativos financeiros</b>	
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía somente instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, que compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São considerados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 17), mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 17). A Companhia não possui ativos financeiros classificados em outras categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda).	
<b>Passivos financeiros</b>	
Os passivos financeiros são classificados como passivos avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por fornecedores (nota explicativa nº 11), fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 17), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12), obrigações tributárias (nota explicativa nº 14), mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 17), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros incorridos até as datas dos balanços.	
<b>Método da taxa efetiva de juros</b>	
Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro de dívida e alocar seu resultado financeiro ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.	
<b>Compensação de instrumentos financeiros</b>	
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como operação de swap para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de swap são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período.	
<b>3.2. Caixa e equivalentes de caixa</b>	
Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.	
São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.	
<b>3.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	
As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos créditos, na análise da conjuntura econômica e no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento.	
O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos (vide nota explicativa nº 6).	
A Companhia utiliza o seguinte critério para calcular a provisão para créditos de liquidação duvidosa:	
<b>Dias vencidos</b>	<b>Provisão reconhecida - %</b>
0 a 15 dias	-
16 a 60 dias	20%
Acima de 61 dias	80%
<b>3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque</b>	
Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações contábeis.	
O estoque não deve ser escriturado por quantia superior àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso, por isso a Companhia efetua a avaliação do valor realizável líquido do estoque considerando na análise o preço de venda líquido de impostos e fretes praticado no mercado versus o valor de custo médio por produto, caso o valor do custo for maior que o valor o realizável líquido constitui-se uma provisão redutora no estoque. Em 31 de dezembro de 2017 (2016) a Companhia não apresentou indicadores.	
<b>3.5. Ativo imobilizado</b>	
São apresentadas ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.	
Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.	
A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão demonstradas a seguir:	
	<b>Taxas anuais de depreciação - %</b>
Máquinas e equipamentos	1,67% a 33,3%
Móveis e utensílios	3,33% a 10%
Sistema de processamento de dados e comunicação	2,5% a 33,33%
Veículos	10% a 20%
Infraestrutura	1,67% a 10%
Instalações industriais	1,67% a 6,67%
Ferramentas	5%
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil residual do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.	
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.	
<b>3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis</b>	
A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").	
<b>3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes</b>	
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.	
<b>3.8. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários</b>	
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.	
A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Demais passivos circulantes e não circulantes demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.	
<b>3.9. Reconhecimento de receita</b>	
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo	

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:		
a) <u>Venda de produtos, mercadorias e sucatas</u>		
A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando:		
(i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.		
b) <u>Receitas financeira</u>		
A receita financeira é reconhecida pro-rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.		
<b>3.10. Impostos</b>		
a) <u>Imposto de renda e contribuição social - correntes</u>		
Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.		
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.		
b) <u>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</u>		
Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.		
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.		
c) <u>Subvenções e assistências governamentais</u>		
Por intermédio das resoluções de números 1 e 2 de 24 de abril de 2013 - Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, publicadas em 30 de dezembro de 2013 e com vigência a partir de 30 de dezembro de 2013 a Companhia obteve incentivo fiscal de ICMS de crédito presumido de 95% sobre suas operações de vendas, classificadas como subvenções para investimento.		
d) <u>Imposto sobre vendas de produtos e serviços prestados</u>		
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:		
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;		
• Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;		
• O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.		
Os tributos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.		
<b>3.11. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC</b>		
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.		
IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)		
A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia avaliou e não há impactos nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações referentes ao IFRS 15.		
<b>3.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC</b>		
Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:		
• Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture);		
• IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2;		
• IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil;		
• IFRS 17 Contratos de seguro;		
• Transferências de Propriedade para Investimento - Alterações à IAS 40;		
• Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017);		
• Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro • Alterações à IFRS 4;		
• Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e		
• Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda.		
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
<b>4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</b>		
Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.		
As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.		
A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:		
a) <u>Reconhecimento da receita de vendas</u>		
A Administração da Companhia levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente (nota explicativa nº 3.9).		
b) <u>Redução dos valores de recuperação dos ativos</u>		
Nas datas dos balanços, a Companhia revisa os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso).		
Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não apresentou indicativos (nota explicativa 3.6).		
c) <u>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>		
Constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.3.		
d) <u>Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários</u>		
As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos consultores jurídicos da Companhia. (nota explicativa nº 3.8).		
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações contábeis.		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e bancos	693	1.164
Aplicações financeiras (a)	819	15.841
Total	<u>1.512</u>	<u>17.005</u>
(a) Aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo (Letra de Arrendamento Mercantil - LAM) em 2017 (CDB's em 2016), os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa.		
Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a títulos de crédito de investimento remunerados à taxa média de 100% do CDI em 2017 (101% do CDI em 2016).		
<b>6. Contas a receber de clientes</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber nacional	42.693	25.236
Contas a receber exterior	3.724	6.850
Subtotal	<u>46.417</u>	<u>32.086</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.833)	(4.523)
Total	<u>42.584</u>	<u>27.563</u>
Circulante	42.342	27.173
Não circulante	242	390
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo das contas a receber tinha a seguinte composição por idade de vencimento:		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	40.551	25.953
Vencidos:		
Até 30 dias	2.099	1.088
De 31 a 60 dias	1.267	205
De 61 a 90 dias	1.161	1
De 91 a 150 dias	1.134	108
Acima de 150 dias	205	4.731
Total	<u>46.417</u>	<u>32.086</u>
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo inicial em 01 de janeiro de:	(4.523)	(4.673)
Adições (complementos)	(6.104)	(2.220)
Baixa (consumo/reversões)	6.794	2.370
Saldo final em 31 de dezembro de:	<u>(3.833)</u>	<u>(4.523)</u>
A Administração da Companhia entende que as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa são suficientes para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de cliente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi reconhecida conforme a nota explicativa nº 3.3.		
<b>7. Estoques</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Produtos acabados	15.946	82.269
Mercadorias em trânsito	7.802	-
Estoques de materiais de consumo	3.860	8.365
Estoques de terceiros em nosso poder	58	-
Total	<u>27.666</u>	<u>90.634</u>
<b>8. Impostos a recuperar</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
PIS a compensar (a)	15.136	15.332
COFINS a compensar (a)	72.383	72.173
IRPJ a compensar	6.035	5.077
CSLL a compensar	847	1.033
Outros impostos a compensar	982	743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	768	768
Total	<u>96.151</u>	<u>95.126</u>
Circulante	6.229	6.714
Não circulante	89.922	88.412
(a) Créditos de PIS e COFINS, decorrentes da redução das alíquotas de PIS e COFINS a zero na venda de produtos classificados como óleo de soja da posição 15.07, outros óleos vegetais das posições 15.08 a 15.14 e margarina da posição 1517.10.00 da TIPI, nas quais estão enquadrados os produtos fabricados pela Companhia. A Administração está concluindo procedimentos necessários para realização dos saldos desses impostos a recuperar, cuja expectativa de realização é de que ocorram nos próximos cinco anos.		
<b>9. Adiantamentos diversos</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Adiantamentos a fornecedores	821	13.367
Adiantamentos a funcionários	85	356
Total	<u>906</u>	<u>13.723</u>
Circulante	906	11.300
Não circulante	-	2.423

continua -&gt;

<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <span>☆ continuação</span> <span><b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b> (Valores expressos em milhares de reais)</span> </div>																																																																																																																																																																											
<b>10. Imobilizado</b>																																																																																																																																																																											
O imobilizado é composto pelos seguintes itens:																																																																																																																																																																											
		2017			2016																																																																																																																																																																						
	<b>Custo</b>	<b>Impairment (*)</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>																																																																																																																																																																						
Em operação																																																																																																																																																																											
Terrenos	743	-	-	743	743																																																																																																																																																																						
Infraestrutura	<b>40.586</b>	<b>(2.906)</b>	<b>(14.271)</b>	<b>23.409</b>	114.789																																																																																																																																																																						
Instalações industriais	240	<b>(57)</b>	<b>(85)</b>	98	4.886																																																																																																																																																																						
Máquinas e equipamentos	<b>35.534</b>	<b>(1.952)</b>	<b>(22.711)</b>	<b>10.871</b>	157.632																																																																																																																																																																						
Móveis e utensílios	1.383	-	<b>(754)</b>	629	1.309																																																																																																																																																																						
Veículos	161	-	<b>(161)</b>	-	5.985																																																																																																																																																																						
Sistema de proc. de dados	<b>2.270</b>	-	<b>(1.728)</b>	542	612																																																																																																																																																																						
Sistema de comunicação	306	-	<b>(279)</b>	27	88																																																																																																																																																																						
	<b>81.223</b>	<b>(4.915)</b>	<b>(39.989)</b>	<b>36.319</b>	286.044																																																																																																																																																																						
Em andamento																																																																																																																																																																											
Montagens e instalações	-	-	-	-	977																																																																																																																																																																						
	-	-	-	-	977																																																																																																																																																																						
<b>Total</b>	<b>81.223</b>	<b>(4.915)</b>	<b>(39.989)</b>	<b>36.319</b>	287.021																																																																																																																																																																						
(*) Em 2012, foram feitas análises dos ativos da Companhia, e a Administração decidiu por realizar ajuste de <i>impairment</i> , no montante de R\$ 4.915, referente aos ativos vinculados à operação descontinuada do biodiesel.																																																																																																																																																																											
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, considerando os indicadores de desempenho operacional, a Companhia concluiu que não havia indicativos que justificassem a necessidade de realização de teste de redução ao valor de recuperação de ativos ("impairment"), bem como não houve mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização reconhecida em 2012.																																																																																																																																																																											
A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:																																																																																																																																																																											
	2016	2017																																																																																																																																																																									
	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Cisão (Nota 1)</b>	<b>Transferências (*)</b>	<b>Depreciação</b>	2017																																																																																																																																																																					
Em operação																																																																																																																																																																											
Terrenos	743	-	-	-	-	743																																																																																																																																																																					
Infraestrutura	114.789	180	<b>(22)</b>	<b>(90.535)</b>	129	<b>(1.132)</b>																																																																																																																																																																					
Instalações industriais	4.886	15	<b>(1)</b>	<b>(4.796)</b>	-	<b>(6)</b>																																																																																																																																																																					
Máquinas e equipamentos	157.632	194	<b>(879)</b>	<b>(145.954)</b>	-	<b>(122)</b>																																																																																																																																																																					
Móveis e utensílios	1.309	82	<b>(77)</b>	<b>(677)</b>	-	<b>(8)</b>																																																																																																																																																																					
Veículos	5.985	-	<b>(241)</b>	<b>(5.744)</b>	-	-																																																																																																																																																																					
Sistema de proc. de dados	612	371	<b>(78)</b>	<b>(219)</b>	<b>(68)</b>	<b>(76)</b>																																																																																																																																																																					
Sistema de comunicação	88	41	<b>(19)</b>	<b>(75)</b>	-	<b>(8)</b>																																																																																																																																																																					
	286.044	<b>883</b>	<b>(1.317)</b>	<b>(248.000)</b>	61	<b>(1.352)</b>																																																																																																																																																																					
Em andamento																																																																																																																																																																											
Obras em andamento	-	129	-	-	<b>(129)</b>	-																																																																																																																																																																					
Montagens e instalações	977	-	-	<b>(977)</b>	-	-																																																																																																																																																																					
	977	129	-	<b>(977)</b>	<b>(129)</b>	-																																																																																																																																																																					
	287.021	<b>1.012</b>	<b>(1.317)</b>	<b>(248.977)</b>	<b>(68)</b>	<b>(1.352)</b>																																																																																																																																																																					
	<b>287.021</b>	<b>1.012</b>	<b>(1.317)</b>	<b>(248.977)</b>	<b>(68)</b>	<b>(1.352)</b>																																																																																																																																																																					
(*) O montante de R\$ 68 referente a sistema de processamento de dados foi transferido para o ativo intangível.																																																																																																																																																																											
<b>11. Fornecedores</b>																																																																																																																																																																											
Fornecedores nacionais																																																																																																																																																																											
	2017	2016																																																																																																																																																																									
	<b>6.324</b>	18.234																																																																																																																																																																									
	<b>6.324</b>	18.234																																																																																																																																																																									
<b>12. Empréstimos e financiamentos</b>																																																																																																																																																																											
	<b>Taxa de juros anual</b>	2017	2016																																																																																																																																																																								
Financiamento Bancário - FINAME Itaú	2,50%	-	7.348																																																																																																																																																																								
Financiamento Bancário - FINAME Bradesco	2,5% a 3,5%	-	27.995																																																																																																																																																																								
		-	35.343																																																																																																																																																																								
Circulante		-	5.963																																																																																																																																																																								
Não circulante		-	29.380																																																																																																																																																																								
Refere-se a recursos obtidos através do Fundo de Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos (FINAME - Banco Bradesco). Devido ao processo de cisão ocorrido em 30 de janeiro de 2017 esses saldos foram transferidos para a Agropalma S.A. conforme expresso na nota explicativa 1.																																																																																																																																																																											
A movimentação do saldo de empréstimos está demonstrada a seguir:																																																																																																																																																																											
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.963	29.380	35.343																																																																																																																																																																								
Cisão parcial	<b>(5.963)</b>	<b>(29.380)</b>	<b>(35.343)</b>																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-																																																																																																																																																																								
<b>13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias</b>																																																																																																																																																																											
	2017	2016																																																																																																																																																																									
Férias e respectivos encargos sociais	2.665	6.436																																																																																																																																																																									
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	575	1.756																																																																																																																																																																									
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	194	479																																																																																																																																																																									
Outras	43	104																																																																																																																																																																									
<b>Total</b>	<b>3.477</b>	<b>8.775</b>																																																																																																																																																																									
<b>14. Obrigações tributárias</b>																																																																																																																																																																											
ICMS	444	410																																																																																																																																																																									
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	409	599																																																																																																																																																																									
Imposto Sobre Serviços - ISS	26	97																																																																																																																																																																									
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros	16	31																																																																																																																																																																									
Parcelamento tributário	56	63																																																																																																																																																																									
<b>Total</b>	<b>951</b>	1.200																																																																																																																																																																									
Circulante	912	1.164																																																																																																																																																																									
Não circulante	39	36																																																																																																																																																																									
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 60%;"> <p><b>15. Instrumentos financeiros derivativos</b></p> <p>A Companhia está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano devido às operações de importação e empréstimo em moeda estrangeira. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap".</p> <p style="text-align: center;"><b>Ganho (perda) Ganho (perda)</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Valor justo</th> <th style="text-align: center;">de ajuste</th> <th colspan="2" style="text-align: center;">realizadas</th> </tr> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Passivo - Contratos de Swap</td> <td style="text-align: right;">(107)</td> <td style="text-align: right;">(613)</td> <td style="text-align: right;">(107)</td> <td style="text-align: right;">(14.605)</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>(107)</b></td> <td style="text-align: right;"><b>(613)</b></td> <td style="text-align: right;"><b>(107)</b></td> <td style="text-align: right;"><b>(14.605)</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>16. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários</b></p> <p>A Companhia é parte integrante de processos judiciais e administrativos nos âmbitos tributário, trabalhista e cível, que surgem no curso normal de suas operações.</p> <p>A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2" style="text-align: center;">2017</th> <th colspan="2" style="text-align: center;">2016</th> </tr> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Depósitos judiciais</th> <th style="text-align: center;">Riscos de perdas prováveis</th> <th style="text-align: center;">Depósitos judiciais</th> <th style="text-align: center;">Riscos de perdas prováveis</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td style="text-align: right;">399</td> <td style="text-align: right;">373</td> <td style="text-align: right;">266</td> <td style="text-align: right;">428</td> </tr> <tr> <td>Tributários</td> <td style="text-align: right;">3.088</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">2.629</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">59</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>3.487</b></td> <td style="text-align: right;"><b>373</b></td> <td style="text-align: right;"><b>2.954</b></td> <td style="text-align: right;"><b>428</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>A movimentação dos saldos de provisões para riscos trabalhistas está demonstrada a seguir:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2016</th> <th style="text-align: center;">Adições</th> <th style="text-align: center;">Baixas</th> <th style="text-align: center;">2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td style="text-align: right;">428</td> <td style="text-align: right;">118</td> <td style="text-align: right;">(173)</td> <td style="text-align: right;">373</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>428</b></td> <td style="text-align: right;"><b>118</b></td> <td style="text-align: right;"><b>(173)</b></td> <td style="text-align: right;"><b>373</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>As principais características das contingências envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue:</p> <p>a) <b>Contingências trabalhistas</b> Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referente a pedidos que se constituem em verbas rescisórias, horas-extras e adicional de insalubridade. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base na análise dos processos em andamento nas respectivas datas-bases.</p> <p>b) <b>Perdas possíveis</b> A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, possui ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no</p> </div> <div style="width: 35%;"> <p>montante de R\$ 4.019 (R\$ 11.588 em 2016), que não estão provisionadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.</p> <p>c) <b>Depósitos judiciais</b> Os depósitos judiciais, no montante de R\$ 3.487 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.954 em 2016), representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que se referem e estão classificadas no ativo não circulante.</p> <p><b>17. Transações com partes relacionadas</b></p> <p>Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia faz parte do Conglomerado Alfa e, assim, possui determinadas transações com outras Empresas do Grupo, conforme segue.</p> <p>A Companhia mantém os seguintes saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016: Saldos em aberto no ativo estão relacionados abaixo:</p> <p>a) <b>Conta-corrente</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banco Alfa S.A. - aplicação financeira</td> <td style="text-align: right;">819</td> <td style="text-align: right;">15.816</td> </tr> <tr> <td>Banco Alfa S.A. - conta-corrente</td> <td style="text-align: right;">6</td> <td style="text-align: right;">7</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>825</b></td> <td style="text-align: right;"><b>15.823</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>b) <b>Contas a receber e adiantamentos a fornecedores</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Contas a receber</th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Adiantamentos a fornecedores</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Agropalma S.A. (i)</td> <td style="text-align: right;">7</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">109.236</td> <td style="text-align: right;">88.132</td> </tr> <tr> <td>Indústrias Xhara Ltda. (ii)</td> <td style="text-align: right;">14</td> <td style="text-align: right;">39.321</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>21</b></td> <td style="text-align: right;"><b>39.321</b></td> <td style="text-align: right;"><b>109.236</b></td> <td style="text-align: right;"><b>88.132</b></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td style="text-align: right;">21</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">109.236</td> <td style="text-align: right;">88.132</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">39.321</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Adiantamentos concedidos das operações comerciais de venda de óleo pelo fornecedor parte relacionada Agropalma S.A. no montante de R\$ 109.236 (R\$ 88.132 em 2016) e repasse de seguro contratado pela Companhia para parte relacionada Agropalma S.A. no valor de R\$ 7.</p> <p>(ii) Em 2016, a Companhia Refinadora da Amazônia realizou operações de venda de óleo para a parte relacionada Indústrias Xhara Ltda no montante de R\$ 39.321 e em 2017 o montante de R\$ 14 refere-se a valores a receber de repasse de seguro contratado pela Companhia para a parte relacionada Indústrias Xhara Ltda.</p> <p>c) <b>Empréstimos a partes relacionadas - Mútuo ativo</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Empréstimos a partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Indústrias Xhara Ltda.</td> <td style="text-align: right;">17.517</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>17.517</b></td> <td style="text-align: right;"><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>d) <b>Empréstimos com partes relacionadas - Mútuo passivo e contas a pagar</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Empréstimos com partes relacionadas</th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Contas a pagar</th> </tr> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alfapar Securities Inc. - mútuo (i)</td> <td style="text-align: right;">4.140</td> <td style="text-align: right;">10.266</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Alfapar Securities Inc. - pré-pagamento exportação (ii)</td> <td style="text-align: right;">19.571</td> <td style="text-align: right;">48.825</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Agropalma S.A. (iii)</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">12.001</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>23.711</b></td> <td style="text-align: right;"><b>59.091</b></td> <td style="text-align: right;"><b>12.001</b></td> <td style="text-align: right;"><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Alfapar Securities Inc. referente a empréstimos US\$ 1.250 referente a contrato de mútuo com vencimento em 25 de junho de 2018.</p> <p>(ii) Alfapar Securities Inc. referente a empréstimos US\$ 5.916 referente a contrato de empréstimo para ser utilizado para pré-pagamentos de exportação de mercadorias com vencimento em 26 de julho de 2018.</p> <p>Em 2017, foram registrados R\$ 959 na rubrica de "Despesas financeiras" com relação aos juros incorridos e variações cambiais no exercício (R\$ 715 em 2016).</p> <p>(iii) Referente às operações realizadas de compra de óleo com a parte relacionada Agropalma S.A. no montante de R\$ 11.831 e repasse de seguro contratado pela Agropalma S.A para Companhia no montante de R\$ 170.</p> <p>Em 30 de janeiro de 2017 a Companhia realizou cisão parcial, conforme nota explicativa 1, e no acervo líquido cindido, destacamos o valor de R\$ 35.455, referente a contrato de mútuo.</p> <p>e) <b>Remuneração da Administração</b></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">2017</th> <th style="text-align: center;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Remuneração salarial</td> <td style="text-align: right;">2.612</td> <td style="text-align: right;">2.579</td> </tr> <tr> <td>Gratificação</td> <td style="text-align: right;">495</td> <td style="text-align: right;">469</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>3.107</b></td> <td style="text-align: right;"><b>3.048</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>18. Patrimônio líquido</b></p> <p>a) <b>Capital social</b> O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 173.158 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 344.609 em 2016), está representado por 9.651.072 ações ordinárias nominativas e 7.455.248 preferenciais nominativas, sem valor nominal.</p> </div> </div>								Valor justo	de ajuste	realizadas			2017	2016	2017	2016	Passivo - Contratos de Swap	(107)	(613)	(107)	(14.605)		<b>(107)</b>	<b>(613)</b>	<b>(107)</b>	<b>(14.605)</b>		2017		2016			Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis	Trabalhistas	399	373	266	428	Tributários	3.088	-	2.629	-	Cíveis	-	-	59	-		<b>3.487</b>	<b>373</b>	<b>2.954</b>	<b>428</b>		2016	Adições	Baixas	2017	Trabalhistas	428	118	(173)	373		<b>428</b>	<b>118</b>	<b>(173)</b>	<b>373</b>		2017	2016	Banco Alfa S.A. - aplicação financeira	819	15.816	Banco Alfa S.A. - conta-corrente	6	7		<b>825</b>	<b>15.823</b>		Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores		2017	2016	2017	2016	Agropalma S.A. (i)	7	-	109.236	88.132	Indústrias Xhara Ltda. (ii)	14	39.321	-	-		<b>21</b>	<b>39.321</b>	<b>109.236</b>	<b>88.132</b>	Circulante	21	-	109.236	88.132	Não circulante	-	39.321	-	-		Empréstimos a partes relacionadas			2017	2016	Indústrias Xhara Ltda.	17.517	-		<b>17.517</b>	<b>-</b>		Empréstimos com partes relacionadas		Contas a pagar			2017	2016	2017	2016	Alfapar Securities Inc. - mútuo (i)	4.140	10.266	-	-	Alfapar Securities Inc. - pré-pagamento exportação (ii)	19.571	48.825	-	-	Agropalma S.A. (iii)	-	-	12.001	-		<b>23.711</b>	<b>59.091</b>	<b>12.001</b>	<b>-</b>		2017	2016	Remuneração salarial	2.612	2.579	Gratificação	495	469		<b>3.107</b>	<b>3.048</b>
	Valor justo	de ajuste	realizadas																																																																																																																																																																								
	2017	2016	2017	2016																																																																																																																																																																							
Passivo - Contratos de Swap	(107)	(613)	(107)	(14.605)																																																																																																																																																																							
	<b>(107)</b>	<b>(613)</b>	<b>(107)</b>	<b>(14.605)</b>																																																																																																																																																																							
	2017		2016																																																																																																																																																																								
	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis																																																																																																																																																																							
Trabalhistas	399	373	266	428																																																																																																																																																																							
Tributários	3.088	-	2.629	-																																																																																																																																																																							
Cíveis	-	-	59	-																																																																																																																																																																							
	<b>3.487</b>	<b>373</b>	<b>2.954</b>	<b>428</b>																																																																																																																																																																							
	2016	Adições	Baixas	2017																																																																																																																																																																							
Trabalhistas	428	118	(173)	373																																																																																																																																																																							
	<b>428</b>	<b>118</b>	<b>(173)</b>	<b>373</b>																																																																																																																																																																							
	2017	2016																																																																																																																																																																									
Banco Alfa S.A. - aplicação financeira	819	15.816																																																																																																																																																																									
Banco Alfa S.A. - conta-corrente	6	7																																																																																																																																																																									
	<b>825</b>	<b>15.823</b>																																																																																																																																																																									
	Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores																																																																																																																																																																								
	2017	2016	2017	2016																																																																																																																																																																							
Agropalma S.A. (i)	7	-	109.236	88.132																																																																																																																																																																							
Indústrias Xhara Ltda. (ii)	14	39.321	-	-																																																																																																																																																																							
	<b>21</b>	<b>39.321</b>	<b>109.236</b>	<b>88.132</b>																																																																																																																																																																							
Circulante	21	-	109.236	88.132																																																																																																																																																																							
Não circulante	-	39.321	-	-																																																																																																																																																																							
	Empréstimos a partes relacionadas																																																																																																																																																																										
	2017	2016																																																																																																																																																																									
Indústrias Xhara Ltda.	17.517	-																																																																																																																																																																									
	<b>17.517</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																									
	Empréstimos com partes relacionadas		Contas a pagar																																																																																																																																																																								
	2017	2016	2017	2016																																																																																																																																																																							
Alfapar Securities Inc. - mútuo (i)	4.140	10.266	-	-																																																																																																																																																																							
Alfapar Securities Inc. - pré-pagamento exportação (ii)	19.571	48.825	-	-																																																																																																																																																																							
Agropalma S.A. (iii)	-	-	12.001	-																																																																																																																																																																							
	<b>23.711</b>	<b>59.091</b>	<b>12.001</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																							
	2017	2016																																																																																																																																																																									
Remuneração salarial	2.612	2.579																																																																																																																																																																									
Gratificação	495	469																																																																																																																																																																									
	<b>3.107</b>	<b>3.048</b>																																																																																																																																																																									



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)				
2017 2016				
Ações	Valor	Ações	Valor	
A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:				
<b>Acionista</b>				
Nova América Holdings Ltda.	12.130.734	122.793	24.141.826	244.375
Alfa Securities Inc. Banco da Amazônia S.A. - FINAM	4.086.028	41.361	8.131.757	82.314
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	266.081	2.693	529.539	5.360
Alfa Participações, Administração e Rep. Alfa Participações Internacionais Ltda. Águas Prata Ltda. Companhia Transamérica de Hotéis São Paulo Alfa Participações Comerciais Ltda.	143.089	1.448	284.768	2.883
	29.094	295	57.902	586
	28.281	286	56.284	570
	18.563	188	36.942	374
	6.473	66	12.881	130
	<b>17.106.320</b>	<b>173.158</b>	<b>34.043.926</b>	<b>344.609</b>
b) Reserva de capital	Constituída com valores recebidos pela Companhia que não transitaram pelo resultado por não se referirem à venda de bens ou a prestação de serviços. Trata-se basicamente de ágio na emissão de ações. Em 2017 o saldo é de R\$ 30 (R\$ 59 em 2016).			
c) Reserva legal	A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observando o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital, nos termos dispostos no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 23 do estatuto da Companhia. Em 2017 o saldo é de R\$ 6.959 (R\$ 13.848 em 2016).			
d) Reserva para aumento de capital	É constituída em conformidade com o artigo 23 do estatuto da Companhia que determina a destinação de 90% do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para constituição da reserva para aumento de capital com finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social. Em 2017 o saldo é de R\$ 18.585 (R\$ 36.988 em 2016).			
e) Reserva de incentivos fiscais	Durante a utilização dos benefícios fiscais a Companhia é obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente aos benefícios fiscais auferidos, limitados ao lucro líquido do exercício conforme determinado pelo artigo 30 da Lei nº 12.973/14. A reserva de incentivos fiscais é constituída pela subvenção referente a crédito presumido de ICMS. Em 2017, a Companhia registrou no resultado do exercício como deduções das receitas brutas os créditos obtidos através do incentivo fiscal de ICMS, no montante de R\$ 17.850 (R\$ 37.898 em 2016). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total das reservas de incentivos fiscais é de R\$ 90.320 (R\$ 144.225 em 2016).			
f) O lucro líquido do exercício por ação do capital social é de:	2017	2016		
Lucro do exercício em R\$	17.850.414	37.898.242		
Número de ações	17.106.320	34.043.926		
Lucro por ação do capital social - em R\$	1,04	1,11		
<b>19. Receita operacional líquida</b>	2017	2016		
Receita bruta de vendas de produtos	398.694	535.624		
Receita bruta de prestação de serviços	934	-		
Devoluções de vendas de produtos	(3.552)	(2.768)		
Impostos sobre vendas de produtos	(5.517)	(7.828)		
Impostos sobre prestação de serviços	(86)	-		
Receita operacional líquida	390.473	525.028		
<b>20. Informação sobre a natureza dos custos e das despesas</b>	2017	2016		
A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:				
Matéria-prima	(265.502)	(230.979)		
Salários, encargos e benefícios	(33.231)	(76.572)		
Fretes, embarques e despachos	(23.581)	(36.055)		
Manutenção	(14.842)	(43.475)		
Serviços prestados por terceiros	(13.512)	(51.188)		
Peças e materiais	(5.761)	(20.595)		
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	691	150		
Perdas de créditos	(4.324)	(98)		
Outros	(3.142)	(3.932)		
Depreciação e amortização	(2.279)	(9.593)		
Comissões sobre vendas	(1.913)	(2.551)		
Impostos, taxas e multas	(1.446)	(3.819)		
Ajuste inventário físico de estoques	(1.325)	(1.583)		
Propaganda e publicidade	(1.317)	(403)		
Utilidades e serviços	(970)	(846)		
Resultado na baixa de imobilizado	(149)	504		
Segurança	(49)	(1.790)		
	<b>(372.652)</b>	<b>(482.825)</b>		
Classificados como:	2017	2016		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(308.488)	(407.186)		
Despesas com vendas	(27.035)	(39.527)		
Despesas gerais e administrativas	(36.602)	(36.129)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(527)	17		
	<b>(372.652)</b>	<b>(482.825)</b>		
<b>21. Resultado financeiro</b>	2017	2016		
Receitas financeiras:				
Varição monetária ativa	2.078	669		
Varição cambial ativa pré-pagamento exportação - Alfapar	2.075	-		
Juros sobre mútuo com a Xhara	1.237	42		
Receita de aplicação financeira	1.025	3.250		
Varição cambial ativa	640	27.242		
Varição cambial ativa mútuo - Alfapar	444	431		
Ganhos realizados com operações - SWAP	345	-		
Ajuste de operação com derivativos	-	48.134		
Outras	78	109		
Subtotal	7.922	79.877		
Despesas financeiras:				
Perdas realizadas com operações - SWAP	(3.334)	(392)		
Varição cambial passiva pré-pagamento exportação - Alfapar	(2.846)	(269)		
Varição cambial passiva mútuo - Alfapar	(683)	(18.123)		
Varição cambial passiva mútuo - Alfapar	(513)	(818)		
Varição monetária passiva	(33)	(101)		
Juros sobre mútuo com a Alfapar	(119)	(59)		
MTM de operações SWAP	(107)	(221)		
Ajuste de operação com derivativos	-	(62.739)		
Outras	(258)	(1.460)		
Subtotal	(7.893)	(84.182)		
Resultado financeiro	29	(4.305)		
<b>22. Imposto de renda e contribuição social</b>	2017	2016		
a. Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social				
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	17.850	37.898		
Adições				
(+) Total despesas não dedutíveis - art. 13 da Lei 9.249/95	721	961		
(+) Provisões indedutíveis	4.571	955		
	5.292	1.916		
Exclusões	(1.407)	(1.619)		
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(44.120)	(52.991)		
(-) Subvenção ICMS - Incentivo Fiscal Estadual	-	(907)		
	(45.527)	(55.517)		
(=) Lucro real antes das compensações de prejuízos	(22.385)	(15.703)		
Compensação prejuízos fiscais	-	-		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-		
b. Imposto de renda e contribuição social diferidos				
A Administração da Empresa, não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Empresa, que estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Pelo mesmo motivo, a empresa não constituiu imposto de renda e contribuições social diferidos sobre os ajustes temporários. Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, assim como os ajustes temporários verificados em 31 de dezembro de 2017 estão compostos da seguinte maneira:				
• Prejuízos fiscais - R\$ 102.281 (R\$ 79.896 em 2016);				
• Base negativa de contribuição social - R\$ 102.281 (R\$ 79.896 em 2016);				
• Adições Temporárias: R\$ 4.571 (R\$ 955 em 2016);				
• Exclusões Temporárias: R\$ 1.407 (R\$ 1.619 em 2016);				
• Os créditos diferidos não constituídos de imposto de renda e contribuição social totalizam R\$ 36.236 (R\$ 27.549 em 2016).				
<b>23. Instrumentos financeiros</b>				
a) Considerações gerais				
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo.				
Aplicações financeiras				
A política de aplicações financeiras elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia dentro desses limites em 31 de dezembro de 2017.				
b) Gestão do risco de capital				
Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.				
c) Categorias de instrumentos financeiros	2017	2016		
- Ativos financeiros - circulante:				
Caixa e bancos (Nota 5)	693	1.164		
Aplicações financeiras (Nota 5)	819	15.841		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	42.342	27.173		
Partes relacionadas (Nota 17)	109.257	88.132		
Partes relacionadas - mútuos (Nota 17)	17.517	-		
Total	170.628	132.310		
- Ativos financeiros - não circulante:	2017	2016		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	242	390		
Partes relacionadas (Nota 17)	-	39.321		
Total	242	39.711		
- Passivos financeiros - circulante:	2017	2016		
Fornecedores (Nota 11)	6.324	18.234		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	5.963		
Obrigações tributárias (Nota 14)	912	1.164		
Partes relacionadas (Nota 17)	12.001	-		
Partes relacionadas - mútuos (Nota 17)	23.711	59.091		
Total	42.948	84.452		
- Passivos financeiros - não circulante:	2017	2016		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	29.380		
Obrigações tributárias (Nota 14)	39	36		
Total	39	29.416		
A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, exceto mútuo, nas datas dos balanços.				
d) Gerenciamento do risco de liquidez				
A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancário com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:				
		Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Fornecedores (Nota 11)	6.324	-	-	6.324
Obrigações tributárias (Nota 14)	912	39	-	951
Partes relacionadas - fornecedores (Nota 17)	12.001	-	-	12.001
Partes relacionadas - mútuos (Nota 17)	23.711	-	-	23.711
Total	42.948	39	-	42.987
e) Risco cambial - exposição de moeda				
A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (USD - dólar); consequentemente surgem exposições às variações na taxa de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pela Administração.				
f) Análise de sensibilidade				
		USD	R\$	
Partes relacionadas - mútuos (Nota 17)	1.252	4.140		
Partes relacionadas - pré-pagamento exportação (Nota 17)	5.916	19.571		
Total	7.168	23.711		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Partes relacionadas - mútuos e pré-pagamento (Nota 17)	23.711	29.631	35.557	
Cenário I (Provável) - O cenário provável considera a taxa do dólar norte-americano conforme site do Banco Central (BACEN) para o dia 29/12/2017, sendo a Ptax de R\$ 3,3080. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$ 4,135/US\$1,00) e de 50% (R\$ 4,962/US\$1,00), com exposição ao câmbio que variam de (R\$ 3,3080/US\$1,00) a (R\$ 4,962/US\$1,00), respectivamente.				
24. Cobertura de seguros				
A Companhia mantém política de efetuar a cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos no montante de R\$ 75.000 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 75.000 em 2016), para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a respectiva continuidade das suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.				
Diretoria				
Marcello Silva do Amaral Brito		José Elanir de Lima		
André Luiz de Toledo Gasparini		Marcelo Batista Moreira		
Sandra Ferreira de Souza Nossa - CRC 1SP235916/O-2				

—☆ continuação

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e acionistas da **Companhia Refinadora da Amazônia S.A.** Belém - PA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Refinadora da Amazônia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Refinadora da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2018



**ERNST & YOUNG**  
Audidores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6  
**Ana Sampaio Forte Leal** - Contadora  
CRC-CE019456/O-7

Protocolo: 306630

**Instituto ES Carlos Gomes**  
120 ANOS DE HISTÓRIA

**Terra de Revolta**

Linda Ribeiro e Sergio Bastos

**A Borboleta Julieta**

**Edições Quilômetro**  
4009-7817

AGROPALMA S.A. CNPJ nº 04.102.265/0001-51 <b>Demonstrações Contábeis</b>								
Balanco patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)								
	Notas	2017	2016	Notas	2017	2016		
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5	61	43					
Contas a receber de clientes	6	3.729	-					
Estoques	7	54.599	1.423					
Ativo biológico	8	3.548	4.627					
Impostos a recuperar	9	10.866	254					
Partes relacionadas	18	63.919	-					
Adiantamentos diversos	10	7.139	1.082					
Despesas antecipadas		498	97					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>144.359</b>	<b>7.526</b>					
<b>Não circulante</b>								
Realizável a longo prazo								
Adiantamentos a fornecedores	10	2.423	-					
Impostos a recuperar	9	1.572	4.963					
Depósitos judiciais	17	2.890	2.193					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.873	5.873					
Investimentos		46	46					
Imobilizado	11	572.602	330.606					
Intangível		875	1.084					
Diferido		523	8					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>586.804</b>	<b>344.773</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>731.163</b>	<b>352.299</b>					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis								
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b> (Valores expressos em milhares de reais)								
	Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Lucro na venda	Reserva	Reserva	Reserva	Lucros			
	de ações de	de	de	para	acumulados	Total		
	tesouraria	legal	incentivo	dividendos	de			
	capital		fiscais	aumento	capital			
	social			de	acumulados			
Em 31 de dezembro de 2015	183.194	-	6.251	1.107	1.400	33.970	-	225.922
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(3.495)	(3.495)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	(1.834)	(1.661)	3.495	-
Retenção dos dividendos do exercício de 2015 para absorção de prejuízo	-	-	-	-	434	-	-	434
Em 31 de dezembro de 2016	183.194	-	6.251	1.107	-	32.309	-	222.861
Cisão parcial (Nota 1)	171.451	29	6.889	71.755	-	18.403	-	268.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.685	8.685
Destinações:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.875	-	-	(5.875)	-
Constituição de reserva legal	-	-	141	-	-	-	(141)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(667)	(667)
Constituição de reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	1.802	(1.802)	-
Constituição de reserva para dividendos	-	-	-	-	200	-	(200)	-
Em 31 de dezembro de 2017	354.645	29	13.281	78.737	200	52.514	-	499.406
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis								
<b>Demonstração do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016</b> (Valores expressos em milhares de reais)								
	Notas	2017	2016	Notas	2017	2016		
Receita operacional líquida	20	353.970	201.695	Receitas financeiras	22	6.356	27	
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(322.520)	(194.494)	Despesas financeiras	22	(9.237)	(311)	
Lucro bruto		31.450	7.201	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		10.778	(3.495)	
Receitas (despesas) operacionais				Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(2.093)	-	
Despesas gerais administrativas	21	(16.782)	(8.763)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.685	(3.495)	
Despesas com vendas	21	(6.337)	(5)	Lucro (prejuízo) por ação do capital social - em R\$		0,014	(0,012)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	5.328	(1.644)					
		(17.791)	(10.412)					
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>13.659</b>	<b>(3.211)</b>					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis								
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017</b> (Em milhares de reais)								
<b>1. Contexto operacional</b>								
A Agropalma S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no Brasil, com sede na Rodovia PA 150, Km 74, na cidade de Tailândia, Estado do Pará, fundada em 30 de setembro de 1981, e tem como o objeto principal o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas, a formação de pastagens, a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras, a manutenção, como atividade secundária, de uma escola de educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio), e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.			Mercantil e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) e em empresas não financeiras dos ramos de varejo de materiais para construção, reforma, decoração e artigos para jardinagem (C&C Casa e Construção), hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis), águas minerais (Águas Prata), alimentos (Sorvetes La Basque), cultural (Teatro Alfa) e comunicação (Rádio Transamérica e TV Transamérica), entre outras.					
A Companhia faz parte do Conglomerado Alfa, que possui investimentos relevantes em instituições financeiras (Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento			Na data efetiva de 30 de janeiro de 2017 ocorreu a cisão parcial da Companhia Refinadora da Amazônia S.A. com a versão da parcela do patrimônio correspondente à atividade de extração de óleo bruto para a Agropalma S.A. O acervo líquido foi avaliado a valores contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2016 em R\$ 268.527, sendo integralmente incorporado pela Agropalma S.A. a partir de 30 de janeiro de 2017.					

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	8.685	(3.495)
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) do exercício com o caixa líquido		
Depreciação e amortização	25.320	12.667
Perda com operações de SWAP	160	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	30	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, líquida	3.110	2.410
Baixa de imobilizado e intangível, líquida	5.531	-
Variação cambial e juros incorridos, líquidos	859	307
<b>Total do fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>43.695</b>	<b>11.889</b>

	2017	2016
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.760)	-
Partes relacionadas	(63.919)	-
Ativo biológico	1.079	(1.157)
Estoques	(53.176)	(326)
Impostos a recuperar	(7.221)	-
Adiantamentos diversos	(8.480)	22
Depósitos judiciais	(697)	(247)
Despesas antecipadas	(401)	(23)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	10.678	8.091
Partes relacionadas	21.112	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.941	(796)
Obrigações tributárias	(2.276)	797
Outras contas a pagar	767	(49)
Adiantamento de clientes	-	3.214
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas operações	(56.658)	21.415
Juros pagos	(737)	(307)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(57.395)	21.108
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.309)	(21.693)
Aquisição de cultura permanente e em formação	(18.264)	-
Baixa de ativo imobilizado	-	2.048
Baixa de ativo diferido	6	-
Cisão parcial do ativo imobilizado	(248.977)	-
Cisão parcial do ativo intangível	(31)	-
Cisão parcial do ativo diferido	(581)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(273.156)	(19.645)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cisão parcial do capital social	171.451	-
Cisão parcial das reservas de capital e de lucros	97.076	-
Amortização de empréstimos e financiamentos - FINAME	(8.756)	(1.521)
Cisão parcial dos empréstimos e financiamentos - FINAME	35.343	-
Cisão parcial de empréstimos com partes relacionadas - Alfapar	35.455	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	330.569	(1.521)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	18	(58)
Demonstração aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	43	101
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	61	43
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	18	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.685	(3.495)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>8.685</b>	<b>(3.495)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

<span style="float: left;">→☆ continuação</span> <b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017</b> (Em milhares de reais)																																			
<p>A composição do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis na data-base 31 de dezembro de 2016 é constituída por:</p>																																			
ATIVO	<b>2016</b>																																		
Circulante																																			
Estoque	7.451																																		
Impostos a recuperar	219																																		
Partes relacionadas - clientes	88.132																																		
Adiantamentos diversos	11.237																																		
Outros créditos	315																																		
Total do ativo circulante	<u>107.354</u>																																		
Não circulante																																			
Adiantamentos a fornecedor	2.423																																		
Impostos a recuperar	139																																		
Imobilizado	248.977																																		
Intangível	31																																		
Diferido	581																																		
Total do ativo não circulante	<u>252.151</u>																																		
TOTAL DO ATIVO	<u>359.505</u>																																		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<b>2016</b>																																		
Circulante																																			
Fornecedores	13.312																																		
Empréstimos e financiamentos	5.963																																		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.283																																		
Obrigações tributárias	1.551																																		
Partes relacionadas - mútuos	35.455																																		
Outras contas a pagar	34																																		
Total do passivo circulante	<u>61.598</u>																																		
Não circulante																																			
Empréstimos e financiamentos	29.380																																		
Total do passivo não circulante	<u>29.380</u>																																		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO																																			
Capital social	171.451																																		
Reservas de capital	29																																		
Reservas de lucros	97.047																																		
Total do patrimônio líquido	<u>268.527</u>																																		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>359.505</u>																																		
<p><b>2. Apresentação das demonstrações contábeis</b></p> <p><b>a. Declaração de conformidade</b></p> <p>As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.</p> <p>As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 28 de fevereiro de 2018.</p> <p><b>b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis</b></p> <p>Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p><b>c) Base de elaboração</b></p> <p>As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.</p> <p>As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.</p> <p><b>d) Transações em moedas estrangeiras</b></p> <p>Convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real - R\$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.</p> <p><b>e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos</b></p> <p>A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.</p> <p>As principais estimativas e julgamentos estão descritas na nota explicativa nº 4.</p>																																			
<p><b>3. Principais políticas contábeis</b></p> <p>As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir. Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.</p> <p><b>3.1. Instrumentos financeiros</b></p> <p>Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.</p> <p><b>Classificação:</b></p> <p>Os ativos e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) recebíveis; e (v) passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.</p> <p><b>Ativos financeiros</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía somente instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, que compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São considerados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 18). A Companhia não possui ativos financeiros classificados em outras categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda).</p> <p><b>Passivos financeiros</b></p> <p>Os passivos financeiros são classificados como passivos avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por fornecedores (nota explicativa nº 12), fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 18), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13), obrigações tributárias (nota explicativa nº 15), mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 18), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros incorridos até as datas dos balanços.</p> <p><b>Método da taxa efetiva de juros</b></p> <p>Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro de dívida e alocar seu resultado financeiro ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.</p> <p><b>Compensação de instrumentos financeiros</b></p> <p>Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.</p> <p><b>Instrumentos financeiros derivativos</b></p> <p>A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como operação de <i>swap</i> para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de <i>swap</i> são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período.</p>																																			
<p><b>3.2. Caixa e equivalentes de caixa</b></p> <p>Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.</p> <p>São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.</p> <p><b>3.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa</b></p> <p>As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos créditos, na análise da conjuntura econômica e no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento.</p> <p>O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos (vide nota explicativa nº 6).</p>																																			
<p>A Companhia utiliza o seguinte critério para calcular a provisão para créditos de liquidação duvidosa:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Dias vencidos</th> <th>Provisão reconhecida - %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0 a 15 dias</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>16 a 60 dias</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Acima de 61 dias</td> <td>80%</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque</b></p> <p>Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações contábeis.</p> <p>O estoque não deve ser escriturado por quantia superior àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso, por isso a Companhia efetua a avaliação do valor realizável líquido do estoque considerando na análise o preço de venda líquido de impostos e fretes praticado no mercado versus o valor de custo médio por produto, caso o valor do custo for maior que o valor o valor realizável líquido constitui-se uma provisão redutora no estoque. Em 31 de dezembro de 2017 (2016) a Companhia não apresentou indicativos.</p> <p><b>3.5. Ativo imobilizado</b></p> <p>São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.</p> <p>Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.</p> <p>A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão demonstradas a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxas anuais de depreciação - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2,5% a 25%</td> <td>Máquinas e equipamentos</td> </tr> <tr> <td>3,33% a 10%</td> <td>Móveis e utensílios</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Sistema de processamento</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de dados e comunicação</td> </tr> <tr> <td>6,67% a 33,33%</td> <td>Veículos</td> </tr> <tr> <td>4% a 20%</td> <td>Infraestrutura</td> </tr> <tr> <td>1,43% a 10%</td> <td>Instalações industriais</td> </tr> <tr> <td>1,67% a 6,67%</td> <td>Ferramentas</td> </tr> <tr> <td>5%</td> <td>Cultura de dendê permanente</td> </tr> <tr> <td>4%</td> <td>Cultura de dendê correspondem às plantas portadoras (palmeira de dendê) que são exclusivamente utilizadas para cultivar os cachos de dendê.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.</td> </tr> <tr> <td></td> <td>O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>3.6. Ativos biológicos</b></p> <p>Os ativos biológicos correspondem aos cachos de fruta fresca da palmeira de dendê bem como os produtos agrícolas em desenvolvimento (cachos de fruta verde), produzidos nas fazendas localizadas no estado do Pará. Os ativos biológicos são utilizados como matéria-prima na produção de óleo de palma no momento de sua colheita.</p> <p>Os ativos biológicos são inicialmente mensurados pelo valor justo, menos as despesas de vendas no momento da colheita, com base no preço de mercado e quaisquer variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Para fins de mensuração dos ativos biológicos, a Companhia considera os cachos de fruta fresca e em desenvolvimento no momento da colheita.</p> <p>A Administração entende que na data-base das demonstrações contábeis, o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, principalmente devido ao encerramento do período de colheita da safra que ocorre em Janeiro de cada ano.</p> <p><b>3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis</b></p> <p>A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é</p>		Dias vencidos	Provisão reconhecida - %	0 a 15 dias	-	16 a 60 dias	20%	Acima de 61 dias	80%	Taxas anuais de depreciação - %		2,5% a 25%	Máquinas e equipamentos	3,33% a 10%	Móveis e utensílios		Sistema de processamento		de dados e comunicação	6,67% a 33,33%	Veículos	4% a 20%	Infraestrutura	1,43% a 10%	Instalações industriais	1,67% a 6,67%	Ferramentas	5%	Cultura de dendê permanente	4%	Cultura de dendê correspondem às plantas portadoras (palmeira de dendê) que são exclusivamente utilizadas para cultivar os cachos de dendê.		Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.		O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.
Dias vencidos	Provisão reconhecida - %																																		
0 a 15 dias	-																																		
16 a 60 dias	20%																																		
Acima de 61 dias	80%																																		
Taxas anuais de depreciação - %																																			
2,5% a 25%	Máquinas e equipamentos																																		
3,33% a 10%	Móveis e utensílios																																		
	Sistema de processamento																																		
	de dados e comunicação																																		
6,67% a 33,33%	Veículos																																		
4% a 20%	Infraestrutura																																		
1,43% a 10%	Instalações industriais																																		
1,67% a 6,67%	Ferramentas																																		
5%	Cultura de dendê permanente																																		
4%	Cultura de dendê correspondem às plantas portadoras (palmeira de dendê) que são exclusivamente utilizadas para cultivar os cachos de dendê.																																		
	Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.																																		
	O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.																																		
continua →☆																																			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)																																																																													
<p>equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").</p> <p><b>3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes</b> Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.</p> <p><b>3.9. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários</b> Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.</p> <p>A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</p> <p><b>3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes</b> Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.</p> <p><b>3.11. Reconhecimento de receita</b> A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:</p> <p>a) <b>Venda de produtos e mercadorias</b> A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.</p> <p>b) <b>Receitas financeira</b> A receita financeira é reconhecida pro-rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.</p> <p><b>3.12. Impostos</b></p> <p>a) <b>Imposto de renda e contribuição social - correntes</b> Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.</p> <p>A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.</p> <p>b) <b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b> Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.</p> <p>Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.</p> <p>c) <b>Subvenções e assistências governamentais</b> Por intermédio da Resolução de número 2 de 24 de abril de 2013</p>	<p>- Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, publicadas em 30 de dezembro de 2013 e com vigência a partir de 30 de dezembro de 2013 a Companhia obteve incentivo fiscal de ICMS de crédito presumido de 95% sobre suas operações de vendas interestaduais e redução na base de cálculo para operações internas.</p> <p>d) <b>Imposto sobre vendas de produtos e serviços prestados</b> Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;</li> <li>• Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e</li> <li>• O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.</li> </ul> <p>Os tributos (ICMS, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.</p> <p><b>3.13. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC</b> No exercício corrente, a Companhia avaliou diversas emendas e novas interpretações às "International Financial Reporting Standards - IFRS" e aos CPCs, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, e nenhuma delas trouxe impactos relevantes às demonstrações contábeis da Companhia.</p> <p>As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.</p> <p><i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)</i> A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis e em suas divulgações referentes ao IFRS 15.</p> <p>Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture);</i></li> <li>• <i>IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2;</i></li> <li>• <i>IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil;</i></li> <li>• <i>IFRS 17 Contratos de seguro;</i></li> <li>• <i>Transferências de Propriedade para Investimento - Alterações à IAS 40;</i></li> <li>• <i>Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017);</i></li> <li>• <i>Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro - Alterações à IFRS 4;</i></li> <li>• <i>Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e</i></li> <li>• <i>Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda.</i></li> </ul> <p>Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.</p> <p><b>4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</b> Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.</p> <p>A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:</p>	<p>a) <b>Reconhecimento da receita de vendas</b> A Administração da Companhia levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente (nota explicativa nº 3.11).</p> <p>b) <b>Redução dos valores de recuperação dos ativos</b> Nas datas dos balanços, a Companhia revisa os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso).</p> <p>Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não apresentou indicadores (nota explicativa nº 3.7).</p> <p>c) <b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b> Constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.3.</p> <p>d) <b>Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários</b> As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos consultores jurídicos da Companhia. (nota explicativa nº 3.9).</p> <p>e) <b>Valor justo dos ativos biológicos</b> Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (nota explicativa nº 3.6).</p> <p><b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b> Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações contábeis.</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2017</th> <th style="text-align: right;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td style="text-align: right;">39</td> <td style="text-align: right;">28</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras (*)</td> <td style="text-align: right;">22</td> <td style="text-align: right;">15</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td style="text-align: right;"><b>61</b></td> <td style="text-align: right;"><b>43</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo (Letra de Arrendamento Mercantil - LAM) em 2017 (CDB's em 2016), os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa.</p> <p>Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a título de crédito de investimento remunerados à taxa média de 100% do CDI em 2017 (101% do CDI em 2016).</p> <p><b>6. Contas a receber de clientes</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2017</th> <th style="text-align: right;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber nacional</td> <td style="text-align: right;">1.512</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber exterior</td> <td style="text-align: right;">2.085</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td style="text-align: right;">162</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td style="text-align: right;"><b>3.759</b></td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td style="text-align: right;"><b>(30)</b></td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td style="text-align: right;"><b>3.729</b></td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das contas a receber tinha a seguinte composição por idade de vencimento:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2017</th> <th style="text-align: right;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td style="text-align: right;">2.751</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Vencidos:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Até 30 dias</td> <td style="text-align: right;">781</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>De 31 a 60 dias</td> <td style="text-align: right;">144</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>De 61 a 90 dias</td> <td style="text-align: right;">46</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>De 91 a 150 dias</td> <td style="text-align: right;">10</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Acima de 150 dias</td> <td style="text-align: right;">27</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td style="text-align: right;"><b>3.759</b></td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2017</th> <th style="text-align: right;">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo inicial em 01 de janeiro de:</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Adições (complementos)</td> <td style="text-align: right;">(248)</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Baixa (consumo/reversões)</td> <td style="text-align: right;">218</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Saldo final em 31 de dezembro de:</td> <td style="text-align: right;"><b>(30)</b></td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Administração da Companhia entende que as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são suficientes para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de cliente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi reconhecida conforme a nota explicativa nº 3.3.</p>		2017	2016	Caixa e bancos	39	28	Aplicações financeiras (*)	22	15	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>43</b>		2017	2016	Contas a receber nacional	1.512	-	Contas a receber exterior	2.085	-	Outros	162	-	<b>Total</b>	<b>3.759</b>	-	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(30)</b>	-	<b>Total</b>	<b>3.729</b>	-		2017	2016	A vencer	2.751	-	Vencidos:			Até 30 dias	781	-	De 31 a 60 dias	144	-	De 61 a 90 dias	46	-	De 91 a 150 dias	10	-	Acima de 150 dias	27	-	<b>Total</b>	<b>3.759</b>	-		2017	2016	Saldo inicial em 01 de janeiro de:	-	-	Adições (complementos)	(248)	-	Baixa (consumo/reversões)	218	-	Saldo final em 31 de dezembro de:	<b>(30)</b>	-
	2017	2016																																																																											
Caixa e bancos	39	28																																																																											
Aplicações financeiras (*)	22	15																																																																											
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>43</b>																																																																											
	2017	2016																																																																											
Contas a receber nacional	1.512	-																																																																											
Contas a receber exterior	2.085	-																																																																											
Outros	162	-																																																																											
<b>Total</b>	<b>3.759</b>	-																																																																											
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(30)</b>	-																																																																											
<b>Total</b>	<b>3.729</b>	-																																																																											
	2017	2016																																																																											
A vencer	2.751	-																																																																											
Vencidos:																																																																													
Até 30 dias	781	-																																																																											
De 31 a 60 dias	144	-																																																																											
De 61 a 90 dias	46	-																																																																											
De 91 a 150 dias	10	-																																																																											
Acima de 150 dias	27	-																																																																											
<b>Total</b>	<b>3.759</b>	-																																																																											
	2017	2016																																																																											
Saldo inicial em 01 de janeiro de:	-	-																																																																											
Adições (complementos)	(248)	-																																																																											
Baixa (consumo/reversões)	218	-																																																																											
Saldo final em 31 de dezembro de:	<b>(30)</b>	-																																																																											



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)					
☆ continuação					
b) Contas a receber		2017 2016		condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social. Em 2017 o saldo é de R\$ 52.514 (R\$ 32.309 em 2016).	
Indústrias Xhara Ltda. (i)	51.918	-	-	-	e) Reserva especial para dividendos
Cia. Refinadora da Amazônia (ii)	12.001	-	-	-	A reserva de dividendos é constituída em conformidade com o artigo 23 do estatuto da Companhia que determina a destinação de 10% do lucro líquido do exercício, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. Essa reserva é limitada a 20% do capital social e tem como finalidade garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos. Em 2017, a Companhia registrou R\$ 200.
Total	63.919	-	-	-	f) Reserva de incentivos fiscais
(i) Referente às operações realizadas de venda de óleo com a parte relacionada Indústrias Xhara Ltda. no montante de R\$ 51.750 e repasse de seguro contratado pela Companhia no montante de R\$ 168.					
(ii) Referente às operações realizadas de venda de óleo com a parte relacionada Cia. Refinadora da Amazônia no montante de R\$ 11.831 e repasse de seguro contratado pela Companhia no montante de R\$ 170.					
c) Adiantamentos de clientes		Adiantamentos de clientes (i)		Contas a pagar (ii)	
	2017 2016	2017 2016	2017 2016		
Cia. Refinadora da Amazônia	109.236	88.132	7	-	-
(i) Adiantamentos obtidos nas operações comerciais de venda de óleo com o cliente parte relacionada Cia. Refinadora da Amazônia.					
(ii) Repasse de seguro contratado pela Cia. Refinadora da Amazônia no montante de R\$ 7.					
d) Mútuo passivo					
Contrato de mútuo firmado com a:					
- Alfapar Securities Inc referente a empréstimos, sendo o valor de:					
	2017 2016				
Alfapar Securities Inc. - mútuo (i)	6.208	-	-	-	-
Alfapar Securities Inc. - pré-pagamento exportação (ii)	29.356	-	-	-	-
Total	35.564	-	-	-	-
(i) US\$ 1.876 referente a contrato de mútuo com vencimento em 25 de junho de 2018;					
(ii) US\$ 8.874 referente a contrato de empréstimo para ser utilizado para pré-pagamentos de exportação de mercadorias com vencimento em 26 de julho de 2018.					
Em 2017, foram registrados R\$ 1.435 na rubrica de "Despesas financeiras" com relação aos juros incorridos e variações cambiais no exercício.					
e) Remuneração da Administração		2017 2016		20. Receita operacional líquida	
Remuneração salarial	1.143	647	-	-	Receita bruta de vendas de produtos (nacional)
Gratificação	166	72	-	-	Receita bruta de vendas de produtos (exterior)
Encargos	363	190	-	-	Receita bruta de prestação de serviços
	1.672	909	-	-	Devoluções de vendas
19. Patrimônio líquido					
a) Capital social					
O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 354.645, em 31 de dezembro de 2017 (R\$183.194 em 2016), está representado por 286.869.942 ações ordinárias e nominativas e 351.486.478 ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:					
	2017 2016				
Acionistas	Ações R\$	Ações R\$			
ALFA PARTICIPAÇÕES COMERCIAIS LTDA. COMPANHIA TRANSAMÉRICA DE HOTÉIS	378.526 210	- -	- -	- -	- -
ÁGUAS PRATA LTDA.	576.739 320	- -	- -	- -	- -
ALFA PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS LTDA.	593.318 330	- -	- -	- -	- -
ALFA PARTICIPAÇÕES ADM. E REP.	2.918.864 1.622	900 1			
CORUMBAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	5.426.075 3.015	- -	- -	- -	- -
BANCO DA AMAZÔNIA S/A (FINAM)	11.267.685 6.259	3.151.989 1.994			
ALFAPAR SECURITIES INC	83.324.225 46.292	- -	- -	- -	- -
NOVA AMERICA HOLDINGS LTDA.	533.739.011 296.524	286.363.338 181.199			
Total	638.356.420 354.645	289.516.227 183.194			
b) Reserva de capital					
Constituída com valores recebidos pela Companhia que não transitaram pelo resultado por não se referirem à venda de bens ou à prestação de serviços. Trata-se basicamente de ágio na emissão de ações. Em 2017 o saldo é de R\$ 29 (R\$ 0 em 2016).					
c) Reserva legal					
A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observando o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital, nos termos dispostos no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 23 do estatuto da Companhia. Em 2017 o saldo é de R\$ 13.281 (R\$ 6.251 em 2016).					
d) Reserva para aumento de capital					
É constituída em conformidade com o artigo 23 do estatuto da Companhia que determina a destinação de 90% do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para constituição da reserva para aumento de capital com finalidade de assegurar adequadas					
		2017 2016		23. Imposto de renda e contribuição social	
				a. Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social	
				Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	
				10.778 (3.495)	
				Adições	
				(+ Total despesas não dedutíveis - art. 13 da Lei 9.249/95	
				490 2.990	
				(+ Licença Maternidade	
				81 -	
				(+ Provisões indedutíveis	
				4.693 931	
				5.264 3.921	
				Exclusões	
				(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	
				(749) (2.467)	
				(-) Subvenção ICMS - Incentivo Fiscal Estadual	
				(5.875) -	
				(6.624) (2.467)	
				(=) Lucro real antes das compensações de prejuízos	
				9.418 (2.041)	
				Compensação Prejuízos Fiscais	
				2.825 -	
				Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	
				1.582 -	
				Despesa com Adicional do Imposto de Renda	
				635 -	
				Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social antes das Deduções	
				2.217 -	
				(-) Remuneração da Prorrogação da Licença Maternidade	
				(81) -	
				(-) Programa de Alimentação do Trabalhador	
				(40) -	
				(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	
				(3) -	
				Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	
				2.093 -	
				b. Imposto de renda e contribuição social diferidos	
A Administração da Empresa, não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Empresa, que estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Pelo mesmo motivo, a empresa não constituiu imposto de renda e contribuições social diferidos sobre os ajustes temporários. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, do ano corrente e de anos anteriores, para os quais não há prazo-limite para utilização e que estão limitados a 30% do lucro ajustado anual para fins fiscais de acordo com a legislação fiscal em vigor, compostos como segue:					
				• Prejuízos fiscais - R\$1.784 (R\$ 20.858 em 2016).	
				• Base negativa de contribuição social - R\$ 1.784 (R\$ 20.858 em 2016).	
				• Adições temporárias - R\$ 4.693 (R\$ 2.990 em 2016).	
				• Exclusões temporárias - R\$ 749 (R\$ 2.467 em 2016).	
Os créditos diferidos não constituídos de imposto de renda e contribuição social totalizam R\$ 9.449 (R\$ 8.108 em 2016).					
				24. Instrumentos financeiros	
				a) Considerações gerais	
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo.					
				Aplicações financeiras	
A política de aplicações financeiras elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia dentro desses limites em 31 de dezembro de 2017.					
				b) Gestão do risco de capital	
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.					
				c) Categorias de instrumentos financeiros	
				2017 2016	
				- Ativos financeiros - circulante:	
				Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	
				61 43	
				Contas a receber de clientes (Nota 6)	
				3.729 -	
				Partes relacionadas - clientes (Nota 18)	
				63.919 -	
				67.709 43	
				- Passivos financeiros - circulante:	
				Fornecedores (Nota 12)	
				23.743 13.065	
				Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	
				7.234 1.521	
				Obrigações tributárias (Nota 15)	
				506 2.784	
				Partes relacionadas - fornecedores (Nota 18)	
				109.243 88.132	
				Partes relacionadas - mútuos (Nota 18)	
				35.564 -	
				176.290 105.502	
				2017 2016	
				- Passivos financeiros - não circulante:	
				Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	
				28.731 7.857	
				28.731 7.857	
A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, exceto mútuo, nas datas dos balanços.					





## INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ

CNPJ 23.453.830/0009-27

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$			
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>11.098.998</b>	<b>10.872.134</b>	<b>Circulante</b>		<b>4.187.329</b>	<b>3.597.524</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	3.025.959	2.229.921	Fornecedores	7	1.967.079	1.641.232
Contas a receber	1b e 4	6.546.840	7.370.009	Obrigações trabalhistas	2f e 8	1.686.689	1.478.944
Estoques		630.758	549.408	Obrigações sociais		244.957	239.804
Adiantamento a fornecedores		221.688	69.879	Obrigações fiscais		129.414	133.635
Outros créditos		663.180	645.204	Outras contas a pagar		159.190	103.909
Despesas antecipadas		10.573	7.713	<b>Não-Circulante</b>		<b>115.000</b>	
<b>Não Circulante</b>		<b>2.533.999</b>	<b>2.931.579</b>	Provisão para contingência	10	115.000	-
Imobilizado líquido	2c e 5	2.476.272	2.857.178	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>9.330.668</b>	<b>10.206.189</b>
Intangível líquido	2d e 6	57.727	74.401	Patrimônio social		10.206.189	10.667.348
<b>Total do Ativo</b>		<b>13.632.997</b>	<b>13.803.713</b>	Ajuste exercício anterior		2.089	-
				Déficit do exercício		(877.610)	(461.159)
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.632.997</b>	<b>13.803.713</b>
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$</b>							
Descrição	Patrimônio Social	Transferência	Superávit do exercício	Ajustes Exercício Anterior			Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.796.330</b>	<b>(5.488)</b>	<b>1.876.506</b>				<b>10.667.348</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	1.871.018	5.488	(1.876.506)				-
Déficit do período	-	-	(461.159)				(461.159)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10.667.348</b>		<b>(461.159)</b>				<b>10.206.189</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	(461.159)	-	461.159				-
Ajustes de exercício anterior	-	-	-	2.089			2.089
Déficit do período	-	-	(877.610)				(877.610)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.206.189</b>		<b>(877.610)</b>	<b>2.089</b>			<b>9.330.668</b>
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$</b>							
<b>1. Contexto Operacional:</b> a) <b>Objetivos Sociais:</b> O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) está localizado em Paragominas (PA), e faz parte da rede pública do estado. O hospital atende uma população de cerca de 900 mil pessoas da microrregião de Paragominas, composta por 23 municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados.							
b) <b>Contrato de Gestão:</b> O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado desde Maio de 2014 por meio de contrato de gestão pelo INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 67.916, publicado no DOU em 22/11/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969 e declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 por meio da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017. Protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018 pelo Ministério da Saúde.							
c) <b>Ativo imobilizado de gestão pública:</b> Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem.							
d) <b>Ativo intangível de gestão pública:</b> Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares.							
e) <b>Apuração do resultado do exercício:</b> As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.							
f) <b>Provisão para férias e encargos:</b> Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.							
g) <b>Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.							
h) <b>Ajuste a valor presente de ativos e passivos:</b> Nas transações de 2017 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se desvessem ser ajustadas a valor presente.							
i) <b>Patrimônio líquido:</b> O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.							
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>							
		<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Descrição							
Caixas		500	500				
Banco conta movimento		209.424	17.883				
Aplicações financeiras de liquidez imediata		2.816.035	2.211.538				
		<b>3.025.959</b>	<b>2.229.921</b>				
<b>4. Contas Receber:</b> Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria do Estado de Saúde do Pará - SESP/PA.							
Descrição		<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Contrato de gestão número 028/SESPA/2014		6.546.840	7.370.009				
		<b>6.546.840</b>	<b>7.370.009</b>				
<b>5. Imobilizado</b>							
	Apar./Inst. Cirúrgicos 10%	Máquinas e Equip. 10%	Veículos 20%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Total
Valor líquido contábil							
Saldo inicial	2.618.196	128.256	30.271	272.812	158.221	23.194	3.230.950
Adições	-	1.629	-	850	980	-	3.459
Depreciação	(303.529)	(6.236)	(8.859)	(15.223)	(40.664)	(2.720)	(377.231)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.314.667</b>	<b>123.649</b>	<b>21.412</b>	<b>258.439</b>	<b>118.537</b>	<b>20.474</b>	<b>2.857.178</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>							
Saldo inicial	2.314.667	123.649	21.412	258.439	118.537	20.474	2.857.178
Adições	3.950	1.339	-	9.815	17.158	-	32.262
Depreciação	(308.520)	(15.652)	(8.860)	(33.878)	(43.537)	(2.721)	(413.168)
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.010.097</b>	<b>109.336</b>	<b>12.552</b>	<b>234.376</b>	<b>92.158</b>	<b>17.753</b>	<b>2.476.272</b>
<b>6. Intangível</b>							
Valor líquido contábil	Software						
Saldo inicial 2016		4.017	4.017				
Adições		79.356	79.356				
Amortização		(8.972)	(8.972)				
<b>Saldo Final 2016</b>		<b>74.401</b>	<b>74.401</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>							
Saldo inicial		74.401	74.401				
Amortização		(16.674)	(16.674)				
<b>Saldo inicial 2017</b>		<b>57.727</b>	<b>57.727</b>				
<b>7. Fornecedores</b>							
Descrição		<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Materiais e medicamentos		567.065	333.201				
Serviços		390.281	191.165				
Serviços médicos		1.009.733	1.116.866				
		<b>1.967.079</b>	<b>1.641.232</b>				
<b>8. Obrigações Trabalhistas</b>							
Descrição		<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Obrigações trabalhistas		661.265	587.869				
Provisão férias		949.722	817.522				
Provisões PIS s/férias		-	8.173				
Provisões FGTS s/férias		75.702	65.380				
<b>Total</b>		<b>1.686.689</b>	<b>1.478.944</b>				
<b>9. ISENÇÕES USUFRUÍDAS:</b> Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.							
Descrição		<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Isenção das contribuições previdenciária		2.762.646	2.523.474				
COFINS		1.029.930	1.025.280				
<b>Total</b>		<b>3.792.576</b>	<b>3.548.754</b>				
<b>10. Provisões Para Contingências:</b> O Instituto discute ações na esfera judicial e julga ser necessário o reconhecimento de provisões para contingências, conforme parecer dos assessores jurídicos. Estima-se o montante de 115.000 em ação trabalhista, cuja probabilidade de perda é provável. As ações com probabilidade de perda possível soma 17.515. As ações ficaram assim distribuídas.							
<b>Contingências</b>							
		<b>Provável</b>	<b>Possível</b>				
		115.000	17.515				
<b>Trabalhistas</b>							
<b>11. Seguros:</b> O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.							
Paragominas/PA, 31 de dezembro de 2017.							
Júlio César de Aguiar Garcia							
Diretor Executivo							
CPF: 098.430.598-08							
Neimar Pereira Leão							
Contadora							
CRC CT - PA - 014637/O-4							

...continuação

## INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ

CNPJ 23.453.830/0009-27

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará – Paragominas – PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2; Fabio de Farias Vieira - Contador CRC 1SP 218.852/O-0 Auditor Independente - CNAI 2.452**

Protocolo: 306629

**Belém e o Imobiliário**  
Uma cidade entre contratos e contradições  
Raul da Silva Ventura Neto

**Cidade dos Sonoros e dos Cantores**  
Estudos sobre a era do rádio a partir da capital paraense  
Antonio Mauricio Costa

**ROMANCEIRO DA CABANAGEM**  
POESIA - JOSÉ ILDONE

**Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos**  
Dicio de Alencar Guzmán & Lodewijk A.H.C. Hulsman

**O MUNDO DA CRIANÇA**  
PARAGUASSU E LERES  
BELEM - PA  
1ª EDIÇÃO  
2016

**Edições Q&C**  
4009-7817

# INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH

## UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

CNPJ 23.453.830/0013-03

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>4.938.492</b>	<b>3.331.423</b>	<b>Circulante</b>		<b>536.209</b>	<b>493.705</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	2.981.145	1.247.827	Fornecedores	8	199.785	111.387
Contas a receber	2g e 4	501.261	700.000	Obrigações trabalhistas	9	239.126	221.018
Estoques	2b	54.886	118.357	Obrigações sociais	10	53.501	47.996
Adiantamento a fornecedor		2.243	-	Obrigações fiscais	11	11.386	15.403
Adiantamento a funcionário		28.265	-	Outras contas a pagar		32.411	97.901
Outros Créditos	5	1.370.692	1.265.239	<b>Não Circulante</b>		<b>376.766</b>	<b>435.097</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>547.681</b>	<b>628.939</b>	Receitas diferidas	12	376.766	435.097
Imobilizado líquido	2c e 6	16.481	2.632	<b>Passivo Líquido</b>		<b>4.573.198</b>	<b>3.031.560</b>
Intangível líquido	2d e 7	154.434	191.210	Patrimônio Social		3.031.560	-
Imobilizado-contrato de gestão líquido	2c e 6	368.039	423.404	Ajustes exercício anterior		434	-
Intangível-contrato de gestão líquido	2d e 7	8.727	11.693	Transferências		-	(262.905)
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.486.173</b>	<b>3.960.362</b>	Superávit do exercício	13	1.541.204	3.294.465
				<b>Total do Passivo</b>		<b>5.486.173</b>	<b>3.960.362</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$

Descrição	Patrimônio social	Transferência	Ajustes Exercício Anterior	Superávit do Período	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	-	-	-	-	-
Transferências enviadas	-	(262.905)	-	-	(262.905)
Superávit do período	-	-	-	3.294.465	3.294.465
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	-	(262.905)	-	3.294.465	3.031.560
Incorporação ao patrimônio	3.031.560	262.905	-	(3.294.465)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	434	-	434
Superávit do período	-	-	-	1.541.204	1.541.204
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	3.031.560	-	434	1.541.204	4.573.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Unacon do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurado oficialmente pelo governo do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 poltronas e dois leitos de retaguarda para realização de quimioterapias, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é 100% SUS - Sistema Único de Saúde, assegurando assistência universal e gratuita. **Contrato de Gestão:** O Unacon do Hospital Regional do Tucuruí administrado desde 10 de março de 2016 por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - CNPJ 23.453.830/0013-03, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007, 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC ITG 2002 e a Lei 12.101/2009, relativas às entidades sem finalidade de lucro. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio

de aquisição, inferiores aos valores de realização. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Apuração do Superávit/Déficit do período:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **f) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **h) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **i) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

#### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	2017	2016
Caixa	307	377
Banco conta movimento	69.302	153.322
Aplicações em CDB	2.911.536	1.094.128
	2.981.145	1.247.827

**4. Contas a Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

Descrição	2017	2016
Contrato 003/2016 - SESP	501.261	700.000
	<b>501.261</b>	<b>700.000</b>

#### 5. Outros Créditos:

Descrição	2017	2016
Créditos a receber de Tailândia	1.366.352	-
Créditos a receber da Sede	4.340	-
	<b>1.370.692</b>	<b>-</b>

#### 6. Imobilizado:

Mov. Saldo em 31 de dezembro de 2016	Mov. Utensílios 10%	Instr.de Cirurgia 10%	Aparelho Medicina 10%	Total
Saldo inicial	2.794	-	-	2.794
Depreciação	(162)	-	-	(162)
<b>Saldo final</b>	<b>2.632</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.632</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>				
Saldo inicial	2.632	-	-	2.632
Aquisição	2.728	9.448	3.212	15.388
Depreciação	(405)	(866)	(268)	(1.539)
<b>Saldo final</b>	<b>4.955</b>	<b>8.582</b>	<b>2.944</b>	<b>16.481</b>

#### Imobilizado contrato de Gestão.

Valor líquido contábil	Ap. Med e Cirurg. 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Maquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>							
Saldo inicial	100.943	107.012	37.537	8.690	76.160	116.300	446.642
Depreciação	(3.357)	(9.187)	(1.877)	(435)	(3.748)	(4.634)	(23.237)
<b>Saldo Final</b>	<b>97.586</b>	<b>97.825</b>	<b>35.660</b>	<b>8.256</b>	<b>72.412</b>	<b>111.666</b>	<b>423.404</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>							
Saldo inicial	97.586	97.825	35.660	8.256	72.412	111.666	423.404
Depreciação	(10.094)	(21.402)	(3.754)	(870)	(7.615)	(11.630)	(55.365)
<b>Saldo final</b>	<b>87.491</b>	<b>76.423</b>	<b>31.906</b>	<b>7.385</b>	<b>64.797</b>	<b>100.036</b>	<b>368.039</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Descrição	Nota	2017	2016
<b>Receitas</b>		<b>7.265.902</b>	<b>6.359.489</b>
Serviços prestados pacientes SUS		7.207.571	6.300.000
Doações		-	1.377
Outras receitas		58.331	58.112
<b>Despesas</b>		<b>(5.951.327)</b>	<b>(3.204.926)</b>
Pessoal e encargos		(1.826.649)	(1.015.972)
Serviços de terceiros		(2.996.643)	(1.496.899)
Materiais e medicamentos		(344.424)	(80.879)
Impostos, taxas e contribuições		(9.175)	(29.487)
Depreciação/amortização		(103.526)	(48.759)
Despesa - renúncia fiscal	14	(659.700)	(388.073)
Receita - renúncia fiscal	14	659.700	388.073
Despesas gerais		(670.910)	(532.930)
<b>Financeiras</b>		<b>226.629</b>	<b>139.902</b>
Despesas financeiras		(10.651)	(8.886)
Receitas financeiras		237.280	148.788
<b>Resultado Operacional</b>		<b>1.541.204</b>	<b>3.294.465</b>
<b>Superávit do Exercício</b>		<b>1.541.204</b>	<b>3.294.465</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Evento	2017	2016
Superávit do exercício	1.541.204	3.294.465
Depreciação/amortizações	103.526	48.759
Ajustes de Exercícios Anteriores	434	(262.905)
<b>(=) Total do ajuste líquido</b>	<b>1.645.164</b>	<b>3.080.319</b>

#### Variações no circulante das

contas de ativo e passivo	2017	2016
<b>Aumento/redução dos créditos - circulante</b>	<b>62.778</b>	<b>(1.965.239)</b>
Aumento/redução de estoques	63.471	(118.357)
Aumento/redução de fornecedores	88.398	104.433

Aumento/redução de obrigações trabalhistas	18.108	221.018
Aumento/redução de obrigações sociais	5.505	47.996
Aumento/redução de obrigações tributárias	(4.017)	15.403
Aumento/redução de outras obrigações	(65.490)	104.855
Aumento/redução das obrigações - não circulante	(58.331)	435.097
<b>(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.755.586</b>	<b>1.925.525</b>
Atividades de investimentos	(22.268)	(677.698)
Aquisição de imobilizado	(15.388)	(449.436)
Aquisição de bens do intangível	(6.880)	(228.262)
<b>(=) Variação do caixa e equivalente</b>	<b>1.733.318</b>	<b>1.247.827</b>
Saldo existente no início do exercício	1.247.827	-
Saldo existente no final do exercício	2.981.145	1.247.827
<b>(=) Resultado final de caixa (disponível)</b>	<b>1.733.318</b>	<b>1.247.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### 7. Intangível:

Direito de uso 20%	Software 20%	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		
Saldo inicial	213.223	2.191
Depreciação	(24.203)	-
<b>Saldo final</b>	<b>189.020</b>	<b>2.191</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		
Saldo inicial	189.020	2.191
Aquisição	6.880	6.880
Depreciação	(42.962)	(695)
<b>Saldo final</b>	<b>152.937</b>	<b>1.496</b>

#### Contrato de Gestão

Direito de uso 20%	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	
Saldo inicial	12.848
Depreciação	(1.155)
<b>Saldo final</b>	<b>11.693</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	
Saldo inicial	11.693
Depreciação	(2.966)
<b>Saldo final</b>	

...continuação

## INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

CNPJ 23.453.830/0013-03

**11. Obrigações Fiscais:**

Descrição	2017	2016
ISS a recolher	1.096	4.417
PIS/COFINS/CSL a recolher	7.202	6.386
INSS s/serviços a recolher	909	1.734
IRRF s/serviços a recolher	2.179	2.866
<b>Total</b>	<b>11.386</b>	<b>15.403</b>

**12. Receitas Diferidas:** O hospital recebeu em 2016 o total de R\$ 493.202 como verba para investimento, sendo que R\$ 33.712 se refere a bens de pequeno valor. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado/intangível com o contrato de gestão no hospital em 2016, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

Descrição	2017	2016
Imobilizado - contrato de gestão	446.642	446.642
Intangível - contrato de gestão	12.848	12.848
<b>Total investido em ativo</b>	<b>459.490</b>	<b>459.490</b>
Depreciação/amortização acumulada	(82.724)	(24.393)
<b>Total imobilizado/intangível líquido</b>	<b>376.766</b>	<b>435.097</b>
<b>Receita diferida</b>	<b>376.766</b>	<b>435.097</b>

**13. Superávit do Período:** Refere-se ao superávit auferido no exercício de 2017 do Contrato de Gestão n. 003/201 com a Secretaria de Saúde do Pará. **14. Isenções Usufruídas:** Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da

contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2017	2016
Isenção das contribuições previdenciária	443.473	199.073
COFINS	216.227	189.000
<b>Total</b>	<b>659.700</b>	<b>388.073</b>

Tucuruí - PA, 31 de dezembro de 2017

**Thiarle Dassi**

Diretor Executivo

CPF. 685.679.529-72

**Selma do Carmo Ribeiro**

Contadora

CRC CT 1SP 159.113/O-0

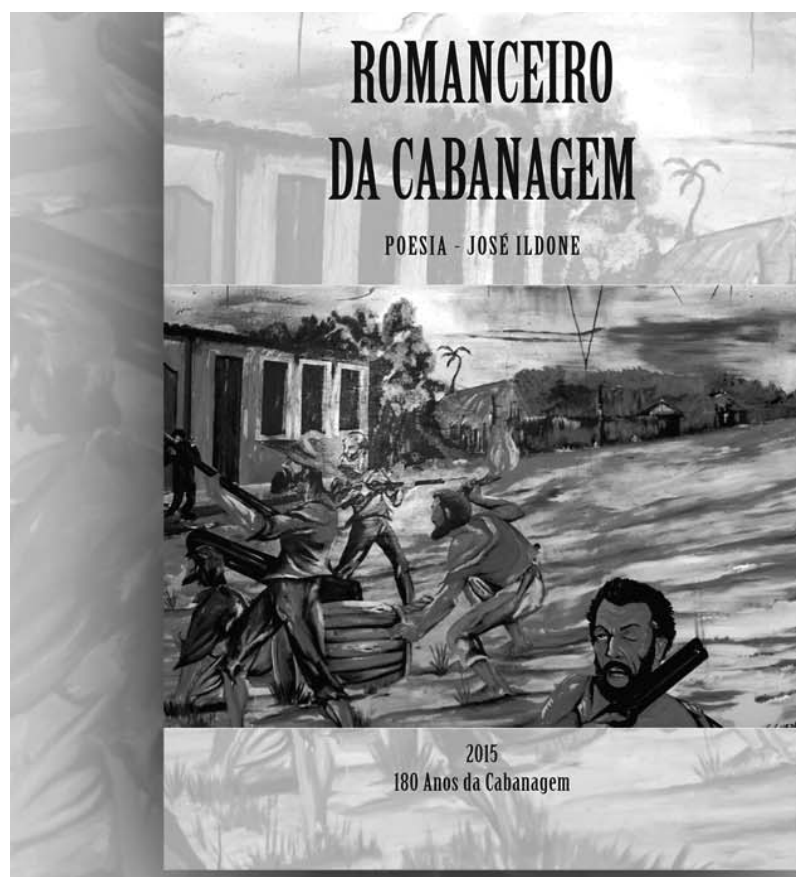
**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UNACON do Hospital Regional de Tucuruí - Tucuruí - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2**  
**Fabio de Farias Vieira** - Contador CRC 1SP 218.852/O-0  
Auditor Independente - CNAI 2.452.

Protocolo: 306633



Edições  
**oe**  
4009-7817



continuação

José Batista Luz Neto - Diretor Executivo - CPF 623.807.103-68

Jairo Leite de Lima - Contador - CRC TC PA 012413/O-2

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Geral de Tailândia** - Tailândia - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresentou patrimônio social negativo no montante de R\$ 2.787.720 e capital circulante negativo de R\$ 2.957.796. A continuidade das operações está sujeita a medidas administrativas, que visem estabelecer um equilíbrio financeiro. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2018.  
**Planners Auditores Independentes**  
 CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2  
**Fabio de Farias Vieira**  
 Contador CRC 1SP 218.852/O-0  
 Auditor Independente - CNAI 2.452

Protocolo: 306636



**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH**

**CENTRO HOSPITALAR JEAN BITAR**

CNPJ nº 23.453.830/0015-75

**Demonstrações Financeiras**

**Balço Patrimonial dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>7.447.230</b>	<b>5.889.441</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>5.877.780</b>	<b>4.152.166</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	947.776	2.331.552	Fornecedores	7	2.630.067	1.267.629
Contas a receber	1b e 4	5.625.734	2.700.000	Obrigações trabalhistas	2g e 8	1.461.859	1.189.913
Estoques	2b e 5	744.206	757.445	Obrigações sociais		211.062	189.815
Adiantamento a funcionárias		8.157	974	Obrigações fiscais		59.672	132.855
Adiantamento a fornecedores		104.259	49.734	Outras contas a pagar	09	634.623	1.149.421
Outros créditos		9.611	49.736	Obrigações para Investimento		880.497	222.533
Despesas Antecipadas		7.487	-	<b>Não Circulante</b>		<b>732.930</b>	<b>461.660</b>
Não Circulante		1.024.777	947.316	Receitas Diferidas	10	732.930	461.660
Imobilizado líquido	2c e 6	13.442	124.570	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.861.297</b>	<b>2.222.931</b>
Intangível líquido	2e e 6	278.405	361.086	Patrimônio Social		2.222.931	-
Imobilizado - Contrato de Gestão - líquido	2d e 6	732.930	461.660	Transferências		(44.952)	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.472.007</b>	<b>6.836.757</b>	Ajustes exercício anterior		138.975	-
As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis				Déficit do exercício		(455.657)	2.222.931
				<b>Total do Passivo</b>		<b>8.472.007</b>	<b>6.836.757</b>

**Demonstração do Resultado dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas</b>			
Serviços prestados pacientes SUS		33.100.000	25.300.000
<b>Total</b>		<b>33.100.000</b>	<b>25.300.000</b>
<b>Despesas</b>		<b>(33.657.263)</b>	<b>(23.150.899)</b>
Pessoal e encargos		(10.772.256)	(7.133.366)
Serviços de terceiros		(14.511.060)	(9.405.651)
Materiais e medicamentos		(4.828.804)	(3.337.913)
Impostos, taxas e contribuições.		(35.908)	(5.679)
Depreciação/amortização		(157.450)	(70.694)
Despesa - renúncia fiscal	11	(3.588.263)	(2.379.138)
(-) Receita - renúncia fiscal	11	3.588.263	2.379.138
Despesas gerais		(3.388.072)	(3.212.588)
Despesas financeiras		(83.502)	(102.130)
Receitas financeiras		119.789	117.122
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(557.263)</b>	<b>2.149.101</b>
<b>Outras Receitas</b>		<b>101.606</b>	<b>73.830</b>
Outras receitas		71.747	73.830
Doação em material		29.859	-
<b>Déficit Exercício</b>		<b>(455.657)</b>	<b>2.222.931</b>

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$**

<b>Eventos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Déficit do exercício	(455.657)	2.222.931
Transferência	(44.952)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	138.975	-
Depreciação/amortizações	157.450	70.694
<b>(=) Total do ajuste líquido</b>	<b>(204.184)</b>	<b>2.293.625</b>
<b>Variações no circulante das contas de ativo e passivo</b>	<b>(944.681)</b>	<b>605.937</b>
Aumento/redução dos créditos-circulante	(2.947.317)	(2.749.736)
Aumento/redução de estoques	13.239	(757.445)
Aumento/redução das desp. do exercício seguinte	(7.487)	(50.708)
Aumento/redução de fornecedores	1.362.438	1.267.629
Aumento/redução de obrigações trabalhistas	271.946	1.189.913
Aumento/redução de obrigações sociais	21.247	189.815
Aumento/redução de obrigações tributárias	(73.183)	132.854
Aumento/redução de outras obrigações	143.166	921.954
Aumento/redução das obrigações - não circulante	271.270	461.661

**(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais**

**(1.148.865) 2.899.562**

**Atividades de investimentos**

**(234.911) (1.018.010)**

**Aquisição de imobilizado**

**(234.911) (604.606)**

**Aquisição de bens do intangível**

**- (413.404)**

**Atividades de financiamentos**

**- 450.000**

**(=) Variação do caixa e equivalente**

**(1.383.776) 2.331.552**

**Saldo existente no início do exercício**

**2.331.552 -**

**Saldo existente no final do exercício**

**947.776 2.331.552**

**(=) Resultado final de caixa (disponível)**

**(1.383.776) 2.331.552**

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Transferência</b>	<b>Ajustes Exercício Anterior</b>	<b>Superávit do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		-	-	-	-
Superávit do período	-	-	-	2.222.931	2.222.931
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		-	-	<b>2.222.931</b>	<b>2.222.931</b>
Incorporação ao patrimônio social	2.222.931	-	-	(2.222.931)	-
Transferências	-	(44.952)	-	-	(44.952)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	138.975	-	138.975
Déficit do período	-	-	-	(455.657)	(455.657)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.222.931</b>	<b>(44.952)</b>	<b>138.975</b>	<b>(455.657)</b>	<b>1.861.297</b>

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 - Em R\$**

1- Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Centro Hospitalar Jean Bitar (CHJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O hospital atende uma população de 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados.

b) **Contrato de Gestão:** O Centro Hospitalar Jean Bitar (CHJB) é administrado desde março de 2016 por meio de contrato de gestão pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH 23.453.830/0015-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CE-BAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde.

2. **Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, e as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. Os sumários das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são:

a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de mercado.

c) **Ativo imobilizado de institucional:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem.

d) **Ativo imobilizado de contrato de gestão:** Os imobilizados de Contrato de Gestão são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção adquiridos por meio de repasse de verbas específicas para este fim conforme o contrato de gestão, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem.

e) **Ativo intangível de gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares.

f) **Apuração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

g) **Provisão para férias e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.

h) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias

ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

i) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Nas transações de 2016 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se deveriam ser ajustadas a valor presente.

j) **Patrimônio líquido:** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	189	-
Banco conta movimento	113.209	351.435
Aplicações financeiras de liquidez imediata	834.378	1.980.117
<b>Total</b>	<b>947.776</b>	<b>2.331.552</b>

**4. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretária do Estado do Pará.

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contrato de gestão número 002/2016 - SESP	5.600.000	2.700.000
Contas a receber hospitalares	25.734	-
<b>Total</b>	<b>5.625.734</b>	<b>2.700.000</b>

**5. Estoques:**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Drogas e Medicamentos	216.660	230.072
Dietsas Enterais e Parenterais	29.422	8.601
Fios Cirúrgicos	52.629	69.282
Filmes e Químicos	1.635	907
Materiais de uso do paciente	218.111	215.769
Produtos de Limpeza	26.254	46.858
Demais materiais	199.495	185.926
<b>Total</b>	<b>744.206</b>	<b>757.415</b>

**6. Imobilizado: Imobilizado contrato de Gestão.**

<b>Equip. Informática 20%</b>	<b>Obras em Andamento</b>	<b>Direito Uso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor líquido contábil</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>107.125</b>	<b>413.404</b>	<b>540.543</b>
Saldo Inicial	107.125	413.404	540.543
Depreciação	-	(52.318)	(54.887)
<b>Saldo Final</b>	<b>107.125</b>	<b>361.086</b>	<b>485.656</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
Saldo inicial	107.125	361.086	485.656
Adições	107.125	-	107.125
Baixas	-	-	-
Depreciação	(214.250)	-	(214.250)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>(4.003)</b>	<b>(82.681)</b>	<b>(86.684)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>13.442</b>	<b>278.405</b>	<b>291.847</b>

**Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento**

<b>Aparelhos Med. e Cirurg 10%</b>	<b>Equip. Informática 20%</b>	<b>Instrumentos Cirúrgicos 10%</b>	<b>Maquinas e Equip. 10%</b>	<b>Móveis e Utensílios 10%</b>	<b>Benfeitorias</b>	<b>Total</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>300.304</b>	<b>77.009</b>	<b>54.140</b>	<b>5.497</b>	<b>40.516</b>	<b>477.466</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>						
Saldo Inicial	300.304	77.009	54.140	5.497	40.516	477.466
Depreciação	(8.314)	(5.105)	(1.335)	(76)	(976)	(15.806)
<b>Saldo Final</b>	<b>291.990</b>	<b>71.904</b>	<b>52.805</b>	<b>5.421</b>	<b>39.540</b>	<b>461.660</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
Custo	291.990	71.904	52.805	5.421	39.540	461.660
Adições	35.800	10.474	-	52.006	29.505	124.785
Depreciação	(30.399)	(16.381)	(5.413)	(3.055)	(4.805)	(59.953)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>297.391</b>	<b>65.997</b>	<b>47.392</b>	<b>54.372</b>	<b>64.240</b>	<b>203.538</b>

**7. Fornecedores:**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Materiais e medicamentos	491.382	638.587
Serviços pessoa jurídica	600.011	163.162
Serviços médicos	1.524.762	465.880
Diversos	13.912	-
<b>Total</b>	<b>2.630.067</b>	<b>1.267.629</b>

**8. Obrigações Trabalhistas:**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Obrigações trabalhistas	604.145	542.612
Provisão férias	794.196	593.857
Provisão PIS s/férias	-	5.937
Provisões FGTS s/férias	63.518	47.507
<b>Total</b>	<b>1.461.859</b>	<b>1.189.913</b>

continua

9. Outras Contas a Pagar		2017	2016
<b>Descrição</b>			
Contas a pagar	-	392.656	-
Sede administrativa	140.000	302.177	-
Concessionária	-	4.588	-
Central Serviços Administrativos	44.623	-	-
Contas a pagar hospitais	450.000	450.000	-
<b>Total</b>	<b>634.623</b>	<b>1.149.421</b>	

**10. Receitas Diferidas:** O hospital recebeu em 2017 o total de R\$ 1.000.000 como verba para investimento, utilizado no exercício de 2017 o montante de R\$ 819.502. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a

depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:		2017	2016
<b>Descrição</b>			
Imobilizado – contrato de gestão		819.502	477.466
<b>Total investido em ativo</b>		<b>819.502</b>	<b>477.466</b>
Depreciação/amortização acumulada		(86.572)	(15.806)
<b>Total imobilizado/intangível líquido</b>		<b>732.930</b>	<b>461.660</b>

**11. Isenções Usufruídas:** Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais

e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN O valor da isenção do recolhimento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.		2017	2016
<b>Descrição</b>			
Isenção das contribuições previdenciária		2.594.983	1.618.397
COFINS		993.890	760.741
<b>Total</b>		<b>3.588.873</b>	<b>2.379.138</b>

Belém/PA, 31 de dezembro de 2017 **Giovani Luís Padão Merenda** - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00 **Maiara Cardoso da Silva Cravo** - Contadora - CRC PA - 019966/O

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital Jean Bitar - Belém - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes** CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2 **Fabio de Farias Vieira** Contador - CRC 1SP 218.852/O-0 Auditor Independente - CNAI 2.452

Protocolo: 306638

Cidade dos Sonoros  
e dos Cantores  
Estudos sobre a era do rádio  
a partir da capital paraense

Antonio Maurício Costa





**Edições**  
**Loe**  
4009-7817